



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENATA FELIPE MONTEIRO

**ENTRE A ESPERA E A ESPERANÇA: EXPERIÊNCIAS DOS SERTANEJOS NA
HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS, PARTICIPAÇÕES EM MOVIMENTOS
SOCIAIS E MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS PARAGENS (CEARÁ, 1942-1959)**

FORTALEZA

2025

RENATA FELIPE MONTEIRO

ENTRE A ESPERA E A ESPERANÇA: EXPERIÊNCIAS DOS SERTANEJOS NA
HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS, PARTICIPAÇÕES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E
MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS PARAGENS (CEARÁ, 1942-1959)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Profº Dr. Frederico de Castro Neves.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- Mie Monteiro, Renata Felipe.
Entre a Espera e a Esperança: experiências dos sertanejos na Hospedaria Getúlio Vargas, participações em movimentos sociais e migração para diversas paragens (Ceará, 1942-1959) / Renata Felipe Monteiro. – 2025. 317 f.: il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza. 2025.
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.
1. Sertanejos. 2. Experiências. 3. Hospedaria Getúlio Vargas. 4. Movimentos Sociais. 5. Migração. I. Título.

CDD 900

RENATA FELIPE MONTEIRO

ENTRE A ESPERA E A ESPERANÇA: EXPERIÊNCIAS DOS SERTANEJOS NA
HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS, PARTICIPAÇÕES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E
MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS PARAGENS (CEARÁ, 1942-1959)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 26/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profº Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profº Dr. Luís Reznik
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

À Ísis, a menininha do meu coração!

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese, apesar de ser um momento solitário, não é realizada sem a contribuição de outros sujeitos. Há o diálogo com teóricos e com uma diversidade de depoimentos e fontes, que auxiliam na construção do trabalho acadêmico. No caso desta tese em específico, gostaria de salientar que, além desses elementos descritos acima, houve a contribuição de diversas pessoas, que de alguma forma e a sua maneira, tornaram possíveis que ela se materializasse.

Gostaria de iniciar agradecendo aos meus pais, Bernadete e Raimundo, que sempre acreditaram que a educação poderia mudar vidas. Mesmo quando houve grandes dificuldades financeiras, meus estudos foram a prioridade. Sem vocês, meu caminho poderia ter sido completamente diferente! Agradeço também aos meus irmãos, Rozana, Renato e Henrique, assim como aos meus sobrinhos, Cauã, Victor, Guilherme, Rômulo, Gabriel, João Pedro, Luís e Liz, por mostrarem que mesmo nas diferenças, nosso vínculo familiar é e sempre será mais importante.

Agradecer imensamente à Thayane Lopes, por ter embarcado lá nos idos de 2018 comigo nessa caminhada rumo ao doutorado. Através da sua parceria, ao pesquisar fontes no Arquivo Nacional, no arquivo da Fiocruz, na Biblioteca Nacional, assim como em outros espaços no Rio de Janeiro, consegui construir meu projeto de pesquisa.

Gostaria de agradecer ao meu querido orientador, Frederico de Castro Neves, pelas orientações durante o mestrado e o doutorado, pelas aulas incríveis e por todo o ensinamento durante palestras, grupo de estudos e em outros espaços no qual convivemos durante todos esses anos. Escutá-lo é sempre um momento de muito prazer e aprendizado. Agradecer também pela enorme paciência e pelas palavras tranquilizadoras nos inúmeros momentos de angústia. Suas palavras me fizeram acreditar, quando eu mesmo não acreditava, que seria possível concluir essa tese.

Agradeço aos professores e às professoras do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta tese. Agradecer em especial aos professores Francisco Régis Lopes, Gilberto Nogueira, Franck Ribard, Adelaide Gonçalves, Frederico de Castro Neves e Tyrone Pontes que ministraram disciplinas durante o curso de doutorado e que possibilitaram, através de leituras e debates enriquecedores, que eu compreendesse melhor sobre o objeto de pesquisa.

Gostaria de agradecer imensamente a banca examinadora, ou seja, os professores

Luís Reznik, Lara Vanessa de Castro Ferreira, Kênia de Souza Rios e Tyrone Apollo Pontes Cândido por terem aceitado o desafio de lerem e contribuírem com minha tese.

Agradeço imensamente à minha “panela”, Gabriel Parente, Marise Magalhães e Camila Silveira, por terem sido minha base e meu apoio em tantos momentos bons e/ou ruins. Uma amizade que trago desde 2003, período da graduação, e que quero ter em minha vida até o fim!

Agradeço aos amigos que conquistei durante o curso de doutorado: Alberto Rafael Ribeiro, Cintya Chaves, Diego Cavalcante, Hildebrando Maciel, Juliana Linhares, Luciana Reges, Monyse Ravenna, Tasso Brito e Thiago de Sales. Como foram boas aquelas primeiras aulas, nossos encontros fora da universidade, as conversas...Momentos de cumplicidade que infelizmente foram interrompidos pela pandemia mundial, mas, que mesmo à distância e virtualmente, buscamos manter até hoje.

Agradeço à Aline Lima, por ter contribuído com minha pesquisa, facilitando meu acesso ao acervo da Biblioteca Pública do Ceará, quando os locais de pesquisa ainda não haviam liberado o acesso aos pesquisadores. Sem sua contribuição não teria conseguido realizar a qualificação.

Gostaria de agradecer imensamente minha sogra, Francinubia da Silva, por ter sido meu suporte e minha rede de apoio. Sem você, cuidando da minha filha e de todos nós, eu não teria conseguido frequentar as aulas, realizar minhas pesquisas nos acervos, trabalhar e dedicar-me à escrita da tese.

Agradecer por fim às duas pessoas mais importantes da minha vida. Meu marido, Paulo Regis Albuquerque, por sempre confiar em mim. Suas leituras, correções e contribuições à tese foram de suma importância para que eu pudesse finalizá-la. Obrigada por caminhar comigo nessa jornada. À minha filha, Ísis Felipe Albuquerque, por ser essa menina que alegra diariamente minha existência e pela sua paciência com a minha ausência. Ser professora e pesquisadora exigiu muito do tempo que deveria ter sido dedicado à você. Assim, essa tese é um presente para você, para que sempre tenha orgulho de sua mãe!

“Minha vida é andar por esse país Pra ver um
dia descanso feliz, Guardando as recordações
das terras onde passei, Andando pelos sertões e
dos amigos que lá deixei”.

A vida do Viajante, canção de Luiz Gonzaga.

RESUMO

Esta tese tem como finalidade refletir sobre as múltiplas experiências vivenciadas pelos sertanejos dentro e fora das dependências da Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza), entre 1942 e 1959. Um espaço de acolhimento construído durante a Segunda Guerra Mundial, junto com outros pousos e hospedarias no Norte e Nordeste, cujo propósito era encaminhar rapidamente milhares de nordestinos para a Amazônia para a extração da borracha. Mas para que houvesse agilidade nesta travessia houve a colaboração entre diversas instituições. Os problemas dos retirantes nestes espaços, porém, eram muitos: ausência de estrutura, cerceamento da liberdade, doenças, mortes, etc. E a permanência que deveria ser breve, por vezes prolongava-se bastante. Assim, estes espaços de acolhimento foram denominados de “territórios da espera”. Um conceito atribuído também às hospedarias construídas no final do século XIX e início do século XX, que receberam prioritariamente imigrantes estrangeiros, mas que, nos períodos de seca (1877-78, 1889, 1915), receberam diversos cearenses. Fizemos uma discussão inicial que se pauta em um arcabouço teórico bastante consolidado e em uma diversidade de documentos, tais como relatórios, jornais e depoimentos. Ao findar o conflito mundial, em 1945, o projeto de encaminhamento de sertanejos foi interrompido, havendo a desativação dos pousos e o empreendimento de outros projetos. Contudo, a Hospedaria Getúlio Vargas reiniciou suas atividades originais - abrigar provisoriamente as pessoas em trânsito - somente em 1951, transformando-se no principal espaço de acolhimento aos retirantes. Mas naquele lugar, devido à ausência de verbas e descaso governamental, os sertanejos vivenciaram momentos de tensão. Enquanto esperavam (por comida e passagens), moviam-se pela cidade em busca da caridade pública ou para solicitar providências aos governantes. Quando não houve negociação entre os agentes do poder e os sertanejos, estes últimos participaram de movimentos sociais, tais como passeatas da fome, motins, revoltas, entre outras ações de massa. Além disso, envolveram-se com outros grupos políticos (operários, políticos e estudantes) para lutar contra a carestia, o preço abusivo dos transportes e por outros direitos. Por fim, buscamos entender as trajetórias de migração de alguns sertanejos, que tiveram suas histórias evidenciadas em jornais ou através de pesquisas acadêmicas. Sujeitos que, normalmente, não tinham escolha para quais paragens iriam se deslocar nesse íterim de 1951-1953 e, sobretudo, entre 1958-59, como ocorreu na denominada “Operação Flagelados”. A partir de uma documentação diversificada, que inclui jornais, relatórios, depoimentos, documentos oficiais, entre outras, buscamos compreender como estes sertanejos vivenciavam e enfrentavam os percalços existentes na Hospedaria Getúlio Vargas, como moviam-se pela cidade e envolviam-se com outros sujeitos, buscando

ser protagonistas dos seus próprios destinos.

Palavras-chave: sertanejos; experiências; Hospedaria Getúlio Vargas; movimentos sociais; migração.

ABSTRACT

This thesis aims to reflect on the multiple experiences lived by the sertanejos inside and outside the Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza), between 1942 and 1959. A shelter built during the Second World War, together with other shelters and hostels in the North and Northeast, the purpose of which was to quickly send thousands of northeasterners to the Amazon for rubber extraction. However, in order to make this crossing agile, several institutions collaborated. The problems faced by the migrants in these spaces, however, were many: lack of infrastructure, restriction of freedom, illness, death, etc. And the stay, which should have been brief, sometimes lasted quite long. Thus, these shelters were called “waiting territories”. This concept is also attributed to the hostels built in the late 19th and early 20th centuries, which primarily received foreign immigrants but which, during periods of drought (1877-78, 1889, 1915), received several people from Ceará. We had an initial discussion based on a well-established theoretical framework and a variety of documents, such as reports, newspapers and testimonies. At the end of the world conflict in 1945, the project to relocate the sertanejos was interrupted, with the discontinuation of the hostels and the development of other projects. However, the Hospedaria Getúlio Vargas only resumed its original activities - providing temporary shelter for people in transit - in 1951, becoming the main place to welcome the migrants. However, due to the lack of funds and government neglect, the sertanejos experienced moments of tension in that place. While they waited (for food and tickets), they moved around the city in search of public charity or to request measures from the government. When there was no negotiation between the agents of power and the sertanejos, the latter participated in social movements, such as hunger marches, riots, revolts, among other mass actions. In addition, they got involved with other political groups (workers, politicians and students) to fight against the high cost of living, the abusive price of transportation and for other rights. Finally, we sought to understand the migration trajectories of some sertanejos, whose stories were revealed in newspapers or through academic research. These individuals usually had no choice about where they would move to during the interim period of 1951-1953 and, especially, between 1958-59, as occurred in the so-called “Operação Flagelados”. Based on diverse documentation, including newspapers, reports, testimonies, official documents, among others, we seek to understand how these country folk experienced and faced the difficulties that existed at the Hospedaria Getúlio Vargas, how they moved around the city and got involved with other subjects, seeking to be protagonists of their own destinies.

Keywords: sertanejos; experiences; Hospedaria Getúlio Vargas; social movements; migration.

RESUMÉ

Cette thèse vise à réfléchir sur les multiples expériences vécues par les sertanejos à l'intérieur et à l'extérieur des locaux de l'Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza), entre 1942 et 1959. Un espace d'accueil construit pendant la Seconde Guerre mondiale, avec d'autres auberges et maisons d'hôtes de la Nord et Nord-Est, dont le but était d'envoyer rapidement des milliers de personnes du Nord-Est en Amazonie pour y extraire du caoutchouc. Mais pour que cette traversée soit agile, il y a eu une collaboration entre plusieurs institutions. Les problèmes rencontrés par les migrants dans ces espaces étaient cependant nombreux : manque de structure, restriction de liberté, maladies, décès, etc. Et le séjour, qui aurait dû être bref, durait parfois assez longtemps. Ainsi, ces espaces d'accueil ont été appelés « territoires d'attente ». Un concept également attribué aux auberges construites à la fin du XIXe siècle et au début du XXe siècle, qui recevaient principalement des immigrants étrangers mais qui, pendant les périodes de sécheresse (1877-78, 1889, 1915), reçurent plusieurs personnes originaires du Ceará. Nous avons mené une première discussion basée sur un cadre théorique bien établi et sur une variété de documents, tels que des rapports, des journaux et des témoignages. À la fin du conflit mondial en 1945, le projet de relocalisation des hommes des bois fut interrompu, les débarquements étant désactivés et d'autres projets étant entrepris. Cependant, l'Hospedaria Getúlio Vargas n'a repris ses activités originales - l'hébergement temporaire de personnes en transit - qu'en 1951, devenant ainsi le principal espace d'accueil des réfugiés. Mais à cet endroit, en raison du manque de fonds et de la négligence du gouvernement, les habitants de l'arrière-pays ont connu des moments de tension. En attendant (nourriture et billets), ils se déplaçaient dans la ville à la recherche de la charité publique ou pour demander des mesures au gouvernement. Quand il n'y avait pas de négociation entre les agents du pouvoir et les populations rurales, ces dernières participaient à des mouvements sociaux, tels que des marches de la faim, des émeutes, des révoltes, entre autres actions de masse. De plus, ils s'impliquent auprès d'autres groupes politiques (travailleurs, politiciens et étudiants) pour lutter contre les prix élevés, le prix abusif des transports et pour d'autres droits. Enfin, nous cherchons à comprendre les trajectoires migratoires de certains sertanejos, dont les histoires ont été mises en lumière dans les journaux ou à travers des recherches universitaires. Des sujets qui, normalement, n'avaient pas le choix quant aux destinations vers lesquelles ils allaient voyager dans la période intermédiaire entre 1951-1953 et, surtout, entre 1958-59, comme cela s'est produit lors de la soi-disant « Opération Flagelados ». À partir de documents divers, notamment des journaux, des rapports, des témoignages, des documents officiels, entre autres, nous

cherchons à comprendre comment ces hommes des bois ont vécu et affronté les difficultés qui existaient à l'Hospedaria Getúlio Vargas, comment ils se déplaçaient dans la ville et s'impliquaient dans d'autres sujets, cherchant à être protagonistes de leur propre destin.

Mots-clés: sertanejos; expériences; Hospedaria Getúlio Vargas; mouvements sociaux; migration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia do interior de um dos galpões da Hospedaria Getúlio Vargas 1958.....	31
Figura 2 – Desenho sobre as zonas de colocação na Amazônia, 1946	78
Figura 3 – Hospedaria de Imigrantes de São Paulo	103
Figura 4 – Fotografia da construção da Hospedaria Getúlio Vargas, 1943	110
Figura 5 – Fotografia da parte interna da Hospedaria Getúlio Vargas, 1943	114
Figura 6 – Identidade de embarque e colocação de seringueiros (Frente)	115
Figura 7 – Identidade de embarque e colocação de seringueiros (Verso)	116
Figura 8 – Fotografia do hospital do Alagadiço	124
Figura 9 – Desenho sobre cartão, 1943	128
Figura 10 – Fotografia da construção do Pouso do Prado, 1943	135
Figura 11 – Fotografia da Passeata da Fome, 1951	164
Figura 12 – Fotografia do menino Antônio, 1958	170
Figura 13 – Fotografia de crianças na Hospedaria Getúlio Vargas, 1958	173
Figura 14 – Fotografia do administrador Waldemar Nepomuceno, 1958	184
Figura 15 – Fotografia dos abrigados revoltados, 1958	185
Figura 16 – Saque dos sertanejos, 1958	202
Figura 17 – Fotografia mostrando a instalação de barracas, 1953	239
Figura 18 – Foto de Desembarque de Imigrantes	251
Figura 19 – Fotografia do embarque dos retirantes em caminhões, 1959	270
Figura 20 – Fotografia do busto de Getúlio Vargas na entrada da Hospedaria Getulio Vargas	290
Figura 21 – Fotografia da placa de inauguração da Hospedaria Getúlio Vargas, sem o busto de Getúlio Vargas	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registro do movimento na Hospedaria Geral de Emigrantes, 1889	58
Quadro 2 – Condições arquitetônicas internacionais	107
Quadro 3 – Elevação dos preços da cesta básica entre 1951 e 1952	151
Quadro 4 – Elevação dos preços da cesta básica entre 1951 e 1954	152
Quadro 5 – Comparação entre os preços de produtos, entre 1957 e 1958	178
Quadro 6 – Estimativa dos saldos das migrações em Fortaleza, entre 1940-1960	209
Quadro 7 – Quantidade de pessoas que migraram para a Amazônia, 1951 e 1952	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de moradores de favelas em Fortaleza	209
Tabela 2 – Quantidade de migrantes nas hospedarias Getúlio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro	283

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da Bacia Amazônica, 2024	88
Mapa 2 – Mapa da cidade de Fortaleza, 2022	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Associação Central de Colonização
ASCOFAM	Associação Mundial de Luta Contra a Fome
CAETA	Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
CAGES	Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais
CAN	Comissão de Abastecimento do Nordeste
CEC	Centro Estudantil Cearense
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COAP	Comissão de Abastecimento e Preços
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COHAB	Companhia de Habitação do Ceará
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNI	Departamento Nacional de Imigração
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FALTAC	Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
JK	Juscelino Kubitschek
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSP	Partido Social Progressista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
RDC	Rubber Development Corporation
RVC	Rede de Viação Cearense
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SNAPP	Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	“TERRITÓRIOS DA ESPERA”: ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA OS SUJEITOS EM DESLOCAMENTO PELAS HOSPEDARIAS DO BRASIL	37
2.1	Acolher, selecionar e distribuir: a construção das primeiras hospedarias para (i)migrantes no país	40
2.1.1	<i>A Hospedaria Geral de Emigração de Fortaleza</i>	57
2.2	Os enredos da migração para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial: as experiências dos migrantes nordestinos nas hospedarias federais .	62
2.2.1	<i>Pousos e Hospedarias federais do Norte e do Nordeste: as tramas e os desafios enfrentados pelos migrantes nordestinos em travessia</i>	72
3	HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS: PARTICULARIDADES DA EDIFICAÇÃO E DISPUTAS EM TORNO DO DESLOCAMENTO DOS MIGRANTES	98
3.1	Hospedaria Getúlio Vargas, um “modelo de organização?”	100
3.1.2	<i>O Hospital do Alagadiço.....</i>	121
3.2	Rivalidades entre as agências de migração e seus respectivos abrigos em torno da travessia para a Amazônia	126
4	OS MIGRANTES NORDESTINOS EM MOVIMENTO (S)	146
4.1	Passeatas da Fome	147
4.2	Saques, Motins e Outras Ações de Massa	176
4.3	“Não somos mendigos. Queremos trabalho”: ocupações (in)dignas para os retirantes da seca	206
5	A MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS PARAGENS DO PAÍS	223
5.1	Trajetórias de Migração	225
5.2	“Operação Flagelados”: a migração em massa para diversas regiões do país ...	256
5.2.1	<i>Migração Interna: leis, discursos e outros dispositivos de cerceamento contra o deslocamento de nordestinos</i>	273
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
	REFERÊNCIAS	293

1 INTRODUÇÃO

Em um vídeo¹ publicado por um motorista de aplicativo no dia 17 de outubro de 2021, em uma rede social, pode-se visualizar um grupo de pessoas procurando “alimentos dentro de um caminhão do lixo”. O veículo recolhia restos de comida de um supermercado localizado no Bairro Cocó, área nobre de Fortaleza. Em entrevista à reportagem do *portal G1 da Globo*, um funcionário do supermercado afirmou que

é isso aí que você vê no vídeo. Faz pena ver essas pessoas nessa situação humilhante. São idosos e até crianças, algumas vezes. As crianças chegam a entrar no caminhão. Os próprios lixeiros ficam sensibilizados. Alguns chegam até a ajudar (Moradores..., 18/10/2021).

O vídeo foi gravado e divulgado quando o Brasil e o mundo sofriam ainda as consequências da pandemia de COVID-19², em 2021. De acordo com a reportagem do portal G1, havia nesse período 1 milhão de pessoas no Ceará vivendo em extrema pobreza, “com renda mensal de até R\$ 89, conforme o Ministério da Cidadania” (Moradores..., 18/10/2021). Um quantitativo ainda mais alarmante quando se compara esse número com o total da população do Ceará, que em 2021 atingiu a cifra de 9.240.580 habitantes.

O citado vídeo causou um impacto tremendo na opinião pública, mesmo entre aqueles sujeitos que já haviam se habituado a visualizar esse tipo de miséria durante a pandemia. Em mim, causou um desconforto imenso. Apesar de ter crescido em um bairro periférico de Fortaleza, Barroso, e conviver com algumas pessoas que recorriam ao lixo para sobreviver (o lixão do Jangurussu), essa pobreza extrema ainda impactava meu âmago.

Ao visualizar aquelas imagens divulgadas pela emissora *Globo*, reporteime às fontes analisadas para a escrita da tese, que narravam sobre a carestia, o desabastecimento e a fome que a população cearense e, sobretudo, os retirantes vivenciavam nos anos de 1950, especialmente entre os idos de 1951-53 e 1958. Assim, nesses momentos de crises – climática, política, social, econômica, sanitária, humanitária, entre outros – os mais atingidos eram os pobres.

¹ O vídeo pode ser visualizado no link <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghml>

² A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo vírus coronavírus SARS-CoV-2. Em março de 2020 foi classificada como uma pandemia, deixando um lastro de vítimas fatais em todo o mundo. Os pobres foram os mais atingidos, tendo em vista que houve um aprofundamento das desigualdades socioeconômicas.

A imprensa (situacionista ou oposicionista) naquela década de 1950 denunciava a penúria extrema que a população vivenciava no interior e em Fortaleza, sobretudo devido à seca. Na capital, um espaço de acolhimento aos migrantes, que deveria abrigar provisoriamente as pessoas em trânsito, era constantemente citado nas páginas dos jornais pelos problemas existentes: lotação, ausência de estrutura, fome extrema, doenças, mortes, revoltas, entre outros. Na reportagem do periódico *O Semanário*³ se informava que “A Morte e o Despero Montaram seu Q.G na Hospedaria do I.N.I.C em Fortaleza” (A morte..., 29/05 a 05/06/1958, p. 5).

A longa reportagem produzida por Edmar Morel, iniciava-se comparando a situação vivenciada pelos retirantes na hospedaria aos campos de concentração do ditador paraguaio Higinio Morínigo, ao massacre “dos árabes pelos judeus, quando os últimos levantaram os alicerces do Estado de Israel” e ao desastre ocorrido na Central do Brasil (Rio de Janeiro) que vitimou 120 pessoas. Mas “tudo isto, entretanto, não representa nada diante do horrendo espetáculo que acabo de presenciar na Hospedaria Getúlio Vargas [...]”. Uma das razões para tal espanto do jornalista estava relacionada ao fato de que “estão morrendo 10 crianças por dia de fome. Uma delas sucumbiu nos meus braços [...]” (A morte..., 29/05 a 05/06/1958, p. 5).

Morel continuou sua narrativa afirmando que a

‘Hospedaria Getúlio Vargas’, do INIC, não passa de uma pocilga, com oito galpões, onde homens, mulheres e crianças são armazenadas como gado. A sua cozinha tem capacidade para fornecer, em tempo normal, pouco mais de 300 refeições. Não existe uma creche, uma enfermaria. Agora a tragédia do flagelado atinge ao inacreditável. Lá estão 8.000 retirantes, todos passando fome, rotos e devorados por moscas. Só existe um médico, no caso, Tarcísio Soriano Aderaldo, que encontrei aos prantos, na impossibilidade de salvar um garoto por falta de uma injeção de vitamina [...]. O espetáculo horrendo, entretanto, não é na pocilga, com rótulo de hospedaria. É sob os cajueiros que circulam o velho pardieiro, onde este jornalista encontrou mais de 200 famílias, crianças e velhos, morrendo à míngua, sem consulta, sem remédio. Desabou um terrível aguaceiro e todos ficaram encharcados. Quando a enxurrada passou, quatro crianças estavam mortas. [...]” (A morte..., 29/05 a 05/06/1958, p. 5).

A princípio poderia parecer exagerado e sensacionalista o relato do jornalista Edmar Morel sobre a situação dos retirantes, dentro e fora da hospedaria, durante a seca de 1958. Mas ao longo da tese, os leitores perceberão que a situação piorou muito mais naquele período. O espaço que poderia abrigar 1.200 pessoas chegou à impressionante cifra de 12 mil, havendo

³ Foi fundado em 1956 no Rio de Janeiro por Oswaldo Costa e Joel Silveira. Caracterizava-se como um jornal nacionalista de esquerda, combatendo veementemente os projetos desenvolvimentistas do presidente Juscelino Kubitschek.

relatos de que até 14 mil sertanejos estiveram na hospedaria naquele ano, sem comida, medicamentos, infraestrutura adequada e passagens para migrar. Assim, não surpreende que tenham ocorrido tantas revoltas, motins e outras ações de massa.

Mas que espaço de acolhimento era esse denominado Hospedaria Getúlio Vargas? Quem eram esses oito mil sujeitos que encontravam-se em meados de 1958 naquele abrigo? Quais experiências vivenciaram esses sertanejos, dentro e fora das dependências da hospedaria? Conseguiram migrar para outros lugares? Foram muitas as questões que surgiram ao iniciarmos a pesquisa acadêmica e durante todo o processo de construção da tese. Algumas indagações foram respondidas, outras não.

A pesquisa teve início nos idos de 2018, após um longo período afastada do *mundo acadêmico*. A ideia a princípio era continuar investigando sobre o século XIX, tendo em vista que já possuía uma diversidade de leituras sobre este período. Um conhecimento adquirido durante o mestrado, ao debater sobre a construção do primeiro grande açude do Ceará, o Cedro – construído entre 1884 e 1906. Iniciei, dessa forma, uma investigação sobre a Hospedaria de Emigrantes de Fortaleza, construída no final dos anos de 1880. Apesar de ter tido acesso a alguns jornais, as listagens dos passageiros de navios que partiram para a região amazônica e para São Paulo e a pesquisas acadêmicas que discutiam sobre o deslocamento desses sujeitos, como, por exemplo, a tese de Franciane Lacerda denominada *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*, não consegui arquitetar uma tese a partir da documentação e do arcabouço teórico disponível.

Relendo, contudo, uma das obras basilares dessa tese e de outras pesquisas acadêmicas sobre movimentos sociais, seca, migração, o livro *A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*, do historiador Frederico de Castro Neves, deparei-me com o nome de uma outra hospedaria, a Getúlio Vargas. Construída entre 1942 e 1943, juntamente com outros pousos e hospedarias, cuja finalidade era facilitar a travessia de milhares de sujeitos para a Amazônia para extrair o látex. A partir desse momento iniciava-se a saga em busca de documentos e trabalhos acadêmicos que possibilitasse construir um projeto de doutorado.

O entusiasmo inicial, contudo, sofreu alguns reveses. Uma das grandes dificuldades encontradas no processo de pesquisa e escrita da tese foi o acesso à documentação oficial, produzido pelos órgãos que gerenciavam as hospedarias federais, no caso as hospedarias Getúlio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro, localizadas em Fortaleza, Belém e Manaus respectivamente. Entre 1942 e 1954 a instituição responsável pelo gerenciamento dos respectivos abrigos era o Departamento Nacional de Imigração (DNI), atrelado ao Ministério do Trabalho. A partir de 1954 transformou-se em Instituto Nacional de Imigração e Colonização

(INIC), sendo atrelado ao Ministério da Agricultura. Essa mudança tinha relação, sobretudo, com o projeto governamental de criar núcleos coloniais pelo país e principalmente na Amazônia, atraindo uma diversidade de estrangeiros.

Essa documentação oficial – listas dos abrigados nas hospedarias com seus nomes, profissões, idades, filiação, listas daqueles que migraram e os respectivos navios, etc –, tanto produzida pelo DNI quanto pelo INIC não foi possível localizar. Havia um indício que estivesse no Arquivo Histórico do Itamaraty, localizado no Rio de Janeiro, tendo em vista que abrigava uma gama de documentos do INIC. Mas ao investigar descobri que naquele espaço haviam sido salvaguardados somente as fontes referentes à presença de trabalhadores imigrantes no Brasil. E os documentos sobre os migrantes nacionais? Alguns ínfimos documentos foram localizados, tais como telegramas e relatórios, que encontram-se nos acervos do Arquivo Nacional e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com a ausência dessa documentação oficial, os periódicos tornaram-se a principal fonte de análise na construção da tese. Assim, mais de duas dezenas de jornais foram consultados, cujo recorte temporal abarcava 1942 e 1959⁴, sendo referentes a vários espaços do país – Nordeste, Norte, Sul e Sudeste. A maioria pertencia ao Grupo dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, cuja proposta era apoiar as ações do governo federal, tanto durante a presidência de Getúlio Vargas como de Juscelino Kubitschek. Nesse rol estão, por exemplo, os periódicos *Diário da Noite/RJ*, *Correio do Ceará/CE*, *O Jornal/RJ* e o *Unitário/CE*. Um dos jornais mais analisados foi *O Povo/CE*, criado na década de 1920, cuja tendência era liberal e sua linha editorial estava bastante vinculada ao Partido da União Democrática Nacional (UDN). Outros se caracterizavam como independentes, como, por exemplo, o *Gazeta de Notícias/CE*, mas que apoiava abertamente o governo federal. Analiso também jornais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou que voltavam-se para as lutas operárias e camponesas, como os periódicos *O Democrata/CE*, *Diário do Povo/CE* e *Voz Operária/RJ*.

Estes jornais citados e diversos outros foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na Biblioteca Estadual do Estado do Ceará, no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e no Plebeu Gabinete de Leitura, localizado na Associação Cearense de Imprensa. Alguns estão bem conservados, armazenados em microfilmes ou digitalizados, outros se encontram em processo avançado de deterioração. Houve uma constante preocupação em vincular esses periódicos a grupos políticos específicos e seus ideais, pois tais vinculações impactaram nas linhas editoriais e nas matérias construídas

⁴ Houve a consulta a alguns jornais referentes ao século XIX e início do século XX, para se compreender a respeito das hospedarias construídas no Brasil no recorte supracitado.

a respeito dos sertanejos migrantes, no recorte temporal entre 1942 e 1959.

Uma das principais mudanças observadas diz respeito ao posicionamento que diversos jornais, principalmente aqueles vinculados ao Diários Associados, tinham a respeito da imagem do sertanejo. Entre 1942 e 1945, enquanto eram denominados como “soldados da borracha”⁵, os periódicos os aclamavam como heróis nacionais tais como os soldados brasileiros enviados para à Europa, aparecendo nas capas dos jornais ao lado de outros “heróis” da Segunda Guerra Mundial. Uma estratégia arquitetada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão responsável por propagar as benesses do Estado Novo e das ações do presidente Getúlio Vargas –, no qual o objetivo era atrair para a Amazônia uma grande quantidade de pessoas. Assim, matérias que relataram acidentes, mortes, doenças, entre outros problemas, durante a travessia entre o Nordeste e a região amazônica, com raras exceções, eram divulgadas. Como salienta Gomes, havia uma animosidade entre os intelectuais e o governo de Getúlio Vargas (1937 e 1945), tendo em vista que

todos os meios de comunicação e de expressão, como o teatro, o cinema, o rádio ou os jornais, foram submetidos à censura prévia, e não só isso: foi atribuído à imprensa o exercício de uma função de caráter público, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo. O não-cumprimento dessa exigência levava à prisão o diretor do jornal (Gomes, 1994, p.27).

Ao findar o conflito mundial, o panorama em torno da migração em massa para diversos espaços do Brasil se modificou. As pessoas não eram mais convencidas por propagandas a migrarem para os seringais. Pelo contrário, a migração em massa da região nordestina na década de 1950 em direção à Amazônia e, sobretudo, para São Paulo foi combatida veementemente. O discurso da imprensa era que o Nordeste – leia-se os grandes latifundiários – ficaria sem mão de obra disponível. Aqueles sertanejos que se dirigiam à Fortaleza, antes ou no período das estiagens, e envolviam-se em movimentos sociais eram identificados como “turbas”, “hordas” ou pessoas ingênuas que eram manipuladas por agitadores e aproveitadores. Muitos desses sujeitos e suas ações eram retratados nas páginas policiais dos jornais, deixando explícito como alguns jornais os enxergavam, como seres temíveis.

Havia, por outro lado, uma tentativa constante da imprensa de atrair os sertanejos

⁵ Os trabalhadores recrutados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) passaram a ser denominados pela propaganda varguista e também se autodeclararam “soldados da borracha”, já que lutavam, tal como seus companheiros soldados na Europa, pela vitória contra os nazistas.

para suas ideias e lutas, “seja ela empresarial ou política, e os artifícios para esse fim são múltiplos” (Capelato, 1988, p.15). Nessa rixa editorial e disputa de discursos, um mesmo acontecimento poderia ser descrito com versões diferentes, podendo os retirantes ser percebidos ora como pacíficos, ora como agitadores. Os leitores perceberão ainda que alguns periódicos, sobretudo, aqueles atrelados às pautas dos operários e camponeses buscavam evidenciar em suas reportagens as falas e os motivos que obrigavam as pessoas a partirem do interior, sendo a exploração do grande latifundiário o principal motivo.

É importante salientar que, esses periódicos, para além da ideia de fonte documental, são resultados “de relações de força conflitantes, e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade” (Gonçalves, 2002, p.9). Assim, a imagem que se foi construindo ao longo da década de 1950, principalmente entre os anos de seca (1951-1953 e 1958), à respeito dos sertanejos era que precisavam ser conduzidos de forma cautelosa, pois, apesar de serem caracterizados pela imprensa como pacíficos e manipuláveis, poderiam ser também perigosos quando se reuniam com outros sujeitos ou se agrupavam e formavam uma multidão, que exigia alimentos, passagens e melhores condições de vida.

A partir da análise desses periódicos e de outras fontes, que citarei ao longo deste texto, se construiu a tese intitulada *Entre a Espera e a Esperança: experiências dos sertanejos na Hospedaria Getúlio Vargas, participações em movimentos sociais e migração para diversas paragens (Ceará, 1942-1959)*. Um trabalho acadêmico que tem como objetivo entender as experiências múltiplas (e muitas vezes negativas) que os sertanejos vivenciaram entre as décadas de 1940 e 1950 na Hospedaria Getúlio Vargas, um espaço considerado um “território da espera”.

O conceito de “território da espera”, que me apropriei e utilizei largamente na escrita da tese foi gestado por Vidal (2008), que ao investigar sobre a transferência da fortaleza portuguesa de Mazagão, do território de Marrocos para a Amazônia em 1769, percebeu que durante essa longa travessia as pessoas passavam por longos períodos de espera.

Essa viagem só de ida para o Novo Mundo toma então a forma de uma longa odisséia: as famílias vão passar por Lisboa, onde esperarão seis meses antes de atravessar o Atlântico até Belém. Uma vez lá, é necessário que elas esperem a construção da nova Mazagão avançar, para poderem ser gradativamente transferidas: no mínimo, dois anos de espera, para alguns até dez anos, aos quais ainda é preciso acrescentar um trajeto de uns quinze dias feito em piroga. Os sofrimentos, as feridas do corpo e da alma acompanham cada um dos tempos desse interminável deslocamento (Vidal, 2008, p.9).

Havia assim uma “história social da espera”, no qual algumas pessoas criaram uma nova identidade para se adaptar à realidade da nova Mazagão (Vidal, 2008, p.275). O mesmo conceito de “território da espera” foi atribuído por Vidal e Chrysostomo às hospedarias construídas no Brasil que acolhiam os imigrantes, entre o final do século XIX e início do século XX. Estrangeiros, que tal como os moradores portugueses de Mazagão, tiveram que se reconstruir e criar uma nova identidade, que se entrelaçaram com as identidades de tantos outros migrantes nacionais alocados nesses espaços de abrigo.

Com relação às hospedarias construídas na década de 1940 no Brasil, em especial a Hospedaria Getúlio Vargas, se considera que também eram “territórios da espera”. Espaços que, a princípio, deveriam acolher as pessoas em trânsito por no máximo 8 dias - para a retirada de documentos, aplicação de vacinas e cuidados médicos –, transformaram-se nos idos da década de 1950 em verdadeiros depósitos de sertanejos, pois, sem verbas suficientes para a compra de passagens em embarcações pelos agentes da migração, as pessoas poderiam aguardar até meses para esse encaminhamento, rumo a diversas paragens do país. Enquanto aguardavam e tinham esperança de migrar e recomeçar em outro lugar, passavam por muitos percalços (fome, doenças, mortes), movimentavam-se pelas ruas das cidades e envolviam-se em movimentos sociais junto a outros sujeitos.

No capítulo 2 da tese – tendo em vista que a respectiva introdução já se configura como capítulo 1 –, intitulado “*Territórios da Espera*”: *espaços de acolhimento para os sujeitos em deslocamento pelas hospedarias do Brasil*, a utilização do conceito de Vidal torna-se mais evidente, não sendo, contudo, exclusiva. A ideia inicial era discutir sobre as experiências vivenciadas pelos migrantes nordestinos nos pousos e hospedarias construídas pelo governo federal nos anos de 1940, como, por exemplo, os pousos do Prado, de São Luís, assim como as hospedarias Getúlio Vargas e Tapanã. Espaços percebidos como “territórios da espera”, tendo em vista que os sujeitos em deslocamento poderiam permanecer muitos dias ou até meses à espera de transporte. Nesse ínterim, entre esperar e manter a esperança de migrar para um destino melhor, os sertanejos experienciaram a ausência de estruturas adequadas, má alimentação, entre outros problemas.

É importante ressaltar que essa problemática sobre as péssimas condições de acolhimento aos migrantes nacionais não se iniciou na década de 1940. Quando analisamos documentos e referenciais teóricos sobre as hospedarias edificadas entre o século XIX e início do século XX, em especial, a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo – que na verdade não foi uma, mas várias – se percebe que as mesmas apresentavam uma infraestrutura deficiente, tendo

as pessoas que suportar a supressão de direitos (ir e vir livremente) e outras adversidades. Assim, na tentativa de contextualizar sobre os percalços enfrentados pelas pessoas em deslocamento, fossem brasileiras ou estrangeiras, se optou por iniciar o capítulo realizando uma discussão historiográfica sobre esses abrigos, que, a princípio, acolhiam imigrantes no século XIX, trazidos para trabalhar nos cafezais.

Esse capítulo em específico, contudo, não se configura como uma discussão inédita. Há uma diversidade de documentos e um arcabouço teórico que possibilitam entender a dinâmica de deslocamento dos migrantes, fosse no século XIX, no início do século XX ou, sobretudo, no ínterim entre 1942 e 1945. Muitos relatórios, por exemplo, foram produzidos pelo Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) que relataram sobre a alimentação dos trabalhadores nos pousos, assim como sobre a infraestrutura encontrada nesses espaços.

Muitos pesquisadores também se apropriaram da documentação citada acima, assim como de outras, para analisar a travessia dos retirantes rumo à Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial: Lúcia Morales, com o trabalho *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*; Pedro Martinello, cujo livro intitula-se *A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial*; Sarah Campelo, cuja pesquisa se intitula *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*; Norma Sueli Semião, com a pesquisa *Os “Soldados de Cristo”: Igreja e Migração para a Amazônia em Tempos de Guerra (1942-1943)*; Edson Holanda Lima, com a dissertação *Ida ao Inferno Verde: experiências da migração de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942-1945)*; e Maria Verônica Secreto, com o livro *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São apenas alguns exemplos de pesquisas acadêmicas cuja temática se reporta para esses sujeitos em deslocamento entre 1942 e 1945.

Mas, entre as diversas pesquisas acadêmicas lidas e analisadas, duas contribuíram significativamente para a escrita do capítulo 2. A primeira é de André Campos, intitulada *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. O pesquisador ao ter acesso a documentação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) localizada nos EUA – instituição que contribuiu para esse projeto de deslocamento em massa para a Amazônia na década de 1940 –, possibilitou que informações consideradas sigilosas fossem compartilhadas. Soube-se, por exemplo, que nas hospedarias e pousos havia proliferação de doenças e que em alguns abrigos havia superlotação. Os problemas relacionados à travessia nos navios também eram descritos. Informações que os jornais, com algumas exceções, não divulgavam. Assim, desfazia-se a versão, construída por uma parcela da

imprensa, no qual se afirmava que havia uma super organização e eficiência nos recintos de hospedagem.

Na obra acadêmica de Isabel Cristina Guillen, *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*, entre vários aspectos que contribuem para a análise sobre os migrantes nordestinos, um se destaca: o preconceito em torno da figura desses sujeitos em deslocamento para os rincões amazônicos, que a partir da década de 1940 foram denominados pejorativamente de “arigós”. Homens, que insatisfeitos com as promessas não cumpridas do Estado, se rebelavam e partiam dos abrigos e seringais para outros destinos.

No caso dos migrantes que adentraram a cidade de Fortaleza nos períodos de secas, sobretudo, entre 1951-53 e 1958, outras denominações foram atribuídas: transformavam-se em retirantes e flagelados. Assim eram denominados (na imprensa, pelas autoridades governamentais, por entidades religiosas e de caridade, etc.) homens e mulheres que durante as estiagens davam início a sua diáspora rumo à capital cearense. Em alguns jornais desta década de 1950 se encontra também a denominação de “deslocados da seca”.

Cada classificação, contudo, carregava uma carga (pesada) de sentimentos: na seca de 1877-79, eram os sertanejos retirantes, que, acuados pelas intempéries da estiagem e sem possibilidades de sobrevivência em suas paragens de origem, viam-se obrigados a migrar, retirando-se – momentaneamente – em longas caminhadas para outros lugares. Durante a seca em 1915, no entanto, mudam-se os nomes e as perspectivas em torno desses sujeitos. Não eram mais retirantes, mas vítimas do flagelo da seca ou apenas flagelados. Mas a mudança “não era inocente nem casual”, pois “flagelado dilui os sofrimentos e a própria configuração sociológica das maiores ‘vítimas da seca’, melhor expresso em retirante” (Neves, 2000, p. 83). Já os “deslocados da seca” seriam aqueles sujeitos que se deslocavam rumo à Fortaleza, mesmo em períodos de estabilidade climática, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Um grupo que era veementemente combatido pelos agentes do poder, pois iriam “esvaziar” o campo caso houvesse uma migração em massa. Na tese se optou por denominar esses sujeitos em deslocamento ora como sertanejos, ora como retirantes.

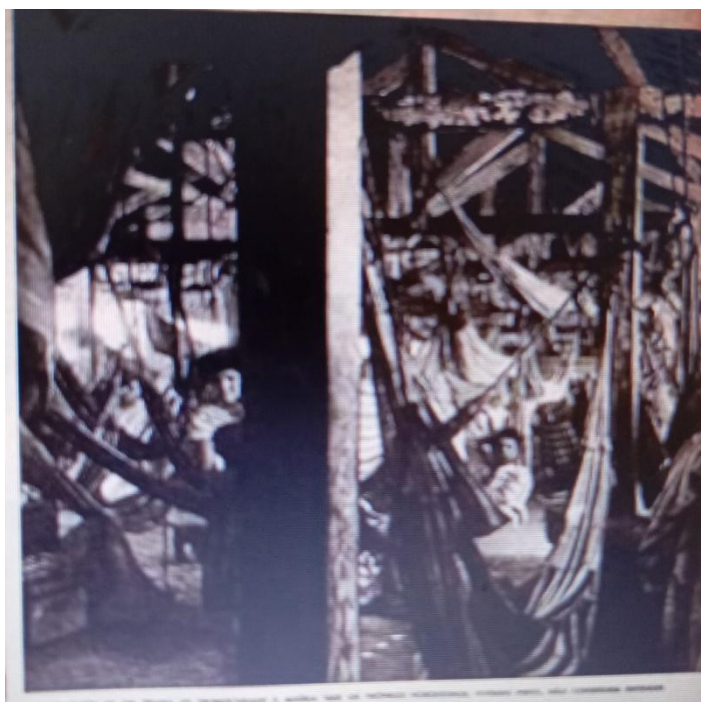
Para se entender como houve a construção e como funcionava a Hospedaria Getúlio Vargas, que recebeu milhares de “sertanejos retirantes”, “flagelados” e “deslocados da seca” durante quase 30 anos (funcionou entre 1943 e 1972), fez-se necessário dedicar um capítulo (3) exclusivamente para isto, cujo título é *Hospedaria Getúlio Vargas: particularidades da edificação e disputas em torno do deslocamento dos migrantes*. Dentre diversos aspectos dessa edificação, se discutiu a princípio sobre o discurso, promulgado pelo Ministro do Trabalho na inauguração do abrigo (15 de março de 1943), evidenciando que a hospedaria seria um “modelo

de organização” para os outros abrigos federais.

Mas se para as hospedarias em Belém e em Manaus o modelo de inspiração seria a Getúlio Vargas, para os idealizadores desta última o modelo a ser alcançado seria a Hospedaria de Imigrantes do Brás, localizada em São Paulo. As diferenças estruturais entre essas duas hospedarias, contudo, eram imensas.

Uma grande disparidade estava relacionada à dormida dos sujeitos em deslocamento. Enquanto na hospedaria paulista havia espaços dedicados aos grupos familiares, com a presença de camas, no abrigo em Fortaleza as pessoas dormiam todas juntas dentro de galpões, em redes que eram armadas à noite e recolhidas pela manhã. Em períodos de grande lotação, porém, não havia espaço para que todos pudessem se alojar. A partir da imagem abaixo, datada do final de 1958, pode-se visualizar esse emaranhado de redes dentro de um dos galpões.

Figura 1. Fotografia do interior de um dos galpões



Fonte: Revista Manchete, Rio de Janeiro, novembro de 1958.

Após o final da Segunda Guerra Mundial (1945), o projeto de migração em massa dos nordestinos para a Amazônia foi encerrado. Não havia mais propagandas incentivando tal deslocamento. Os pousos foram desativados e as hospedarias ganharam outras funcionalidades. Em Fortaleza, por exemplo, a Hospedaria Getúlio Vargas, a partir de 1948 na gestão do governador Faustino Albuquerque, foi utilizada para receber os mendigos da cidade. Assim, o projeto inicial, de acolher provisoriamente os “soldados da borracha” e suas famílias em

travessia para a Amazônia, modificou-se. A respectiva mudança não sustentou-se por um longo período, tendo em vista que a partir de 1951 o governo federal assumiu novamente a gestão desse abrigo.

Acredita-se que a hospedaria retornou à sua função primordial na década de 1950, ou seja, abrigar pessoas em trânsito, por causa do aumento substancial de migrantes na capital cearense. Milhares de pessoas, que entre 1951 e 1954, continuaram se deslocando em massa para Fortaleza, buscando o alistamento nas dependências daquele abrigo para conseguir passagens subsidiadas pelo governo federal para poder partir, rumo a outros locais onde pudessem recomeçar. Mas nem todos conseguiram. Em outubro de 1951, o jornal *O Povo* denunciava que havia uma “hospedaria de galhos”, ou seja, inúmeros sertanejos sem conseguir vagas no recinto de hospedagem, devido a quantidade de pessoas já abrigadas que excedia o limite máximo, permaneciam em um terreno baldio próximo, usando os cajueiros para se abrigar. Assim, “ali muitas delas estão há mais de um mês, esperando, esperando...Esperando o que? Uma providência do governo também” (*O Povo...*, 13/10/1951).

A espera, por vagas na hospedaria, por alimentação, por passagens e por auxílio governamental, foi uma constante na vida dos sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, não apenas entre 1951-1954, mas, sobretudo, em 1958, quando o afluxo de pessoas se deslocando para a capital cearense foi impressionante. A população em 1957 que era estimada pelo censo demográfico em “360.466 habitantes em Fortaleza” (*Enciclopédia...*, 1958, p.319), passou no ano seguinte a ser de “375.624” habitantes (*Anuário...*, 1958, p.23).

Dessa forma, no capítulo 4, intitulado *Os migrantes nordestinos em movimento (s)*, os leitores acompanharão a saga dos sertanejos na luta por melhores condições de vida. Para isto, organizavam-se em diversos movimentos sociais, tais como as passeatas da fome, que ocorreram, sobretudo, em 1951. A principal delas ocorreu no dia 07 de setembro, antes do desfile militar tradicional da independência em Fortaleza, sendo, porém, noticiada por apenas dois jornais, *O Democrata* e *O Povo*, que por coincidência não faziam parte do grupo dos Diários Associados.

Além disso, os retirantes envolveram-se em revoltas, motins, saques e confrontaram diretamente as forças policiais. Tais ações de massa ocorriam quando o poder de negociação entre o governador ou outros responsáveis pela migração e a multidão de sertanejos não conseguia ter êxito. Como salienta Neves,

a aglomeração de pessoas à espera de solução é o principal argumento, e ao mesmo tempo, o mais poderoso meio de pressão que os retirantes trazem para

o cenário da ‘negociação’: e a fome – ou a perspectiva de passar fome – é a motivação essencial. O crescente volume da multidão constitui uma pressão irresistível, que precisa ser neutralizada antes que a revolta tome conta dos espíritos, outrora pacíficos e conformados, dos homens do campo (Neves, 2000, p.10).

A fome, sem dúvidas, era o principal motor impulsionador desses sertanejos, para que estes caminhassem por aproximadamente uma hora entre a Hospedaria Getúlio Vargas e o Palácio da Luz, sede do governo estadual do Ceará. Quando conseguiam audiência com o governador, rogavam por alimentos, passagens e/ou trabalho, pois a situação nas dependências da hospedaria, sobretudo, em 1958 era assustadora. Uma penúria que não atingia somente os retirantes, mas, em menor medida, todos os habitantes de Fortaleza. Durante toda a década de 1950 houve aumentos constantes nos principais itens da cesta básica, que impossibilitava que o trabalhador assalariado, conseguisse com o salário mínimo recebido, alimentar-se adequadamente, pagar aluguel, pagar passagens de ônibus, etc.

Um dos movimentos contestatórios mais emblemáticos, que envolveu e uniu em uma só luta operários, estudantes e retirantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, ocorreu no final do ano de 1958. Além da carestia existente naquele ano, duas leis foram aprovadas que autorizava o aumento da passagem dos ônibus e do preço do pão, atingindo diretamente os discentes e trabalhadores que dependiam do transporte público para se locomover e atingindo a população fortalezense, em especial os sertanejos que tinham o pão como um dos principais alimentos.

Um movimento nacional de luta que unia operários e estudantes contra a carestia nesses anos de 1950, como se poderá perceber a partir da leitura da tese, mas que em Fortaleza ganhou a força de uma multidão de retirantes (aproximadamente 11 mil), que somente por sua presença já assustava e pressionava as autoridades por qualquer negociação. Embora a participação desses migrantes tenha sido em um momento específico da luta, quando era necessário pressionar os vereadores para que houvesse a diminuição do preço do pão e das passagens de ônibus, sem o enfrentamento direto com as forças policiais, se considera este tipo de manifestação como uma forma de *resistência cotidiana*, conceito analisado por James C. Scott, no texto *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa* (2002), que incluía reclamações, denúncias ou recusa em empreender alguma atividade.

Outro aspecto que é importante problematizar tem relação com a movimentação desses retirantes pela cidade de Fortaleza e o envolvimento destes com outros grupos sociais e políticos. Mesmo havendo a tentativa de cercear o deslocamento dos abrigados pela capital, colocando-se guardas armados no portão da hospedaria, estes sujeitos se movimentavam, seja

para pedir ajuda aos fortalezenses, reivindicar melhores condições de vida ao governador ou para interagir com *outros*, pois os “tempos de espera” não eram “forçosamente tempos de imobilidade” (Vidal, 2008, p.279).

Ao movimentar-se pela cidade de Fortaleza nesses anos de 1950 e, sobretudo, durante as secas de 1951-1953 e 1958, estes retirantes interagiam com outros sujeitos e impressionavam pela quantidade e força que possuíam enquanto multidão, havendo uma constante luta ideológica, seja por parte da imprensa, de grupos políticos, estudantis, operários e, inclusive, de forças policiais, buscando atrair esses migrantes para suas causas políticas. Nesse sentido, é significativa a participação do migrante Manuel Higino na conferência que debateu os problemas da seca, ocorrida em Fortaleza no final de 1953.

O respectivo evento, que contou com a participação de vários delegados representando sindicatos de trabalhadores, associações de camponeses, entre outros, buscou destacar a fala do sertanejo Higino, que durante aquela seca de 1953 não havia encontrado vaga na Hospedaria Getúlio Vargas, sendo necessário abrigar-se nos cajueiros. No depoimento relatava que a fome e o descaso com os retirantes eram constantes. Ao publicizar este testemunho, o jornal *O Democrata* buscava evidenciar a fala do subalterno, ou seja, daquele sujeito habituado a constantemente obedecer (Spivak, 2010). O destaque que o respectivo periódico deu ao sertanejo, porém, não era algo corriqueiro. Normalmente na imprensa, o protagonismo ou a culpa pela liderança de diversos movimentos sociais era atribuído a outros, como os comunistas, estudantes e operários, restando aos retirantes a passividade.

O que a imensa maioria dos retirantes desejava ao adentrar às dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, porém, era a migração. Com a constante exploração nos latifúndios e a ausência de direitos trabalhistas no campo, muitos desses migrantes enxergavam o deslocamento para outros lugares com um olhar de esperança. Nessa “cultura da migração”, as pessoas, quando havia a chance, optaram pela região amazônica para recomeçar. Muitos eram influenciados através de uma

memória social formada a partir da experiência de várias gerações, a qual engloba relatos retirados de seus antepassados, de parentes próximos ou distantes, de amigos e vizinhos; são histórias ouvidas, vividas e repassadas, desde as primeiras vivências das crianças interioranas (Cavalcante, 1997, p.115).

Entender algumas trajetórias de migração é o cerne do capítulo 5, intitulado *Migrações para Diversas Paragens*. Assim, a partir de uma diversidade de documentos

(jornais, depoimentos, relatórios, entre outros) foi possível traçar o percurso realizado por alguns sertanejos, entre 1951 e 1959, em direção a diversos espaços do país. Pessoas que normalmente preferiam migrar para a região amazônica, tendo em vista existir essa *memória social* em torno do deslocamento para aquele espaço desde pelo menos meados do século XIX, que eram repassadas entre as gerações. A existência de uma rede de solidariedade na Amazônia, no qual adentravam parentes, amigos e conhecidos, também contribuía para essa escolha.

Os percalços enfrentados pelos retirantes para conseguir migrar, contudo, eram constantes. Um dos problemas detectados era a constante lotação da Hospedaria Getúlio Vargas, que impedia que muitos sujeitos conseguissem se alistar e obter as passagens subsidiadas pelo governo federal. Assim esperavam, às vezes, meses para conseguir embarcar. Outras dificuldades eram percebidas ainda no processo de travessia e nos locais nos quais aportavam.

Mas o poder de decisão desses retirantes, em vários momentos, não era respeitado. O episódio denominado como “Operação Flagelados” é emblemático nesse sentido, pois foram evacuadas mais de 10 mil pessoas da Hospedaria Getúlio Vargas, numa grande operação que contou com Marinha, Exército e Aeronáutica. O objetivo era encaminhar forçadamente os alojados do abrigo federal, entre o final de 1958 e o início de 1959, para diversos espaços do Brasil. A maioria foi destinada aos núcleos coloniais na Amazônia, não havendo nestes espaços, contudo, um suporte logístico adequado que lhes proporcionasse condições dignas para recomeçar.

Neste mesmo período, 1958, outras ações foram arquitetadas pelo governo federal visando solucionar o problema da região nordestina. Um desses projetos foi a “Operação Nordeste”, que propunha soluções para acabar com o atraso e subdesenvolvimento do Nordeste. Outra iniciativa, que repercutiu diretamente sobre os abrigos federais, foi a organização do II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em meados de 1959 no Rio Grande do Norte. Após esse encontro se propôs transformar as hospedarias existentes nos espaços urbanos, no caso as Hospedarias Getúlio Vargas (Fortaleza), Tapanã (Belém) e Eduardo Ribeiro (Manaus), em hospedarias rurais. Afinal, era necessário evitar que aqueles episódios de revoltas, quebra-quebra e saques ocorridos durante a seca de 1958, que contaram diretamente com a participação dos retirantes, se repetissem. Vale ressaltar que, apesar de haver a movimentação constante de retirantes em direção à Hospedaria Getúlio Vargas durante os primeiros anos da década de 1960, o recorte da tese encerra-se exatamente com esse projeto de migração forçada, “Operação Flagelados”, e as discussões em torno da criação das hospedarias rurais, em 1959.

Buscar entender as experiências pelas quais Antônio, Manoel, Gabriel, Satina,

Maria, Rita e tantos outros homens e mulheres vivenciaram dentro e fora das dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, entre 1942 e 1959, é o propósito das próximas linhas. Naquele espaço, os sentimentos dos sertanejos eram conflitantes, oscilando entre as expectativas geradas pela constante espera (alimentos e passagens) e a esperança por dias melhores, em outras paragens. Enquanto esperavam, moviam-se pela cidade, interagiam com outros sujeitos e buscavam lutar, à sua maneira, por uma vida mais digna.

2 “TERRITÓRIOS DA ESPERA”: ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA OS SUJEITOS EM DESLOCAMENTO PELAS HOSPEDARIAS DO BRASIL

Na edição de 13 de fevereiro de 1951, o periódico cearense *O Povo* trazia em suas páginas a saga do migrante Luiz Ferreira Marques e de sua família, recrutados no interior cearense na década de 1940 para trabalhar nos rincões amazônicos extraindo o látex, que seria usado na luta dos Aliados para vencer a guerra. A trajetória destes migrantes, assim como de inúmeros outros nordestinos arregimentados para a “batalha da borracha”, foi permeada de adversidades, que se iniciava ainda nos abrigos federais oferecidos para acolher o “soldado da borracha” e/ou seus familiares.

Luiz Ferreira, a esposa e os filhos, após serem recrutados, partiram em direção ao seringal amazônico, no qual permaneceram por longos anos. Mas os baixos salários pagos no processo de extração da borracha os obrigaram a se deslocar novamente. Partiram em direção ao Pará, rumo ao baixo Amazonas, para trabalhar nas plantações da Fordlândia⁶. Deparam-se, contudo, com uma baixa remuneração novamente e Luiz afirmava que “mal ganhava para a manutenção da família” (*A Hospedaria...*, 13/02/1951).

A região para qual Luiz Ferreira migrou, denominada Fordlândia, foi adquirida pelo empresário Henry Ford em 1927, às margens do rio Tapajós, e tinha como principal propósito produzir borracha para a indústria automobilística norte-americana. Em 1945, contudo, após enfrentar diversas críticas de opositores ao projeto – afirmavam que o Brasil estava entregando seu território para os estrangeiros – e gastar milhões de dólares buscando combater pragas nas plantações, a Companhia Ford transferiu a Fordlândia para o governo brasileiro por um preço simbólico.

Apesar dos percalços envolvendo a empreitada da Companhia Ford, entende-se que a região amazônica era concebida como a terra da promessa, do futuro. Durante o Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas idealizou a integração da Amazônia ao projeto “Marcha para o Oeste” – campanha lançada em 1938 –, com o intuito de “apresentar uma imagem homogênea da Nação, e de Estado, como capaz de superar os conflitos sociais” (Guillen, 1999, p. 70). Com essa expectativa, Vargas promulgou seu “Discurso do Rio Amazonas”, em 10 de outubro de 1940, na cidade de Manaus, no qual afirmava que lá encontrava-se a

⁶ De acordo com Secreto, a região conhecida por Fordlândia, na Amazônia, foi concedida no final da década de 1920. Entretanto, através de um aditivo ao contrato realizado em 1934, a Companhia Ford Industrial do Brasil “trocou uma área da primeira concessão por outra da mesma extensão e mais próxima à foz do Tapajós” (Secreto, 2007, p.68) Com isso, a área denominada por Fordlândia correspondia ao espaço estabelecido na primeira concessão, sendo denominado de Belterra a área concedida na década de 1930.

terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora (Discurso..., 1943, p.5).

Quem iria, porém, explorar essa região de “energia criadora”, visualizada pelos idealizadores da “Marcha para o Oeste” como um “espaço vazio”? Em seu discurso, Vargas aponta a solução:

é tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é de dispersão. O nordestino, com seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. [...]. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial [...]. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (Discurso..., 1943, p.5).

A migração do nordestino, que outrora era percebida como um problema, neste momento “entrava no campo do discurso carregada de positividade”. Com isso, o deslocamento para a região amazônica era apontado “como solução para alguns problemas”, haja visto que os migrantes ocupariam os “espaços vazios” da Amazônia nos quais poderiam se fixar e cultivar a terra (Guillen, 1999, p. 74).

Com o advento da 2ª Guerra Mundial e a assinatura dos acordos entre Brasil e EUA, em 1942, para a extração da borracha, o encorajamento para que os nordestinos se deslocassem para a região amazônica intensificou-se. Propagandas foram criadas no intuito de arregimentar milhares de trabalhadores e encaminhá-los para as “zonas de colocação”. Mas para que isso fosse possível havia a necessidade de criar um amplo projeto, com pousos e hospedarias ao longo do trajeto de deslocamento entre o Nordeste e o Norte, assim como uma extensa estrutura para vaciná-los, vesti-los e alimentá-los adequadamente.

Entre o que havia sido arquitetado pelo governo federal e o que efetivamente concretizou-se, houve, entretanto, um grande hiato. Muitos foram os sujeitos que, ao serem deslocados para a Amazônia, adoeceram, endividaram-se e/ou morreram. Restou o retorno para sua paragem de origem, como ocorreu com o cearense Luiz Ferreira, que, em 1951, após anos

de desilusão com o trabalho na extração do látex nos seringais, solicitou abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, “mas, para surpresa sua, não foi aceito, muito embora estivesse com os seus documentos legalizados, inclusive uma guia fornecida pelo Departamento Nacional de Imigração” (A Hospedaria..., 13/02/1951). Ceder espaço e passagens para os retornados, contudo, não se configurava como o propósito do abrigo existente na capital cearense, pois o mesmo foi construído com um propósito bastante específico: contribuir para o encaminhamento de inúmeros trabalhadores e suas famílias, entre 1943 e 1945, para a Amazônia.

É interessante ressaltar que no período que Luiz Ferreira solicitava passagens para retornar ao Ceará havia uma procura imensa na hospedaria de Fortaleza por passagens para migrar para a região amazônica, pois o Ceará vivenciava o início de uma grande estiagem, que se prorrogou até 1953. Assim, este sujeito se configurava como a exceção dentro desse processo de migração, não a regra. Além disso, conceder passagens para aqueles que queriam retornar ia contra as regras da instituição responsável pelo deslocamento dos retirantes, o que poderia atestar o fracasso dos abrigos federais, por isso os empecilhos nessa concessão para que pudessem voltar para seus rincões de origem.

Discutir sobre as experiências e percalços vivenciados pelos migrantes nordestinos nos pousos e hospedarias edificadas pelo governo federal na década de 1940, entre as regiões Norte e Nordeste, se configura como o cerne deste capítulo. Espaços nos quais os sujeitos em deslocamento poderiam permanecer por dias ou meses, à espera de transporte para se locomover. Durante esse interregno, os mesmos experienciaram a ausência de uma estrutura adequada, assim como má alimentação e imposições arbitrárias dos administradores nesses abrigos.

Entendemos, porém, que, para se problematizar sobre o deslocamento de nordestinos, e em especial de cearenses, para estes abrigos federais na década de 1940, é necessário debatermos, brevemente, sobre as experiências de inúmeros sujeitos (migrantes nacionais e estrangeiros) em hospedarias construídas em décadas anteriores, entre o século XIX e início do século XX. Locais que, a priori, foram projetados para facilitar e agilizar a transferência de trabalhadores para os principais redutos de atração para essa mão de obra, como, por exemplo, os cafezais de São Paulo. Mas que, tal como os espaços idealizados em meados do século XX, apresentaram uma infraestrutura deficiente, tendo as pessoas que suportar, por exemplo, a supressão do direito de circular livremente.

Com isso, iniciaremos a discussão do capítulo em torno das vivências de migrantes provenientes do Ceará e de estrangeiros pelas hospedarias construídas em São Paulo e na ilha das Flores (Rio de Janeiro), compreendendo que, naqueles espaços, as pessoas que se

deslocavam traziam inúmeras expectativas de melhorias na qualidade de vida, que, ao longo do período de espera – que poderia se estender por meses –, modificaram-se diante dos problemas enfrentados cotidianamente. Além disso, debateremos brevemente sobre a Hospedaria Geral de Emigração⁷, construída em Fortaleza nos primórdios de 1889, que, apesar de ter tido uma breve existência, foi importante nesse processo de migração para as regiões produtoras de café em São Paulo e para a região amazônica.

2.1 Acolher, selecionar e distribuir: a construção das primeiras hospedarias para (i)migrantes no país⁸.

A construção de espaços de acolhimento aos estrangeiros no Brasil remonta aos idos de 1818, no governo de D. João VI, quando “aportaram no Rio de Janeiro 2.013 lavradores católicos suíços para se estabelecer em Nova Friburgo” (Chrysostomo; Vidal, 2013, p.3). A viagem destes colonos durou 80 dias, durante a qual 107 pessoas vieram a óbito no trajeto entre a Suíça e o Brasil. Mas os percalços vivenciados por estes sujeitos em alto mar não cessaram ao chegarem em solo brasileiro, já que, devido à ausência de autorização para desembarcarem, permaneceram no navio por mais uma noite. Após este episódio, os imigrantes foram encaminhados para outro espaço, no qual haviam sido instaladas sessenta tendas para um repouso de cinco dias. O descanso dos colonos seria necessário, pois ainda seria preciso percorrer um trecho de 87 léguas, atravessando rios e estradas, até chegar à Nova Friburgo.

Teixeira (2018) relata que a vinda desses colonos suíços foi subsidiada até o porto do Rio de Janeiro pelo rei D. João VI. O acordo estabelecido entre os governos do Brasil e da Suíça indicava ainda que os imigrantes, ao chegarem ao país, receberiam casas improvisadas, animais de criação (vacas, ovelhas, cabras e porcos), sementes para plantação e uma quantia de dinheiro, que posteriormente seria descontado. Em contrapartida, o rei D. João VI almejava que viessem para o Brasil pessoas com profissões que pudessem ser ensinadas a outros, tais como sapateiros, moleiros, alfaiates, tecelões, dentre outras. Mas, se por um lado havia o interesse do

⁷ Optamos por discutir brevemente tendo em vista que já existem trabalhos acadêmicos que discutem a respeito da migração interna no Brasil durante a seca de 1889, assim como sobre o governo do presidente da província Caio Prado no Ceará. Para entender melhor *ver* Bassanezi (2000); Neto (2012); Girão (1990); Lacerda (2006); e Maciel (2020).

⁸ Ao escrever sobre as primeiras hospedarias no país, optamos por priorizar as hospedarias que existiram em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Fortaleza, entre meados do século XIX e início do século XX, pois por estes espaços estiveram alojados os povos retirantes da região do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, denominadas naquela época de regiões nortistas. Mas como relatou Reznik; Fernandes (2014), existiram neste mesmo período hospedarias em Belém/PA, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS, Vitória/ES, entre outras.

rei em trazer estes profissionais, por outro havia o interesse do governo suíço de resolver o “problema da explosão demográfica, da falta de comida e da saída dos apátridas”. A saída desses sujeitos considerados apátridas – não somente do território suíço, mas de outros países da Europa – era um dos objetivos dessa leva imigratória do início do século XIX. Assim, órfãos, revolucionários, mães solteiras, filhos bastardos ou presidiários eram “incentivados” a migrar, caso contrário poderiam perder os auxílios concedidos pelo governo (Teixeira, 2018, p. 35).

Esta breve narrativa ilustra a primeira tentativa do governo imperial de criar espaços de acolhimento, mesmo que de forma improvisada, para os imigrantes que aportavam no Brasil. Espaços, que, ao longo do século XIX e início do século XX, foram institucionalizados pelos agentes do poder público com o propósito de controlar os corpos dos imigrantes, com imposições sanitárias e limitação do tempo que poderiam permanecer nestes estabelecimentos. Ações que se estenderam também aos migrantes nortistas, em especial aos cearenses, que em diversos períodos de seca se dirigiram para as hospedarias governamentais, sendo encaminhados posteriormente para trabalhar em lavouras de café ou em outras atividades agrícolas.

Dentre as diversas hospedarias construídas no país na região atualmente denominada Sudeste, destacamos a Hospedaria do Campo da Luz e a Hospedaria de Imigrantes do Brás, ambas localizadas em São Paulo; e a Hospedaria da ilha de Flores⁹, no Rio de Janeiro. A escolha está intrinsecamente relacionada à relevância que tiveram não apenas para a migração estrangeira, mas, sobretudo, no acolhimento dos migrantes cearenses que entre o final do século XIX e início do século XX por lá estiveram, em busca de trabalho. Espaços que se transformaram em “territórios da espera” para milhares de sujeitos em deslocamento, vindos de outros países ou de diversas regiões do território brasileiro.

Como explicitado anteriormente, a preocupação do governo imperial em acolher os imigrantes que aportavam no país como colonos existia desde 1818. Mas os espaços existentes eram improvisados e precários, não oferecendo as instalações apropriadas para acolher estes sujeitos. Somente a partir da década de 1830 a Sociedade Promotora de Colonização preocupou-se em criar áreas adequadas que pudessem “agasalhar” satisfatoriamente aqueles que chegavam ao Brasil. A preocupação da respectiva instituição era promover políticas públicas que estimulasse a migração de colonos europeus, contando, inclusive, com a participação de empresas públicas e privadas neste intento. Para isto montou-se uma infraestrutura dos dois

⁹ A respeito da hospedaria da ilha de Flores, no Rio de Janeiro, voltaremos a tratar sobre a mesma na década de 1950, quando esta ficou responsável por receber os cearenses que buscavam acolhida, saindo da Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza.

lados do Atlântico “para regular a vinda, o estabelecimento e a distribuição dos imigrantes no território” (Chrysostomo; Vidal, 2013, p. 4).

Em algumas províncias, houve a criação de companhias de colonização, com o intuito de organizar esses trâmites transatlânticos. Na Bahia, por exemplo, foi criada uma companhia, em 1835, que tinha o propósito de recolher, proteger e sustentar os imigrantes que aportavam no país até que houvesse a contratação dos mesmos para algum trabalho. Para além disto, os sócios da companhia solicitaram ao governo imperial prédios públicos que servissem como depósito para abrigar os indivíduos. Uma proposta semelhante foi criada no Rio de Janeiro, em 1836. A companhia de colonização desta última província possuía depósitos para os colonos e, em suas dependências, os dormitórios eram separados por sexo e condição jurídica. Como salientam Chrysostomo e Vidal (2013, p. 4), estes depósitos eram uma mistura de “alojamento, prisão e hospital de primeiros socorros”.

A permanência dos imigrantes nestes depósitos, contudo, era visualizada com bastante receio e desconfiança pelos sócios das companhias, pois havia constantemente o perigo que os mesmos não conseguissem quitar suas dívidas, adquiridas antes da travessia e que aumentavam ao longo da estadia no abrigo. Assim, quanto mais tempo estes permaneciam naqueles depósitos sem oferta de trabalho, mais gastos haveria, podendo não haver o ressarcimento financeiro aguardado pelos sócios.

Esse temor era usado como argumento para que houvesse um maior controle sobre estes sujeitos abrigados, até que suas dívidas fossem pagas. Mas, apesar da vigilância constante sobre os corpos dos imigrantes, as fugas eram recorrentes. Dessa forma, estes espaços, que, teoricamente, deveriam acolher adequadamente aqueles sujeitos em deslocamento, tornavam-se locais de extrema vulnerabilidade social. Vulnerabilidade que era endossada pelos preconceitos em torno desses imigrantes e, sobretudo, pelas práticas de acolhida herdadas do período dos negros escravizados, como, por exemplo, o recurso da violência sistemática como método disciplinar.

Percebe-se que havia, tal como ocorria em 1818, uma corriqueira desorganização destas companhias de colonização, com a construção improvisada de hospitais, depósitos e casas para acolher os imigrantes no Brasil, havendo pouco investimento neste setor. Somente a partir da década de 1850 esse panorama começa a modificar-se, com a adoção de medidas criadas pelo governo imperial para incentivar a imigração; facilitação para os imigrantes se naturalizarem e, principalmente, incentivo para aquisição de terras, já que, com a Lei de Terras¹⁰

¹⁰ A Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850, dispunha sobre as terras devolutas do Império e sobre as terras possuídas por título de sesmaria em preenchimento das condições legais, entre outros aspectos.

(1850), permitia-se que estrangeiros pudessem adquirir propriedades.

Nessa mesma década de 1850, houve outra grande mudança em relação à imigração, já que os locais de abrigo passaram a ser transferidos para ilhas, sob a coordenação da Junta Central de Higiene – criada em setembro de 1850 pelo Ministério do Império. A primeira fundação foi o lazareto de Jurujuba, em 1851, localizado em Niterói/Rio de Janeiro. Para aquele local eram encaminhados marinheiros, viajantes e imigrantes que aportavam na baía de Guanabara/Rio de Janeiro. Em caso de surgimento de doenças na cidade do Rio de Janeiro, as pessoas eram encaminhadas para aquele lazareto, já que ali foi instalado um hospital marítimo. Em 1855, por exemplo, durante a epidemia de cólera-morbo que atingiu a região, muitas pessoas foram encaminhadas para lá. O propósito era afastar todos os enfermos da área central da cidade, evitando assim o surto da doença.

Além disso, em 1855, a Associação Central de Colonização (ACC) buscou reerguer na cidade do Rio de Janeiro um projeto que criava espaços de acolhimento para os imigrantes. A ideia era contratar cinquenta mil colonos no intervalo de 5 anos. Com isso, houve algo inédito: propuseram que “dezenas de milhares de colonos fossem transportados dos portos europeus até a cidade do Rio de Janeiro para ser redistribuídos pelas diversas regiões do país” (Chrysostomo; Vidal, 2013, p. 7). Além da contratação, a ACC se encarregava do restante do processo, desde o recrutamento, o transporte até a instalação dos imigrantes nas colônias.

Outra responsabilidade da ACC era receber provisoriamente os colonos que aportavam no Brasil em espaços de acolhimento. Locais que possuíam nomenclaturas diferenciadas nos artigos do estatuto da instituição, pois em alguns momentos eram denominados de depósitos, em outros de hospedarias. De acordo com o dicionário da língua portuguesa (Pinto, 1832, p. 41), a palavra depósito significa “o lugar ou casa onde se depositam as coisas”. De acordo com Chrysostomo e Vidal, a respectiva definição seria recente no Ocidente, e o primeiro registro data da segunda metade do século XVIII na França, “com a criação dos *dépôts de mendicité* (1767)”, quando “tal termo é pela primeira vez empregado para se referir ao local de abrigo dos mendigos, que até então estavam ocupando os hospitais” (Chrysostomo; Vidal, 2013, p. 7).

Já o significado de hospedaria, segundo o mesmo dicionário de língua portuguesa de 1832, seria a “casa em que se recebem, e agasalham hóspedes” (Pinto, 1832, p.73). A palavra tem origem francesa e deriva de *hostellerie*, que no século XIII significava “acampamento provisório”, sendo atribuído posteriormente à palavra o significado de casa de hóspedes. Apesar de haver variações na nomenclatura atribuída aos locais de acolhimento criados pela ACC, sabe-se que havia a expectativa que esses espaços fossem territórios de passagem rápida e

provisória. Mas, como veremos adiante, a permanência nestes locais de acolhida podia durar vários dias, havendo tentativas dos agentes do poder de controlar os corpos dos abrigados.

Em 1857, quando as atividades da ACC foram transferidas para a ilha de Bom Jesus, uma das principais preocupações era racionalizar o tempo e o espaço do imigrante naquela ilha. Assim, foram contratados médicos, enfermeiros, cozinheiros, serventes, dentre outros profissionais, para organizar e administrar o cotidiano dos colonos. Porém, devido às dificuldades dos dirigentes da ACC de conseguir contratos para os colonos junto aos fazendeiros, o período de permanência dos abrigados aumentara consideravelmente, elevando a dívida correspondente à hospedagem, pois, apesar da promessa da associação de cobrar um valor módico, muitos sujeitos se endividaram durante a estadia. Esta situação precarizava ainda mais a vida destes imigrantes nos espaços de acolhimento, sendo as dívidas com a hospedagem uma das principais reclamações, de acordo com Chrysostomo e Vidal (2013).

Além das dificuldades advindas com as dívidas, havia outros problemas nos espaços administrados pela ACC, como fica evidente na fala de um representante do governo francês, que acompanhava a chegada de imigrantes franceses ao Brasil em novembro de 1857:

é sempre com efeito uma coisa terrível ver essa aglomeração de famílias pobres ... acolhidas muito provisoriamente num asilo comum de onde não podem num primeiro tempo sair, e enviadas em seguida para localidades mal conhecidas, e à disposição de contratantes que na maioria do tempo não oferecem nenhuma das garantias desejáveis ... Tive uma severa discussão com o Presidente da Associação em relação ao sequestro dos colonos franceses após a sua chegada; e acabei conseguindo para eles o direito de ir livremente à cidade para buscar trabalho. Consegui também que possam ficar na cidade, se for seu desejo, contra a obrigação de reembolsar o preço do seu transporte (France, 18 nov. 1857 *apud* Chrysostomo; Vidal, 2013, p.9-10).

As palavras do cônsul francês evidenciam os dilemas enfrentados por seus compatriotas nas dependências dos recintos de hospedagem – percalços que possivelmente imigrantes de outras nacionalidades enfrentavam também. Além dos problemas relacionados às dívidas (adquiridas com o traslado da viagem e durante a permanência nos alojamentos da ACC), havia a denúncia de que os colonos franceses eram tratados como prisioneiros, já que eram impedidos de circular livremente pela cidade do Rio de Janeiro. Movimentação que seria necessária caso estes sujeitos quisessem buscar qualquer ocupação, como enfatizou o cônsul francês na acalorada discussão com o presidente da ACC. Outra problemática estava relacionada à execução dos acordos pré-estabelecidos entre colonos e fazendeiros, que em diversas circunstâncias não eram cumpridos, provocando indignação e revolta.

Ironicamente, o mesmo cônsul, que, em 1857, denunciava as condições precárias dos imigrantes nas dependências administradas pela ACC, defendia com bastante entusiasmo a respectiva associação em 1855, afirmando que a “companhia tem grande preocupação com o tratamento dado aos colonos na sua chegada”. Além disso, “organiza casas de depósitos onde serão, mediante uma módica retribuição, recebidos e bem tratados até ser conduzidos a sua destinação” (France, 17 juin 1855 *apud* Chrysostomo; Vidal, 2013, p.8). Mas, com os percalços vivenciados pelos imigrantes franceses nos depósitos da associação, o discurso enaltecendor precisou modificar-se.

Assim, enquanto o tom das palavras do cônsul francês modificou-se em um curto período, outros sujeitos continuaram a incentivar a migração para o Brasil. Dessa forma procedeu o alemão Joseph Hormeyer, que, em 1863, publicou uma brochura na cidade de Leipzig, com o propósito de fazer propaganda na Europa sobre a migração para as terras brasileiras. O respectivo livro narra a trajetória de Jorge, um aldeão que havia saído de sua terra natal em direção ao Brasil. Vinha em busca de melhores condições de vida, como muitos outros estrangeiros neste período, que, sem ter acesso às propriedades agrícolas e/ou possuir qualquer ocupação, enxergava a migração como última alternativa.

Jorge, de acordo com o respectivo livro, ao chegar ao Rio de Janeiro, foi encaminhado para a Hospedaria da ilha de Bom Jesus, na década de 1850. Além desta informação, Hormeyer relata ainda detalhes sobre o funcionamento do recinto de hospedagem. Os abrigados recebiam três refeições e pagavam diariamente por suas estadias o valor de mil réis – no caso de adultos. Crianças entre 2 e 10 anos pagavam 640 réis e menores de 2 anos eram isentas do pagamento. O embolso pela estadia na hospedaria, porém, era direcionado apenas para aqueles que não aceitavam a proposta governamental para se instalarem em colônias agrícolas. Aqueles que aceitavam “não pagavam nada pela estadia e alimentação” (Udaeta, 2013, p.61).

Apesar do objetivo de Hormeyer de incentivar a vinda de colonos europeus para o Brasil, exaltando em seu livro as benesses desse traslado – boa acolhida nas dependências da hospedaria, isenção de pagamento de diárias, boa alimentação e contratos de trabalho com fazendeiros –, não foi possível manter ao longo da sua publicação um tom apenas positivo. Um dos percalços observados na respectiva obra envolvia a separação das famílias, já que a princípio as pessoas foram divididas por gênero. Com a reclamação dos imigrantes, contudo, houve a improvisação de divisórias, separando os grupos familiares do restante dos alojados. Assim era possível manter a família reunida em um mesmo espaço.

Em outro trecho do livro, contudo, Hormeyer relata outro problema envolvendo os

abrigados. Os mesmos eram vigiados excessivamente dentro do recinto de hospedagem, considerando-os o autor “como prisioneiros pois não devíamos ir a cidade” (Udaeta, 2013, p. 87). Denúncia que se assemelhava àquela feita pelo cônsul francês, possibilitando-nos perceber que o cerceamento dos movimentos dos imigrantes era algo corriqueiro dentro da hospedaria da ilha de Bom Jesus. Hormeyer, porém, buscava justificar esse aprisionamento sobre os corpos dos abrigados, afirmando que tal fato ocorria devido às fugas anteriores, uma maneira de resistir às imposições autoritárias, havendo assim o rompimento dos contratos estabelecidos entre fazendeiros e colonos.

É interessante ressaltar que a atuação da ACC no Rio de Janeiro não alcançou os resultados esperados, já que, dos 50 mil colonos imigrantes que almejava trazer para o Brasil, conseguiu fazer o traslado de somente 2.500 pessoas, encerrando suas atividades em 1861. Neste mesmo recorte, entretanto, muitos outros estrangeiros foram enviados para a província de São Paulo com a criação da Associação Auxiliadora de Imigração.

A proposta da respectiva associação era trazer imigrantes norte-americanos, sobretudo, sulistas que haviam perdido a Guerra da Secessão¹¹ em 1865, numa tentativa de diversificar o uso da mão de obra livre no Brasil, para que não fossem obrigados a recorrer somente aos escravos e aos trabalhadores nacionais. À frente dessa iniciativa encontravam-se duas grandes famílias de cafeicultores paulistas, os Souza Queiroz e os Silva Prado. Como salienta Udaeta (2013, p.43), os “fazendeiros ligados à Associação Auxiliadora de Imigração pretendiam ganhar com a vinda do imigrante americano de variadas formas”.

Um dos objetivos almejados com a vinda de trabalhadores norte-americanos era transformá-los em mão de obra, já que aqueles colonos, caso viessem a adquirir suas próprias terras, poderiam trabalhar em outras propriedades circunvizinhas às suas nos períodos das colheitas, ganhando por jornada diária. Esperava-se ainda que aqueles que não conseguissem obter terras fossem contratados por grandes fazendeiros. A segunda vantagem estava atrelada à especulação imobiliária, ou seja, pretendia-se induzir os norte-americanos a se direcionarem às regiões de interesse dos fazendeiros associados, propondo-os a compra de propriedades fundiárias. Por fim, imaginava-se que poderia haver uma parceria nos negócios, pois havia a pretensão do governo em vender o algodão produzido pelos colonos.

O projeto relacionado à mão de obra estadunidense, contudo, não alcançou os objetivos esperados, sendo a Associação Auxiliadora de Imigração substituída posteriormente pela Associação Auxiliadora de Imigração e Colonização, que foi aprovada pelo decreto

¹¹ A Guerra Civil Americana, ou Guerra de Secessão, foi um conflito que ocorreu entre os estados do Sul e do Norte dos Estados Unidos, entre 1861 e 1865.

imperial nº 4769, de 08 de agosto de 1871. A proposta da respectiva associação era trazer colonos para a província de São Paulo, contando com o apoio do governo, mas com um diferencial: a instituição se responsabilizaria por todos os migrantes, fossem trazidos por ela ou por terceiros.

Assim, aqueles imigrantes que chegavam à São Paulo sem estarem atrelados a qualquer contrato com um empresário passavam a ser responsabilidade da Associação. Ficaria a seu encargo ainda fazer propaganda na Europa incentivando a migração para o Brasil. Mas, como enfatiza Udaeta (2013, p.49), “a propaganda deveria ser para promover a vinda de europeus exclusivamente para a Província de São Paulo”.

Em 1872, começaram a chegar a São Paulo os primeiros imigrantes contratados pela Associação Auxiliadora. Os colonos eram encaminhados para uma hospedaria financiada pela respectiva associação, na qual recebiam alimentação, acomodação para descanso e atendimento médico e/ou fúnebre, caso fosse necessário. O tempo de estadia permitido no abrigo era de até oito dias. Em caso de doença, esse prazo poderia ser estendido, mas somente com a concessão governamental. As despesas realizadas pela instituição, contudo, eram ressarcidas pelo governo provincial de São Paulo.

É importante ressaltar que o local escolhido para abrigar os colonos no período descrito acima ainda não era a Hospedaria de Imigrantes do Brás, a mais famosa instituição de hospedagem do Brasil, que foi construída apenas na década de 1880. De acordo com a historiadora Rosa Udaeta, na província de São Paulo, entre as décadas de 1870 e 1880 e anteriormente à construção da famosa hospedaria, foram edificadas 6 hospedarias. Mas, na impossibilidade de debatermos sobre todas, daremos ênfase, sobretudo, àquelas que receberam migrantes cearenses durante os períodos de estiagem no século XIX.

A primeira delas se denominava Maçan d’Oro, sendo administrada pela Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. Funcionou até aproximadamente o ano de 1875, não sendo identificada, contudo, a data de fundação. A hospedaria, na realidade, se configurava como um aglomerado de casinhas que se localizava na cidade de São Paulo e podia comportar 300 pessoas. Nos períodos de maior lotação, contudo, chegou a receber 400 imigrantes em suas dependências. As acomodações na respectiva hospedaria eram criticadas pelo ajudante da Inspetoria Geral das Terras e Colonização, José Cupertino Coelho Cintra. Em ofício enviado por este ao Presidente da Província de São Paulo, reclamava da ausência de higiene e da insalubridade; da capacidade de acomodação, já que “mal comporta 300 indivíduos, teve alojados cerca de 400!!... de uma só vez” (Ofício..., 26/10/1876).

Outra crítica contundente, que veremos ocorrer com reincidência em relação a

outras hospedarias, estava direcionada ao tempo de permanência dos imigrantes nas dependências do recinto de hospedagem. Os imigrantes, “ao invés de ficarem os oito dias de direito, tinham obtido prorrogações, inclusive alguns teriam permanecido oito meses” (Udaeta, 2013, p. 79). Por fim, José Cupertino Coelho Cintra reclamava que havia uma cobrança descabida das diárias, já que se cobrava um valor de 500 réis para as crianças abaixo de 1 ano, algo que não ocorreu em outros abrigos.

Estas irregularidades evidenciadas por José Cupertino, sobretudo a questão da insuficiente capacidade de acomodação dos imigrantes, propiciaram o fechamento da hospedaria Maçan d’Oro. Após o fechamento desta, outras foram criadas: Areal ou Depósito de Imigrantes (1875-1877), Vargem do Carmo (1877), Campo da Luz (1877-1878), Santana (1879) e Bom Retiro (1882-1887). Quando havia problemas estruturais, os responsáveis pela imigração fechavam a hospedaria e outra começava a funcionar. Assim, não existiram hospedarias que funcionavam concomitantemente em São Paulo, mas apenas uma Hospedaria de Imigrantes por vez.

Em geral, todas as hospedarias que existiam anteriormente à Hospedaria de Imigrantes do Brás funcionaram de forma semelhante. O tempo de permanência, por exemplo, era de até 8 dias. Caso algum abrigado ficasse doente, o prazo poderia ser estendido por mais alguns dias, mas somente com a autorização do governo. Além disso, eram servidas três refeições diariamente, sendo preparadas por fornecedores contratados, com exceção da hospedaria de Maçan D’oro. Ademais, os alojados que ficavam doentes recebiam tratamento médico às custas do governo provincial de São Paulo.

Dentre estas hospedarias citadas acima, a hospedaria do Campo da Luz ganha destaque para esta pesquisa, na medida em que recebeu diversos migrantes cearenses durante a seca que atingiu o Ceará entre 1877 e 1879. A respectiva hospedaria era administrada pela Inspetoria Especial de Terras e Colonização e funcionava em uma casa alugada, iniciando suas atividades em novembro de 1877.

Localizava-se próxima à estação ferroviária da Luz e a expectativa era que esta proximidade facilitasse o deslocamento dos (i)migrantes até a hospedaria, vindos do porto de Santos ou de outras regiões, como o Rio de Janeiro, através da estrada de ferro D. Pedro II. Além disso, esperava-se que esta aproximação facilitasse a travessia para as áreas de plantio no campo. Apesar das expectativas, ainda foi necessário contratar carroças para fazer o transporte das bagagens entre a estação e o recinto de hospedagem. Dentro da hospedaria, os abrigados seguiam a seguinte rotina alimentar: almoço (arroz, feijão, carne verde e toucinho), jantar (a mesma refeição do almoço, podendo haver a substituição da carne pelo bacalhau) e ceia (café,

pão e açúcar). Às crianças era servida a metade da alimentação distribuída aos adultos.

Alguns meses após a abertura, devido ao grande fluxo de migrantes cearenses solicitando vagas na hospedaria do Campo da Luz, assim como de colonos estrangeiros buscando se estabelecer nos núcleos coloniais implantados adjacentes à cidade de São Paulo, o administrador do recinto de hospedagem, Antônio Prado¹², alugou uma casa vizinha à hospedaria, no intuito de aumentar a capacidade máxima de abrigados. Além disso, contratou novos empregados para a realização das atividades. Inclusive exigiu a contratação de um administrador que fosse fluente em várias línguas, mas caso houvesse alguma impossibilidade na respectiva admissão, seria necessário que o administrador soubesse no mínimo o idioma italiano, dado a grande quantidade de imigrantes dessa nacionalidade no país.

O acréscimo no fluxo destes sujeitos em deslocamento buscando vaga na respectiva hospedaria, assim como o aumento de funcionários, estava relacionado, contudo, à enorme quantidade de cearenses que chegaram na cidade de São Paulo em 1878, fugindo das agruras causadas pela estiagem que atingiu a província do Ceará e buscando abrigo na hospedaria do Campo da Luz. Ao compararmos os números de entrada de estrangeiros e de migrantes nacionais podemos visualizar mais adequadamente a disparidade dos números. De acordo com Lima (2010), entre 09 de maio e 24 de setembro de 1878, foram registrados 18 italianos (1 faleceu), 5 espanhóis, 10 prussianos, 14 índios e 292 cearenses (Mapas..., 1878). Esse aumento substancial de cearenses solicitando abrigo teria, inclusive, influenciado a decisão da Inspetoria Geral de Terras e Colonização de modificar o regulamento daquele recinto de hospedagem, que passaria a ser intitulado Hospedaria de Imigrantes e Retirantes Cearenses.

Esses dados, contudo, não podem balizar todo o movimento de entrada e saída dos (i)migrantes durante o ano de 1878, já que não existem registros diários dessa movimentação, apenas de alguns dias. Além disso, não existem documentos referentes ao mês de agosto. Muitos sujeitos, ademais, que adentravam a cidade de São Paulo (estrangeiros e/ou migrantes) vindos através do porto de Santos ou do Rio de Janeiro não se dirigiam para a hospedaria Campo da Luz, pois eram encaminhados diretamente para o trabalho agrícola no interior paulista. O objetivo com esse desvio entre o local de acolhimento e o campo era evitar gastos para o governo, pois, como já discutimos, a estadia, a alimentação e os cuidados médicos por até 8 dias ficavam sob a responsabilidade das autoridades governamentais.

¹² Antônio da Silva Prado fazia parte da família Silva Prado, que anteriormente foi responsável pelo incentivo à imigração estrangeira para o trabalho nos cafezais em São Paulo. Vale ressaltar ainda que em fins da década de 1880, seu irmão Antônio Caio da Silva Prado, presidente da província do Ceará entre 1888-1889, criou uma hospedaria de migração, que seria responsável pelo deslocamento de inúmeros sujeitos em direção ao trabalho com o café em São Paulo.

A vinda das famílias cearenses para a província de São Paulo entre os idos de 1877 e 1878, contudo, foi bastante incentivada, tanto por agentes do governo imperial ligados à colonização e imigração, como pelo presidente da província do Ceará, Caetano Cavalcanti. Este solicitava, em fins de 1877, ao Ministro de Negócios do Império, passagens nos vapores da Companhia Brasileira para que os migrantes pudessem se deslocar para a região Sul. Cavalcanti defendia a tese de que os retirantes naquele contexto de estiagem preferiam a migração para o Sul, ao invés do tradicional deslocamento para a região Norte, já que ali “a população começava a sentir uma certa repugnância, receiosa de não encontrar ali prompto os meios que lhe garantam a subsistência e lhe assegurem o futuro” (Registro de Minutas..., 08/09/1877). Além disso, assegurava que este novo destino de migração diminuiria os problemas nas províncias do Amazonas e do Pará, envolvendo a imensa quantidade de migrantes que adentravam estas regiões em busca de trabalho.

A preferência pela região sul, defendida pelo presidente da província do Ceará, estava relacionada, concretamente, aos planos dos grandes proprietários de terras e produtores de café em conseguirem mais mão de obra disponível para suas fazendas, sendo os migrantes cearenses um grupo de trabalhadores em potencial que poderia ser aproveitado para tal intento. Outro sujeito que defendia esse deslocamento para os cafezais era Joaquim José do Rego Rangel, agente oficial de colonização. Para este, havia “falta de braços para a lavoura e sendo preferido pelos fazendeiros os nacionais” (Agência Oficial..., 03/05/1878). Além disso, Rangel afirmava que recebia diversos pedidos de cearenses solicitando ocupação na lavoura paulista, como é perceptível no ofício abaixo:

Tendo recebido um pedido do fazendeiro – padre João Juliano de algumas famílias de retirantes cearenses para a sua fazenda no Amparo, e achandose na hospedaria 9 famílias, compostas de 42 pessoas que desejam ir para a mencionada fazenda, rogo a V. Ex^a [...] que se digne conceder passagem aos mesmos, sendo 28 inteiras, 11 meias e 3 gratis (Agência Oficial..., 20/06/1878).

Muitas famílias migrantes cearenses, ao desembarcarem na província de São Paulo, já vinham com uma colocação predeterminada para trabalhar nas fazendas produtoras de café, pois havia acordos estabelecidos entre os fazendeiros e o agente oficial da colonização. Como salienta Lima (2010), na documentação da agência de Colonização do ano de 1878 aparecem recorrentemente duas regiões do interior paulista para onde os retirantes eram enviados: Guaratinguetá e Rio Claro. Para esta última região, por exemplo, foram enviadas, em 19 de junho de 1878, nove pessoas para trabalhar.

Em algumas circunstâncias, contudo, os respectivos acordos não eram cumpridos pelos migrantes cearenses. Em 20 de junho de 1878, por exemplo, o agente oficial Joaquim do Rego Rangel enviou uma documentação ao presidente da província de São Paulo, João Batista Pereira, no qual constava uma lista com 15 nomes de retirantes cearenses que foram expulsos da hospedaria do Campo da Luz porque “se achavam ali ha bastantes dias e não se queriam empregar, recusando-se irem para Guaratinguetá com os demais” (Agência Oficial..., 20/06/1878).

Dentre os migrantes cearenses expulsos da respectiva hospedaria estava José Romão de França e sua família. A princípio, José Romão havia se recusado a embarcar para o interior paulista em 05 de junho de 1878 com mais oito familiares, para cumprir o acordo de trabalho, porque sua esposa encontrava-se doente. A doença obrigou-os a permanecerem mais alguns dias no recinto de hospedagem. Assim, quando o agente oficial de colonização, Rangel, emitiu a listagem em 20 de junho com os nomes daqueles migrantes que haviam se recusado a partir para Guaratinguetá, o nome de José Romão e seus familiares, com exceção da esposa (provavelmente havia falecido), ainda constava como abrigado da hospedaria.

Neste período, junho de 1878, houve ajustes no regulamento da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, determinando que aqueles que se deslocassem para a hospedaria do Campo da Luz portassem um documento com a ordem do agente oficial de colonização para obter acesso ao abrigo. Como salienta Gonçalves (2014), na província paulista o respectivo agente era responsável por realizar o encaminhamento dos trabalhadores às fazendas de café, mantendo contato com os fazendeiros que porventura quisessem contratá-los. Após este contato, o agente solicitava por meio de ofício ao presidente da província passagens de trem que levaria os migrantes para o interior de São Paulo. “As despesas corriam por conta da verba ‘socorros públicos’, repassada pelo governo imperial” (Gonçalves, 2014, p.297).

Em algumas circunstâncias, porém, os migrantes apresentavam ao agente de colonização uma carta, que continha informações a respeito do acordo com o fazendeiro que lhes empregaria. De acordo com Lima (2010), as correspondências eram trazidas nas bagagens dos migrantes contendo normalmente o nome da pessoa que deveria buscá-los no porto ou apenas o endereço da mesma, para que o retirante pudesse procurá-lo. Dentre estes inúmeros migrantes que chegaram à província paulista munidos de correspondências, destacamos a figura do cearense Raimundo Pereira, que, em 26 de maio de 1878, desembarcou na estação da Luz juntamente com a esposa Francisca e seus quatro filhos (Moura, 1998, p. 3).

Raimundo Pereira e sua família iniciaram sua jornada de deslocamento no Ceará, dirigindo-se para o Rio de Janeiro. De lá foram encaminhados para São Paulo. Trazia no bolso

a carta de um amigo, evidenciando as tessituras e os laços de solidariedade criados entre estes sujeitos em deslocamento:

Compadre e amigo

Limeira, 24 de maio de 1878.

Tenho presente sua cartinha datada de 22 do corrente que apresso-me em responder.

Ainda hontem estive com o fazendeiro com quem arranjei agasalho para vmê., e disse-me que está pronto a recebê-lo por isso logo que esta receber pode vir para esta. O Vicente e seu genro também podem vir hem sua companhia. As quatro famílias de que me falla, se forem pessoas affeitas ao trabalho da lavoura, também podem vir, porque ainda que este fazendeiro não os queira acceitar, tenho uma encomenda de um fazendeiro importante de S. Carlos do Pinhal, de dez ou doze famílias cearenses e que estou autorizado para isso.

Se encontrar algum obstáculo da parte do Exmo. Sr. Presidente da Província em dar passagem, procure ahy o meu amigo Sr. coronel João de M. Pimentel, que mora na rua do Imperador, nº 29 e apresente-lhe esta carta que lhe prestará serviços no sentido de arranjar passagem com o Exmo. Sr. Presidente.

Aqui o espero, seu companheiro e amigo

Lucas Ribeiro do Prado

P. S. não vou mesmo lá porque agora estou só em caça. Procure hoje o Florindo na r. S. Bento, nº 71, casa do Sr. Francisco Muller (Colônias, 27/09/1879).

A presença de agenciadores de mão de obra nas províncias do Norte, sobretudo no Ceará, era uma constante desde pelo menos meados do século XIX¹³, quando diversos sujeitos eram convencidos a migrar para outras regiões do país, sobretudo para a Amazônia, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Persuasão que estava intrinsecamente relacionada aos laços de amizade e/ou parentesco, que facilitaria conseguir ocupação para si e outros parentes, tal como observamos na carta de Lucas Ribeiro para Raimundo Pereira.

Como é perceptível, entre 1877 e 1878, houve um incentivo à migração de cearenses para o trabalho nos cafezais paulistas, ficando a Inspetoria Geral de Terras e Colonização responsável por acolhê-los na hospedaria do Campo da Luz, alimentá-los e medicá-los, caso ficassem doentes. No recorte temporal supracitado, o aparente estímulo de políticos, governantes e outros indivíduos para que estes retirantes se deslocassem do Ceará para outras regiões do país estava relacionado, sobretudo, ao receio que a elite cearense tinha que esta multidão de subalternos, que se deslocava para Fortaleza durante o período de seca, se

¹³ No século XIX, era corriqueiro o agenciamento de trabalhadores nos interiores do Ceará, sendo encaminhados para os rincões amazônicos com a promessa de enriquecimento fácil. Um desses agenciadores foi o cearense João Gabriel de Carvalho e Mello, que em meados do século XIX partiu em direção à Amazônia, retornando anos depois para o Ceará com o intuito de contratar trabalhadores para se deslocar até o rio Purus. Para saber mais sobre a trajetória de João Gabriel ver Cardoso (2011).

rebelasse exigindo ações mais efetivas de auxílio que suprissem suas necessidades mais básicas.

O aparente incentivo, entretanto, arrefeceu em 1879, havendo uma diminuição significativa de deslocamentos para a província paulista. Entre fins de 1878 e novembro de 1879, somente 24 pessoas se registraram na hospedaria do Campo da Luz. Os discursos em torno da necessidade de trazer migrantes nacionais para o trabalho nos cafezais também se reduziram. Isto é evidente no documento abaixo, do Ministério do Império:

não tendo o governo Imperial até ao presente poupado esforços no intuito de soccorrer, nas respectivas provincias, aos individuos victimas da sêcca que as tem flagellado e não havendo por conseguinte necessidade de retirarem-se taes individuos para outras provincias, na immensa escala em que o fazem com o fim de procurarem meios de subsistencia, haja V. Ex^a de providenciar para que se restrinjam as passagens por conta do Governo, áquelles que a titulo de retirantes as solicitam; porquanto os retirantes que para aqui veem de longe de alliviarem os cofres publicos, ao contrario os aggravam com as despesas de alojamento, sustento e tratamento na hospedaria de imigrantes estrangeiros, sem que se procurem trabalho ou por desanimo ou indolência, e sem que sejam seus serviços aproveitados pelos proprietarios ruraes, ou emprezarios e gerentes de outras industrias, que os acham inhabeis e mal-acclimados. Nestas circunstancias não se demoraram em pedir passagem de volta com o que dupla vem ser a despesa do governo, que convem prevenir (Ministério..., 1879).

Somente uma década depois, com o advento de uma nova estiagem em 1888, a migração de cearenses para o trabalho nos cafezais em São Paulo seria novamente incentivada. O principal responsável por isso seria o paulista Antônio Caio da Silva Prado, que assumiu o cargo de presidente da província do Ceará em abril de 1888, provindo de uma das mais tradicionais famílias de cafeicultores paulistas. Apesar de ter sido, a princípio, bem recebido, tanto por opositores como por situacionistas, seu governo foi duramente criticado por jornais de oposição quando a migração para outras regiões do país foi estimulada. No intuito de impulsionar e organizar esse deslocamento para outras paragens, Caio Prado criou uma hospedaria em Fortaleza, que receberia os retirantes vindos do interior, encaminhando-os posteriormente para a região amazônica ou para a província paulista. A ideia era receber naquele abrigo os retirantes que viessem do interior e posteriormente encaminhá-los para a região amazônica ou para São Paulo Vale ressaltar que o debate em torno da respectiva hospedaria será aprofundado ainda neste tópico.

O jornal de oposição *O Cearense*, entretanto, acusava o presidente Caio Prado de estimular a migração exclusivamente para os cafezais paulistas, o que beneficiaria sua família cafeicultora com mão de obra barata e abundante. Os retirantes, de acordo com o respectivo

jornal, optaram pelo deslocamento para a região amazônica, pois havia a constante expectativa de enriquecerem naquela paragem com a extração da borracha.

Sabe-se, a partir dos números registrados no Relatório do Ministério dos Negócios do Império, que, no ano de 1889, foram encaminhados para São Paulo 3.368 migrantes, o equivalente a 638 famílias. Esses números divergem daqueles registrados nos Livros da Companhia de Vapores, pois consta nesta documentação que, entre fins de 1888 e início de 1889, “entraram na província 2.892 retirantes, mas apenas parte desse contingente está registrado nos livros da Hospedaria de Imigrantes do Brás” (Gonçalves, 2006, p.188).

A hospedaria de imigrantes do Brás havia sido inaugurada oficialmente em 1888, sendo administrada pela Sociedade Promotora de Imigração, que foi criada em 1886 pelos grandes cafeicultores em busca de promover a migração de estrangeiros para o Brasil. Veio substituir a hospedaria do Bom Retiro, edificada em 1881. Na hospedaria do Brás, os sujeitos eram alojados, recebendo cuidados sanitários, tais como “banho, desinfecção e troca de roupas”, e “a inspecção pelo serviço médico, que avaliava com mais acuidade o estado de saúde do imigrante” e dos migrantes nacionais (Paiva, 2008, p.30). Após estes procedimentos, eram todos vacinados e posteriormente registrados, recebendo um cartão para refeições. No escritório da hospedaria, eram apresentadas as opções disponíveis de trabalho.

O regulamento interno da hospedaria, disposto por todo o recinto de hospedagem em seis diferentes idiomas, determinava ainda que

o imigrante recém-chegado teria a permanência na hospedaria e a alimentação pelo período máximo de seis dias. Perderia esse direito se recusasse a colocação oferecida pelos agentes oficiais;
O prazo de permanência de seis dias poderia ser prorrogado por mais quatro dias, para aqueles que, chegando com destino predeterminado, aguardavam providências para se dirigirem ao local de trabalho;
Era obrigatório ao imigrante que quisesse receber a ajuda a que tinha direito, por lei, que se recolhesse à Hospedaria de Imigrantes;
O imigrante poderia sair do alojamento somente após ajuste realizado por meio dos agentes oficiais. Os que não se submetessem a esta condição perderiam o direito à passagem para o interior e ao despacho gratuito de sua bagagem (Paiva, 2008, p. 32).

Dessa forma, entende-se que a circulação dos imigrantes pela cidade de São Paulo, tal como observamos em períodos anteriores, era vigiada e cerceada, sofrendo sanções aqueles sujeitos que descumprissem a determinação da hospedaria. Mas esta regra aplicava-se também aos migrantes cearenses que durante o período de seca, entre 1888 e 1889, foram encaminhados para a hospedaria do Brás? Provavelmente, José de Sousa Rodrigues, de 51 anos, que migrou

no período de estiagem junto com a esposa, os filhos e outros familiares¹⁴, conseguindo registro na respectiva hospedaria, tivesse sofrido os mesmos percalços que os sujeitos vindos de outros países. Há, contudo, uma escassez de pesquisas relacionadas à presença de migrantes nacionais na hospedaria do Brás na década de 1880 que impossibilita um melhor entendimento sobre as experiências desses sujeitos no espaço de acolhimento.

Durante a seca que atingiu o Ceará, em fins da década de 1880, outro destino foi também imposto pelas autoridades do Ceará aos retirantes: a província do Rio de Janeiro. De acordo com Braga Neto (2012), do quantitativo de 9.060 sujeitos que partiram do porto de Fortaleza no primeiro semestre de 1889, 5.805 se deslocaram para o Rio de Janeiro. Assim

[...] fica evidente a superioridade do Rio de Janeiro como destino, o que levanta a hipótese de que os cafeicultores do Vale do Paraíba, que estavam falidos e que, portanto, encontravam-se na impossibilidade de transplantar os europeus para suas fazendas, tentaram resolver a falta de braços da região com os retirantes do Norte (Neto, 2012, p. 104).

Mas quantos desses sujeitos que migraram para a região cafeeira do Vale do Paraíba no final da década de 1880 estavam abrigados anteriormente na hospedaria existente na ilha de Flores e de lá foram deslocados para outras paragens da província do Rio de Janeiro? A respectiva hospedaria havia sido construída em 1883 pelo governo imperial com o intuito de receber os imigrantes europeus que seriam deslocados majoritariamente para o trabalho no campo, mas, ao longo da sua existência (funcionou oficialmente até 1966, com algumas outras funções¹⁵), recebeu também inúmeros trabalhadores livres brasileiros. A presença preponderante de estrangeiros nas dependências da hospedaria, provavelmente, tornou a estadia dos migrantes nacionais naquele recinto de hospedagem invisibilizada, havendo poucos registros destes sujeitos na instituição de acolhimento. Fato que provavelmente refletiu-se também na ínfima quantidade de pesquisas acadêmicas relacionadas a estes brasileiros em deslocamento.

Um dos períodos que observamos uma maior presença dos migrantes nacionais nas dependências da hospedaria da ilha de Flores é durante a seca de 1915. Para lá foram

¹⁴ Informação que consta no seguinte blog: <https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-cearenses-em-sao-paulo-no-seculo-xix>

¹⁵ Em 1922, após o Levante do Forte de Copacabana ocorrido no Rio de Janeiro, alguns participantes do movimento ficaram presos na hospedaria, tal como o cearense Juarez Távora. Em 1935, alguns participantes do levante comunista, liderado por Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, ficaram encarcerados naquele abrigo. Para entender melhor sobre a hospedaria da ilha das Flores ver: Kushnir (2008, p. 59-73); e Reznik; Fernandes (2014, p.234-253).

encaminhados diversos cearenses, fugindo das agruras da estiagem. Assim relatam os jornais de circulação nacional, tal como o periódico *A Noite*, que narra, na edição de 21 de agosto, o deslocamento de “361 emigrantes pelo pacote ‘Satélite’”. Estes chegaram à cidade do Rio de Janeiro cadavéricos, esqueléticos e com abdomens deformados, como relatava o impresso. Tal deformidade seria consequência da alimentação das pessoas, que passaram “dias e dias se alimentando de raiz de umbu, que tem a propriedade de seccar o corpo e o tornar o abdomen de uma desproporção extraordinária” (*A noite...*, 21/08/1915).

Além dessas informações, que haviam despertado “a curiosidade mórbida de algumas parcelas da população da capital”, o periódico buscava explicar para seus leitores um pouco mais sobre alguns daqueles migrantes (Neves, 2015, p.135). Uma dessas pessoas era Innocencia de Conceição, “uma das emigrantes que mais soffreram”, que havia saído da cidade de Várzea Alegre em direção à Fortaleza. No percurso de travessia – realizado a pé – passou 3 dias sem alimentação, sucumbindo à morte uma de suas filhas. Após esse episódio, passou (junto com mais duas filhas e o marido) mais 43 dias se alimentando de “raízes de cuná, croatá e macambira”. Ao chegarem à capital cearense, Innocencia, sua família e diversos outros foram encaminhados de navio para a hospedaria localizada na ilha das Flores.

Tal como ocorria com aqueles sujeitos em deslocamento abrigados na hospedaria do Campo da Luz e posteriormente do Brás, em São Paulo, os migrantes direcionados para o Rio de Janeiro também eram encaminhados para o trabalho nos cafezais. De acordo com o periódico *A Noite*, edição de 25 de agosto de 1915, 50 famílias que vieram no navio Satélite – o mesmo que transportou a família de Innocencia Conceição – foram contratadas por Eduardo de Andrade, proprietário da fazenda São Pedro do Rochedo, localizada no município de Valença/Rio de Janeiro. Este, porém, reclamava que, pelo interior fluminense, “andam agenciadores das fazendas de S. Paulo que, em consequência da entrada da Itália na guerra, estão despovoadas”. Os respectivos agenciadores eram acusados de se infiltrar entre os colonos, “convidando-os a ir a São Paulo para ganhar 8\$ diários”. Após o convite, muitos aceitaram a oferta e

[...] com passagens pagas, abandonam as nossas fazendas onde ganham 1\$200 diários, tendo casa e comida, à procura dos 8\$ prometidos. Chegados, porém, a S. Paulo, ahí ganham a mesma cousa que ganhavam em nossas fazendas para as quaes não podem voltar porque os fazendeiros paulistas não lhes fornecem passagens (*A noite...*, 25/08/1915).

A partir da reportagem acima, temos alguns indicativos das rivalidades existentes

entre proprietários de terras das regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro, sobretudo, no período da primeira guerra mundial (1914-1918), quando diversos italianos retornaram para seu país de origem. Assim, a mão de obra nacional tornou-se primordial para aqueles produtores de café e para os agenciadores, já que havia uma relativa escassez de trabalhadores no campo.

Um debate de suma importância, evidenciado pela reportagem, é a circularidade desses migrantes, que, ao visualizarem uma possível melhoria em suas condições de sobrevivência, partiam em busca de trabalho em outras paragens, rompendo deliberadamente acordos ou contratos estabelecidos com os donos das terras. O protagonismo desses indivíduos gerava a ira dos agenciadores, proprietários de terras e também dos agentes oficiais da (i)migração, como já evidenciamos neste tópico. Assim, defendemos que os migrantes nacionais, mesmo diante de situações de ínfima possibilidade de escolha, decidiram trilhar outros percursos, diferentes daqueles arquitetados pelos agentes do poder.

Outro espaço de acolhimento para os migrantes nacionais foi a Hospedaria de Emigrantes em Fortaleza (já citada no tópico), construída pelo presidente da província do Ceará, Caio Prado, tendo como objetivo fazer o deslocamento de trabalhadores para os cafezais em São Paulo. Havia, contudo, um problema: persuadir os retirantes a partirem para aquela região, pois a imensa maioria preferia migrar em direção à Amazônia. Um debate que iremos realizar a partir das próximas linhas.

2.1.1 A Hospedaria Geral de Emigração de Fortaleza

A Hospedaria Geral de Imigração iniciou suas funções em janeiro de 1889, no espaço no qual funcionava o Asilo de Mendicidade¹⁶. Posteriormente, em abril daquele ano foi instalada em um prédio que se localizava na Praça Fernandes Vieira, no Jacarecanga. A partir do relatório produzido pelo ministro do Império, Antônio Ferreira Vianna, sabemos que a expectativa era

alojar e manter, até o momento do embarque, os que sem meios de subsistência na província tinham de abandoná-la para ir buscar a vida e o conforto em outros lugares menos infelizes, onde a existência lhes pudesse correr mais doce e mais fácil. A hospedaria foi estabelecida de acordo com as múltiplas necessidades do serviço, a que se destinava, tendo-se em vista, tanto quanto permitiu a urgência das circunstâncias, a possível comodidade, higiene e conforto das numerosas famílias indigentes que a ella vinham

¹⁶ A construção do Asilo de Mendicidade teve início em 1877, sendo utilizada a mão de obra retirante que se encontrava na cidade de Fortaleza. Mas sua inauguração se deu somente em 1889.

recolher-se. A direção do estabelecimento foi confiada ao capitão Manoel Thomé Cordeiro, do 11º batalhão de infantaria, oficial da melhor nota, sendo este auxiliado, nas árduas obrigações a seu cargo, por funcionários em numero estritamente necessário ao serviço. Para acolhimento, alistamento, e embarque dos emigrantes foram expedidas instruções, de acordo com as exigências de tão difícil trabalho e com a máxima economia dos dinheiros do Estado, instruções que, antes de tudo, colocavam o emigrante cearense acima da condição do mendigo vagabundo, dando-lhe o caracter de trabalhador deslocado por circunstâncias superiores (Relatório..., 1889, p. 102).

Na concepção de Maciel (2020), os modelos que inspiraram a construção da Hospedaria Geral de Imigração de Fortaleza foram as hospedarias existentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. O historiador ressalta ainda que o recinto de hospedagem tinha como propósito acolher os retirantes, vindos das regiões do Ceará e do Rio Grande do Norte, oferecendo durante o período de espera dos navios que os levaria para diversas regiões do país, “exames físicos, refeições e aposentos” (Maciel, 2020, p.104). Além desses objetivos, a fonte acima evidencia que os agentes responsáveis pela migração temiam que estes sujeitos em deslocamento na capital cearense se transformassem em mendigos, que poderiam circular por toda a urbe. Por isso era necessário colocá-los em um abrigo, como forma de cercar os movimentos dos seus corpos, tendo em vista que poderiam incomodar a elite fortalezense.

Mas quantos sujeitos estiveram naquela hospedaria nos seus primórdios? O periódico *Gazeta do Norte*, em edição de 08 de julho de 1889, nos permite entender a movimentação no abrigo no primeiro semestre, tendo como parâmetro o quadro abaixo.

Quadro 01 – Registro do movimento na Hospedaria Geral de Emigração, 1º semestre de 1889

Durante o semestre de janeiro a junho transitaram pela Hospedaria	Famílias	Pessoas
	4.055	20.622
Embarcaram para o sul	1.649	7.853
Embarcaram para o norte	1.998	11.180
Foram eliminadas	260	690
Falleceram		179
Ficaram	148	720
Destes emigrantes pertencem ao Rio Grande do Norte, enviados pelo presidente daquela província, em diferentes	268	1.294

datas		
Embarcaram para o norte	221	1.126
Embarcaram para o sul	11	56
Foram eliminadas	30	72
Falleceram		09
Passaram para julho		
Foi o seguinte o destino que tiveram esses emigrantes:		
Para o Sul		
Parahyba	03	06
Pernambuco	30	107
Alagoas	04	21
Bahia	417	1.999
Rio de Janeiro	842	3.848
São Paulo	339	1.808
Minas Gerais	03	12
Santa Catharina	01	02
Somma	1.649	7.853
Para o norte:		
Piauhy	02	10
Maranhão	78	538
Pará	561	3.303
Amazonas	1.358	7.329
Somma	1.999	11.180

Fonte: Jornal Gazeta do Norte, 08/07/1889, p.1.

A partir da análise do quadro acima, percebemos que durante a estiagem de 1888-1889 os retirantes continuavam atribuindo à região norte como o lugar do recomeço e para aquele espaço preferiam (quando havia a oportunidade) migrar. Havia, contudo, uma intensa campanha do jornal *Constituição* – que defendia arduamente as ações do presidente da província do Ceará Caio Prado –, em prol da migração para a região Sul e, em especial, para os cafezais de São Paulo. Na edição do dia 10 de janeiro de 1889, o periódico, após traçar uma comparação entre os dois destinos, Norte e Sul, afirmou que

do exposto conclue-se que opinamos pela emigração para o sul. O estado da

agricultura e da lavoura que ali se desenvolve em larga escala assim nos aconselha, e não receíamos afirmar que os que pensam de modo contrario, ou são inspirados pela má fé ou estão convencidos de um erro que é simplesmente efeito de falso patriotismo (Constituição..., 10/01/1889).

Em contrapartida, o jornal de oposição *Cearense* trazia em suas páginas severas críticas à ação governamental, afirmando que Caio Prado buscava obrigar os migrantes a partir para o Sul. Em um dos trechos da reportagem, lançada dia 12 de janeiro de 1889, havia a denúncia em torno do embarque, tendo em vista que “todos os migrantes imploravam a ida para o Norte, mas eram forçados a seguir a outra rota” (Oliveira, 2016, p.9). Além disso, na matéria se afirmava que

ficou hontem, portanto, manifesto aos olhos de todos, contra o que insinua a medo e falsamente a imprensa oficial, e officiosa, o que aliás já estava na consciência de todos:

Que é forçada a emigração para as províncias do sul, denegando-se, assim, à Brasileiros infelizes o que o governo central não nega nem aos imigrantes estrangeiros: Que os emigrantes reclusos, sem liberdade de sahirem da Hospedaria Official, são conduzidos escoltados até o porto, donde com soldados á vista são mettidos em lanchões que os transportam para bordo. Que a força pública à disposição do famigerado presidente Sr. Caio Prado, e por ordem dele, iria até o emprego da violência para privar à cidadãos do uso de direitos pela lei (Cearense..., 12/01/1889).

Apesar da constante pressão para que os retirantes migrassem para o Sul, como afirmava o periódico *Cearense*, observamos pelo Quadro 1 que a imensa maioria dos retirantes registrados na Hospedaria Geral de Emigração, entre janeiro e junho de 1889, conseguiu se deslocar em direção às regiões do Norte, recebendo Pará e Amazonas conjuntamente 10.632 pessoas. Mas como afirma Lacerda (2006, p.133), “deslocar-se do Ceará até Belém do Pará [...] não era uma tarefa das mais fáceis, considerando-se que a viagem teria que ser feita de navio e implicava em muitos custos [...]”. Para muitos migrantes, que se encontravam em situação de extrema miséria durante aquela estiagem, recorrer às passagens subsidiadas pelo governo do Ceará era uma das alternativas para conseguir migrar.

Assim ocorreu com Maria Xavier, que durante a seca de 1889 conseguiu passagens para migrar, junto dos seus filhos e netos, para a Província do Pará. Para justificar o pedido pelas passagens, que os levaria ao encontro do patriarca da família, Manoel Soares – que havia partido anteriormente –, afirmou que se encontrava sem meios para pagar as passagens. Outro caso semelhante foi o de Manuel Pereira de Melo, residente na localidade de Acarapé. O mesmo, apesar de ser solteiro, “era responsável por um grupo familiar formado por sua irmã e

quatro sobrinhos e inclusive sua mãe, que tinha 70 anos de idade [...]” (Lacerda, 2006, p. 134). Alegou que não possuía absolutamente nenhum meio para conseguir migrar para o Pará com seus parentes. Esses são apenas dois casos, dentre as “5.795 autorizações para emissão de passagem marítima emitida pelas autoridades entre 1888-1889 [...]” (Bassanezi, 2000, p.15). De acordo com Lacerda (2006), aparentemente quem não conseguiu comprovar seu estado de extrema pobreza precisava arcar com as despesas do deslocamento até a região amazônica.

Ao desembarcarem nas províncias do Pará e do Amazonas, os retirantes eram encaminhados às colônias agrícolas. Não havia, como no caso dos imigrantes estrangeiros que chegavam na região Sul, um local específico de acolhimento, como as hospedarias do Brás, em São Paulo, e da ilha de Flores, no Rio de Janeiro. Isto aumentava sobremaneira os percalços que estes sujeitos encontravam até “chegarem aos núcleos agrícolas e locais de trabalho”, uma situação que “poderia apresentar-se como um verdadeiro drama” (Maciel, 2020, p. 121). O periódico *Diário de Belém* narrou na edição de 21 de fevereiro de 1889 um desses problemas:

a nossa população testemunhou o doloroso espetáculo, que o trapiche¹⁷ da recebedoria provincial oferecia hontem por ocasião do desembarque dos retirantes cearenses de bordo do vapor inglez Augustine. Cerca de 663 desgraçados, corridos pela fome e miséria de sua terra, achavam-se hontem, famintos, sem destino, aglomerados no referido trapiche, expostos à chuva e ao sol abrasador de nosso clima. Vimos uma creança de tenra idade, de nome Cecília, filha de Joaquim Francisco do Nascimento, agonisante nos braços descarnados de sua mais desgraçada mãe, Damiana Cruz, em cujo semblante notava-se a dôr. [...] Outra família, composta de 8 filhos menores, todos esfarrapados e famintos, de Felismino José Belmiro, achava-se prostrada no corredor do trapiche pela febre que a atacava (“Quadro horroroso”..., 21/02/1889, p.1).

Experiências aterrorizantes como estas que provavelmente faziam com que os retirantes refletissem se concretamente a região norte era o lugar do recomeço e da prosperidade. Além dos percalços enfrentados durante a viagem e ao desembarcarem, havia a incerteza a respeito das localidades para o qual iriam e se conseguiram alguma colocação nos seringais ou em outras atividades agrícolas.

Mesmo após a morte do presidente da província do Ceará, Caio Prado, em decorrência da febre amarela, em 25 de maio de 1889, a migração de sertanejos para a Hospedaria Geral de Emigração em Fortaleza continuou intensa, apesar das constantes críticas do novo Henrique Francisco d’Ávila. Na concepção deste,

¹⁷ Significados para trapiche são máquina tradicional para moer cana e pequeno atracadouro para as embarcações, usado para embarque e desembarque.

a migração dos retirantes não levaria trabalhadores dispostos aos serviços das grandes cidades imperiais, ao contrário, reuniria uma multidão de boêmios, vadios e mendigos a viverem da caridade pública e particular [...] (Maciel, 2020, p. 120).

Durante seu governo, que durou de 10 de julho a 11 de outubro, Henrique Francisco d'Ávila fez duras críticas à política de migração empreendida por Caio Prado, deliberando que as passagens subsidiadas pelo governo aos retirantes seriam suspensas. Era necessário, de acordo com Maciel,

fixar os sertanejos em seus lugares de origem retirando-lhes a escolha de migrar em períodos de escassez de alimentos, principalmente quando as suas rotas destinavam às grandes cidades como Fortaleza, no Ceará (Maciel, 2020, p.120).

Percebemos através da análise das fontes e da discussão historiográfica, que, quando havia a possibilidade de escolha, muitos migrantes nacionais, a maioria cearense, optaram por se deslocar para a região amazônica. Fosse motivados pelos vínculos familiares e as redes de apoio, ou promessas de enriquecimento fácil na extração da borracha ou pela ausência de expectativas de obterem melhores condições de vida no Nordeste, muitos foram os trabalhadores que, desde meados do século XIX, migraram para o território amazônico. A partir das próximas linhas, discutiremos sobre a migração subsidiada pelo governo federal para o Norte, na década de 1940, buscando estabelecer os vínculos entre os diversos pousos e hospedarias construídas ao longo do percurso de travessia entre as paragens nordestinas e nortistas, assim como sobre as experiências dos sujeitos em deslocamento nos respectivos abrigos.

2.2 Os enredos da migração para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial: as experiências dos migrantes nordestinos nas hospedarias federais.

O deslocamento de inúmeros cearenses para a região amazônica, como atestam diversas obras literárias, acadêmicas e uma gama de documentos – alguns já citados no tópico anterior –, intensificou-se a partir de meados do século XIX. Migrantes, que decerto eram

atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido nos seringais, partiam em direção aos rincões da floresta, incentivados sobremaneira por parentes e amigos, que haviam migrado anteriormente e relataram – através de cartas ou em viagens às suas localidades de origem – as benesses daquelas paragens. Tais relatos, ocasionalmente, eram usados para convencer os sujeitos que a Amazônia era o “Eldorado Verde”, incentivando inúmeras pessoas a migrarem. Assim fez o já citado João Gabriel de Carvalho e Mello, que, ao migrar das terras cearenses em 1847 – após uma desavença familiar – retornou décadas depois, durante a grande seca de 1878 que atingiu o Ceará, com o propósito de contratar trabalhadores que seriam destinados para novas áreas de exploração no alto Purus, como analisa Cardoso (2011) em pesquisa acadêmica.

Entre fins do século XIX e meados do século XX, estes deslocamentos de cearenses para a região amazônica tornaram-se corriqueiros, fossem incentivados por outros sujeitos, por iniciativa própria ou através de passagens subsidiadas pelo governo. Dessa forma, milhares de pessoas empreenderam uma longa travessia a partir do Nordeste em direção à Amazônia, assim como para diferentes locais do país. Migração que foi amplamente incentivada, com uma maciça propaganda do Estado Novo (1937-1945), para os trabalhadores se alistarem como “soldados da borracha” durante o período da Segunda Guerra Mundial (1942-1945). E, no intuito de criar espaços de acolhimento para estes sujeitos em deslocamento, tal como ocorreu com os imigrantes europeus no século XIX (debate realizado no tópico anterior), o governo federal brasileiro, juntamente com entidades dos EUA, criou uma rede de pousos e hospedarias nas regiões Norte e Nordeste.

Como estes sujeitos, saídos de diversos locais do Nordeste, se relacionavam com os outros habitantes da floresta amazônica? Como era a adaptação ao meio ambiente, tão díspar daquele vivenciado no interior nordestino? Quais foram as experiências dos migrantes, vivenciadas cotidianamente nos recintos de acolhimento do governo federal? Compreender as nuances desta migração em massa para a Amazônia na década de 1940, assim como sobre os espaços de acolhimento construídos neste recorte temporal é a proposta deste tópico. Com isso, centraremos a discussão em torno dos principais pousos e hospedarias construídas no período de 1942 a 1945.

Consideramos que ao investigarmos sobre hospedarias e o cotidiano dos milhares de trabalhadores que por lá estiveram – por pouco ou um longo período – estamos possibilitando que as trajetórias de vida destes sujeitos sejam evidenciadas, haja visto a sua invisibilidade na documentação produzida a respeito dos deslocamentos pelo país. Como salienta Guillen:

apesar de ser o migrante de origem nordestina uma figura recorrente no nosso

imaginário social, não podemos deixar de apontar para o aparente paradoxo de sua ausência na historiografia, e perguntar por que o estudo dos movimentos migratórios tão pouco interesse tem provocado nos historiadores. Um dos pontos de partida possíveis para se pensar essa questão pode ser resignificar o lugar destinado para a representação das classes populares na historiografia brasileira. Para tanto, é necessário entender que a experiência histórica do trabalho no Brasil destinava aos trabalhadores a condição social de submissos, nunca postos como interlocutores sociais e políticos, tampouco como sujeitos de uma ação coletiva. O migrante ocupa um lugar na figuração simbólica da ordem social como um não-sujeito; há uma homogeneização em torno da imagem dos migrantes nordestinos: flagelados da seca, miseráveis que transitam pelo sertão ressequido, são eles merecedores de assistência, caridade e favor, mas não de direitos. Subsumido, ao final, a outros processos que lhe conferem sentido, e que contribui para se criar em torno do migrante uma invisibilidade. Constitui um ‘tipo’ e como tal não tem feições (Guillen, 2002, p.71).

Apesar da fala de Guillen a respeito do ínfimo interesse dos pesquisadores em torno dos migrantes nacionais datar do início dos anos 2000, consideramos que ainda reverbera atualmente. Mesmo com o aumento considerável de pesquisas acadêmicas realizadas nestes últimos vinte anos – algumas obras citadas ao longo da tese –, consideramos que ainda existe uma carência de análises direcionadas para a migração interna no Brasil, sobretudo, quando comparamos com uma gama de trabalhos existentes sobre a imigração de estrangeiros no país.

Dessa forma, a pesquisa busca evidenciar as trajetórias de migração desses sujeitos invisibilizados, que, por inúmeros motivos, arriscaram-se em travessias longínquas e incertas em busca de novas perspectivas para suas vidas e de seus familiares. Tais expectativas impulsionaram o deslocamento de milhares de sujeitos em direção à Amazônia na década de 1940. Debater sobre estes migrantes, visualizando-os como sujeitos detentores de direitos políticos e sociais, cientes de suas decisões, buscando ainda fugir dos estereótipos atrelados a estes indivíduos, como flagelados e vítimas da seca, é a intenção das próximas linhas que serão percorridas sobre o tema.

A jornada desses trabalhadores enviados para a Amazônia, enquanto “soldados da borracha”, iniciou-se em março de 1942 quando acordos entre o Brasil e os EUA foram assinados com o propósito de explorar diversas matérias primas, dentre elas a borracha (Secreto, 2007). A partir desse contrato, o Brasil comprometeu-se em aumentar progressivamente a produção da borracha, “matéria prima essencial para a guerra, cujo fornecimento encontrava-se ameaçado devido ao domínio japonês na Malásia”, com a perspectiva de atingir a meta de 100 mil toneladas deste produto até 1944 (Guillen, 2002, p.73). A incumbência por tal empreendimento caberia aos milhares de trabalhadores recrutados em diversas regiões do

interior nordestino, através do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), órgão criado para tal arregimentação, em 30 de novembro de 1942. Em contrapartida, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil financiamento para projetos de saneamento, material de guerra, entre outros benefícios.

A campanha propagandista, empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, visava mobilizar 50 mil trabalhadores para a extração da borracha na Amazônia. Através de uma divulgação extensiva, feita por meio de jornais, fotografias, rádios, cartazes e discursos enaltecendo a epopeia em direção à Amazônia, elaborava-se uma argumentação enaltecida em torno da participação dos nordestinos na “Batalha da Borracha”, em uma verdadeira ação patriótica, no qual equiparava-se os migrantes “com os pracinhas da FEB, já que, para os soldados da borracha, tratava-se de ganhar a ‘batalha da produção’” (Guillen, 1997, p. 98). Além dessa premissa, havia a exaltação da região amazônica como o lugar no qual esses sujeitos poderiam refazer suas vidas.

Mas, para que fosse possível mobilizar e deslocar essa infinidade de trabalhadores para a Amazônia, era preciso criar uma ampla logística, atribuições atreladas ao SEMTA, que envolveria um sistema de recrutamento e seleção, transporte, assistência médica, apoio às famílias, articulação entre os diferentes órgãos responsáveis pelas migrações, assim como organizar pontos de pouso, ao longo de todo o percurso de travessia, para atender as necessidades dos trabalhadores.

Antes da criação do SEMTA e todo o seu aparato de migração, os nordestinos, porém, haviam se deslocado copiosamente no decorrer de 1942, impulsionados forçadamente por uma grande seca. O deslocamento ocorria assim “nos moldes conhecidos das outras secas, sob a coordenação do Conselho de Imigração e Colonização do Brasil em cooperação com a Delegacia Regional do Trabalho” (Neves, 2001, p.119). Essa primeira leva de migrantes, na concepção de Martinello, não migraram

[...] pelo sabor da aventura, nem as miragens de um novo El-Dorado e nem as promessas de um enriquecimento fácil. Emigravam por questão de sobrevivência e porque a seca já não lhes havia deixado nenhuma outra alternativa (Martinello, 2018, p.211).

As ideias defendidas por Martinello, em certa medida, se contrapõem àquelas difundidas pela historiadora Isabel Guillen, haja visto que o respectivo autor defende que o motivo da migração de milhares de nordestinos em 1942 estava relacionado exclusivamente à

necessidade de fugir das agruras impostas pela seca. Na concepção daquele pesquisador os retirantes não possuíam qualquer poder de decisão, pois migrar não se configurava concretamente como uma escolha. Outros pesquisadores, através de seus estudos acadêmicos, também refutam essa visão, já que havia aqueles que migraram influenciados por parentes ou amigos com promessas de enriquecimento fácil, outros porque queriam conhecer a região amazônica, por questões relacionadas a desavenças com familiares, dentre outros motivos que não se limitavam à estiagem.

Assim ocorreu com Antônia Ferreira, que, ao ser entrevistada pelo pesquisador Benchimol¹⁸, narrou os motivos que a levaram até a Amazônia. Ela morava na Paraíba e trabalhava na agricultura, auxiliando o marido nas plantações; considerava que não viviam na miséria, “mas desde o dia que meteram na cabeça dele essa história de vir”, o marido “enlouqueceu”. O sujeito, na concepção de Antônia, somente teve o ímpeto de migrar devido à influência dos amigos e dos boatos.

Lá nos disseram que a borracha estava a 20\$000 o kilo, que um homem trabalhador fazia mais de 100\$000 por dia, era só chegar e juntar que todo mundo estava nadando no dinheiro. Se juntava até com um ciscador (Benchimol, 1977, p.195).

A paraibana ficou desconfiada dessas benesses, ao contrário de seu marido, que acreditou piamente nos amigos, haja visto estes terem recebido cartas dos “conhecidos do Amazonas” que confirmavam estas informações sobre o lucro na extração da borracha (Benchimol, 1977, p.195). E, baseando-se em boatos, endossados pelas campanhas propagandistas implementadas pelo Estado Novo, migraram Antônia Ferreira e o marido, assim como milhares de pessoas no período da Segunda Guerra Mundial para a região amazônica.

Deslocar essa imensidão de sujeitos em direção aos seringais carecia, como já citado anteriormente, de uma minuciosa organização, que envolvia a criação ou o fortalecimento de diversos órgãos e setores para financiar a produção da borracha, assim como para encaminhar os trabalhadores para a Amazônia. Dessa forma, foi criado o Banco de Crédito da Borracha (responsável por custear toda a produção gomífera); a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), responsável pelo suprimento dos gêneros

¹⁸ Samuel Benchimol, no intuito de entender o perfil dos sujeitos que migraram para a Amazônia, realizou diversas entrevistas entre os idos de junho de 1942 e março de 1943 com aqueles que aportavam em Manaus, vindos de diversas regiões do Nordeste, documentando suas histórias e os motivos que os levou até a região amazônica. Assim, havia aqueles que migraram devido aos problemas relacionados à seca, como fome e desemprego, mas havia outros que eram incentivados por amigos/conhecidos, sendo atraídos pelas histórias de riqueza nos seringais.

necessários à região amazônica; o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criado para assistir os trabalhadores encaminhados para a Amazônia; e o SEMTA, que se transformaria posteriormente em Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). Este último órgão, a partir de 1943, dividiu a função de encaminhamento das pessoas com o Departamento Nacional de Imigração (DNI). Além disso, buscou-se reorganizar o Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará (SNAPP).

Mas, apesar de haver todo este aparato organizacional e um alto investimento da Rubber Development Corporation¹⁹ (RDC), havia muitos problemas que deveriam ser resolvidos. Um dos contratemplos estava relacionado à navegação pela região amazônica, incumbência do SNAPP. De acordo com Martinello (2018), enquanto os navios da companhia Lloyd estavam totalmente capacitados para o transporte de trabalhadores entre Fortaleza e Belém, o mesmo não ocorria com a navegação interna pela Amazônia. Na tentativa de solucionar este impasse, houve algumas sugestões, por parte de representantes dos dois órgãos responsáveis pelo deslocamento: fretar navios, substituir determinadas linhas do SNAPP pelo Lloyd e construir navios de menor porte. Tais percalços, contudo, somente foram solucionados em 1943 com um alto investimento da RDC neste setor.

Mas havia outro obstáculo, tão preocupante quanto o transporte, que exigia uma rápida solução: o alojamento de milhares de sertanejos que se deslocavam neste período da Segunda Guerra Mundial entre o Nordeste e o Norte, com o intuito de trabalhar nos seringais amazônicos. Com o propósito de elucidar tal impasse, organizou-se um grande aparato relacionado à hospedagem dos trabalhadores e seus familiares, construindo-se pousos e hospedarias em diversas localidades nordestinas e na região amazônica. Nestes espaços, os migrantes e/ou seus parentes ficariam alojados até o período do embarque para a Amazônia. Assim, construíram-se pousos e/ou hospedarias em Fortaleza, Tianguá, Sobral, Iguatu, São Luís, Coroatá, Caxias, Teresina, Natal, Mossoró, Belém, Manaus, Rio Branco e Porto Velho. Além disso, foram construídos “18 postos ou núcleos de recrutamento e seleção e o núcleo de Porangabussu, em Fortaleza, para as famílias” (Miranda, 2021, p.4). Vale salientar que, em 1944, o núcleo de Porangabussu foi substituído pelo núcleo do Cocorote.

Nestes núcleos, de acordo com Gois (2013), os familiares do trabalhador deveriam receber cuidados do Estado, assim como uma ampla assistência, que teria que perdurar até o período de retorno dos trabalhadores mobilizados pelo governo aos seus lares ou até o momento que seus familiares pudessem migrar também para a Amazônia. Para que isto fosse possível, os

¹⁹ Agência governamental norte-americana criada em 1940 com um orçamento de 140 milhões de dólares, que foi formada com a missão de armazenar borracha crua e estabelecer uma indústria da borracha sintética.

trabalhadores assinavam contratos que estabeleciam que seus dependentes,

[...] em sua maioria mulher e filhos, podiam permanecer em hospedagens administradas pelo SEMTA, comprar os alimentos nos barracões do SEMTA a preços mais baixos que os de mercado ou poderiam receber assistência somente até a chegada do trabalhador no seringal (Secreto, 2007, p.96).

Secreto (2007) salienta que havia diferentes tipos de contratos que os trabalhadores poderiam assinar para obter a assistência aos familiares: um deles determinava que os dependentes diretos dos trabalhadores recebessem amparo somente até o período de “localização” dos mesmos nos seringais; outro definia que os dependentes ficassem nos núcleos; havia aquele que afirmava que os dependentes teriam que receber assistência do SEMTA através de cooperativas associadas ao respectivo órgão; por fim, um contrato que estabelecia que os dependentes estariam sob responsabilidade exclusiva dos trabalhadores. Guillen (1999) destaca ainda que houve uma intensa campanha propagandística, difundida pelo Estado Novo, no qual afirmava-se que o migrante nordestino ao assinar o contrato de trabalho estabelecido pelo SEMTA estaria protegido do sistema de aviamento²⁰, haja visto não haver despesas com a viagem entre o Nordeste e a região amazônica. Prometia-se também “auxílio monetário para as famílias que ficavam” (Guillen, 1999, p.89).

No intuito de entender a dinâmica existente nos locais de abrigo dos migrantes nordestinos, durante o período da Segunda Guerra Mundial, centramos, contudo, nossa discussão em torno das famílias que optaram por estabelecerem-se nos núcleos, à espera do período que pudessem se deslocar também para os seringais na Amazônia. Diferentemente dos discursos promulgados pelas autoridades responsáveis pela migração, que exaltavam a organização dos locais de acolhimento, há diversos documentos que atestam os percalços vivenciados cotidianamente pelos nucleados naqueles espaços.

Através de correspondências enviadas pelos maridos, das hospedarias e dos pousos localizados na região amazônica, para suas esposas ou destas para seus maridos²¹,

²⁰ O sistema de aviamento consistia em aprisionar os trabalhadores nordestinos, que migraram para a Amazônia, inicialmente ao arregimentador, responsável pelo transporte dos mesmos - as despesas eram anotadas em cadernetas que deveriam ser quitadas quando estes estivessem produzindo nos seringais -; e posteriormente ao seringalista, com dívidas contraídas nos barracões, através de compras de alimentos e outros utensílios, ou com outras despesas realizadas nos seringais. Somente após a quitação de tais débitos, o seringueiro poderia procurar outros locais de trabalho, tornando-se um sistema de escravização por dívidas.

²¹ As cartas escritas pelos maridos e pelas esposas encontram-se no acervo documental “Regina Frota”, depositada no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC). De acordo com Secreto (2007), as cartas dos “soldados da borracha” foram enviadas de diversos locais da Amazônia e chegaram até o núcleo, ou mais precisamente às mãos de Regina Frota. Aquelas escritas pelas esposas, porém, nunca saíram do núcleo,

compreendemos que, diferentemente das palavras eloquentes promulgadas pelos responsáveis pela migração de milhares de trabalhadores, a realidade dos familiares era distante daquela propagandeada nos jornais, rádios, cartazes e outros meios de comunicação. Havia, por exemplo, informações sobre constantes desavenças entre o médico (e sua esposa) responsável pelo núcleo do Porangabussu e as mulheres que ali estavam abrigadas, devido, principalmente, ao hábito destas fumarem. Nestes “territórios da espera”, as mulheres, além de aguardarem por meses o envio de informações, que pudessem amenizar o medo de terem sido abandonadas e/ou dos maridos terem morrido em terras longínquas; receavam que a promessa de os encontrar nos rincões amazônicos em poucos meses não se concretizasse. Diante do silêncio, se revoltaram, procurando soluções para seus problemas, como, por exemplo, enviando cartas para o presidente Getúlio Vargas.

Entre as cartas escritas pelas nucleadas aos maridos, entretanto, a mais emblemática para essa tese é a de Elcídia Galvão:

Presado Esposo Cursinho

Felicidades

Apesar das contrariedades que o gênio e a vida tem me oferecido pelo teu silencio o nosso filho viver doente faço-te estas linhas, comunicando meu estágio aqui, pois passo pessimamente só ati posso a me queixar vou a ti contrariar porque me acho contrariada apesar da esquisição dos cacimbos tem outra ati passa honteonte pela hora do almoço fui corrida do núcleo e já levei nome de emmunda e depois de sisordeira eu aqui não tenho a quem me queixar so não sahi porque fiquei a esperá ordem de D. Regina fui em casa dela e não encontrei para então contar o causo acontecido, pois tenho certesa d'que ella não d'a por bem feito. O causo foi o seguinte o Samoel estando doente fui tira o almoço d'elle pode porque a D. Ivete senhora do Dr. Pinto, o tal que me correu e me chamos os ditos nomes citados não consintiu (f?) volta para abaraca muito contrariada passo momentos volto, então o Dr. Pinto estando a botar todo o pessoal para dentro do circo emventada por elle pergunta-me se eu quero almoçar eu digo que não então começou a discursão comigo elle disse eu respondi porque tinha certesa se me calasse era talvez açoitada se você não tomar as providencia ai com o chefe eu aqui tomo, retirando-me nem que seja para a Remigração Getúlio Vargas, e quando menos você espera eu chego como aflagelada ai no Pará, no dia tal dissordia fui ao palácio e te telegrafei junta aquatro cologas que sentiro comigo. Melhor não ti digo porque não tenho o teu endereço e não seio se esta vai as tuas mãos. Escreve-me o mais possível, para ti passar virgula por virgula.

Dispensa a minha fraqueza.

Tua triste e sem sorte esposa

Elcidia Galvão

Bençôa teu filho e tua mãe bote-a bençam

A mesma [sic] (Carta de Elcídia..., 1943).

possivelmente por conter denúncias sobre os maus tratos vivenciados pelas nucleadas.

Na respectiva correspondência, Elcídia relatava sobre as adversidades existentes no núcleo de Porangabussu: além da solidão, haja visto Cursino ser o único para quem ela poderia expor suas queixas, havia os constantes embates com o médico e sua esposa, os quais, segundo a missiva, a teriam ameaçado devido à recusa em se alimentar. Confrontos que em outros momentos, como Elcídia relata através de outras cartas, estavam relacionados ao hábito de fumar, costume das nucleadas que os dirigentes dos abrigos do SEMTA buscavam coibir. Tais conflitos, que aparentemente não eram amenizados nem com a presença de Regina Frota, fizeram a nucleada ameaçar o marido: ou Cursino tomava alguma providência – acreditamos que estava se referindo ao comprometimento entre o trabalhador e os órgãos competentes, concretizado no ato da assinatura do contrato, de encaminhar, posteriormente, as mulheres, os filhos e os outros familiares para a região amazônica –, ou ela iria migrar para o estado do Pará, nem que fosse como “aflagelada” da Hospedaria Getúlio Vargas.

Elcídia, ao ameaçar o marido Cursino, afirmando que migraria mesmo que fosse na condição de “flagelada da seca”, traçava uma diferenciação entre aqueles que partiam para a Amazônia conduzidos pelo SEMTA e aqueles que migraram através das hospedarias dirigidas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI) – debate que será retomado e aprofundado a posteriori. Na concepção destas famílias nucleadas, os trabalhadores que partiam como “soldados da borracha” eram os sujeitos mobilizados que, tal como os soldados que eram encaminhados para as trincheiras na guerra, iriam contribuir para a vitória do grupo dos Aliados, com o trabalho de extração da borracha. Assim, o “migrante deixa de ser visto como flagelado ou retirante, a ele seriam entregues as honras de soldado, herói nacional e internacional” (Gois, 2013, p. 62).

A historiadora Morales (2002), ao entrevistar diversos migrantes nordestinos que partiram na condição de “soldados da borracha” para a Amazônia, contribui para endossar o estigma – que o SEMTA era o principal responsável pelos deslocamentos dos trabalhadores – sobre aqueles que foram encaminhados pelas hospedarias do DNI. O trabalhador Vicente, por exemplo, ao relatar que mulheres não eram encaminhadas pelo SEMTA, haja visto haver a mobilização apenas de homens solteiros – tese considerada superada por outras pesquisas acadêmicas – afirmou, entretanto, que havia famílias que se deslocaram “pela amigração”:

L: Amigração?

Sr. Vicente: Amigração que a gente chama é muita gente. Ai tinha aqueles acampamento, alojava todo aquele pessoal pra ir para lá trabalhar, tá? Porque no Amazonas tem muita terra, muita fartura [...] na amigração é o pessoal aflagelado da seca.

L: Na SEMTA num ia aflagelado?

Sr. Vicente: Não! de jeito nenhum. Ia só mobilizado.

L: Mobilizado num ia pra ficar nas terras da Amazônia?

Sr. Vicente: Não! mobilizado era pra fazer o serviço de guerra. Ia para a seringa, fazer borracha para a guerra, tá? (Morales, 2002, p.294).

Na concepção de Vicente, aqueles que se deslocavam como “flagelados da seca” migravam para obter terra nos rincões amazônicos e modificar a situação de penúria no qual se encontravam no Nordeste. Com relação aos sujeitos mobilizados pelo SEMTA, o entrevistado ponderava que partiam com o intuito de auxiliar na produção da borracha, item essencial para a vitória na guerra, sendo considerados verdadeiros heróis nacionais. Esta última proposição, porém, não se aplica a todos que partiram como “soldados da borracha” na década de 1940. Os jornais da região amazônica apregoavam nos noticiários a ação de sujeitos denominados arigós²², que, armados, causaram pânico na população. Mas quem eram estes sujeitos?

De acordo com Guillen, os jornais amazônicos anunciavam que “roubos eram praticados por alguns migrantes que se autodenominavam como arigós, de modo que o povo começava a usá-la como sinônimo de ladrão” (Guillen, 1999, p.209). Estes sujeitos denominados pejorativamente de arigós, na concepção de Paulo de Assis Ribeiro²³, em depoimento de 1946, provinham de “maus elementos” recrutados no Rio de Janeiro.

Do Rio de Janeiro para o Norte só levamos uma quantidade pequena de trabalhadores – mil e tantos. [...] Foi a leva que nos deu mais trabalho. Em consequência da campanha da boa vontade enviamos de 1.100 a 1.200 homens que nos deram muito trabalho. [...] Na primeira turma, mandada do Rio de Janeiro, tivemos o maior número de fugas. É que grande parte dos homens era constituída de pessoas que se alistavam mais pelo espírito da aventura do que, propriamente, visando prestar um serviço de guerra. Assim é que foram provocando desordens em Pirapora, Januária – em todos pontos, enfim, tivemos sérias dificuldades. O nosso serviço não dispunha de meios para coibir tais abusos, porque nossa organização era de emergência. Fora criado em 30 de novembro, e em 19 de dezembro assinou-se o acordo com a Rubber, que começou a vigorar em janeiro, e em 15 de janeiro já partiu do Rio a primeira leva de “soldados da borracha” (Depoimento..., 24/08/1946).

O depoente Paulo de Assis, como fica perceptível, argumentava que aqueles que

²² Na cidade de Manaus, entre os anos de 1943 e 1944, os jornais publicaram diversas reportagens - nas páginas policiais - sobre os arigós, sinônimo de arruaceiros e perigosos. A origem da palavra tem relação com uma ave de arribação, típica da região Nordeste. Uma espécie que migra em bandos, destruindo tudo por onde passa. Para entender sobre os arigós ver Guillen (1999).

²³ Paulo de Assis Ribeiro foi chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia entre 1942 e 1944.

fugiam dos pousos e hospedarias localizadas ao longo do percurso de deslocamento e deram “mais trabalho” partiam do Rio de Janeiro imbuídos apenas de um espírito aventureiro, não por um ideal nobre, como possuíam os outros recrutados que migraram com o intuito de extrair borracha e auxiliar na vitória militar. Além disso, subentende-se que havia uma desorganização do SEMTA com relação ao encaminhamento de trabalhadores para os rincões amazônicos, já que era improvável acompanhar todas as etapas desse processo de migração, desde o alistamento até o momento que seriam alocados em algum seringal na Amazônia. Neste ínterim – após um longo período de espera por essa “colocação” –, muitos desses sujeitos buscavam no espaço urbano outros recursos para sobreviver. Guillen defende, contudo, que aqueles

migrantes que demonstraram insatisfação entre o que fora prometido no momento do recrutamento, e o que se vivia concretamente na viagem até os seringais, tinham suas reclamações, dessa forma, transformadas em arruaças (Guillen, 1999, p.212-213).

Dessa forma, aqueles que ousavam romper com esse modelo de trabalhador migrante recrutado para ser “soldado da borracha” – figura criada pelo Estado Novo – era denominado de “mau elemento”, arruaceiro, ladrão, dentre outras alcunhas pejorativas. Problematicar sobre as experiências desses sujeitos nos locais de abrigo, durante o decurso da Segunda Guerra Mundial (1942-1945), é uma das propostas deste tópico. Assim, nas próximas linhas discutiremos, dentre vários aspectos, sobre os percalços enfrentados pelos migrantes nos pousos e hospedarias criadas nas regiões Norte e Nordeste.

2.2.1 Pousos e Hospedarias federais do Norte e do Nordeste: as tramas e os desafios enfrentados pelos migrantes nordestinos em travessia

A migração de nordestinos para a região amazônica, que se configurava como algo quase ininterrupto desde meados do século XIX, intensificou-se com o advento de uma nova estiagem em 1942. Mas, embora a crise climática tenha sido um fator preponderante para impulsionar esse deslocamento em massa neste recorte, não podemos atribuir a isto a única motivação para migrar, haja visto que os sujeitos tomavam a respectiva decisão com base em diversas razões e interesses. Assim, ocorreu com João Prego, morador de Curralinho da Barra (comunidade rural localizada na região do Vale do Jaguaribe-CE), que, em 1943, partiu rumo

à Amazônia com a família por causa de uma desavença com alguns conhecidos, de acordo com a narrativa feita por outro sertanejo, João André²⁴:

apesar dos anos de 1942 e 1943 terem sido – no dizer do Sr. João André – escasso, quase seco, não foi propriamente a seca climática, e sim a seca que se revela no próprio homem, [...] a responsável pela volta de João Prego para o Norte do país. [...] Embora tivesse nascido na Amazônia - o pai dele tinha vindo de lá em mil e oitocento... –, João Prego, ao ver a mobilização por parte do Governo e o conseqüente movimento das pessoas procurando se alistar como “soldados da borracha”, revelou para o pai do ‘seu’ João André que enquanto tivesse macambira pra mim, pa meus neguim chupar não voltaria para a Amazônia; nasci lá, mas num vou. Entretanto, João Prego teve um desgosto, sentiu-se mal, injuriou-se com a falta de caridade da esposa de um compadre seu, que se negou a trocar um peixe por um pouco de farinha, embora tivesse em sua casa, armazenada num caixão, doze alqueires de farinha (Chaves, 2002, p.312).

Ao analisarmos com mais acuidade a narrativa de João André a respeito de Prego, percebemos que o fator preponderante para que este último migrasse não estava relacionado à seca – Prego afirmava que aguentaria as agruras da estiagem enquanto tivesse “macambira” para alimentar a família – ou à intensa propaganda capitaneada pelo Estado Novo para recrutar e encaminhar sertanejos para a Amazônia, na condição de “soldado da borracha”, pois, apesar de Prego ter nascido naquela região, não almejava retornar, mesmo que houvesse passagens subsidiadas pelo governo federal. O deslocamento para as paragens amazônicas, contudo, foi impulsionado pela recusa da esposa do “compadre” em auxiliá-lo em momento de extrema necessidade, negando-se a trocar peixes por farinha. Assim, João Prego, ao observar o filho retornando para casa com o peixe afirmou: “mulher, ajunta a troçadinha vamo butar dento um saco, vamo dormir lá im União’[...] ‘vamo dormir lá, pa de madrugada nós saí [...] no pau-de-arara pra Fortaleza, pro curral’” (Chaves, 2002, p. 312).

João Prego, ao ver rompidos os laços de compadrio existentes com aqueles sujeitos que deveriam em tese lhe auxiliar, sobretudo, nos períodos de maior indigência, e se sentindo humilhado diante da recusa de ajuda, decide levar toda a família para Fortaleza, alistando-se como “soldado da borracha” nas dependências de um local conhecido como “curral”. Tal espaço, entretanto, oficialmente denominava-se Hospedaria Getúlio Vargas²⁵ - inaugurada em 15 de março de 1943 -, sendo responsável, juntamente com os pousos, pelo acolhimento e o

²⁴ João André Filho, na época com 72 anos, concedeu entrevista na cidade de Jaguaruana/CE, no dia 18 de agosto de 1999 para o historiador Olivenor Chaves.

²⁵ Iremos trabalhar no próximo capítulo especificamente a respeito da construção da Hospedaria Getúlio Vargas e sobre as diversas perspectivas em torno desse recinto de hospedagem.

encaminhamento de inúmeros nordestinos para a região amazônica na década de 1940.

É importante ressaltar que o deslocamento de nordestinos e, em especial, de cearenses para a região amazônica ocorreu massivamente durante a seca de 1942, mesmo sem o intermédio do abrigo citado acima. A propósito, nos primórdios desta estiagem – no espaço que posteriormente seria construído a respectiva Hospedaria Getúlio Vargas – o governo do Ceará já havia construído o albergue do Alagadiço²⁶, que seria responsável por acolher aqueles trabalhadores dispostos a migrar para os rincões amazônicos. De acordo com Neves

[...] o ‘albergue’ do Alagadiço tornou-se um posto de seleção para candidatos a seringueiros, onde o Serviço Especial de Saúde Pública concentrou seus esforços para inspecionar aqueles que estavam realmente aptos para enfrentar o trabalho na floresta amazônica. [...] Os médicos, liderados pelo dr. Albino Figueiredo, trabalhavam sem parar e chegavam a inspecionar 900 pessoas num só dia (Neves, 2001, p. 120).

Dessa forma, o serviço de acolhimento dos migrantes nordestinos nos primeiros meses de 1942, que posteriormente ficaria a cargo dos pousos e hospedarias administrados pelo governo federal, estava sob a responsabilidade do albergue localizado no bairro do Alagadiço. O objetivo do DNI era recrutar famílias no Ceará e na Paraíba, dispostas a fugir das agruras da seca, fornecendo-lhes passagens nos navios para a região amazônica. “O plano consistia em transportar 4.800 pessoas por mês”, saindo de Fortaleza em direção aos alojamentos em Belém e Manaus (Campos, 2006, p.139). Entretanto, entre maio e junho de 1942, apenas 1.800 pessoas foram registradas no alojamento da capital paraense.

Um dos grandes entraves enfrentados pelos órgãos responsáveis pela migração dos nordestinos estava relacionado à acomodação destes milhares de sujeitos na rota que os levaria à Amazônia. Com isso,

uma série de sugestões e medidas de ordem prática [...] para pôr cobro a mais este problema: construção, no prazo máximo de três meses, de uma hospedaria modelo, em Fortaleza, que viesse substituir os antigos alojamentos da polícia marítima, onde não mais se deveria permitir a hospedagem dos imigrantes, pelas contraindicações de ordem sanitária e higiênica, adaptação da hospedaria dos japoneses, no Bairro do Curro, em Belém, de modo a poder servir de ponto de trânsito para os nordestinos; construção de uma nova hospedaria em Manaus, de preferência na chácara do Pensador; instalações imediatas de pequenas hospedarias nos altos rios (Martinello, 2018, p. 213).

²⁶ Há indícios que o espaço denominado albergue do Alagadiço, construído durante a estiagem de 1942, era o mesmo local que abrigaria posteriormente a Hospedaria Getúlio Vargas.

Além da hospedaria que seria construída em Fortaleza – a aclamada Getúlio Vargas, que serviria de modelo para as outras construções –, houve a construção de uma nova hospedaria na cidade de Belém, nos moldes daquela edificada na capital cearense, já que no antigo recinto de hospedagem no bairro do Curro havia diversos problemas de infraestrutura, relacionados, sobretudo, à escassez de água e de leitos para todos os pacientes. A ideia, a princípio, era aproveitar a abundância de madeira existente na região amazônica para erguer o recinto de hospedagem, mas tal projeto, porém, não se concretizou, erguendo-se barracões de alvenaria com capacidade para abrigar 3 mil pessoas. “Além dos barracões, possui, também, enfermaria, almoxarifado, cozinha, refeitório, prédio para administração, hortas e campo de esporte” (Relatório..., 1946, p.13).

Além das propostas de edificação já mencionadas, o DNI e o SEMTA realizaram a construção de uma extensa rede de abrigos em uma série de urbes do Nordeste e Norte do Brasil entre os anos de 1942 e 1943. Entre essas cidades estão Tianguá, Sobral, Iguatu, São Luís, Coroatá, Caxias, Teresina, Natal, Mossoró, Rio Branco, Porto Velho, dentre outras (como já citamos anteriormente). De acordo com o periódico *O Povo*, um acordo entre o SEMTA e o SESP foi assinado, em janeiro de 1943, no qual cogitava-se a criação de diversos núcleos para os migrantes:

em Mossoró (capacidade para 600 homens), Crato (capacidade para 600 homens), Crateús (capacidade para 600 homens), Senador Pompeu (capacidade para 600 homens), Russas (capacidade para 600 homens), Fortaleza (capacidade para 600 homens) e Sobral (capacidade para 1.200 homens). Teresina (capacidade para 1.200 homens), Croatá (capacidade para 600 homens), São Luiz (capacidade para 1.200 homens), Bragança (capacidade para 600 homens) e Belém (capacidade variável de 4 a 5 mil homens) (*O Povo*..., 02/01/1943).

Poucos meses após a implantação destes espaços de acolhimento, os agentes responsáveis pela migração averiguaram, porém, irregularidades na infraestrutura de inúmeros pousos. Num relatório produzido por Fausto Pereira Magalhães e Jayme Lins de Almeida – membros do departamento de mobilização –, após uma viagem empreendida entre 24 de junho e 11 de julho de 1943 pelas cidades de Fortaleza, Sobral, Tianguá, Teresina e São Luís, constatou-se a existência de vários problemas nestes abrigos, havendo a necessidade de resolvê-los imediatamente. Uma das reclamações voltava-se para a acomodação das equipes médica e odontológica do SESP, instaladas nos pousos de Teresina e São Luís. Havia pedidos para melhorias relacionados à construção de “banheiros e sentinas para médicos e enfermeiros do SESP, junto das enfermarias”, à instalação de laboratórios e de gabinetes dentários do SESP,

assim como a construção de cozinhas nas enfermarias e alojamentos para “médicos do SESP junto das enfermarias ou dos barracões” (Relatório Geral...,1944, p. 177-178), dentre outras demandas.

A maioria das requisições estava relacionada, contudo, à busca pelo bem-estar dos migrantes alocados nos locais de abrigo. Em Sobral, houve o pedido de ampliação da fossa e de modificações na cozinha, haja visto ter-se verificado que neste lugar o calor era insuportável quando os fogões estavam acesos. Em Tianguá, a situação era ainda mais lastimável, pois o pouso, além de não possuir seu cercamento completo, não contava com banheiros para os trabalhadores, sendo estas as principais solicitações. De acordo com Bastos, o respectivo pouso foi edificado em 20 de março de 1943 e era usado “como uma parada obrigatória, de pernoite, para os grupos que eram transportados por caminhões de Fortaleza para Teresina” (Bastos, 1996, p.92). Provavelmente por possuir este caráter de provisoriedade, já que foi usado somente no período que a rota marítima entre o Nordeste e o Norte havia sido suspensa, o respectivo pouso foi inaugurado sem possuir uma infraestrutura básica para acomodar adequadamente os migrantes em deslocamento.

O cenário encontrado nos abrigos de Teresina e São Luís não diferia demasiadamente daquele encontrado nos outros espaços de acolhimento, construídos no Ceará. Além dos pedidos de melhorias relacionados às equipes médicas e odontológicas do SESP, os responsáveis pela migração solicitaram aperfeiçoamentos nos banheiros dos trabalhadores, construção de novas fossas, instalação de esgoto na cozinha, assim como modificações nos espaços para cozimento devido ao excesso de fumaça e ao calor constante. Outro requerimento direcionava-se ao abastecimento de água: no abrigo de São Luís, solicitava-se “a construção do poço, instalando ao mesmo tempo, uma bomba e construindo e reservatórios em níveis diferentes, com capacidade de 3 mil litros cada um”. No pouso de Teresina, requisitava-se que

[...] o SEMTA deveria entrar em entendimentos diretos com o Ministério da Viação, para que fosse cedida a perfuratriz da IFOCS, afim de ser construído um novo poço, que forneceria água para consumo e limpeza. Evitar-se-ia, assim, a situação atual em que nos encontramos, dependendo do caminhão da Prefeitura local, de funcionamento irregular e acarretando, para nós, grandes despesas (gasolina, pneus, gratificação ao motorista, etc.) (Relatório Geral...,1944, p. 177-178).

Apesar dos pousos de Teresina e, sobretudo, de São Luís²⁷ serem os principais

²⁷ Sabe-se que, apesar dos problemas relatados no relatório do Departamento de Mobilização do SEMTA sobre o pouso de São Luiz - instalado em 22 de fevereiro de 1943 para abrigar 1.200 pessoas -; havia uma enfermaria com 32 leitos, sendo constantes os atendimentos aos migrantes, sobretudo, daqueles que eram acometidos por malária,

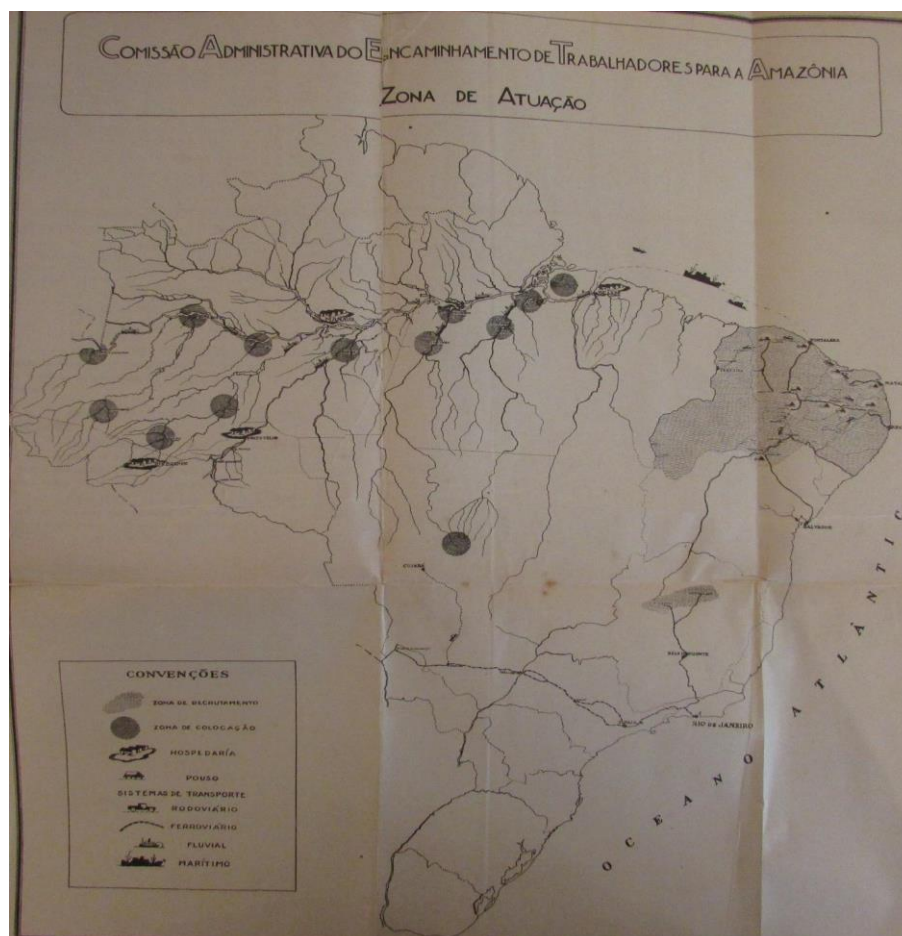
entrepostos entre Fortaleza e a região amazônica, apresentavam diversos entraves para seu pleno funcionamento. A inexistência de um sistema de abastecimento d'água eficaz, por exemplo, dificultava o asseio adequado dos sujeitos abrigados. Uma hipótese para tal descaso com a situação e bem-estar de trabalhadores migrantes e demais empregados nos pousos estivesse relacionada com a pressa dos agentes da migração para inaugurar estes espaços, já que se fazia necessário edificar estas construções o mais rápido possível, para que a rota terrestre entre o Nordeste e o Norte pudesse ser efetivada, após os ataques dos submarinos alemães na costa brasileira, em fins de 1942.

Mas para quais locais estes migrantes em deslocamento eram enviados? O desenho a seguir, elaborado no período em que o SEMTA já havia sido reestruturado e renomeado como CAETA²⁸, permite identificar, além dos locais onde foram estabelecidos os principais pontos de pouso e hospedagem, a chamada “zona de colocação”, para onde eram encaminhados os trabalhadores na região Norte.

doenças respiratórias e venéreas. Suas atividades foram encerradas em 07 de dezembro de 1943, quando as viagens pela rota marítima entre o Nordeste e o Norte foram retomadas, ficando desnecessário manter os pousos utilizados durante o impedimento das navegações.

²⁸ É interessante ressaltar que no relatório produzido pela CAETA sobre as atividades dos pousos e hospedarias, entre outubro de 1943 e setembro de 1945, não constam informações a respeito da Hospedaria Getúlio Vargas, apontada em diversos documentos do período como o abrigo federal mais organizado. Na documentação há a indicação apenas de um pouso localizado em Fortaleza. Defendemos a teoria que, como o documento foi produzido após a saída de Getúlio Vargas da presidência em 1945, houve uma tentativa deliberada de apagar seu nome das ações que envolviam o encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial. E como a hospedaria existente em Fortaleza carregava o nome do ex-presidente, os organizadores do relatório do CAETA determinaram o apagamento da Hospedaria Getúlio Vargas do principal documento que detalha as ações governamentais no período.

Figura 2. Desenho sobre as zonas de colocação na Amazônia



Fonte: Relatório Caeta, 1946.

A partir da análise do desenho, podemos identificar ainda diversos locais que serviram como rotas terrestres entre 1942 e 1943, sendo organizados pelo SEMTA quando as viagens marítimas foram suspensas, devido à ameaça de ataques de submarinos alemães, em fins de 1942. A construção desses múltiplos alojamentos, inclusive, estava intrinsecamente vinculada à interrupção da rota náutica entre Fortaleza e Belém. Com isso, o “transporte de migrantes seria feito por terra”, sendo necessário construir uma “rede de alojamentos aptos para escalas durante a longa viagem” (Campos, 2006, p. 141).

De acordo com o periódico *A Noite*, o principal percurso dos trabalhadores iniciava-se em “Fortaleza, passando por Sobral, Tianguá, Teresina. São Luís e Belém” (O “exército da borracha” ..., 21/05/1943, p.3). Mas a jornada dos migrantes rumo à Amazônia tinha início nos postos de recrutamento espalhados por vários locais do Nordeste. Nas pequenas cidades do interior, de acordo com Campos, a saída dos nordestinos “adquiria um caráter ritualístico, aproveitado como propaganda do Programa”, já que a população local era convidada em anúncios emitidos pelos rádios a se “dirigir até a praça central, onde os ‘soldados da borracha’

eram abençoados pelo pároco e saudados pelo prefeito ao embarcarem, em caminhão, rumo à Fortaleza” (Campos, 2006, p.151).

Ao partirem da capital cearense, os migrantes eram transportados de caminhão até Sobral, onde havia um posto de recrutamento que abarcava em suas dependências até 800 pessoas. De lá, eram encaminhados para o pouso de Tianguá, um percurso que poderia se configurar como sujeito a acidentes, como ocorreu, por exemplo, em 25 de julho de 1943. Quem narra o incidente, fatal para o migrante Pedro Abreu dos Santos, é o médico Elidio Ferrão, profissional a serviço do SEMTA. Ele descreve, em um relatório, que um caminhão com 35 trabalhadores capotou entre as cidades de Sobral e Tianguá, sendo necessário organizar uma equipe para auxiliá-lo, com mais um médico (contratado pelo SESP) e 3 enfermeiros, vindos de Sobral. Onze pessoas que se encontravam em situação de maior gravidade, com inúmeras fraturas e escoriações generalizadas pelo corpo, foram enviadas em 3 caminhões para a “casa de saúde São Pedro”, em Fortaleza. O restante dos pacientes foi encaminhado para a cidade de Sobral (Relatório..., 25/07/1943, p.81). O trajeto de 266 quilômetros entre Tianguá e Teresina, contudo, apresentava perigos análogos: outro caminhão tombou em sete de abril de 1943, deixando 4 pessoas seriamente feridas.

O deslocamento entre Teresina e São Luís realizava-se através de trem, havendo uma parada anterior no pouso de Coroatá. Os migrantes, ao chegarem em São Luís, embarcavam em navios que os levariam até Belém, sendo transportados posteriormente para a cidade de Manaus. Todo este percurso, entre Fortaleza e Belém, apresentava, além dos problemas relacionados à insegurança no transporte, inúmeros outros percalços. A superlotação dos pousos e hospedarias era uma das adversidades encontradas pelos sujeitos que se deslocavam para a região amazônica.

O acampamento de Teresina, com capacidade para 1.200 homens, vivia superlotado, em virtude dos atrasos no trem. Em abril de 1943, ‘muitos trabalhadores esperavam entre três e quatro semanas em Teresina’ para tomar o trem em São Luís, o que provocava muitas deserções. Esta longa espera em alojamentos acima da capacidade não raro causava conflitos entre migrantes e entre estes e a população local, sendo o campo de Teresina o mais ‘indisciplinado’. Também no posto de Coroatá os migrantes amontoavam-se ‘às centenas por mais de duas semanas’. Em São Luís, o alojamento edificado para abrigar 1.200 homens costumava abrigar cerca de dois mil migrantes (Campos, 2006, p. 152).

Nestes locais de abrigo, o “tempo da espera” – que teoricamente deveria se limitar ao prazo de 8 dias para a realização de exames médicos ou a períodos curtos, necessários apenas

para um descanso rápido, como, por exemplo, um pernoite –, atrelado aos percalços vivenciados cotidianamente, poderia estimular os sujeitos em deslocamento a desertar e/ou verbalizar suas insatisfações. No pouso de Teresina, considerado o mais “indisciplinado”, a principal reclamação se direcionava para a péssima alimentação ofertada aos abrigados. Os trabalhadores recebiam arroz, feijão, carne de charque e farinha como alimentos, mas o feijão era de péssima qualidade, haja visto ser “preto, torrado, de modo a não cozinhar de maneira nenhuma, sendo diariamente rejeitado pelo trabalhador que preferia jejuar a comê-lo”. Os abrigados, contudo, rejeitavam também a carne de charque, “muito mal preparada, apenas escaldada”, que era servida com arroz. “Estavam os trabalhadores revoltados com a comida e a ponto de fazerem uma greve no pouso” (Relatório..., julho de 1943, p.219). Para apaziguar os ânimos dos abrigados, o serviço de nutrição do SEMTA sugeriu a substituição do feijão preto por outro que estivesse em melhores condições de uso, entre outras modificações na alimentação.

Além deste episódio envolvendo a comida, os agentes da mobilização informaram que os atos de indisciplina no pouso de Teresina tinham ligação intrínseca com as animosidades existentes entre “certos elementos do SEMTA e do SESP”. Provavelmente, tal fato tivesse ocorrido devido a “certa autonomia” que os funcionários do SEMTA possuíam no abrigo, sendo responsáveis pelo recrutamento dos sujeitos – todos migrantes – para a guarda interna. Outro aspecto que influenciou o descontentamento com o serviço de mobilização foi o “modo violento pelo qual a guarda interna do campo procurou disciplinar um trabalhador”. Com isso, havia um clima de hostilidade, que advinha tanto dos migrantes quanto da equipe contratada pelo SESP, proporcionando um “ambiente mais ou menos hostil ao SEMTA”. Outro fator que proporcionava atos de desobediência no recinto de hospedagem, de acordo com os funcionários do departamento de mobilização, era “a longa permanência das turmas nesse Pouso (mais de uma mez, às vezes) em quase completa ociosidade, e a grande prostituição nas proximidades do campo” (Relatório Geral..., 24/06 a 11/07 de 1944, p.183).

Percebe-se, a partir da análise da documentação oficial do SEMTA, que durante o longo período de espera – reivindicando uma alimentação mais adequada ou rebelando-se contra maus tratos praticados pela guarda interna –, os sujeitos em travessia evidenciaram que não estavam propensos a obedecer a todas as ordens estabelecidas pelos agentes da migração, sobretudo, quando as mesmas colocavam em risco sua integridade física.

Outros documentos importantes para compreender os percalços envolvendo a travessia dos nordestinos em direção à Amazônia são as entrevistas realizadas pelo historiador Martinello (2018) com ex-seringueiros, que na década de 1940 foram recrutados como “soldados da borracha” pelo Estado Novo. Assim ocorreu com Raimundo Alves, que foi

alistado em Mossoró/RN e encaminhado para a cidade de Fortaleza neste período. Na capital cearense abrigou-se no pouso do Prado²⁹ (instituição gerida pelo SEMTA) e de lá rumou em direção à Sobral,

[...] porque naquela época os submarinos estavam torpedeando os navios, então por segurança eles enviavam a gente por terra, até São Luís do Maranhão. Do pouso de Sobral éramos encaminhados ao pouso de Teresina, no Piauí, sendo que de Teresina para o Maranhão a gente viajava por trem. No Maranhão, distante duas horas da capital, tinha o pouso do Maracanã e de lá a gente ficava hospedado até aparecer o navio para viajar com destino a Belém (Martinello, 2018, p.241).

A fala de Raimundo Alves evidenciava as dificuldades inerentes ao deslocamento dos nordestinos pela rota terrestre, com paradas – às vezes por tempo indeterminado devido à ausência de navios que os levaria até à Hospedaria Tapanã, em Belém – em diversos pousos e hospedarias ao longo do trajeto, sobretudo, devido à constante ameaça dos submarinos alemães de naufragarem embarcações brasileiras. Além disso, havia os problemas estruturais nesses locais de abrigo, como já evidenciamos acima.

O migrante, ao ser questionado sobre o temor em torno das ameaças dos alemães, relembra que teve muito medo do navio ser alvejado pelos submarinos nazistas durante a travessia entre São Luís e Belém. Aliás, Raimundo Alves ressaltava que todos ficaram atemorizados, sendo obrigados a permanecer “oito dias a bordo esperando dois caça-minas e um avião para acompanharem o navio”. A saída somente efetivou-se em 14 de setembro de 1943, na cidade de São Luís, às 18 horas.

No outro dia, pelas 9 horas, apareceu o avião que acompanhava os navios com dois torpedos debaixo das asas. Depois de umas horas começamos a avistar um sinalzinho ao longe que foi seguido atentamente pelos marinheiros, todos de binóculos. Como todos pensavam nos submarinos alemães, o alvoroço foi enorme. Depois encostaram duas embarcações, chamadas de caça-minas, que nos acompanharam até o Rio Amazonas (Martinello, 2018, p.241-242).

A trajetória de migração de Raimundo Alves, como já evidenciamos, iniciou-se na cidade de Mossoró, onde havia sido construído um pouso do SEMTA em 26 de fevereiro de 1943, e que se transformou no principal entreposto de encaminhamento de trabalhadores

²⁹ Maiores informações sobre o pouso do Prado, que se localizava em Fortaleza, serão trazidas no próximo capítulo, quando fizemos uma análise comparativa entre este estabelecimento e a Hospedaria Getúlio Vargas, que em algumas obras acadêmicas, equivocadamente, são visualizadas como o mesmo elemento.

potiguaras para a Amazônia. De acordo com Aderson Dutra, diretor do respectivo pouso, haviam migrado, em princípio de 1943, 2.300 trabalhadores, saídos daquele recinto de hospedagem. Além disso, Dutra relatava que, após saírem de Mossoró, em caminhões, os migrantes eram encaminhados para Fortaleza, “onde ficariam em média 10 a 12 dias, e receberiam vacinação preventiva contra a tifo e contra outras doenças” (Cunha, 2021, p.74). É importante ressaltar ainda que, no mesmo período, foi construída uma importante hospedaria em Natal, sendo administrada pelo DNI.

De acordo com Cunha, um ritual era realizado antes dos trabalhadores saírem do pouso de Mossoró em direção à Fortaleza. Determinava-se, inicialmente, que os sujeitos em deslocamento fossem abençoados “numa espécie de cerimônia religiosa pelo Prefeito, pelo Padre e pelo Vigário Geral da freguesia”. Havia ainda um “rápido passeio pela cidade minutos antes da partida, com o propósito de chamar a atenção de todos” (Cunha, 2021, p. 80-81).

Ações propagandistas enaltecendo as realizações do governo varguista eram práticas comuns do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Durante a campanha governamental para incentivar o alistamento de trabalhadores para a extração da borracha na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o SEMTA contratou profissionais para produzir folhetos, cartazes e diversas imagens, sob a chefia do pintor suíço Jean Pierre Chabloz, que enalteciam as benesses da migração para a região amazônica. No material produzido, se incentivava o deslocamento com discursos sobre enriquecimento fácil nos rincões amazônicos, proteção trabalhista (semelhante aos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos) e ufanismo patriótico.

Tais produtos propagandísticos eram amplamente divulgados nos principais jornais nacionais e, sobretudo, naqueles existentes na região Nordeste, como por exemplo, no periódico *O Povo*, de Fortaleza. Como salienta Guillen, “todos os modernos meios de comunicação foram postos à disposição da Batalha da Borracha”. Com isso, além das propagandas exibidas nos jornais, da produção e distribuição de folhetos, “diariamente podia-se ouvir, durante o mês de julho de 1943, um programa radiofônico transmitido em uma espécie de cadeia nacional” (Guillen, 1999, p.95). Era denominado “Programa da Borracha”, sendo transmitido às 16 horas diariamente por diversas emissoras do país, como a Rádio Nacional (Rio de Janeiro), Rádio Clube de Pernambuco (Recife), Rádio Educadora de Natal, Ceará Rádio Clube (Fortaleza), Rádio Clube do Pará (Belém), dentre outras.

Na concepção de Secreto, a respectiva propaganda visava mobilizar os trabalhadores por dois vieses. Um, atrelado ao âmbito nacional, no qual “a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos ‘espaços vazios’ e nos esforços de

guerra do Brasil”. Outro, vinculado a uma perspectiva local, remete-se à longa tradição dos nordestinos de migrarem para a região amazônica, não apenas durante os períodos de estiagem. Assim, “a propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo” (Secreto, 2007, p.73).

Um dos grandes apoiadores dessas ações propagandísticas arquitetadas pelo Estado Novo, com relação à migração para a Amazônia, era Assis Chateaubriand. Em seus editoriais, trazia reportagens que celebravam os feitos do SESP, da Rubber e das experiências empreendidas na selva amazônica pela companhia Ford, com relação ao plantio de seringueiras. Em reportagem publicada no periódico *O Jornal*, de 20 de junho de 1943, ao debater as problemáticas em torno do ataque japonês à região de Singapura e, conseqüentemente, sobre a suspensão da produção gomífera naquela área, Chateaubriand elenca alguns benefícios advindos de tal acontecimento, sendo um deles a retomada da extração da borracha nos rincões amazônicos.

Outro aspecto enaltecido na reportagem era o “bem-estar” dos sujeitos abrigados nas hospedarias federais. Assis Chateaubriand, após visitar o abrigo dos migrantes, em Fortaleza, partiu rumo à hospedaria existente em Manaus. Naquele recinto, que seria responsabilidade da SAVA, elencou diversas qualidades:

[...] o saneamento aqui é tão perfeito que estes caboclos, como vi em Fordlândia, há 11 anos, andam ao ar livre durante a noite, sem o menor receio de mosquito, que já deram o fora. A malária sumiu destas bandas. O nosso compatriota, doutor Wadel, o apóstolo sanitário das selvas amazônicas, eliminou-a desta parte do Rio Negro. Deitados em redes, fumando, conversando ou dormindo, os hóspedes da hospedaria da “Sava” oferecem uma sensação de bem-estar, que é propícia ao visitante (O Jornal..., 20/06/1943, p.4).

Diferentemente dos depoimentos trazidos por outros sujeitos, que enfatizavam os percalços cotidianos enfrentados nos pousos e hospedarias – péssima infraestrutura e alimentação – construídos pelo governo de Vargas, Chateaubriand buscava enaltecer as ações benéficas do SESP, principalmente com relação ao combate à malária, que, segundo ele, havia categoricamente sumido daquelas paragens. Ressalta ainda que aqueles que se encontravam recolhidos na enfermaria da hospedaria de Manaus era devido a outras doenças “que nada tinham a ver com a malária, que essa a SESP pode dizer-se já acabou, erradicando-se de Manaus” (O Jornal..., 20/06/1943, p.4). Erradicação que, mais adiante, iremos questionar.

Outro aspecto trazido na reportagem, que destoa das informações contidas no relatório dos agentes da migração sobre os pousos da rota terrestre, é em relação à alimentação. Chateaubriand afirmava, taxativamente, que os trabalhadores recebiam alimentos – arroz, feijão e farinha de trigo e de mandioca – de excelente qualidade. Para comprovar tal declaração, endossou-a com as falas dos migrantes, haja visto ter perguntado a muitos sujeitos sobre a alimentação recebida e, com quem conversou, ao indagar “se estavam satisfeitos ali, e todos, sem exceção”, afirmaram que sim “e que iam contentes para suas ocupações nos seringais” (O Jornal...,20/06/1943, p.4).

O propósito, quanto à pretensa alimentação de qualidade, era possibilitar que os trabalhadores em deslocamento chegassem aos seringais bem nutridos, tendo em vista que saíam dos rincões nordestinos esfomeados e desnutridos, de acordo com a visão distorcida de Chateaubriand sobre o Nordeste, associado constantemente, e quase que exclusivamente, à fome e à seca. Com isso, “nas hospedarias do serviço da ‘Sava’, em Belém e Manaus, a preocupação dos que cuidam dos trabalhadores consiste em lhes aumentar o peso e enriquecer o sangue” (O Jornal...,20/06/1943, p.4).

Mas, a partir do final de 1943, muitos pousos e hospedarias que faziam parte da rota terrestre foram desativados, não propriamente por causa dos problemas estruturais existentes, mas devido a reestruturação da política de migração do governo federal, já que o SEMTA foi extinto (criando-se o CAETA) e o deslocamento dos trabalhadores retornou para à responsabilidade do DNI. Com isto, as viagens marítimas entre o Nordeste e o Norte foram retomadas havendo uma conexão direta entre a hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza) e a hospedaria Tapanã (Belém).

Mas a apreensão em torno da ofensiva nazista às embarcações brasileiras, existente no início do deslocamento dos trabalhadores para a Amazônia em 1942, permaneceu no imaginário dos sertanejos, mesmo quando tais temores tornaram-se ínfimos. Assim, ocorreu com o senhor J.L.M, que, em maio de 1943, partiu com apenas 9 anos de idade da cidade de Cascavel, Ceará, na companhia do pai – um “soldado da borracha” – em direção aos rincões amazônicos.

J.L.M narrou, dentre vários aspectos, sua saga até chegar à Amazônia:

[...] naquela época, de Guerra, criaram uma lei para dar direito aos pracinhas que iam para a Itália e também criaram uma lei pros nordestinos irem pro Amazonas cortar seringa. Era então dois tipos de Soldado, o da Guerra e o da Borracha, mas tudo era por causa da Guerra. A nossa partida pra lá foi aqui de Fortaleza, meu pai saiu de casa pra cá, prum lugar que era o quartel general desses Soldados, que se chamava Hospedaria Getúlio Vargas. Todos os

nordestinos que queriam ir pro Amazonas, vinham para Fortaleza, se alistavam e ficavam aguardando a chamada dentro da Hospedaria, era gente da Paraíba, do Piauí, Rio Grande do Norte, de todo lugar, não era só do Ceará, não. Quando chegava o navio eles mandavam uma parte que o navio cabia e o resto ficava secando, esperando o próximo navio. Em 1943, por volta do mês de maio, nós viajamos daqui num navio por nome Pará, uma viagem muito penosa, dificultosa. A gente era muito maltratada, assim eu comparo com as histórias dos navios negreiros. Nos navios da Guerra, os nordestinos eram tratados como os escravos negros. Eram mal alimentados, humilhados, enjoavam demais por causa do mar, morriam e eram jogados no mar (Oliveira, 2008, p. 59).

Ao chegar em Fortaleza, assim como inúmeros outros sujeitos em deslocamento, J.L.M e o pai foram encaminhados para a Hospedaria Getúlio Vargas, percebida pelo jovem migrante como um quartel para os “soldados”, uma referência explícita ao papel que seu progenitor exerceria na batalha da borracha. Naquele espaço, as pessoas poderiam passar um longo período “secando”/aguardando a disponibilidade dos navios da companhia Lloyd – o que denominamos como o “tempo da espera” – para levá-los para as paragens amazônicas. Nesse ínterim, os migrantes cearenses conviviam com viajantes de outras localidades e compartilhavam seus hábitos, os percalços vivenciados no abrigo, assim como as angústias diante das incertezas em relação à viagem para a Amazônia.

As adversidades concernentes à respectiva migração para a região amazônica iniciavam-se durante a travessia. J.L.M descreveu que sua viagem no navio foi permeada de atribulações, havendo tantos maus tratos que aqueles sujeitos em deslocamento na década de 1940 comparavam-se aos escravos que eram trazidos nos navios negreiros. É interessante ressaltar que este tipo de analogia com relação aos trabalhadores migrantes ocorreu posteriormente, quando inúmeros sujeitos deslocaram-se na década de 1950 para a Amazônia.

J.L.M relatou ainda que a viagem entre Fortaleza e a cidade de Belterra/PA, no rio Tapajós – local no qual seria seu pai seria alocado como seringueiro – durou quase um mês. O primeiro interregno dessa travessia deu-se no pouso de São Luís/MA, após 3 dias de viagem no navio da companhia Lloyd. Naquele abrigo federal, de acordo com J.L.M, permaneceram 8 dias, aguardando comboio de outra embarcação, já que havia um medo constante de que os submarinos alemães os atacassem. Nas memórias do migrante, tal ataque ocorreu posteriormente, naufragando o navio Pará, o mesmo que os havia levado até a cidade de Belém. Não encontramos, contudo, nenhuma evidência nos documentos pesquisados que a respectiva investida ocorreu concretamente com a respectiva embarcação³⁰. Provavelmente, ao longo do

³⁰ Em julho de 1943 o cargueiro Pelotasloide naufragou na cidade litorânea denominada Salinópolis/PA, após ser

processo de formação das memórias do migrante J.L.M, que tinha apenas 9 anos na época, a respeito de sua migração para a região amazônica, ocorreu uma fusão intrincada entre a realidade e a ficção, tornando-se complexo distinguir o que, de fato, ocorreu ou não. No entanto, como Pollack (1989, p.6) esclarece sobre a natureza da memória, “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”.

Após findar o prazo necessário para a realização de exames médicos no pouso de São Luís, J.L.M relata que os dois (pai e filho) foram encaminhados para a Hospedaria Tapanã³¹, localizada em Belém/PA, abrigo que se tornou o principal elo de ligação com a Hospedaria Getúlio Vargas, existente no Ceará. Além disso, o abrigo localizado na capital paraense havia sido inaugurado em 03 de janeiro de 1943 tendo como propósito

receber os migrantes oriundos do Pouso de São Luiz e que deveriam permanecer em Belém por algum tempo, até prosseguirem viagem para Manaus ou outras localidades. Era a porta de entrada do Vale Amazônico (Bastos, 1996, p.104).

A travessia dos migrantes entre a região nordestina e a Amazônia, fosse através das rotas terrestres ou marítimas, era permeada de transtornos, como nos relatou o migrante J.L.M. Assim, ao adentrarem à Hospedaria Tapanã, traziam consigo, além do cansaço de uma longa viagem que os deixava debilitados fisicamente, inúmeras moléstias, sendo as crianças as principais vítimas. O respectivo local de abrigo, apesar de possuir uma enfermaria com “30 leitos para os casos de clínica médica geral e 20 leitos para isolamento”, um consultório médico, um consultório odontológico e um ambulatório, no qual atendiam “04 médicos, 01 dentista, 01 técnico de laboratório, 01 inspetor de tratamento, 30 guardas sanitários, 18 guardas medicadores e 02 empregados de escritório”; não conseguia auxiliar adequadamente a todos, sendo comum os casos de óbitos (Bastos, 1996, p.104). Nem mesmo o “passe de viagem” – emitido pelo SESP –, no qual informava-se que o migrante havia sido vacinado contra varíola, febre tifóide e tétano e era obrigatório para aqueles que migravam, amenizava a situação de penúria dos sujeitos, após uma longa jornada de deslocamento, ao adentrarem os pousos e as hospedarias.

atingido por um submarino alemão. Na ocasião pereceram durante o ataque cinco tripulantes.

³¹ É importante ressaltar que diferentemente da Hospedaria Getúlio Vargas, que possui uma quantidade razoável de informações sobre sua construção e funcionalidade - apesar de considerarmos escassas as fontes oficiais -, há uma ínfima documentação, sobretudo, periódicos que abordam sobre a construção da Hospedaria Tapanã. Mas a partir das fontes existentes (jornais, fontes oficiais, livros, entre outras) é possível vislumbrar sobre o cotidiano e as experiências dos sujeitos em deslocamento naquele espaço de abrigo de Belém.

Os problemas relacionados às viagens também eram relatados por outros indivíduos. O médico John Edwards, por exemplo, que foi contratado para acompanhar os trabalhadores migrantes no deslocamento entre Fortaleza e Belém em 1944, descreveu em seus relatórios sobre o desconforto das viagens: mulheres e crianças permaneciam na terceira classe, enquanto os homens ficavam “nos corredores e convés, expostos aos humores do tempo”. Afirmava ainda que, apesar de considerar satisfatórias as condições sanitárias a bordo, “o número de privadas era insuficiente e que não existiam condições de banho”, nem mesmo na primeira classe. Com isso, havia o temor que doenças contagiosas se proliferassem pela embarcação, principalmente, quando havia uma superlotação: o “navio que comportava um máximo de 800 passageiros trafegava com quase mil pessoas, entre migrantes e tripulação” (Campos, 2006, p.150).

O respectivo receio com relação à proliferação de doenças durante o trajeto de deslocamento nos navios para os rincões amazônicos é compreensível diante das informações citadas anteriormente: péssimas condições de acomodação dos migrantes, assim como de higiene, superlotação, má alimentação, maus tratos, entre outros percalços. Neste período, apesar de haver poucas informações, sobretudo nos jornais, que evidenciam as adversidades enfrentadas pelos nordestinos durante a longa travessia, há algumas reportagens que corroboram esta afirmação. O periódico *A Manhã*, de 02 de agosto de 1944, informava que o navio Fortaleza, pertencente ao SNAPP – órgão responsável por transportar os migrantes pelos rios amazônicos, levando-os até as zonas de colocação – havia encalhado no rio Madeira conduzindo

[...] cerca de trezentos e vinte pessoas, sendo 200 dos passageiros, soldados da borracha, que seguiam rumo aos seringais. O acidente verificou em consequência de estar o rio seco. A bordo tem havido casos de papeira e coqueluche, ameaçando uma grande epidemia, motivo porque foram enviados socorros que seguem a bordo do vapor ‘Tupi’ (*A Manhã...*, 02/08/1944, p.1).

O período de seca dos rios amazônicos, cujo trajetos podem ser observados a partir do mapa abaixo, iniciam-se no mês de agosto, finalizando-se em dezembro. A imagem abaixo permite uma melhor compreensão acerca das nascentes e desaguadouros de alguns dos rios citados na tese, como, por exemplo, os rios Madeira e Purus.

hospedarias pela equipe médica do SESP e os óbitos se avolumavam. Pode-se citar casos – neste período muito invisibilizados e pouco discutidos – de sujeitos que pereceram ou perderam parentes nas dependências dos abrigos federais. Assim ocorreu com Demétrio Feitosa, que saiu do Ceará com a esposa e quatro filhos (Raimundo, Manoel, Antônio e José) em fins de 1943, em direção à Manaus. Ao adentrar a Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, faleceram os filhos Antônio e José. A saga de mortes em sua família, entretanto, continuou quando este já encontrava-se estabelecido nos seringais amazônicos, em 1945, com a morte dos meninos Raimundo e Manoel no rio Purus, assim como outro filho (José), que havia nascido no seringal. Foram enterrados “uns debaixo das seringueiras, outros à beira do barranco do Rio-Mar. E com eles encerrou também todos os seus sonhos. Submetido, em Manaus, a exame médico, verificou-se que Demétrio estava atacado por polineurose”, sendo reencaminhado para o Nordeste (Mello, 1956, p.100).

A situação vivenciada por Demétrio Feitosa não se distanciava da realidade enfrentada por incontáveis outros sertanejos, os quais realizavam a árdua jornada rumo à Amazônia na década de 1940. Algo semelhante ocorreu também com o pernambucano José Porfírio, que em 1945 partiu do estado de Alagoas, juntamente com a esposa e mais cinco filhos (Cícero, Maria, José, Elmiro e Odílio), em direção aos rincões amazônicos. Ao adentrar as dependências da Hospedaria Tapanã, em Belém, deu-se início a sua tragédia familiar: primeiro pereceram os filhos Elmiro e Odílio, em fevereiro de 1945. Além disso, “Otília, esposa do seringueiro, faleceu no seringal no dia 18 de março do mesmo ano; e Maria José, no dia 08 de abril” (Mello, 1956, p.100). Em poucos meses, Porfírio havia perdido quase metade de seus familiares.

As narrativas sobre as péssimas condições de vida dos migrantes nas hospedarias, descritas nos jornais e nas produções literárias da época, serviram de inspiração para a construção do livro “Tapanã - a Hospedaria do Diabo”³², de autoria de Mendonça (1983). A respectiva trama literária descreve a trajetória de migração de José Julião, sua esposa Francisca e seus 9 filhos, que durante os primeiros anos de 1940 se deslocaram do Ceará em direção à cidade de Belém, buscando melhores condições de vida. O trajeto iniciou-se na região de Canindé, após a venda de algumas reses que ainda sobreviviam após o advento da estiagem. Assim, partiu rumo à capital cearense, às vezes caminhando, outras no lombo de jegues, “outras em caminhões calhambeques que cobravam o olho da cara pelo preço das passagens”. O objetivo seria chegar à hospedaria federal, denominada Getúlio Vargas.

³² A imprensa nacional, ao longo da década de 1950, alcunhou a Hospedaria Tapanã de hospedaria do Diabo, já que naquele espaço os migrantes passavam por inúmeros percalços, sendo constantes os óbitos devido às doenças.

Mas, ao conseguirem o alistamento nas dependências do recinto de hospedagem, o peso de tantos dias de travessia, atrelado às mazelas existentes no abrigo, acarretou graves moléstias às crianças da família Julião. O primeiro a morrer foi Joãozinho, o mais novo dos 9 filhos, acometido de uma diarreia.

Passados dois dias já estava um estaleiro de menino doente vazando a todo instante, febre alta, vômito, uns até com convulsão de tanta febre que tinham. A notícia chegou pelo comando geral do batalhão dos ‘soldados da borracha’. Socorros imediatos para o contingente atacado de...ainda não tinha diagnóstico para o mal que entrara porta a dentro da hospedaria de Fortaleza. Mas sabiam de uma coisa. A doença parecia uma praga, chegava da noite para o dia e tinha predileção pelas crianças (Mendonça, 1983, p.16).

Após a morte de Joãozinho e de outras crianças, sucumbiu outro filho de Julião, Pedrinho, com os mesmos sintomas pelo qual padecem os outros. Assim, desfalcado de dois membros da família, José Julião, a esposa Francisca e mais 7 filhos, conseguiram – após uma longa espera e diversos contratempos – passagens para embarcar rumo à Belém.

Quais seriam os motivos de tantos óbitos, fosse nos navios durante o trajeto, nas hospedarias ou nos seringais? A partir da documentação apresentada por Mello, não é possível identificar as causas das doenças que vitimaram os familiares de Demétrio Feitosa e de José Porfírio, citados acima. Por outro lado, Campos (2006) nos informa que uma doença constante nos postos, acampamentos e hospedarias, que poderia ocasionar mortes, era a malária. No posto de Coroatá (Maranhão), por exemplo, surgiram 43 casos da versão mais terrível da moléstia nos três primeiros meses de 1943. Outros locais de abrigo, contudo, também sofreram com a proliferação dessa enfermidade.

No alojamento do DNI em Manaus, um surto de malária atingiu 138 migrantes em maio de 1943, e os números não cessariam de crescer durante o ano. Em dezembro, a incidência de malária era tão alta que todos os funcionários do Sesp, incluindo o médico, contraíram a doença. A situação não melhoraria no ano seguinte. No alojamento de Belém, entretanto, a maioria dos casos de malária não foram contraídos localmente, mas trazidos por seringueiros retornados das plantações (Campos, 2006, p.155-156).

A malária, que atingiu diversos abrigos – dentre eles a hospedaria em Manaus que Assis Chateaubriand afirmou em reportagem que não possuía mais casos da moléstia –, tornava os sujeitos mais suscetíveis a outras doenças, como a bronquite crônica, conhecida

popularmente como “catarrão”. Na concepção do médico do SESP, Morrison Faria, os migrantes adquiriam esta enfermidade devido à aspiração constante da “densa fumaça utilizada no processo de coagulação da seiva da borracha” (Campos, 2006, p.156). O respectivo profissional considerava assim uma “doença ocupacional”. Os nordestinos eram acometidos ainda por outras moléstias nos locais de abrigo do governo federal, sendo corriqueiras as epidemias de sarampo e tifoide.

O mais devastador surto de sarampo, que ocasionou diversas mortes, ocorreu na então superlotada - com algo em torno de três mil pessoas - hospedaria de adultos Tapanã, Belém, em fevereiro de 1943. Somente no final deste ano o número de casos cairia a ‘proporções normais’. A tifoide também consistia em um risco constante nos albergues: em Fortaleza, de 37 casos, cinco resultaram em mortes em abril de 1943. A hospedaria mais ameaçada pela tifoide era a de Teresina, onde a única fonte de água era o poluído rio Paraíba. Para resolver o problema, o Sesp e o Semta contrataram os serviços do Serviço Federal de Águas e Esgotos (Campos, 2006, p. 156).

Como salienta Guillen, por mais que houvesse um esforço significativo do SESP para resolver os problemas de saneamento existentes nos pousos e hospedarias federais, o órgão “nunca saiu das cidades e nem chegou perto de um seringal do Acre”. Com isso, os medicamentos que precisavam ser distribuídos, de maneira gratuita entre os migrantes, como a atebrina usada no combate à malária, “eram descaradamente vendidos pelos seringalistas” (Guillen, 1999, p.93). Dessa forma, havia uma discrepância entre o discurso promulgado nos meios de comunicação a respeito das benesses da migração como “soldado da borracha” e o que concretamente estes sujeitos encontravam nos seringais amazônicos.

Além das doenças citadas acima, a proliferação de doenças venéreas nos pousos existentes na rota para a Amazônia era outra preocupação constante do programa de migração e do SESP. No pouso de Teresina, por exemplo, apontava-se (em documento oficial) que um dos motivos da indisciplina dos trabalhadores abrigados tinha relação intrínseca com a ociosidade e a existência de um prostíbulo nas proximidades do abrigo, como já citamos anteriormente. O temor desses agentes era que os migrantes ficassem vários dias acamados nas enfermarias, prejudicando o encaminhamento para as zonas de colocação. Assim ocorreu no pouso de São Luís, no qual o médico do posto do SEMTA informava que “5% dos migrantes ficavam retidos para tratamento devido a doenças venéreas”. A solução encontrada para solucionar os casos foi adotar “a política de tratar, além dos migrantes, as mulheres que viviam em torno do acampamento e de acionar a polícia local para hospitalização compulsória” nos

casos considerados mais graves (Campos, 2006, p.155).

Com isso, impunha-se sobretudo à mulher a culpa pelo alastramento das doenças sexualmente transmissíveis nas proximidades dos pousos, impossibilitando-as de decidirem se optavam ou não pelo tratamento. Havia ainda uma preocupação constante com as relações homossexuais nos abrigos federais. Em relatório confidencial do SEMTA, escrito por Carlos José de Assis Ribeiro (irmão do chefe do SEMTA) ao Diretor da Coordenação da Mobilização Econômica, Arthur Nehl Neiva, afirmava-se que o “homoerotismo em comum nos alojamentos de jovens migrantes” (Campos, 2006, p.155). A proposta para elucidar tal problemática foi construir um “campo de esportes e uma capela rústica, onde os padres celebram suas cerimônias religiosas e pregam seus sermões”. De acordo com o respectivo documento, contudo, isso não seria suficiente: o “ideal seria que em cada pouso permanecesse um missionário” (Relatório Confidencial..., 08/04/1943b, p.11).

Na concepção de Freitas (2015), havia uma preocupação da Igreja Católica e do Estado com relação à problemática da inversão sexual, haja visto os homens estarem “longe de suas mulheres e em contato direto apenas com outros homens”. Dessa forma, poderia haver uma tendência de desviarem da sua sexualidade, sendo necessário combater essa propensão. No relatório, cogitava-se, inclusive,

[...] a questão da possibilidade do SEMTA em facilitar aos soldados da borracha a procura de meretrizes ou “disponibilizá-las” nas mediações do pouso. Isso também acarretaria muitos problemas, tanto pelo fato de o povo nortista ser considerado bastante religioso, quanto pela possibilidade de denúncia perante o clero. Isso porque homens (muitos deles casados) se envolverem com outras mulheres, fora do casamento, era algo inaceitável pela Igreja, o que levaria o trabalho do Padre Helder no processo de convencimento e busca de apoio por parte de outros sacerdotes virem a mitigar, pois provocaria oposição da Igreja quanto à saída dos seus paroquianos para a Amazônia (Freitas, 2015, p. 118).

A Igreja Católica preocupava-se ainda com a presença de missionários estrangeiros de outras religiões na região Norte e entre os migrantes nordestinos enviados para aquela paragem. Com isso, o Padre Helder Câmara teve um papel preponderante na tentativa de dificultar essa influência protestante entre os sujeitos em deslocamento, buscando estreitar os vínculos com o Estado. Tal fato concretizou-se com a regulamentação do SEMTA, no qual havia uma cláusula específica (terceira) que determinava que o respectivo órgão deveria propiciar ao trabalhador e à sua família a necessária assistência religiosa, com base nas orientações dos bispos e demais autoridades eclesiásticas locais.

As ações da Igreja Católica, em comunhão com o governo federal, tinham como propósito cercear a circulação dos sujeitos pelas cidades ou as áreas próximas aos pousos e hospedarias – em busca, por exemplo, dos prostíbulos – e amenizar a perda de mão-de-obra disponível para a extração da borracha. Aqueles que eram acometidos por doenças venéreas ou outras doenças e permaneceram nesta condição por mais de 30 dias, fosse nos seringais ou nas enfermarias dos locais de abrigo, foram considerados desqualificados para o serviço nos seringais. A partir daí, eram encaminhados da região amazônica em direção à cidade de Fortaleza ou para seus locais de origem.

Somente durante o ano de 1944 houve uma média de 65 trabalhadores retornados por mês, um fluxo que continuou intenso no ano seguinte. Em 1946, após o fim dos acordos entre Brasil e EUA para a extração da borracha, aqueles que voltavam para a região Nordeste encontravam-se em estado de extrema necessidade, causada pela bronquite crônica, conhecida popularmente como “catarrão”. Aliás, com o término da guerra diversas (tristes) trajetórias de migração foram evidenciadas nos periódicos de circulação nacional. Notícias que, normalmente, eram omitidas nas manchetes jornalísticas, já que havia uma rígida censura do DIP sobre o que poderia ser publicizado a respeito dos “soldados da borracha”. Mas, com o fim da ditadura varguista, os opositores políticos do respectivo regime político iniciaram uma série de reportagens para questionar a campanha da borracha e a ida de milhares de nordestinos para os rincões amazônicos, buscando evidenciar os percalços enfrentados pelos migrantes nesta longa travessia.

Com esse propósito, o periódico *Diário de Natal* traz uma reportagem, na edição do dia 18 de setembro de 1949, cujo título era o “Drama humano do derrotado exército da borracha”. A matéria trazia a saga de Antônio Teixeira de Lima Filho, baiano, que na década de 1940 exercia a função de cozinheiro na cidade do Rio de Janeiro, “entusiasmado com a fortuna que lhe sorriria foi dos primeiros a se alistar no exército da borracha” (Drama humano..., 18/09/1949, p.4). Impressionado com a promessa de enriquecimento fácil na região amazônica, partiu em direção à Fortaleza, permanecendo seis meses no pouso do SEMTA. Fez parte da primeira turma de trabalhadores enviados para a extração da borracha, vindos da região Sudeste, que posteriormente seriam denominados de “arigós”.

Após o longo período de espera em Fortaleza, foi encaminhado para a hospedaria Tapanã, permanecendo naquele recinto por mais 3 meses, para posteriormente seguir em direção a Manaus. “O seu primeiro contrato foi cumprido no seringal do Castanha”, no território do Acre. Mas apenas 5 meses depois retornava para Manaus, para a realização de tratamento contra a malária, gastando o saldo de “4.330 cruzeiros que havia conseguido” (Drama

humano..., 18/09/1949, p.4). Tal como muitos outros migrantes, Antônio Teixeira travou uma árdua batalha com a moléstia, mais conhecida como impaludismo, haja visto ter adoecido novamente pouco tempo depois do tratamento.

A parte mais impressionante da saga do migrante, narrada nas páginas do periódico, diz respeito, porém, à fuga empreendida pelo mesmo, junto com sua companheira Secundina Nogueira de Lima, seu enteado Rubem (de 16 anos) e outros sujeitos que almejavam também fugir da selva amazônica. As dificuldades inerentes ao trabalho no seringal e às doenças adquiridas durante a lida, atrelado ao receio de ser punido por questionar o valor injusto do saldo, fez com que Antônio Teixeira e sua família fugisse, junto com mais 3 homens, 3 mulheres e 4 crianças, “todos no bojo de uma canoa, que se largaram rio abaixo, em demanda na embocadura do Madeira, queriam distância, iriam até onde conseguissem um navio que os levassem a Manaus”. Mas, após passarem muitos dias remando, naufragaram pouco antes de atingirem a embocadura do rio Madeira. Antônio Teixeira, a esposa e o enteado sobreviveram, mas a respeito dos outros ocupantes da canoa não se soube mais notícias (Drama humano..., 18/09/1949, p.4).

Após obter auxílio para chegar até Manaus, Teixeira conseguiu um trabalho de cozinheiro na sede da Polícia Militar. Em fins da década de 1940, porém, decidiu retornar para o Rio de Janeiro. Como muitos outros “soldados da borracha” que buscavam regressar para suas paragens de origem, buscou abrigo na Hospedaria Tapanã, em Belém. Dessa vez, porém, sua estadia ali foi curta, permanecendo poucos dias como abrigado, já que conseguiu vagas para sua família em um avião da FAB, com destino à hospedaria da ilha das Flores, no Rio de Janeiro.

Surpresa desagradável aguardava porém os três fugitivos dos seringais do rio Machado no aeroporto de Guararapes, no Recife. Ali os fizeram descer do avião, em vista de haver uma longa fila de pessoas aguardando caronas para o Rio de Janeiro. Antônio Teixeira reclamou, explicou, implorou, nada adiantou. Seus ‘terens’, contidos em três baús de flandres, ficaram mesmo na pista. Na base aérea de Recife, o máximo que lhe poderiam fazer era facilitar uma passagem de volta à Belém, mas Antônio recusou, explicando que da capital paraense queria era distância (Drama humano..., 18/09/1949, p.4).

Após a recusa em retornar para a região amazônica, haja visto de lá ter fugido, permaneceu alguns dias em Pernambuco e, seguindo a “sugestão” do delegado regional do Ministério do Trabalho – que se recusou a auxiliá-los afirmando não possuir verbas e indicou a delegacia existente em Natal como a mais propícia para a assistência aos ex-soldados –, Antônio Teixeira e sua família tiveram que recorrer à caridade, pedindo dinheiro nas ruas para comprar

suas passagens até a capital potiguar. Em Natal, permaneceram mais de um mês abrigados na antiga hospedaria administrada pelo CAETA, antes de conseguirem finalmente partir em direção ao Rio de Janeiro, a bordo do navio Itaité.

A saga de Antônio Teixeira e sua família se assemelhava a de outros sujeitos em deslocamento no final da década de 1940, que almejavam voltar para suas paragens de origem ou para outros locais nos quais pudessem recomeçar suas vidas. O periódico *O Povo*, em edição de 24 de julho de 1946, informava que 140 “arigós” estavam abrigados desde o dia 22 de julho na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, após viajarem a bordo do navio “Comandante Ripper”. De onde estavam vindo? Não fica explícito na reportagem, mas, sabendo-se da intrínseca relação entre a hospedaria existente na capital cearense e a Hospedaria Tapanã, imagina-se que os mesmos estivessem vindo de Belém. O retorno, tal como a ida para os rincões amazônicos, foi repleto de problemas, pois “viajando na 3ª classe, sem a mínima assistência médica, com uma deficiente alimentação”, o regresso tornou-se “uma verdadeira ‘via-crucis’ através do Atlântico” (*O Povo...*, 24/07/1946).

Os redatores da matéria souberam ainda, entrevistando dois sujeitos que aportaram em Fortaleza e se dirigiram até a redação do jornal, que durante a travessia uma criança morreu, já que se encontrava bastante debilitada devido às doenças e à fome que passou na região amazônica. Com relação à problemática das moléstias, os migrantes entrevistados teceram graves críticas à atuação do SESP, afirmando que o papel do órgão na Amazônia foi quase nulo, “pois as vítimas do beribéri, hidropsia, impaludismo e outras doenças tombaram, a esmo, sem os devidos socorros” (*O Povo...*, 24/07/1946).

Apesar dos problemas durante o deslocamento, o retorno para o Nordeste era o que aquelas 140 pessoas almejavam. Os sujeitos entrevistados argumentavam que, nos seringais, as condições de trabalho eram péssimas: muitos eram açoitados, outros obrigados a trabalhar em domingos e dias santos – obrigação que recaía, sobretudo, sobre aqueles que insinuavam retornar à região nordestina – e todos acabavam endividados com os seringueiros. Dívidas que se tornavam impossíveis de serem quitadas, devido ao alto valor. Diante de tudo isso, “milhares de cearenses morreram em miséria na Amazônia” (*O Povo...*, 24/07/1946).

A quantidade de pessoas que retornaram ao Ceará e aos outros estados nordestinos foi imensamente desproporcional ao quantitativo de sujeitos que migraram para a região amazônica naqueles idos da década de 1940. Os motivos para tal discrepância eram diversos: não conseguiam passagens para se deslocar para seus rincões de origem, fossem subsidiadas ou não pelo governo federal; não conseguiam saldar suas dívidas com os proprietários dos seringais, permanecendo assim prisioneiros dos seringalistas até que houvesse a quitação do

débito; por receio de enfrentar novamente um período de seca no território nordestino; por fim, devido às doenças que levaram muitos desses trabalhadores ao óbito.

O periódico *O Povo*, ao analisar uma documentação existente na Hospedaria Tapanã, na década de 1950, que continha o nome daqueles que foram registrados nas dependências do abrigo federal – e encaminhados para os seringais, nasciam, morriam ou retornavam para o Nordeste, entre 1942 e 1953 – nos possibilitou entender mais adequadamente a equação entre chegada e retorno. No ano de 1943, quando a movimentação de nordestinos entre as hospedarias federais localizadas em Fortaleza e Belém se intensificou, a Hospedaria Tapanã registrou a entrada de 18.563 migrantes, vindos de diversas regiões nordestinas. Mas somente 234 migrantes retornaram para seus locais de origem. Já em 1945, quando os acordos entre Brasil e EUA para a extração de borracha se finalizaram, houve o registro de entrada de 4.050 pessoas no abrigo em Belém, sendo o quantitativo de 1.422 retornados dos seringais que buscavam passagens no recinto de hospedagem e o retorno efetivo para o Nordeste de 1.306 sujeitos (*O Povo...*, 11/01/1954).

A desilusão com o projeto de extração da borracha e com as benesses – propagandeadas durante o Estado Novo – advindas com o trabalho nos seringais, foram responsáveis por essa busca constante por passagens de retorno ao Nordeste. Assim, após o término da 2ª Guerra Mundial, diversas reportagens relatando as agruras vivenciadas pelos nordestinos na região amazônica foram publicadas pelos periódicos nacionais. Uma das matérias mais reproduzidas pelos jornais dos Diários Associados foi elaborada pela revista *O Cruzeiro*, em edição de 20 de julho de 1946. A reportagem, de autoria de David Nasser e Jean Manzon, intitulava-se “A Marcha para a Morte” e questionava sobre o desaparecimento de milhares de trabalhadores.

[...] 54.000 nordestinos foram levados para a Amazônia, na campanha de aumento da produção da borracha. Era medida aconselhada pelas necessidades da guerra e imposta pelos acordos do Brasil com seus aliados. Até aí, nada demais. Terminada a guerra, quantos voltaram aos seus lares? Quantos dormem semi-enterrados nas florestas verdes dos seringais? Quantos vivem, se é viver aquela romaria incessante pelas ruas de Belém e de Manaus, estendendo as mãos à caridade pública? Quantos povoam as aldeias marginais dos grandes rios, tremendo de maleita e de fome? Oh, senhores deputados, senadores do Governo, senhores de todos os poderes, esses homens que sobram da batalha da borracha querem voltar para casa (*Revista O Cruzeiro...*, 20/07/1946, p.16).

À Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Constituinte –

organizada para averiguar as denúncias em torno dos problemas envolvendo os “soldados da borracha” –, os editores rogavam que o debate sobre o fracasso ou não da batalha da borracha fosse esquecido, em detrimento das ações em torno do retorno dos nordestinos para seus rincões de origem. Afinal, aqueles que sobreviveram desejavam voltar imediatamente para seus lares.

O retorno, porém, não seria fácil. De acordo com Guillen, o DNI determinou que somente “voltariam ao Nordeste os incapacitados, devendo os que ainda tinham saúde ser encaminhados ao trabalho na agricultura” (Guillen, 1999, p.273). A CPI que foi organizada para apurar as irregularidades no projeto de encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia não conseguiu obter benefícios para aqueles sujeitos que migraram e suas famílias – assistência social e econômica – pautando a discussão em torno de questões políticas, convertendo a apuração em munição para ataques aos adversários políticos.

Apesar dos problemas envoltos na migração dos “soldados da borracha” para a Amazônia durante o interregno da Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, uma multidão de sujeitos retornaria para os rincões amazônicos, com passagens subsidiadas pelo governo federal. Com isso, milhares de pessoas se dirigiam para a cidade de Fortaleza, vindos de diversas regiões do Nordeste, buscando abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas. Entender as experiências vivenciadas pelas pessoas neste local de abrigo federal, entre as décadas de 1940 e 1950, é o propósito das próximas linhas da tese. Será que a respectiva hospedaria, concretamente, se constituiu em um modelo para as outras instituições de hospedagem dos migrantes nacionais, como afirmava a imprensa nacional?

3 HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS: PARTICULARIDADES DA EDIFICAÇÃO E DISPUTAS EM TORNO DO DESLOCAMENTO DOS MIGRANTES

A política de recrutamento do SEMTA, na década de 1940, possibilitou o agenciamento de milhares de trabalhadores nordestinos para a região Amazônica. Durante a travessia entre o Nordeste e o Norte foi necessário construir abrigos federais - como citamos anteriormente - para organizar este deslocamento em massa. Com isso, pousos e hospedarias foram edificadas em cidades nordestinas estratégicas, sob o ponto de vista logístico: Fortaleza, Sobral, Tianguá, Natal, Mossoró, São Luís, entre outras. Havia diferenças substanciais, contudo, entre os tipos de edificações idealizadas para abrigar os sujeitos em deslocamento durante o interregno da 2ª Guerra Mundial. No caso dos pousos, Conduru afirma que o responsável pela projeção dos respectivos espaços, o engenheiro Álvaro Vital Brazil,

elaborou o projeto dos pousos programados a cada 300 ou 400 quilômetros, construídos numa situação de emergência (em menos de 30 dias) e com matérias disponíveis em cada região, utilizando a palha de babaçu, de carnaúba, ou buriti (Conduru, 2000, p. 76).

No relatório da CAETA, produzido em 1946, evidencia-se também esse caráter de emergência dos pousos ao classificá-los como bens de benfeitorias, ao invés de bens imóveis, sendo construídos em espaços cedidos por algum proprietário. Na prática, isso possibilitava que a qualquer momento poderiam ser demolidos. O primeiro pouso construído, localizado em São Luís/MA, iniciou sua obra em 15 de janeiro de 1943 quando o prefeito da cidade escolheu um terreno para a construção. Como salienta, porém, Miranda “nem sempre foi possível contar com a colaboração ou com a boa vontade do poder municipal”. No caso do pouso de Coroatá/MA, o terreno no qual foi construído o abrigo pertencia ao Ministério da Agricultura, “já que as autoridades municipais se recusaram a ceder um terreno plano para tal realização” (Miranda, 2013, p.66).

As hospedarias, por outro lado, eram construídas em espaços comprados pelo DNI e demoravam, normalmente, alguns meses para ficarem concluídas. “Dentre elas”, consideramos, contudo, que

a mais famosa, a que perdurou no tempo, ainda agora presente na lembrança do migrante nordestino como a principal referência de chegada em Fortaleza, foi a Hospedaria Getúlio Vargas, hoje ‘Unidade de Abrigo’ do Departamento de Assistência Devida da Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Estado do Ceará. Pois não foi para aí que se dirigiu dona Francisca Matias com a

família, quando fugiu do sertão de Sobral na seca de 1970?! Pois foi. Dona Francisca Matias veio para fazer o percurso de sempre, o percurso de seus antepassados, como se o tempo não estivesse parado: chegar em Fortaleza e se acomodar na Hospedaria aguardando receber as passagens para o Belém do Pará. Era o mesmo tempo do sonho, este sim imutável, não o da economia ou da política (Araújo, 2000, p. 75).

Ao percorrer as dependências da Unidade de Abrigo³³ na década de 1990, em busca de potenciais entrevistados para sua pesquisa de doutorado sobre a mendicância em Fortaleza, a socióloga Maria Araújo (2000) deparou-se, não somente com as ruínas da antiga e afamada Hospedaria Getúlio Vargas, mas, sobretudo, com inúmeras trajetórias de migração. Histórias de sujeitos que haviam se deslocado de seus rincões de origem – do sertão do Ceará ou de outros estados brasileiros – ou que foram retirados das ruas da capital cearense e encaminhados para a unidade de acolhimento para receber auxílio governamental. O bairro do Alagadiço no qual a hospedaria foi edificada, é importante salientar, desde os idos de 1942, tornou-se a principal referência para a população pobre migrante, que recorria ao governo federal para obter passagens subsidiadas para a Amazônia ou para outras paragens com o intuito de recomeçar, reencontrar e reavivar os laços com a família e/ou os amigos.

Obter passagens e partir com a família para Belém do Pará era o propósito de Dona Francisca Matias, ao solicitar vaga na Hospedaria Getúlio Vargas durante a seca de 1970. Partiria em busca dos familiares que já se encontravam na região amazônica? Arriscar-se-ia, iniciando uma nova jornada em ambiente desconhecido? São questões pertinentes para compreender a motivação para que esta cearense saísse de Sobral em direção ao norte do país, mas que lamentavelmente não podem ser respondidas adequadamente, a priori. O que se sabe, a partir da entrevista realizada por Araújo, é que a migrante se dirigiu, como seus conterrâneos no passado, ao abrigo que obteve o nome do presidente da República.

Seu tempo de espera nas dependências da hospedaria, com o intuito de obter passagens para migrar, estendeu-se muito mais que o esperado. Aguardou muito mais do que outros trabalhadores pobres migrantes, que por lá também estiveram. Esse “tempo da espera” prolongou-se por causa da ausência de passagens para se deslocar? Por não haver familiares ou qualquer outra pessoa que recebesse Dona Francisca e sua família nos rincões amazônicos? Diferentemente de outras pessoas que não migraram, a mesma não retornou para seu “interior”. Permaneceu na Hospedaria Getúlio Vargas por muitos anos, residindo no respectivo abrigo.

³³ A Unidade de abrigo fazia parte da divisão operativa do programa de assistência social do estado do Ceará, sendo responsável pelo acolhimento de idosos e deficientes abandonados pela família. A respectiva unidade de acolhimento funcionava no espaço que, outrora, estava a Hospedaria Getúlio Vargas.

Naquele espaço conseguiu uma “colocação”, já que as “assistentes sociais gostaram dela, e ela foi ficando, ficando, fazia um cafezinho aqui, um mandado ali, e a chefe mandou contratar” (Araújo, 2000, p.119). Somente anos depois, após obter uma casa pelo projeto Companhia de Habitação do Ceará (Cohab) em Maracanaú, saiu com seus familiares daquele lugar, retornando, porém, para trabalhar todos os dias no setor da limpeza.

A experiência de Dona Francisca nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas é bastante atípica, pois comumente os migrantes permaneciam no recinto de hospedagem somente para obter passagens e alimentos. Um período que, teoricamente, deveria ser ínfimo: o suficiente apenas para realizar os exames necessários para poder migrar, sendo dedicados normalmente 8 dias para os procedimentos médicos. Mas havia outro impasse, os atrasos dos navios que faziam a travessia dos trabalhadores entre as regiões nordestinas e nortistas, como já citamos anteriormente. Além disso, aqueles que desistiram de migrar, não permaneceram no abrigo, retornando para seus rincões de origem.

Quantos outros trabalhadores se alistaram na Hospedaria Getúlio Vargas, entre 1943 e 1972³⁴? Quais foram as peculiaridades da edificação da respectiva hospedaria, que a tornaram um pretense modelo para a construção dos outros abrigos do DNI? Quais experiências essa população migrante vivenciou no respectivo abrigo federal? Quais outros projetos foram desenvolvidos naquele recinto de hospedagem? Quantos abrigos existiam na cidade de Fortaleza que eram responsáveis pelo acolhimento e encaminhamento de trabalhadores para diversas paragens brasileiras no recorte temporal proposto na tese? São muitas as questões que surgem ao analisarmos os discursos em torno da Hospedaria Getúlio Vargas. Problematicar alguns desses debates em torno da construção e dos diversos projetos de funcionalidade da hospedaria consiste no propósito deste capítulo.

3.1 Hospedaria Getúlio Vargas, um “modelo de organização?”

No dia 14 de outubro de 1942, o jornal *Gazeta de Notícias* anunciava que o governo federal havia lançado, no dia anterior, a pedra fundamental de uma hospedaria em Fortaleza, que ganharia posteriormente a alcunha de Getúlio Vargas. Na época, contudo, o periódico a denominou de “Hospedaria dos Flagelados”. O cognome transmitia uma mensagem notória: aquele recinto seria destinado aos pobres migrantes, que durante as estiagens eram percebidos

³⁴ A Hospedaria Getúlio Vargas funcionou oficialmente entre 1943 e 1972, apesar dos interregnos com as portas fechadas. Iremos analisar com mais acuidade sobre sua funcionalidade no respectivo capítulo.

meramente como vítimas do flagelo da seca, sendo destituídos de autonomia enquanto sujeitos históricos.

Ademais, a reportagem afirmava que a respectiva hospedaria seria construída

nos moldes da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, e ocupará uma área de quarenta e seis mil e duzentos metros quadrados, com capacidade para mil e duzentas pessoas. Essa obra do Ministério do Trabalho será dotada dos mais modernos requisitos de higiene e comodidade, incluindo gabinetes médico e dentário, enfermaria e moderna cozinha. A construção da Hospedaria está sob a direção do engenheiro Dória Vasconcelos e estará pronta de três meses, devendo seu custo orçar em cerca de trezentos contos de reis (Lançada..., 14/10/1942, p.10).

A Hospedaria de Imigrantes do Brás, localizada em São Paulo, foi inaugurada em 1888, quando substituiu a Hospedaria do Campo da Luz, encerrando suas atividades quase cem anos depois, em 1978. De acordo com Paiva (2009), durante seu período de funcionamento a respectiva hospedaria recepcionou 3,5 milhões de pessoas, que seriam escolhidos, por triagem, e encaminhados para grandes propriedades de cafezais no interior do Estado de São Paulo. Deste quantitativo total, 1,6 milhões eram migrantes nacionais, vindos, sobretudo, do Nordeste. Somente do Ceará, entre 1942 e 1945, foram registrados na hospedaria 13.296 pessoas. Mas foi durante a estiagem que atingiu o estado cearense em 1951, que há o maior registro de cearenses, totalizando 21.130³⁵.

Os (i)migrantes ao adentrarem nas dependências da Hospedaria de Imigrantes eram conduzidos, imediatamente, para uma área que era dividida em dois compartimentos: um local no qual tomavam banho e outro onde ocorria a desinfecção das suas roupas. Prática que era rotineira tanto para aqueles que partiam das inúmeras paragens brasileiras, vindos, sobretudo, do Nordeste, como para os europeus que passavam longos dias confinados dentro de navios, em porões lotados “sob péssimas condições de higiene, numa época marcada por grandes epidemias de varíola, tuberculose, tifo, cólera, entre outras” (Paiva; Moura, 2008, p.33). Devido a estas circunstâncias, os responsáveis pelo abrigo não abriam mão de tais práticas sanitárias. Após tais procedimentos, os abrigados eram vacinados, finalmente registrados e obtinham um cartão para as refeições.

Paiva e Moura relatam que

no pavimento térreo do Edifício da Enfermaria funcionavam o consultório

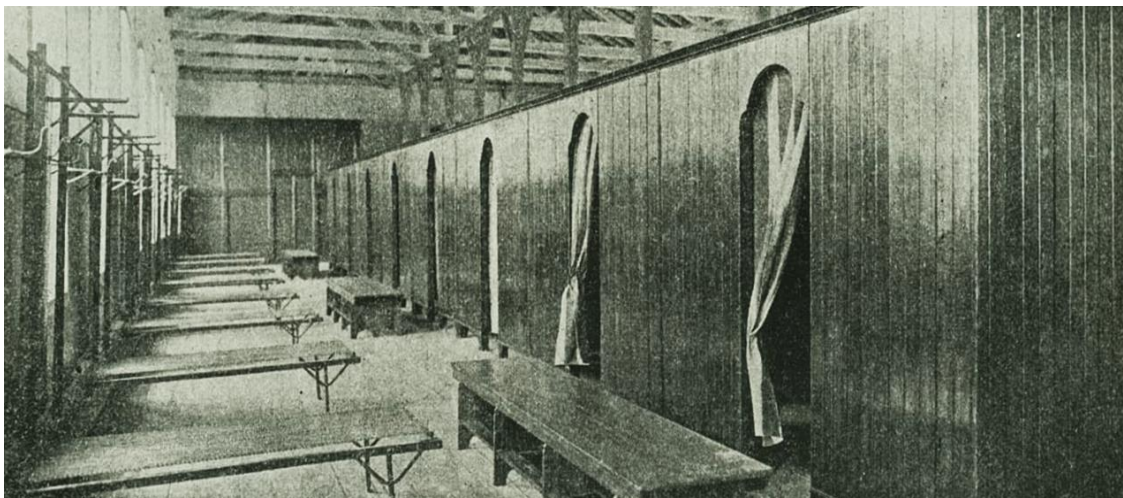
³⁵ Para visualizar a tabela, com a quantidade de trabalhadores migrantes registrados na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, entre 1935 e 1959, ver Paiva; Moura (2008).

médico, a farmácia, a cozinha e a rouparia. No pavimento superior estavam situados os três dormitórios, com camas higiênicas de ferro esmaltado (vinte leitos). Atendia apenas a casos de urgências; os doentes com maior gravidade eram removidos para a Santa Casa de Misericórdia ou para o Hospital de Isolamento (Paiva; Moura, 2008, p.34-35).

Na Hospedaria de Imigrantes havia a presença de um médico, um enfermeiro e uma parteira. Além disso, existia ainda um restaurante, no qual aqueles imigrantes que pudessem pagar, podiam servir-se à vontade. As refeições se constituíam de café e pão, às 7 horas da manhã, de almoço, às 11 horas da manhã e de jantar, às 4 horas da tarde. Às 19 horas era oferecido café e pão aos adultos e às crianças menores de 3 anos ou que estivessem fracas, era servido leite. Quando eram encaminhados para os locais de trabalho, os imigrantes recebiam pão e salame.

Para além disso, existia no 1º andar, na parte central da hospedaria, seis dormitórios grandes, no qual eram colocadas as camas de ferro junto às paredes para deixar espaço livre para a circulação dos transeuntes. Havia também divisórias na parte central, feitas de madeira, que serviam de quartos reservados aos grupos familiares, como é possível observar na imagem abaixo. “Tais divisões eram desmontáveis e tanto essas como as camas de ferro constituíam importantes inovações para a época” (Paiva, Moura, 2008, p.35).

Figura 3. Fotografia da parte interna da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo



Fonte: <https://museudaimigracao.org.br>

No século XX, a partir de 1906, outras novidades passaram a ser implementadas na Hospedaria de Imigrantes do Brás: instalaram em um prédio anexo, a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, responsável por encaminhar os trabalhadores aos locais de trabalho, tendo como parâmetro suas profissões. Criaram ainda uma creche, destinada para as crianças que perderam seus pais e também para as mulheres que ficaram viúvas ou estavam desamparadas, no qual havia empregados próprios, independentes da administração da hospedaria.

No regimento interno havia a determinação que os imigrantes permanecessem nas dependências da hospedaria pelo período máximo de 6 dias, podendo ser prorrogado por mais 4 dias caso houvesse algum imprevisto no deslocamento para o local de trabalho. Mas tal benefício era exclusivo para aqueles que já tinham um destino predeterminado. Perderia o direito à alimentação e ao abrigo aqueles que se recusassem a seguir para os locais oferecidos pelos agentes oficiais da imigração.

Após esta rápida explanação, a respeito das normas de funcionamento e sobre a estrutura da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, cabe a indagação: o que havia de semelhante entre a respectiva hospedaria e a Hospedaria dos Flagelados - posteriormente denominada Getúlio Vargas? A pergunta é pertinente na medida em que os responsáveis pela construção deste último abrigo afirmavam que a edificação seguiria como modelo a hospedaria existente em São Paulo e tal declaração, normalmente, era divulgada nos jornais de grande circulação do país. Caso concentremos nosso campo de investigação somente nas fontes oficiais ou em alguns trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, de Paiva e Moura, que têm como cerne a análise da respectiva documentação; a resposta para tal comparação seria negativa, haja vista

encontrarmos pouco ou nenhum problema envolvendo os (i)migrantes no recinto de hospedagem sendo descrito no corpus documental produzido, por quase cem anos, pela hospedaria de imigrantes.

Ao analisarmos, porém, alguns periódicos deparamo-nos com reportagens que evidenciaram os percalços dos sujeitos em deslocamento na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. No dia 13 de janeiro de 1953, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, iniciava sua matéria com uma indagação aos leitores:

Que terá acontecido? Chegou a haver mesmo um conflito na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. O diretor do estabelecimento oficial foi acusado de ter agredido a chicote uns hóspedes. O fato é que de tudo isso resultaram onze feridos, brasileiros todos. Os imigrantes estavam revoltados e desejosos de retornar a seu país de origem, declaravam-se enganados e traídos por quem os havia arrastado para o trabalho em fazendas brasileiras [...] (*Correio Da Manhã...*, 13/01/1953).

Durante o ano de 1953 foram registrados 110.580 migrantes nordestinos nas dependências da Hospedaria de Imigrantes, vindos, a imensa maioria, do estado da Bahia. Mesmo com um quantitativo elevado de sujeitos buscando registro na respectiva hospedaria, os conflitos entre os sujeitos em deslocamento e os responsáveis pelo abrigo seriam escassos? Concretamente, não encontramos outros documentos que atestam que estes embates fossem corriqueiros na década de 1950. Outro aspecto no documento que impressiona é o fato de que apenas os “brasileiros” foram punidos. Os motivos para tal “escolha”, contudo, foram ocultados pelo periódico. Podemos conjecturar que essa opção não foi ao acaso por parte das autoridades da hospedaria, tendo em vista que se os imigrantes fossem espancados poderia reverberar na imprensa internacional, afastando os pretensos trabalhadores europeus do Brasil.

Se na hospedaria do Brás estes conflitos eram ínfimos ou muito bem encobertos na documentação oficial e nos periódicos, na Hospedaria Getúlio Vargas, durante a década de 1950, a imprensa divulgava, quase que diariamente, os diversos conflitos existentes nas dependências daquele recinto de hospedagem, envolvendo diversos sujeitos. Discussão que será realizada em outro trecho da tese.

Nas próximas linhas convidamos os leitores a acompanharem a saga em torno da construção da Hospedaria Getúlio Vargas, buscando entender as particularidades dessa edificação e os argumentos que foram utilizados pelos agentes da migração para elevar esta respectiva hospedaria ao patamar de modelo, que deveria ser seguido pelos outros abrigos

construídos pelo DNI.

O jornal *A Noite*³⁶, em meio a outras reportagens que traziam como temática a Segunda Guerra Mundial, trouxe em edição de capa, no dia 03 de outubro de 1943, o histórico de construção da Hospedaria Getúlio Vargas e uma fotografia aérea da mesma. Ao colocar a matéria em uma posição de destaque, os agentes da migração – com o apoio do periódico – buscavam evidenciar a relevância desse abrigo federal na produção da borracha e no auxílio às forças Aliadas, como fica evidente nas seguintes palavras:

a ‘Batalha da Borracha’ constitui um dos mais decisivos empreendimentos do governo e, ao mesmo tempo, uma das mais concretas demonstrações do esforço do Brasil em prol da causa das Nações Unidas. Vencendo condições difíceis, estamos trabalhando corajosamente para aumentar a produção nacional de borracha, destinando-a, quase totalmente, às Nações Unidas, para que estas não vejam dificultado o seu esforço bélico, que depende, hoje, poderosamente da goma natural. Entre departamentos do governo federal, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, situa-se no nível dos que teem cooperado para o êxito da cruzada destinada ao desenvolvimento da produção de borracha no Vale Amazônico. Das grandes e úteis realizações do Ministério do Trabalho, através do Departamento Nacional de Imigração, destaca-se a ‘Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza (Hospedaria..., 06/10/1943a, p.1).

Apesar de haver um grande aparato logístico em torno do encaminhamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, no qual foram criados, a partir de 1942, órgãos específicos para a migração pelo Programa Migração, assim como pousos e hospedarias para abrigar os sujeitos em deslocamento; o periódico *A Noite* enfatiza apenas as ações do DNI e da sua hospedaria “modelo”, a Getúlio Vargas, nessa empreitada em torno da obtenção da borracha que seria enviada para as “Nações Unidas”, ou seja, para o grupo dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Com isso, descrever como ocorreu a edificação da hospedaria em Fortaleza seria uma maneira de legitimar as atividades realizadas naquele recinto, relacionadas ao acolhimento e ao encaminhamento das pessoas para as paragens amazônicas; e, sobretudo, de encobrir os problemas existentes no respectivo abrigo federal.

³⁶ Foi fundado em 1911, por Irineu Marinho, o mesmo fundador de O Globo.

O que diferenciava, contudo, a Hospedaria Getúlio Vargas das outras hospedarias do DNI, construídas durante o interregno da 2ª guerra mundial? Ao detalharmos sobre seu projeto, sua construção e, sobretudo, a respeito das experiências dos migrantes nas suas dependências, almejamos responder este questionamento e outros, já evidenciados em outros trechos da tese.

Os primeiros estudos do DNI na capital cearense visavam encontrar o local mais propício para a construção de uma hospedaria. Com esse intuito foram enviados dois “funcionários técnicos para em Fortaleza se articularem com a Delegacia Regional do Ministério [...]” (Hospedaria..., 06/10/1943a, p.1). Além destes, envolveram-se nessa tomada de decisão o interventor do Ceará, Menezes Pimentel, e o delegado regional do Ministério do Trabalho, Raul Uchoa. Em qual medida a experiência existente no bairro do Alagadiço, desde o início da seca de 1942, com o envio de trabalhadores para a Amazônia contribuiu nesta resolução?

O periódico *A Noite* salienta que, anteriormente à edificação da Hospedaria Getúlio Vargas, “o serviço de recepção, hospedagem, seleção e orientação de imigrantes nordestinos para a Amazônia vinha sendo feito, inadequadamente, em duas hospedarias de aluguel”. Os abrigos localizavam-se na rua Joaquim Távora e no bairro Tirol. Posteriormente, essa última hospedaria foi “transferida para a Avenida Bezerra de Menezes, n. 892. Instalou-se, então, ali uma pequena enfermaria para crianças” (Hospedaria..., 06/10/1943b, p.3). Próximo a este espaço localizar-se-ia a hospedaria “modelo” do DNI em 1943. Sabe-se ainda, em relação às duas hospedarias citadas pelo jornal, que

a despesa efetuada em 1942 com a lotação das duas hospedarias montou a Cr\$ 1,60 ‘per capita’. Em alguns períodos, essa alimentação foi fornecida simultaneamente a 3.000 trabalhadores, inclusive crianças. No decurso de 1942, foram efetuados 32 desembarques de migrantes nordestinos, rumo à Amazônia, em um total de 7.031 pessoas, na sua maioria agricultores e trabalhadores rurais, tendo sido o custo médio das despesas ‘per capita’ até o embarque de Cr\$ 32,43 (Hospedaria..., 06/10/1943b, p.3).

Conclui-se, a partir da descrição acima, que nestas duas hospedarias eram alocados os trabalhadores e seus familiares que se encaminharam para a Amazônia durante a seca de 1942, arregimentados pelo DNI. Mas com o avanço dos acordos entre Brasil e EUA para encaminhar milhares de pessoas para a região amazônica fez-se necessário construir, em caráter emergencial, os pousos e posteriormente as hospedarias do DNI. De acordo com o periódico *O*

Observador Econômico e Financeiro, em edição de maio de 1943, estas instalações utilizadas durante os idos de 1942 eram precárias e a cota de migrantes por viagem não era superior a 300 sujeitos. Além disso, a reportagem apontava o endividamento dos sujeitos durante o deslocamento, sendo acometidos ainda de diversas moléstias.

Uma das soluções indicadas pela revista citada acima, que constava no projeto de migração do DNI, era construir “no prazo máximo de três meses, de uma hospedaria modelo em Fortaleza”. Além disso, o abrigo federal deveria ter suas dimensões calculadas tendo como parâmetro a quantidade de pessoas alojadas. Com isso, projetava-se que suas condições arquitetônicas seguissem as seguintes convenções internacionais:

QUADRO 2 - Condições arquitetônicas internacionais	
dormitórios com	2.400 m ²
refeitórios com	800 m ²
cozinha, copa, dispensa com	100 m ²
enfermaria, ambulatório, farmácia, etc, com	200 m ²
escritório da administração, almoxarife com	100 m ²
banheiros e W.C com	90 m ²
lavanderia com	60 m ²
3,750 m ²	

Fonte: Revista O Observador Econômico e Financeiro, maio de 1943.

O terreno de 46.200m² que seria utilizado para a construção da hospedaria “modelo” do DNI foi comprado pela União por 46.200,00 cruzeiros. A escolha do local foi considerada estratégica sob diferentes perspectivas: situava-se próximo à área no qual seria construída a Base Aérea dos norte-americanos, localizada no bairro do Pici. De acordo com Paula, no ano de 1943 os estadunidenses iniciaram a construção de sua base no Pici, “assim como ergueram no Alto da Balança um aeroporto, conhecido como Cocorote” (2013, p.1). Além disso, havia próximo à região a estação de trem do Otávio Bonfim, que seria largamente utilizada pelos migrantes. Outra razão é apresentada no periódico *O Povo*, em uma reportagem publicada posteriormente à inauguração.

A Hospedaria Getúlio Vargas fica no extremo leste da cidade. Bem pouca gente a conhece. Raríssimas pessoas a visitaram ultimamente, depois de deflagrado o flagelo da seca. Somente pelos jornais sabe o povo, de um modo geral, quantas cabeças de “gado humanos ali se acham encurraladas”, assistidas, no que é possível, pelas autoridades, mas como que esquecidas pelos seus irmãos de Fortaleza, por quantos podem e devem ajuda-las nessa hora difícil por que passam (O Povo..., 02/05/1958).

O distanciamento da região do Alagadiço (atualmente bairro São Gerardo) dos principais bairros residenciais da elite fortalezense – centro de Fortaleza e as áreas próximas, como José Bonifácio, Outeiro, Jacarecanga e Benfica, além da Aldeota e da Praia de Iracema –, assim como do centro administrativo da política cearense, promovia essa pretensa invisibilidade da Hospedaria Getúlio Vargas.

De acordo com Jucá, entre as décadas de 1940 e 1950, os bairros mais elegantes ainda eram Jacarecanga e Benfica, que rivalizavam no quesito paisagem arquitetônica, já que havia uma “disputa” entre o palacete de José Gentil (Benfica) e as casas da família de Pedro Filomeno (Jacarecanga), que copiavam modelos europeus. “Foi neste período que a Aldeota começou a crescer, mas limitava-se ao final da linha dos bondes, entre as ruas Silva Paulet e José Vilar”. Além disso, “São Gerardo, antigo Alagadiço, era o bairro mais distante. Mecejana, Parangaba e Antônio Bezerra ainda se apresentavam com aspecto de cidades interioranas” (Jucá, 2003, p.41).

A escolha da região do Alagadiço para concentrar os trabalhadores pobres migrantes, impedindo-os de circularem livremente por Fortaleza, porém, não era novidade. Na seca de 1915, de acordo com Neves, foi construído um campo de concentração no bairro Alagadiço que chegou a receber 8 mil pessoas, “num ambiente de parcas instalações físicas e piores condições sanitárias, onde os números da morte também se concentraram: em geral era mais fácil morrer no campo do que fora dele!” (Neves, 1995, p. 100). Além disso, como já citamos na tese, durante a estiagem de 1942 o local foi escolhido para abrigar um grande campo de concentração, sendo gerenciado pelas irmãs Marianas (Dispensário dos Pobres). Sairiam desse campo as primeiras famílias encaminhadas para a Amazônia no interregno da 2ª Guerra Mundial.

Com isso, defendemos a tese que o propósito dos agentes da migração ao escolherem a região do Alagadiço era exatamente concentrar os trabalhadores pobres migrantes em um espaço longínquo da população abastada de Fortaleza, no qual fossem pouco vistos por estes sujeitos. O medo de ter-se essas pessoas maltrapilhas e esfomeadas circulando pelas principais ruas da capital era uma constante. Mas para os ricos outro aspecto era tão preocupante quanto a movimentação dos pobres: a permanência destes na cidade, tal como ocorreu durante a seca de 1932.

Durante a estiagem de 1932, o governo estadual decidiu suspender as passagens de trem de algumas cidades do interior para a cidade de Fortaleza. Rios afirma que, com esta ação, a elite acreditava que haveria uma “diminuição dos retirantes nos trens que chegavam”, mas as pessoas continuavam vindo em vagões lotados.

Os comboios despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde se localizavam as últimas estações férreas de Fortaleza. Muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas se transformaram em bairro e ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima, como, por exemplo, o Pirambu (Rios, 2001, p.18).

A ideia, a partir da construção dos pousos e das hospedarias, era que os trabalhadores permanecessem em Fortaleza ou nas outras cidades que levassem até aos seringais amazônicos o tempo necessário apenas para se imunizarem ou se tratarem de quaisquer doenças. Assim, diferentemente do que ocorreu com as áreas que abrigaram os campos de concentração em Fortaleza em 1932, na região no qual se localizava a Hospedaria Getúlio Vargas não houve a edificação de favelas ou habitações populares. Muitos trabalhadores pobres, ao migrarem para a capital cearense e abandonarem as dependências do abrigo, dirigiam-se para outros bairros próximos, construindo naqueles ambientes suas habitações. Uma discussão que iremos aprofundar no capítulo posterior.

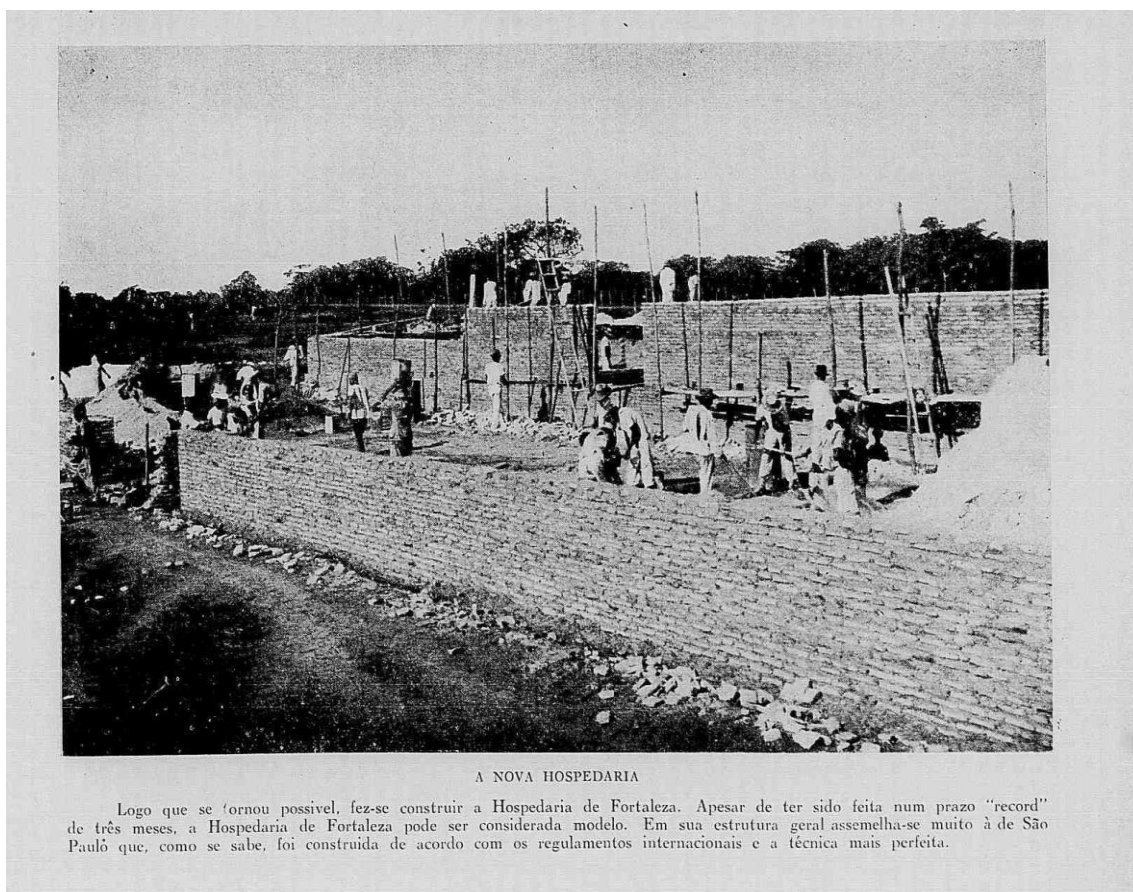
O orçamento inicial para a construção da futura hospedaria, “com alojamento para 2.000 pessoas, foi de Cr\$ 1.131.096,532”. Houve, contudo, uma redução expressiva desse valor, no qual o DNI determinava que fosse gasto uma “despesa de Cr\$ 461.997,90”. Com isso, o periódico *A Noite* informava que “a obra de construção foi, então, atacada com a maior energia e boa vontade geral, de modo a assegurar a sua conclusão dentro do mais curto espaço de tempo, estritamente necessário” (Hospedaria..., 06/10/1943b, p.3).

Iniciada oficialmente em novembro de 1942, apesar da pedra fundamental ter-se dado no mês anterior, a hospedaria ficaria pronta em aproximadamente 3 meses. Quantos trabalhadores foram necessários para a sua conclusão em um “curto espaço de tempo”? Como era o cotidiano desses sujeitos naquele espaço? Houve problemas logísticos durante o interregno da edificação? São questões que não conseguimos esclarecer diante da escassez de documentos que retratam a rotina dos trabalhos na hospedaria.

O que temos disponível são somente alguns vislumbres, que possibilitam compreender parcialmente esse dia a dia, como, por exemplo, a partir da análise da imagem abaixo, publicada pela revista *O Observador Financeiro e Econômico* em maio de 1943, um raro registro da edificação do abrigo do Alagadiço. Na fotografia podemos observar o trabalho de alguns poucos homens, que poderiam ser retirantes abrigados, erguendo um dos oito galpões da hospedaria. Devido a prematuridade da construção não é possível, contudo, identificar se

seria um espaço para os trabalhadores e suas famílias dormirem, para abrigar a cozinha, o escritório, o refeitório ou qualquer outro equipamento necessário para o pleno funcionamento daquele recinto. Percebemos, porém, que seria edificado em alvenaria, que aumentaria a sua durabilidade, diferentemente dos pousos, que foram construídos com os materiais disponíveis em cada região.

Figura 4. Fotografia da construção da Hospedaria Getúlio Vargas



Fonte: Revista O Observador Econômico e Financeiro, maio de 1943.

Outra fonte que nos possibilitou compreender melhor sobre os projetos envoltos em torno da Hospedaria Getúlio Vargas foi o jornal *Unitário*, pertencente ao grupo dos Diários Associados³⁷ – que defendia os projetos do governo federal. Durante o ano de 1943 foram lançadas diversas reportagens informando sobre os equipamentos existentes ou que seriam

³⁷ Os Diários Associados tiveram início em 1924, com a iniciativa do jornalista Assis Chateaubriand, ao adquirir o periódico O Jornal, que circulava no Rio de Janeiro. A partir desse período passou a adquirir outros jornais, assim como galgou espaço no rádio e na televisão. Os Diários possuíam jornais em diversos estados brasileiros. Durante a escrita da tese diversos jornais que compunham o respectivo grupo são recorrentemente discutidos, tais como Diário da Noite/RJ, Correio do Ceará/CE, O Jornal/RJ e o Unitário/CE.

construídos naquele recinto de hospedagem. Em matéria publicada no dia 14 de fevereiro, o periódico informava que no dia 20 haveria “o lançamento da pedra fundamental do Hospital”. A proposta era construir um

moderno hospital, ao lado da hospedaria, destinado a abrigar os emigrantes doentes, dando-lhes a mais completa assistência médica e o necessário repouso para a restauração de sua saúde” (Igreja..., 14/02/1943).

Assim, diante das expectativas envoltas sobre esta edificação, dedicaremos mais algumas linhas (próximo subtópico) para aprofundarmos o debate sobre o funcionamento do hospital, buscando compreender como era o cotidiano dos abrigados naquele espaço.

Além do hospital, havia o projeto de construir-se uma

igreja, também ao lado da grande hospedaria de emigrantes do Alagadiço, construindo-se, posteriormente, campos de esporte, tudo no sentido de oferecer conforto, assistência e uma vida amena e agradável aos emigrantes, enquanto permanecerem abrigados em Fortaleza (Igreja..., 14/02/1943).

A Igreja Católica estava sempre presente, tanto nos pousos gerenciados pelo SEMTA como nas hospedarias comandadas pelo DNI. Na hospedaria de Fortaleza, os religiosos organizaram algumas ações, tais como batizar as crianças e realizar casamentos. Tais realizações, porém, não eram efetuadas no espaço propriamente da igreja, que seria denominada posteriormente de São Judas Tadeu, pois a mesma só seria concluída na década de 1960. Quanto à quadra de esportes, ficou apenas como uma promessa, assim como a *vida amena e agradável*.

Outra iniciativa – que não sabemos concretamente se foi apenas mais uma promessa, já que não encontramos nenhuma outra referência nos documentos consultados – consistia em construir-se um parque infantil na hospedaria. De acordo com a matéria do *Unitário*, publicada em 10 de abril de 1943, “já está sendo organizado na Hospedaria de Emigrantes do Alagadiço o parque infantil destinado ao recreio dos filhos dos sertanejos ali internados” (Parque infantil..., 10/04/1943). Uma ideia de acolhimento às crianças que muito se assemelhava àquela existente na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, no qual se criou uma creche para os órfãos, como já citamos anteriormente. Mas aparentemente tal empreendimento que visava acolher aquelas crianças durante o período da espera para migrar não se concretizou.

Diferentemente destas ideias, o projeto de construir-se uma horta comunitária nas

dependências da Hospedaria Getúlio Vargas não apenas efetivou-se como teve continuidade ao longo dos anos, sendo visualizada nas fontes referentes à hospedaria na década de 1950. O jornal *Unitário* informava em edição de 15 de abril de 1943 que “uma grande horta da Vitória será preparada em Fortaleza, num local muito interessante- a Hospedaria de Emigrantes do Alagadiço” (*Unitário...*, 15/04/1943). O periódico fazia referência ao projeto “horta da Vitória”, uma ação social existente na década de 1940 que visava fazer o plantio de hortaliças em diferentes áreas da capital. Assim, um dos locais escolhidos, fosse pela abundância de terreno disponível e/ou pela ampla mão de obra à disposição para o trabalho, foi exatamente o espaço da hospedaria, que receberia sementes de diversas hortaliças.

Compreende-se, tendo como parâmetro os diversos projetos em torno da hospedaria do Alagadiço – do DNI, dos “Flagelados” ou Getúlio Vargas –, que havia diversas expectativas dos agentes da migração em torno da construção desse abrigo. Uma delas é que esta obra se transformasse em um dos principais espaços destinados à migração interna no Brasil. Para isso, discursos enaltecendo eram proferidos constantemente na imprensa e na documentação oficial. Um dos pronunciamentos mais emblemáticos sobre a hospedaria existente em Fortaleza foi realizado pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, na inauguração da mesma, que contribuiu para perpetuar e cristalizar uma imagem de organização no respectivo recinto de hospedagem que efetivamente não existia.

A comitiva responsável pela inauguração da “Hospedaria dos Flagelados” em Fortaleza vinha do Rio de Janeiro e era formada pelo ministro do Trabalho, Marcondes Filho, pelo diretor do DNI e da Superintendência do Vale Amazônico, Henrique Dória, pelo presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados do Transporte de Cargas e membro da Comissão técnica de orientação sindical, Helvécio Xavier Lopes, e por dois secretários assistentes, Antônio Canavarro e Silvio Viana. Aterrissaram com o avião do SEMTA em solo cearense no dia 15 de março de 1943, às 10 horas e 40 minutos no pouso do Campus do Pici. Entre o momento da partida e da aterrissagem houve a decisão de modificar-se a nomenclatura da hospedaria, discussão que pode ter sido iniciada durante o trajeto de deslocamento, passando a ser denominada Getúlio Vargas, em homenagem ao então presidente da República.

A inauguração da hospedaria deu-se no dia 15 de março de 1943, às 15 horas, contando com a presença da comitiva já citada, do interventor do Ceará, Menezes Pimentel, do general Gil Castelo Branco, do delegado regional do Ministério do Trabalho, Raul Uchoa, e de outros políticos cearenses. Dentre os discursos pronunciados no ato, o mais importante para a escrita da tese foi dito pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, descrito pelo o jornal *O Povo*:

a ‘Hospedaria Getúlio Vargas’ terá, brevemente, capacidade para manter, com relativo conforto, um total de 1.200 pessoas. Obedece a uma orientação eficiente e pode ser apontada, hoje, como um modelo de organização. O ministro teve esplêndida impressão de tudo que viu. Constatou a satisfação existente no seio dos trabalhadores, aos quais está sendo dispensada uma boa assistência. Cada família encontra-se alojada, participa diariamente de três refeições e aguarda, confiante, o dia do embarque, para o extremo norte. A direção da Hospedaria vem distribuindo redes com todas as pessoas, proporcionando, deste modo, condições decentes de vida dos trabalhadores (O Povo..., 16/03/1943).

A fala de Marcondes Filho foi usada para legitimar as ações empreendidas na respectiva hospedaria, sobretudo, durante os anos de 1940, contribuindo assim para se criar uma imagem de ordenamento que, efetivamente, era uma falácia. O abrigo federal em Fortaleza seria percebido, a partir daquela entrevista, como um “modelo de organização”, que deveria ser reproduzido na edificação de outras hospedarias, especialmente a Tapanã em Belém e a Eduardo Ribeiro³⁸ em Manaus, ambas construídas pelo DNI.

Mas o que existia na Hospedaria Getúlio Vargas, que a diferenciava das demais? Ao compararmos a entrevista do ministro do Trabalho e a imagem abaixo, com a fotografia das acomodações internas da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo (citada anteriormente), percebemos que havia diferenças significativas na organização dos “hóspedes”. Enquanto nesta última, os imigrantes eram instalados em camas, no abrigo da capital cearense os migrantes em deslocamento recebiam redes, armando-as nos espaços disponíveis dos pavilhões, que tinham capacidade para 150 pessoas cada um. Mas diferentemente da cena registrada pelo SESP em 1943, no qual aparentemente havia lugar para todas as pessoas, durante a década de 1950 devido à superlotação muitos migrantes nordestinos recorriam à área circunvizinha à hospedaria, em terrenos baldios, para conseguir abrigo³⁹.

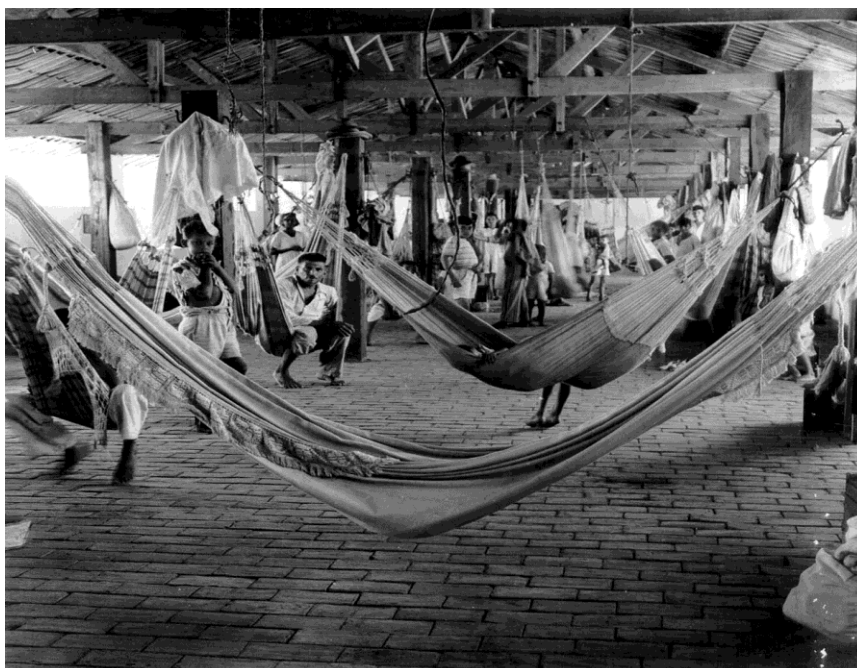
Além de haver uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas na respectiva hospedaria, buscou-se prestigiar-se os políticos atrelados ao chefe do executivo, numa notória tentativa de legitimar as ações governamentais no quesito migração interna. Dos oito pavilhões,

³⁸ Encontramos ínfimas referências à construção da Hospedaria Eduardo Ribeiro nos periódicos consultados sobre a década de 1940. No jornal Diário de Notícias/RJ, em edição de 06 de julho de 1944, por exemplo, há informações sobre os soldados da borracha e ao descrever sobre as ações dos homens na região amazônica cita a hospedaria de Manaus, se afirmando que “ali tudo é mais vistoso” (Batalha da borracha..., 06/07/1944, p.23). Sabemos, contudo, que o respectivo abrigo homenageou o ex-governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, que comandou o estado do Amazonas entre 1890-1891 e 1892-1896.

³⁹ Imagens que retratam a superlotação e outros percalços existentes na Hospedaria Getúlio Vargas na década de 1950 serão analisadas no próximo capítulo.

sendo um dedicado à administração do espaço e ao serviço médico, quatro para dormitórios, um para a parte sanitária e o último para o refeitório da cozinha; seis homenagearam sujeitos vinculados ao chefe do executivo. Três pavilhões homenageiam ex-ministros do Trabalho, Waldemar Falcão, Salgado Filho e Lindolfo Collor, outro ganhou o nome do interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, e mais dois receberam nomenclaturas que os atrelaram ao DNI: um dos galpões recebeu o nome de um ex-diretor, Dulfe Pinheiro, e o outro do chefe no departamento na década de 1940, Henrique Dória de Vasconcelos.

Figura 5: Fotografia da parte interna da Hospedaria Getúlio Vargas, 1943



Fonte: Aspectos..., GC foto 822, FGV/CPDOC.

Afora os discursos proferidos pelos agentes da migração, alguns jornais, sobretudo, aqueles pertencentes ao grupo dos Diários Associados ao aderirem ao projeto do Estado Novo de engrandecer as ações referentes ao agenciamento e ao deslocamento de milhares de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, citavam as benesses existentes nos pousos e hospedarias, construídos pelo SEMTA e pelo DNI. A Hospedaria Getúlio Vargas, por exemplo, era descrita por estes periódicos, especificamente durante os idos de 1940, sob um viés extremamente positivo.

Na edição do dia 11 de junho de 1943, o periódico *Diário da Noite* lançava uma reportagem sobre as “maravilhas” existentes na Hospedaria Getúlio Vargas, detalhando sua impressão sobre o abrigo federal: “quando o avião do Cruzeiro do Sul sobrevoa Fortaleza e

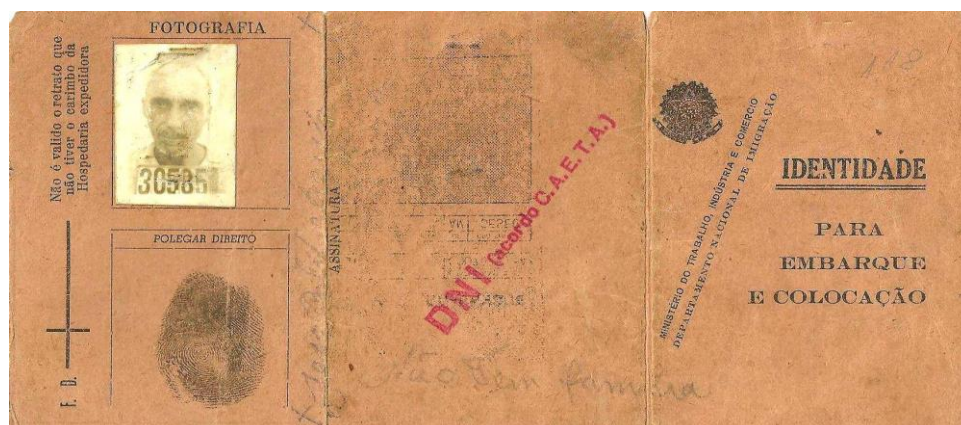
procura o campus do Pici, aos olhos dos passageiros surge um imenso casarão que do alto é visto de maneira imponente”. Qualificar a estrutura da respectiva hospedaria como algo “imponente” tinha um propósito bem explícito: impressionar aqueles sujeitos que liam as páginas do jornal e legitimar sua importância diante das possíveis críticas quanto à funcionalidade. Para isto, exaltava a limpeza das dependências do abrigo federal, afirmando que “as condições da ‘Hospedaria Getúlio Vargas’ são simplesmente magníficas” (Diário da noite..., 11/06/1943, p.16).

O periódico dispensou ainda em suas páginas outras palavras que asseguravam a organização da hospedaria.

Num quadro negro foi pregado um aviso: Os registrados na série ‘M’ embarcarão amanhã, às 8 horas. O café será servido às 5 horas. O repórter, muito a propósito, deixa o grupo e entra no Pavilhão ‘Lindolfo Collor’. Lança um olhar para as redes armadas num canto e procura falar com um nordestino. As paredes, o chão, o teto e as redes são limpos. Não se vê sujo de espécie alguma (Diário da noite..., 11/06/1943, p.16).

Apesar de não termos tido acesso à documentação oficial que traz as listas com os nomes das primeiras turmas que partiram para a Amazônia, saindo da Hospedaria Getúlio Vargas; temos o indicativo do jornal *Diário da Noite* que em junho de 1943, ou seja, apenas 3 meses após a inauguração já havia grupos de trabalhadores migrando com passagens subsidiadas pelo abrigo federal do DNI. Mas para obter a autorização para se deslocar era necessário possuir uma “identidade para embarque e colocação”. Um documento que possuía diversas informações sobre o trabalhador, sua família e sobre os locais por onde passavam ou seriam encaminhados, no caso o seringal. Abaixo um raro exemplar deste documento.

Figura 6. Identidade de embarque e colocação de seringueiros (Frente)



Fonte: Arquivo particular de Sidney Barata de Aguiar.

Figura 7. Identidade de embarque e colocação de seringueiros (Verso)

REGISTO N. 30.585	Local da Hospedaria	Getúlio Vargas			
Pertence a João Batista de Aguiar	Data de entrada	28/9/44	3/10/44	1/1	1/1
Quitar 19053.	Data de saída	22/11/44	19/10/44	1/1	1/1
Natural de Paratub	Nome do vapor	Quara	Stale		
Estado de Para	Encar. do embarque	Getúlio Vargas			
Idade 58 Nascido 5/1/1886	DESTINO E COLOCAÇÃO		ACOMPANHANTES		
Nome de Pai João Batista de Aguiar	Município de Amazonas		NOME	Idade	Parentesco
Nome de Mãe Rosa 3ª de Paratub	Distrito		Maria Silveira	42	Exp.
Estado Civil Casado	Rio Rio Inuvira		Picuto	15	S.
Profissão Agricultor	Seringal Inuvira		Manoel	13	S.
EXPEDIDO PELA HOSPEDARIA DE	Contrato agrícola Re-Produção		Francisca	12	S.
Getúlio Vargas	Condições de trabalho		Luiz	10	S.
ADMINISTRADOR	Empregador (Nome)		Raimundo	9	S.
	Responsável pela colocação (Assinatura)		Francisco	5	S.

Fonte: Arquivo particular de Sidney Barata de Aguiar.

O pesquisador Sidney Aguiar (2012), ao tratar sobre a ida dos nordestinos para o estado do Amazonas na década de 1940, aborda (superficialmente) sobre a experiência de migração de seu parente João Batista de Aguiar. Este migrou da região de Iguatu em 1944, junto com a esposa Maria e mais seis filhos, estes com idades que variavam entre 15 e 5 anos. Ao chegarem à Fortaleza dirigiram-se para a Hospedaria Getúlio Vargas, local que acolhia os trabalhadores pobres em deslocamento com suas famílias. Naquele espaço permaneceram 7 dias – entre os dias 23 e 30 de setembro –, o tempo necessário para realizarem os exames exigidos pelo SESP.

Ao partirem em direção à Amazônia, se alistaram em outra hospedaria denominada Tapanã, localizada em Belém. A permanência neste abrigo, porém, estendeu-se além do esperado. No documento de “identidade de embarque” é possível saber que, ao contrário da experiência anterior no recinto de hospedagem em Fortaleza, na Hospedaria Tapanã ficaram por mais de 15 dias, entre 3 e 19 de outubro. O motivo para tal permanência? Não temos a priori resposta para a questão, mas levantamos algumas hipóteses: possivelmente devido ao aparecimento de uma enfermidade mais grave em algum dos membros da família, que demandava um período maior para a plena recuperação, tenha adiado a partida dos mesmos para o seringal Invira, no estado do Amazonas. Outra possibilidade era o atraso no envio de embarcações para a cidade de Belém, que os levariam para outras partes da região amazônica.

Mas durante este “tempo da espera”, fosse na Hospedaria Getúlio Vargas ou na Tapanã, como era o cotidiano de João Batista e seus familiares? No abrigo de Fortaleza, por exemplo, trabalharam na horta comunitária, exerceram outras atividades nos limites da

hospedaria ou movimentaram-se pelas ruas da capital cearense em busca de trabalho? São questões pertinentes a respeito do cotidiano desses trabalhadores pobres abrigados, mas que a priori não podem ser respondidas devido à escassez de documentos que abordam sobre isto. O que temos são poucos vislumbres sobre o acontecia nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, que ainda devem ser analisados com cautela já que foram descritos por sujeitos que tinham propósitos explícitos, elogiar em demasia ou criticar na mesma proporção, dependendo de seus posicionamentos políticos.

A partir da análise de uma carta, escrita por Dona Neusa Garcia Correia de Sousa e enviada em 06 de julho de 1944 para o presidente Getúlio Vargas, podemos entender mais adequadamente, por exemplo, sobre o funcionamento e quadro de funcionários na hospedaria. Tal missiva solicitava, em tom de desespero, uma colocação “em qualquer repartição” do abrigo.

Debaixo da maior intranquilidade e apreensão venho escrever-lhes para pedir-lhes a sua consideração pela grande dificuldade com que luto para fazer face aos pesados encargos com a manutenção e educação de meus filhinhos.

Sou uma mulher que não disponho de nenhuma fonte segura de rendimentos, com a responsabilidade do sustento e educação de quatro crianças, só uma das quais ainda não está na escola. [...]

Com a crise que assola o Ceará talvez em maior escala que o resto do Brasil, agravou-se consideravelmente a minha situação porque o movimento de trabalhos de bordados já de si tão escasso se restringiu ainda mais de modo que é de todo insuficiente para assegurar a nossa manutenção.

Com o meu marido, infelizmente, não posso contar para a ajuda de um real. Além de ser um homem doente, acha-se há dois anos desempregado, de sorte que ele na minha economia representa um encargo a mais, em vez de ajuda (Carta de Neusa..., 06/07/1944).

Dona Neusa Garcia rogava ao “bondoso coração” do presidente Getúlio Vargas para obter um trabalho - tal como inúmeras outras pessoas o fizeram neste período⁴⁰ -, já que não possuía nenhuma renda fixa para sustentar os filhos, não havendo a possibilidade de obter auxílio do esposo, como explicou na carta. Atrelado a estes percalços, havia ainda outra problemática, que afetava os cearenses e o seu trabalho de bordado, em especial: o Estado ainda buscava se recuperar das adversidades econômicas provenientes da seca que atingiu a região em 1942, no qual inúmeras pessoas perderam seus empregos (fosse no campo e/ou na cidade), seus animais e bens materiais.

A missiva enviada no mês de julho não foi respondida, sendo necessário Dona

⁴⁰ Durante o Estado Novo, o governo varguista incentivava que a população escrevesse cartas diretamente ao chefe da nação, sem intermediários. Nas correspondências eram constantes os pedidos de emprego, de vagas em escolas, reclamações contra patrões, agradecimentos pelas conquistas trabalhistas, dentre outros assuntos.

Neusa Garcia escrever outra no dia 08 de setembro, contendo as mesmas palavras escritas anteriormente, sendo acrescida apenas a reclamação sobre a ausência de resposta da carta anterior (Carta de Neusa...08/09/1944, p.3). Antes mesmo do envio dessa segunda carta, contudo, o parecer já estava decidido e a resposta não era favorável. O Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Raul Uchôa, informava que não havia vagas no quadro de funcionários da Hospedaria Getúlio Vargas, formado quase que exclusivamente por “pessoas do sexo masculino: guardas, trabalhadores encarregados da limpeza, cozinheiros, garçons, etc.”. As mulheres contratadas trabalhavam no setor da secretaria, sendo duas datilógrafas e uma que exercia duas funções, contadora e pagadora. Outra área citada era do policiamento, que de acordo com o documento, tinha a função de vigiar “grandes levas de trabalhadores”, ditos como “geralmente de índole rústica e pouco afeitas a um regime de disciplina e de ordem” (Ministério..., 06/09/1944, p.6).

Com uma escrita eivada de adjetivos preconceituosos sobre os trabalhadores, percebemos que naquele espaço não reinava a tranquilidade apontada e “vendida” pela imprensa para o grande público, tendo em vista haver um policiamento ostensivo sobre os abrigados, para conter possíveis atos de rebeldia e indisciplina. Algo que se contrapõe à notícia publicada no jornal *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), em edição de 02 de fevereiro de 1943. Dentre diversas informações que enalteciam a construção da hospedaria do DNI em Fortaleza, informava-se que “trezentos e cinquenta emigrantes trabalham na hospedaria da capital cearense, ganhando o salário a altura do esforço, construindo o edifício que os abrigará” (Assistência aos flagelados..., 02/02/1943, p.4). Dessa forma, os mesmos migrantes que seriam postos como indisciplinados na fonte oficial, eram descritos pela imprensa como preponderantes para a edificação do abrigo.

Ao compararmos, porém, a missiva acima com outro documento que aborda a respeito do funcionamento interno da Hospedaria Getúlio Vargas, concluimos que a afirmativa sobre a existência de pouquíssimas atividades exercidas por mulheres era mais um estratagema para conseguir convencer Dona Neusa Garcia de que não havia vaga para a mesma no abrigo. Em uma reportagem escrita por Nair Mesquita para a revista *Carioca*, publicada em 9 de outubro de 1943, percebemos que, para além das atividades executadas pelas duas datilógrafas na secretária, havia outras funções exercidas por mulheres, como, por exemplo, de médica. Abaixo segue uma descrição das atividades exercidas no hospital e em outros setores da hospedaria:

possue a Hospedaria um Hospital com capacidade para 80 leitos, presentemente dirigido pelo médico, Dr. José Borges de Sales e seus

auxiliares: Dr. Julio Araújo Costa, Dr. José Cunha, Dra. Maria Luiza Olivia Costa e o odontólogo Hirá Eduardo de Lima. A Secretaria, onde os funcionários trabalham com bastante eficiência e rara dedicação tem a seu serviço (ilegível): Vitor Barbosa, administrador, José Cruz Filho, chefe da secretaria, Regina Bulhão Ramos, encarregada do serviço de pagamento, queridíssima por todos na Hospedaria e a quem devemos o prazer dessa visita, José Ferreira Chaves, encarregado pelos embarques, Miguel Floriano Sales, encarregado pelo registro de trabalhadores, Francisco Bastos Vieira, estatística, Antônio E. C. Souza, auxiliar do registro, Elisabeth Prado Sales, datilografa, Maria Dulce Gomes, datilografa, José Fernandes Fontenele, identificador. Mais 40 pessoas trabalham no almoxarifado, cozinha, barbearia, fora pessoal flutuante, exigido por emergência de serviço ou acúmulo de hóspedes (Revista Carioca..., 09/10/1943).

A respectiva reportagem foi idealizada em julho de 1943, quando a jornalista Nair Mesquita visitou o Ceará Country Club, localizado no bairro Aldeota, para acompanhar uma partida de tênis. Naquele recinto, ocupado pela elite fortalezense, conheceu as “Damas da Cruz Vermelha”⁴¹, que ofereciam uma tarde de chá para as senhoras que as tinham auxiliado durante aquele ano com relação à saúde pública da população pobre cearense. Uma dessas mulheres era Regina Bulhão Ramos, encarregada do pagamento dos trabalhadores na Hospedaria Getúlio Vargas. Com o fim do evento no clube, a repórter foi convidada para visitar as dependências da hospedaria. Assim, a comitiva da revista foi encaminhada de caminhonete até o abrigo do Alagadiço, levando consigo doces e outros alimentos produzidos para aquela reunião, que seriam distribuídos às crianças abrigadas. Efetivamente, esta seria uma excelente oportunidade para divulgar na imprensa as ações de caridade da Cruz Vermelha.

A reportagem continuou em suas linhas descrevendo as benesses existentes na Hospedaria Getúlio Vargas, declarando que havia sido construída em “lugar aprazível” e que oferecia “ótimas condições de salubridade” aos abrigados. Quanto ao prédio, afirmava que estava “adaptado com absoluto conforto”, não deixando a “desejar num estabelecimento dessa natureza” (Revista Carioca..., 09/10/1943). Provavelmente estava comparando-a com suas congêneres, construídas em São Paulo e Rio de Janeiro no século XIX para abrigar prioritariamente os imigrantes europeus. Mas, concretamente, havia essas instalações excepcionais que ofereciam aos “hóspedes” total comodidade? Como já citado, neste período houve uma grande epidemia de conjuntivite que atingiu inúmeros sujeitos. Além desse problema, a questão do deslocamento dos trabalhadores até o bairro do Alagadiço era outro impasse enfrentado tanto pelos moradores permanentes daquele local como pelos migrantes,

⁴¹ As Damas da Cruz Vermelha surgiram no interregno da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando um grupo de senhoras se voluntariou para trabalhar como enfermeiras em período de guerra ou calamidade nacional.

que por ventura conseguiam sair do abrigo. De acordo com Menezes, na década de 1950 as autoridades fizeram

ouvidos moucos às diuturnas queixas da população. Assim foi o caso da linha da Hospedaria Getúlio Vargas, em 1953. Contava-se que a empresa permissionária destinava dois ônibus ao percurso, mas que colocava apenas um deles em tráfego, ‘causando prejuízos irreparáveis a todos quanto por infelicidade residem naquele bairro’ (Menezes, 2009, p.114).

Apesar da região do Alagadiço já enfrentar problemas referentes ao deslocamento dos trabalhadores entre os espaços de trabalho e moradia durante os anos de 1940, na década posterior, com a presença de um número maior de pessoas habitando o bairro que abrigava a Hospedaria Getúlio Vargas, permanentemente ou temporariamente, esses percalços aumentaram sobremaneira. A ausência de ônibus durante o ano de 1953 em diversos horários do dia era justificada pelo Inspetor de Trânsito ao jornal *O Povo* da seguinte forma:

acrescentou o Inspetor do Trânsito que de agora por diante nos horários de maior movimento, [...] dois veículos fariam o percurso da Hospedaria. [...] Nos outros horários, como não havia de fato movimento, pois os moradores do bairro preferiam andar dois ou três quarteirões e ir apanhar o ônibus de São Gerardo, ficaria trafegando apenas um carro (*O Povo*..., 26/08/1953).

A fala do inspetor provavelmente era um engodo para acobertar o descaso da prefeitura com os bairros mais pobres e distantes dos principais centros administrativos de Fortaleza. Como salienta Silva Filho (2002), havia uma discrepância entre o discurso e a prática na municipalidade, já que esta concentrava suas principais iniciativas e ações nos bairros mais ricos da cidade - Benfica, Jacarecanga, Praia de Iracema, Aldeota, dentre outros. Assim, “embora hegemônica no discurso do poder público, a modernização estaria ainda bem distante dos arrabaldes da cidade e, possivelmente, da maioria da população” (Silva Filho 2002, p. 64). Além disso, o autor Silva (1992) defende que existiam discrepâncias entre o crescimento demográfico na capital cearense, desde a década de 1930, e a oferta de infraestrutura urbana básica, tais como “calçamento, energia elétrica, água encanada, redes de esgotos, transportes coletivos, etc” para todos os espaços da cidade. Proliferavam-se, diante dos problemas habitacionais, “edificações precárias na periferia da cidade” (Silva, 1992, p.29).

Afora o percalço envolvendo o deslocamento das pessoas até o bairro do Alagadiço, através da linha Hospedaria Getúlio Vargas, havia outros impasses acontecendo dentro das

dependências do abrigo que dificilmente eram noticiados pela imprensa. Afinal, havia uma fiscalização ostensiva do DIP sobre o que era divulgado pelos meios de comunicação naquela época. Campos afirma que um dos problemas desses recintos de hospedagem estava relacionado à questão sanitária, que de acordo com o SESP eram de excelente qualidade nos pousos do SEMTA em Fortaleza – o pouso do Prado – e em Tianguá. Mas que em “contraste, o campo do DNI em Alagadiço, Fortaleza, já foi inaugurado ‘sob as piores condições’ frequentemente superpovoado, suas condições sanitárias só pioravam” (Campos, 2006, p. 153).

As notícias com tons negativos sobre a Hospedaria Getúlio Vargas eram bastante incomuns na documentação oficial produzida na década de 1940, inclusive são escassas nos próprios documentos produzidos pelo SESP. Na imprensa encontramos tímidas reportagens, até o final da Segunda Guerra mundial, que contestam essa ideia de “modelo de organização”. Outro espaço no abrigo federal do DNI que os agentes da migração percebiam como bem organizado e sistematizado era o hospital, inaugurado em julho de 1943. Um local, que devido sua importância para o pleno funcionamento da hospedaria, merece uma análise mais acurada. Com isso, dedicaremos as próximas páginas para debater sobre a edificação e o funcionamento desse ambiente, buscando perceber se os discursos enaltecedores também se direcionaram a este lugar.

3.1.2 O Hospital do Alagadiço

A pedra fundamental do Hospital da Hospedaria Getúlio Vargas foi lançada em 20 de fevereiro de 1943, mas sua inauguração deu-se somente em julho daquele ano. Nesse ínterim, o tratamento dos abrigados era realizado de forma precária, como salientava a reportagem do jornal *Diário de Pernambuco*, em edição de 29 de julho de 1943. Na (longa) matéria publicada, o periódico indicava qual seria o público atendido pelo DNI: “homens, mulheres, velhos e crianças (muitas e muitas crianças, não há seca neste mundo que acabe com o Ceará) castigados pela seca e pela miséria”. Diferenciava-se assim demasiadamente daqueles sujeitos selecionados pelo SEMTA, que de acordo com o jornal citado eram “homens escolhidos a dedos nas cidades do sertão, por um médico itinerante” (A luta..., 29/07/1943, p.3).

Com isso, essa população pobre e esfomeada não podia esperar que o hospital ideal e moderno fosse construído nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas já que a mortalidade era alarmante nos primeiros idos de 1943: “em março morreram 22 crianças e 2 adultos, em abril, 24 crianças e 4 adultos, mas em maio até o dia 15 tinham morrido apenas 7 crianças e

nem um adulto”. Dessa forma,

arranjaram uma antiga residência no Alagadiço, reservaram o porão para os adultos e a parte superior para as crianças, carregaram pacotes de remédio, instalaram uma cozinha dietética, camas de vento, redes e mosquiteiros, enfermeiras, guardas medicadores, guardas sanitários para combater moscas e mosquitos – e começaram a luta (A luta..., 29/07/1943, p.3).

A luta era, sobretudo, para salvar as crianças, principais vítimas das doenças durante essa travessia do Nordeste até a Amazônia. Em relatório produzido pelo SESP (em inglês), a respeito das instalações do hospital existente na “Hospedaria do Alagadiço”, se informava que os problemas sanitários daquele espaço estavam relacionados principalmente às “péssimas condições físicas em que os migrantes chegam ao posto. Esses migrantes são ‘os flagelados’, que passaram fome no Nordeste do Brasil devido às secas quase incessantes da região” (Relatório do SESP..., 18/09/1944, p.2, tradução nossa). Assim, os trabalhadores nordestinos eram estigmatizados – nesta fonte e em outras – simplesmente como vítimas do flagelo da estiagem, sendo a desnutrição apontada como a responsável pelas enfermidades que estes sujeitos adquiriram. Não havia nenhuma referência, no entanto, ao que as péssimas condições de vida pelo qual estes sujeitos eram submetidos cotidianamente, sobretudo durante o trabalho nos latifúndios, poderia proporcionar.

Em outra documentação, acompanhamos a narrativa eivada de críticas às práticas de cura e cuidados das mães nordestinas, que estavam abrigadas na Hospedaria Getúlio Vargas, com sua prole. O jornal *Diário de Pernambuco* afirmava que as genitoras apenas “entregam os filhos ao médico quando eles estão perto da agonia”, ou seja, quando as crianças estavam quase na iminência de falecerem eram enviadas para o hospital do Alagadiço (A luta..., 29/07/1943, p.3). O periódico recomendava assim que houvesse uma fiscalização contínua sobre estas mulheres e ações educativas sobre a importância dos cuidados médicos.

Além disso, a reportagem criticava a desconfiança das mulheres abrigadas com relação à eficiência do leite em pó distribuído. Mesmo quando estas se encontravam fracas e impossibilitadas de amamentar, preferiam dar aos filhos “chás de várias ervas”, que de acordo com o periódico se configurava como “um excelente meio de matar as crianças”. Relataram ainda que os filhos dos sertanejos chegavam à hospedaria em um estado deplorável.

São impressionantes essas crianças flageladas. Os braços são dois fios, músculos relaxados, corpinhos esqueléticos, olhos enormes no fundo das

olheiras arroxeadas. A desinteria, as toxicoses agudas desgastam esses organismos frágeis; os vômitos e as diarreias levam toda a água que ingerem. Desnutridas e desidratadas, são esqueletinhos que nem parecem sofrer, mas apenas esperam a morte. É esse material que chega às mãos do médico do SESP (A luta..., 29/07/1943, p.3).

Visivelmente, a descrição sobre as condições físicas das crianças atendidas pelo SESP visava impressionar os leitores do jornal e legitimar as ações empreendidas por aquela instituição. Além disso, afirmavam que à medida que os pequenos retirantes eram alimentados adequadamente e recebiam os cuidados médicos necessários nas “pequenas camas de vento” as mudanças eram perceptíveis, havendo uma “ressurreição”, pois “cessam pouco a pouco os distúrbios alimentares; os intestinos voltam a funcionar direito; desaparecem as diarreias e os vômitos; as crianças começam a assimilar a água e os alimentos” (A luta..., 29/07/1943, p.3). Assim, criavam músculos e engordavam.

A alimentação dos trabalhadores sertanejos e seus filhos alocados no hospital, na concepção da revista *O Observador Econômico e Financeiro*, era “tão importante como os remédios para restaurar a saúde e as energias daquela pobre gente”. Assim, para que houvesse uma alimentação capaz de nutrir adequadamente esses sujeitos, mais uma vez caracterizados como desgraçados, construiu-se nas dependências do hospital uma “cozinha dietética”, havendo um trabalho contínuo de técnicos em nutrição (Revista o observador..., maio de 1943c, nº88, p.47).

Além deste equipamento, houve a construção de uma “enfermaria com 78 leitos, dotada de ambulatório [...] e toda a aparelhagem clínica moderna” (Revista o observador..., maio de 1943c, nº88, p.47). Havia uma enfermaria dedicada aos homens, outra para as mulheres, uma específica para a pediatria e outra para o isolamento, no caso dos doentes mais graves. Construiu-se ainda um espaço destinado ao tratamento odontológico, um laboratório, uma sala para enfermagem, um laboratório, quatro sanitários, dois banheiros – feminino e masculino - uma lavanderia e um necrotério. Abaixo, podemos observar as atividades exercidas pela equipe de enfermeiras, na ala infantil em 1944.

Figura 8. Fotografia do hospital do Alagadiço



Fonte: Relatório do SESP, p.2. BR RJ COC SP-02-TMP-AM-1

Bastos afirmava que a equipe do hospital era composta por três médicos, um deles pediatra, um dentista, doze auxiliares hospitalares, um administrador, dezessete guardas sanitários, um técnico de laboratório, onze inspetores de tratamento, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha e mais quatro serventes. Além disso, relatava que a rotina no hospital consistia de:

consultas médicas ao ambulatório, inspeção médica dos migrantes na hospedaria; visitas às enfermarias e visitas diárias à hospedaria, feitas pelos auxiliares hospitalares em busca de doentes, principalmente crianças que algumas vezes eram ocultadas pelos pais para evitar o internamento no Hospital. A assistência dentária era provida conforme as necessidades (Bastos, 1991, p.90).

Mas, apesar dos discursos enaltecedores em torno da eficiência do hospital e de sua equipe, as mortes, sobretudo, de crianças continuaram acontecendo durante o interregno da Segunda Guerra mundial. De acordo com Campos “apenas em abril de 1944 o número de crianças mortas alcançou 35 no alojamento do DNI em Alagadiço, Fortaleza” (Campos, 2006, p. 154). Quantidade de óbitos era superior àquele existente antes da inauguração oficial do hospital, quando 24 crianças faleceram em abril de 1943 nas acomodações médicas improvisadas.

Neste campo a população atingira a marca de 1.500 pessoas em arriscada situação: a lotação era de 800. Segundo relatou um médico, vivia-se ‘em grande promiscuidade’ e em falta de lençóis de flanela e cobertores para crianças. Para completar, houve ‘absoluta falta de leite no hospital por 15 dias, e foi impossível alimentar adequadamente as crianças’. Os casos de distúrbios digestivos e intoxicação alimentar aguda abundavam, e ‘não havia mais espaço no hospital’ (Campos, 2006, p.154).

Quando a Hospedaria Getúlio Vargas se tornou um dos principais espaços de acolhimento aos trabalhadores migrantes e suas famílias em Fortaleza – sobretudo a partir do final de 1943 quando o DNI assumiu a função de encaminhar estes sertanejos para a Amazônia –, a superlotação tornou-se uma constante preocupação para os agentes da migração. Mesmo que coubessem 1.200 pessoas, não as 800 vagas citadas pelo autor acima, ainda estavam acima da sua capacidade máxima. Com isso, não é surpreendente que faltassem lençóis, cobertores e até leite em pó, tão detestado pelas mulheres, porém, necessário para nutrir as crianças.

Apesar da superlotação, o hospital do Alagadiço “acolheu um grupo de crianças que pertencia ao Núcleo do Cocorote, fundado pelo SEMTA para abrigar mulheres e crianças, cujos pais haviam embarcado para a Amazônia” (Bastos, 1991, p.90). O estado de saúde dessas pessoas transferidas, contudo, requeria cuidados especiais da equipe médica. Isso provavelmente ocorreu em fins de 1943, quando os núcleos foram fechados e os “soldados da borracha” que se deslocavam até Fortaleza estavam desacompanhados de seus familiares.

Além do posto médico que existiu no núcleo do SEMTA, do hospital da Hospedaria Getúlio Vargas, outro espaço que acolhia e cuidava dos trabalhadores migrantes que apresentavam alguma enfermidade era o posto médico do Pouso do Prado, alocado também na capital cearense. Encontramos, contudo, em algumas pesquisas acadêmicas um equívoco em torno desta última unidade de atendimento. Para alguns autores não havia distinção entre este pouso e a hospedaria coordenada pelo DNI, como ocorreu, por exemplo, com o historiador

Holanda que afirmou que o “Pouso do Prado, ao lado do antigo Pouso do Alagadiço”, foi “reformado em março de 1943, passando a chamar-se Hospedaria Getúlio Vargas” (Holanda, 2005, p. 95). Com o intuito de elucidar essa questão, discutiremos sobre as disparidades e as semelhanças existentes nos respectivos abrigos federais no tópico seguinte.

3.2 Rivalidades entre as agências de migração e seus respectivos abrigos em torno da travessia para a Amazônia

Eu tinha uma vontade medonha de ir para a Amazônia. Aí o Manoel, meu irmão mais velho, disse que queria ir. Aí, eu mais outro irmão, o Zé, também mais velho que eu [segundo filho?] Não, ele era o terceiro. Eu sou o quinto. Pois bem, aí nós fomos pedir permissão pro pai e ele foi arrumar pra nós ir⁴² (Morales, 2002, p.331).

A fala acima, pertencente ao trabalhador potiguar denominado Hermes, evidenciava o desejo que muitos nordestinos possuíam de partirem em direção à Amazônia em busca de melhores condições de vida. O mesmo, oriundo da cidade de Apodi/Rio Grande do Norte, se deslocou em 1943, juntamente com dois irmãos e outros homens, na condição de “soldado da borracha” em direção à Fortaleza. Havia sido recrutados pelo SEMTA, tendo em vista que a respectiva agência fazia uma árdua campanha propagandística em várias cidades nordestinas com o intuito de arregimentar mão de obra para as atividades nos seringais, oferecendo passagens, hospedagem, apoio aos familiares, dentre outros benefícios. Benefícios que, posteriormente, os migrantes perceberam que existiam mais na teoria que na prática.

Apesar dos trabalhadores nordestinos disporem do apoio do governo federal para poder migrar, o Sr. Hermes e seus companheiros de viagem precisaram recorrer ao auxílio do agenciador Pedro Noronha, conhecido na região de Apodi como delegado (apelido adquirido por ter exercido a respectiva função por um determinado período), para conseguirem se deslocar até a cidade de Fortaleza. É interessante ressaltar que a figura do agenciador nos estados nordestinos - anteriormente denominados províncias nortistas - era recorrente desde o século XIX, sendo esta figura responsável por encaminhar diversos trabalhadores para os rincões

⁴² Depoimento do Sr. Hermes, natural de Apodi (RN), à historiadora Morales (2002, p.331). Não há informações sobre a data específica da realização da entrevista. Mas acreditamos que tenha sido feita entre 1997 e 1998, como informa a pesquisadora na introdução do livro, já que foi nesse período que a mesma realizou diversas entrevistas com os ex-soldados da borracha.

amazônicos. Um dos agenciadores cearenses mais conhecidos foi João Gabriel (citado anteriormente na tese), que durante a seca de 1877-78 conseguiu convencer diversos conterrâneos a migrar, empregando-os nos seringais da Amazônia.

Com a organização do SEMTA, contudo, outra figura surgiu: o recrutador. Os recrutadores eram responsáveis por convencer os trabalhadores nordestinos a se alistar como “soldados da borracha”. Havia, contudo, a determinação que estes não fossem “servidores permanentes do SEMTA”. A remuneração, de acordo com o regulamento do SEMTA, seria efetuada apenas após o cumprimento das ações determinadas pela instituição de migração, sendo

considerados efetivamente recrutados os trabalhadores que forem encaminhados pelos recrutadores até os locais fixados nas instruções especiais para cada zona, e que tenham sido aceitos pelo médico de seleção daquela localidade (Regimento..., 1943, p 139-140).

De acordo com o relatório da CAETA, porém, aos “recrutadores era paga a comissão de Cr\$ 15 por trabalhador aprovado no primeiro exame médico” (Relatório..., 1946b, p.119). Assim, era importante recrutar sujeitos que aparentemente estivessem saudáveis, tendo em vista que a reprovação nos exames de rotina realizados nos pousos poderia impactar no valor total recebido pelo trabalho. Além disso, Miranda salienta sobre a importância dos médicos do SESP nesse processo de recrutamento, sendo “os principais responsáveis pela seleção desses trabalhadores [...]” (Miranda, 2021, p.9).

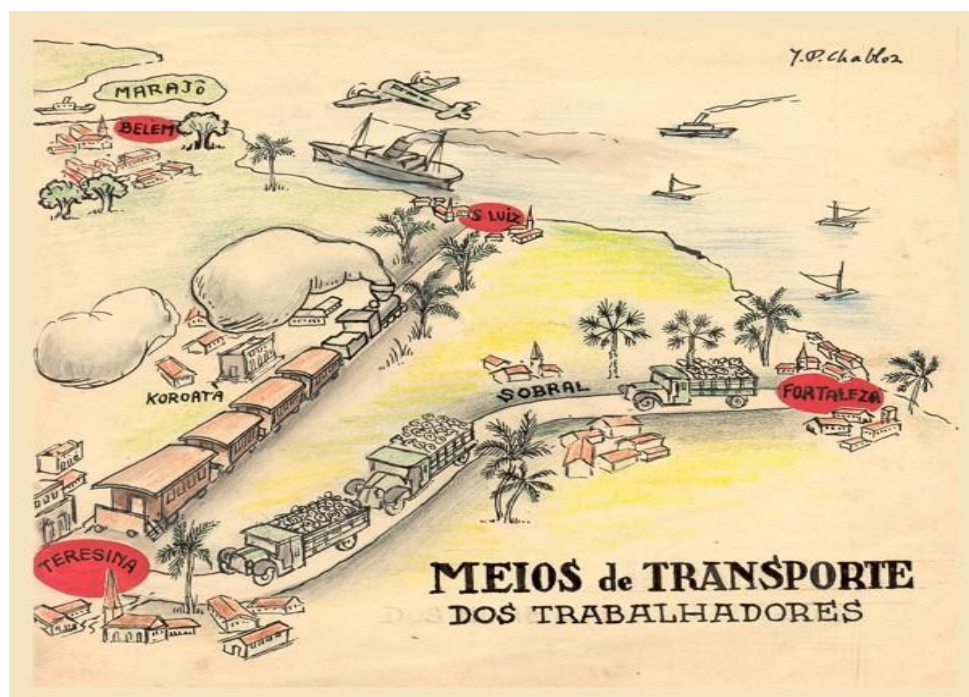
Mas enquanto o trabalho do recrutador iniciava-se nas cidades interioranas do Nordeste e finalizava quando os trabalhadores recrutados eram alistados oficialmente nos pousos, a função do agenciador terminava apenas quando seus migrantes agenciados conseguiam ser alocados em empregos nos locais para quais migravam. No caso do Sr. Hermes, a ação de intermediar com o “delegado” e conseguir partir em direção à região norte foi feita por seu pai. Um homem encantado com as maravilhas da Amazônia, tendo em vista que sua passagem por aquela paragem foi permeada de benesses: partiu do Rio Grande do Norte em 1912 em direção ao Acre, retornando para seu rincão de origem somente quando conseguiu juntar dinheiro suficiente para obter uma pequena propriedade de terras. Com isso, incentivava os filhos a se deslocarem também, crente que seria uma experiência tão exitosa quanto foi a sua.

O Sr. Hermes, seus irmãos e os outros companheiros ao finalizarem a negociação com o “delegado” Pedro Noronha foram trazidos para Fortaleza: “de tudo, nós era 13 homens.

Chegamo aqui, ficamos na hospedaria [...] Era o tempo do SEMTA” (Morales, 2002, p.331). O destino final desses homens foi a cidade de Manaus, sendo imediatamente alocados, a partir da intervenção do agenciador Noronha, na firma J. Leite. Algo que corriqueiramente não acontecia, já que os migrantes ficavam dias aguardando nos abrigos federais alguma oportunidade de trabalho nos seringais.

Como ocorreu a travessia entre Fortaleza e Manaus não fica explícito na entrevista cedida pelo Sr. Hermes à pesquisadora Morales. Acreditamos, porém, que o deslocamento se efetuou pela rota terrestre, tendo em vista que o órgão responsável pelo encaminhamento dos trabalhadores citados foi o SEMTA, que no período era o principal responsável pela migração dos “soldados da borracha”. Homens que realizavam constantemente o mesmo trajeto: saíam de Fortaleza em caminhões em direção ao pouso de Sobral, sendo direcionados posteriormente para o pouso de Teresina. Deste último abrigo embarcavam em trens que os levariam até o pouso de São Luiz, no qual ficavam aguardando navios em direção ao norte, para a hospedaria em Belém. Itinerário ilustrado pelo pintor e desenhista Jean-Pierre Chabloz, que podemos observar abaixo. Mas para finalizar o percurso até Manaus, os potiguares aguardaram as embarcações enviadas pelo SAVA, tendo em vista que o SEMTA era responsável pela migração dos nordestinos até a capital paraense.

Figura 9 - Desenho sobre cartão, 1943



Fonte: Chabloz, Jean- Pierre.

Outro aspecto da narrativa do Sr. Hermes que acreditamos ser necessário discutir com mais atenção é sobre o local de seu acolhimento em Fortaleza. Apesar de citar durante a entrevista que foi encaminhado para uma hospedaria dirigida pelo SEMTA, efetivamente o migrante potiguar (juntamente com os outros homens companheiros de deslocamento) foi dirigido para o Pouso do Prado, tendo em vista que a hospedaria existente na capital cearense estava sob a direção do DNI. A proximidade do período de edificação, tanto do Pouso do Prado quanto da Hospedaria Getúlio Vargas, pode ter ocasionado esse equívoco na memória do Sr. Hermes.

Assim, enquanto a construção da Hospedaria Getúlio Vargas se iniciou em novembro de 1942, sendo inaugurada somente meses depois (15 de março de 1943), o pouso teve sua obra iniciada em fevereiro de 1943. O jornal *Unitário*, em edição de 13 de fevereiro de 1943, informava que no bairro do Prado⁴³ seria instalado um equipamento do SEMTA, visando possibilitar o “desenvolvimento dos trabalhos de recrutamento de homens para o extremo norte” (*Unitário...*, 13/02/1943). Esta edificação seguiria as normativas do engenheiro Álvaro Vital Brazil, responsável por projetar os pousos em caráter de emergência, ficando pronta em aproximadamente um mês.

Diferentemente da hospedaria do DNI que teve uma inauguração oficial e repleta de políticos e agentes do governo federal e estadual, com relação ao Pouso do Prado não houve qualquer cerimônia de abertura. Mas ao consultarmos alguns periódicos, percebemos que em fins de março de 1943 o abrigo do SEMTA já estava recebendo os migrantes nordestinos que chegavam à Fortaleza, como ficou evidente na inusitada matéria do jornal *Unitário*, cujo título era “Trabalhadores da Borracha ganham prêmios ao microfone! – O Pouso do Prado manda representantes para a Hora do Calouro de PR-9”.

Foi uma nota interessante na ‘Hora do Calouro’ de domingo último ao microfone do PRE-9, a atuação de três trabalhadores do SEMTA.

José Joaquim Monteiro, Antônio José da Silva e Wilson Brandão, assim chamam-se as três novas ‘revelações’ do animadíssimo programa da emissora local. Todos três por via de seus pendores para o canto, fizeram jus a prêmios de cinquenta cruzeiros oferecidos aos candidatos mais capazes.

José Joaquim Monteiro mereceu as boas vindas da comissão julgadora improvisando ao violão. Antônio José da Silva fez uma demonstração de muita habilidade, executando um número em sanfona, enquanto Wilson Brandão tinha a oportunidade de cantar, com agrado geral, a canção intitulada ‘Coração Materno’ (*Trabalhadores...*, 23/03/1943, p.7).

⁴³ Há a indicação na imprensa que o pouso do Prado foi construído nas proximidades da área que corresponde atualmente ao estádio Presidente Vargas, no bairro Benfica.

Esta estratégia, de levar os migrantes para um espaço cultural existente em Fortaleza e publicar nas páginas do jornal *Unitário*, tinha o propósito de convencer os fortalezenses que aqueles trabalhadores partiam em direção à Amazônia repletos de animação e otimistas diante dos novos desafios nos seringais. Veremos mais adiante que esta tática de proporcionar alguns momentos de lazer no Pouso do Prado era usada pelo SEMTA, sobretudo, para convencer aqueles abrigados das benesses existentes no recinto, dificultando assim os casos de deserção.

As páginas do jornal *Unitário* foram utilizadas ainda para persuadir os nordestinos a se alistarem como “soldados da borracha”. Uma das estratégias usadas foi publicar cartas de migrantes, fossem daqueles que ainda se encontravam nos pousos, daqueles que estavam alocados nos seringais ou de familiares relatando as maravilhas dos rincões amazônicos para onde os filhos foram encaminhados. Com relação ao primeiro caso, temos a missiva enviada por José Vitoriano do Pouso do Prado para seu amigo Raimundo Vieira dos Santos, residente na localidade de São Mateus.

Raimundo é com grande prazer que passo a dar minhas notícias e também sentia em receber as suas. Raimundo até aqui vamos todos em paz e saúde chegamos ontem as 8 horas da noite aqui onde fomos bem recebidos melhor do que só no céu onde ainda é assim (indecifrável) é aí no Iguatu mais aqui é ótimo tem ótima amplificadora funcionando de dia e até as 8 da noite tem toda qualidade de esporte, sim também qualquer qualidade de instrumento que queira tocar, tem 3 violões especiais, pandeiros tem mais de 60. Ah, Otavio aqui, agora estou como quero, aqui ninguém chora mincharia aqui tudo é com fartura é muito diferente do que Cecílio diz até o papel para escrever, a SEMTA dá só temos o trabalho de escrever, não sei quando iremos a Terezina para de lá ir ao Maranhão Pará e Amazonas no Pará vamos receber saldo. Diga ao Hermes que pode vir sem susto. Raimundo dê muita lembrança a Jandira e diga que só escrevo para ela do Pará que é para ela pagar as raivas. Responda-me como sem falta meu endereço aqui é José Vitoriano Pouso do Prado SEMTA Pavilhão 12 Fortaleza - Ceará - Sem mais do amigo, J. Vitoriano (*Unitário...*, 17/06/1943).

A correspondência, além de relatar como era maravilhosa a estadia no Pouso do Prado com quadra de esporte, música e fartura em diversos setores, visava, sobretudo, desmentir aqueles que reclamavam do recinto de hospedagem e convencer aqueles indecisos sobre o alistamento na batalha da borracha, tal como seu conterrâneo Hermes que aparentemente não havia se alistado por causa do medo em torno da hospedagem em Fortaleza. Outro aspecto que é importante destacar se refere ao fato de que Vitoriano partiu sozinho, deixando, aparentemente, uma companheira na localidade de origem, ou seja, na região de Iguatu. Jandira, diferentemente de muitas outras esposas e companheiras destes migrantes nordestinos que os

acompanharam até a capital cearense – no qual permaneciam com os filhos no núcleo do SEMTA –, decidiu não fazer essa travessia, sendo o motivo, aparentemente, a discordância sobre a partida de Vitoriano para a Amazônia.

A princípio, houve por parte do SEMTA a preferência por deslocar homens solteiros ou avulsos, assim chamados os casados que deixavam suas esposas e filhos em solo nordestino. Um dos motivos por essa opção era a ausência de estrutura física nos seringais para receber o seringueiro e sua família. O pesquisador Campos, porém, nos apresenta outra tese: “muitas famílias maiores optavam por primeiro enviar parentes para a Amazônia, para averiguar as chances de sucesso. Se bem afortunados, os ‘soldados’ mandavam buscar os seus familiares” (Campos, 2006, p.149). Poucos, contudo, foram aqueles que migraram na condição de “soldados da borracha” e conseguiram retornar para suas cidades de origem. Menos ainda foram aqueles que conseguiram levar posteriormente seus familiares para junto de si.

Para aqueles homens que partiam, mas deixavam familiares abrigados nos espaços do SEMTA, havia a constante preocupação sobre como seria o cotidiano dos seus entes queridos nos abrigos durante o período que permaneciam nos seringais amazônicos. Tal apreensão foi registrada na carta do trabalhador Manoel Francisco, destinada à diretora do núcleo do Porangabussu, Regina Chabloz.

Pouzo do Prado 6 de julho de 1943
 M. Digna Senhora Da. Regina. Adeus. Sigo hoje nesta filis data; Para Belém do Pará
 Exahi minha espoza que fica sob direção da nobre senhora juntamente a 2 filhos homens. Peço a senhora não privar a sahida delle afim de procurar ganhar o vintém para as necessidades delles. Meu grande enteresse é elles aprender a ler alguma couza para não serem ingnorante como eu sou. Da. Regina, a minha mulher vive doente é bastante acanhada.
 A Deus Da. Regina. Siga filis em suas funções
 Trabalhador Manoel Francisco da Silva 25246 (Carta de Manoel..., 06/07/1943).

Uma das preocupações de Manoel Francisco da Silva era que seus filhos, provavelmente crianças ou adolescentes, frequentassem a escola existente no núcleo para que tivessem algum tipo de instrução normativa durante o período de permanência naquele espaço. Uma preocupação plausível tendo em vista que o respectivo migrante possivelmente não tenha tido acesso à escola, qualificando-se como uma pessoa *ingnorante*, ou seja, analfabeta ou semianalfabeta. Outra problemática evidenciada na carta era sobre a proibição das pessoas de saírem do núcleo e circularem livremente pela cidade de Fortaleza, mesmo que o objetivo fosse

obter algum *vintém* para suas necessidades básicas. Tal impedimento ocorria também nos pousos e nas hospedarias, vale ressaltar. A preocupação da elite fortalezense estava relacionada à possibilidade destes sujeitos se movimentarem pela cidade para mendigar, roubar, saquear ou participar de revoltas e motins.

Mas se haviam tantas variantes que preocupavam o migrante Manoel Francisco ao partir em direção ao norte do país, como a saúde da esposa, a educação dos filhos e como estes se sustentariam, por qual motivo aquele não procurou abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas e partiu acompanhado dos seus familiares? A resposta para tal questionamento não encontramos na missiva escrita para a diretora do núcleo. Sabemos, porém, que nestes primeiros meses de 1943 a força do SEMTA enquanto agência responsável pelo deslocamento dos trabalhadores para os seringais amazônicos sobressaía-se em detrimento das ações do DNI.

Campos salienta que após as ações frustradas do DNI de encaminhar trabalhadores e suas famílias para os seringais amazônicos durante a seca de 1942, que a princípio estimava deslocar 4.800 pessoas por mês, mas efetivamente deslocou um número bem aquém - entre maio e junho daquele ano apenas 1.800 pessoas migraram -, ficava evidente que

a política do DNI de transferir grupos familiares para o Amazonas não proveria a mão de obra necessária para a ‘batalha da borracha’. Na verdade, a principal preocupação do DNI era providenciar socorro aos retirantes, e não força de trabalho para a indústria da borracha. De fato, nenhuma das pessoas que passaram pelo posto de Belém até junho de 1942 fora trabalhar nos seringais: elas se empregavam nas áreas vizinhas à cidade ou nas regiões agrícolas da estrada de ferro Bragança no Pará, onde muitos mantinham relações familiares (Campos, 2006, p. 140).

Além da diminuta quantidade de pessoas que se encaminharam aos seringais em 1942, outro fator que provavelmente influenciou o SEMTA ao optar por um perfil específico para se deslocar durante a “batalha da borracha”, ou seja, homens adultos, estava relacionado ao impacto que teria na produção gomífera caso houvesse uma presença maciça das esposas e dos filhos destes trabalhadores nos seringais, tendo em vista que a atividade extrativista não poderia ser exercida por estes sujeitos.

Outro aspecto que foi decisivo para que estes homens, tal como o senhor Manoel Francisco da Silva, decidissem deixar seus familiares em Fortaleza no núcleo do SEMTA - ou os deixassem em seus rincões de origem -, alistando-se como “soldados da borracha” estava relacionado às diversas vantagens que a respectiva agência prometia aos alistados: alimentação, alojamento, assistência médica, “equipamentos para viagem e trabalho. adiantamento no salário

e um auxílio financeiro para suas famílias” (Campos, 2006, p.142). O maior atrativo, contudo, era o contrato de trabalho que assegurava além do pagamento, o mínimo 60% do valor da borracha extraída. Além disso, no respectivo contrato havia a garantia de adiantamentos em remédios, alimentos, roupas, dentre outros benefícios.

Havia ainda outra questão que consideramos importante para que muitos trabalhadores optarem por viajar pelo SEMTA: o estigma de serem denominados “flagelados da seca”, caso migrassem através da Hospedaria Getúlio Vargas como já citamos em outro trecho da tese. Através de uma intensa propaganda, alguns periódicos afirmavam que “o SEMTA não lida com famílias. Lida com homens, e homens fortes, escolhidos a dedo nos centros sertanejos pelos médicos do próprio SEMTA” (Revista o observador..., setembro de 1943, p.48). Argumento que posteriormente mostrou-se sem fundamento, já que o SEMTA construiu um espaço para abrigar exclusivamente os familiares dos “soldados da borracha”.

Percebemos que, para além das disputas de poder entre as duas agências de migração que encaminharam os trabalhadores até a região amazônica, existiam também embates entre os meios de comunicação de massa, fossem revistas ou jornais. Acima citamos alguns exemplos de reportagens que visavam enaltecer as ações do Pouso do Prado e do SEMTA. Mas em outros documentos encontramos narrativas que buscavam evidenciar as ações do DNI neste segmento da migração interna no interregno da Segunda Guerra mundial.

Na edição de 11 de junho de 1943 do jornal *Diário da Noite* – um dos jornais dos Diários Associados que apoiava as ações do Estado Novo –, por exemplo, o periódico tinha como propósito demonstrar as vantagens dos migrantes ao se deslocarem junto aos seus familiares para a Amazônia. A primeira benesse apontada era a fixação desse trabalhador nas terras amazônicas, tendo em vista que partia acompanhado dos seus entes queridos. Para legitimar isto, entrevistou um menino abrigado na Hospedaria Getúlio Vargas: “- De onde você veio? O menino levantou os olhinhos para o alto e respondeu: - Eu, papai e mamãe e meus oito irmãozinhos morávamos em Limoeiro. O pai só veio embora porque pode trazer a gente.” (Diário da noite..., 11/06/1943, p.16). O objetivo era demonstrar que aqueles homens que migraram com suas famílias eram bem mais felizes, pois não havia uma preocupação constante sobre o que aconteceria com sua esposa e filhos na terra natal.

O respectivo jornal trouxe ainda outra entrevista, de um dos médicos alocados na hospedaria, reforçando a ideia de que a migração dos “soldados da borracha” acompanhados de seus familiares era benéfica.

- Aqui, somos apenas discípulos. A organização da ‘Hospedaria Getúlio

Vargas', traçada nos mesmos moldes da Hospedaria de Imigrantes de S. Paulo, permitiu realizar uma obra verdadeiramente humana. Veja, por exemplo, aquele quadro.

E apontando para um canto do pavilhão, o médico mostrou ao repórter uma criança fazendo 'cafuné' na cabeça de um homem robusto.

Adiantou-nos o médico:

- O senhor acredita que um pai amoroso como este rude trabalhador, pode viver na Amazônia sem os filhos? Que drama angustioso não seria a sua vida nos seringais pensando todas as noites nos filhos e na esposa? Olhando para estes detalhes o Ministério do Trabalho já focalizou 13.614 pessoas na Amazônia (Diário da noite..., 11/06/1943, p.16).

É importante enfatizar que a reportagem acima era eivada de adjetivos enaltecedores às ações do DNI e ao seu dirigente Henrique Dória, assim como ao presidente Getúlio Vargas e à hospedaria que o homenageia. O jornal para enaltecer as qualidades da hospedaria do Alagadiço comparava-a mais uma vez, no quesito organização, à Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. A tese construída é que o propósito do periódico era colocar em dúvida o deslocamento realizado pelo SEMTA, tendo em vista que somente partindo acompanhado da família o trabalhador nordestino criaria raízes no território amazônico e por lá permaneceria, como desejava o Estado Novo e seu projeto de povoamento dos "espaços vazios" amazônicos.

Após esta breve discussão em torno das disputas entre as duas agências de encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia, SEMTA e DNI, e dos seus principais locais de acolhimento na cidade de Fortaleza pelo controle do deslocamento dos trabalhadores para a Amazônia, cabe a indagação: afinal o que havia de divergente ou semelhante entre o Pouso do Prado e a Hospedaria Getúlio Vargas? A primeira diferença que observamos era a própria estrutura dos locais de acolhimento, tendo em vista que o pouso foi construído com materiais disponíveis na região, tal como palha, como é possível observar a partir da imagem abaixo, e a hospedaria foi edificada em alvenaria. Os motivos para tais escolhas já foram explicitados no tópico anterior.

Figura 10. Fotografia da construção do Pouso do Prado, 1943



Fonte: MAUC/UFC

Outra diferença substancial identificada estava relacionada à construção de um espaço religioso nos abrigos federais. Enquanto na Hospedaria Getúlio Vargas a existência de uma igreja se configurou como uma promessa por décadas, no Pouso do Prado, assim como em todos os pousos construídos pelo SEMTA, a presença de religiosos e de uma capela para a realização de missas era frequente. Afinal, a Igreja Católica buscava se consolidar como a religião oficial entre esta população pobre e migrante. Assim, antes de partirem em direção aos rincões amazônicos, os abrigados nos diversos pousos participaram de missas, como ocorreu, por exemplo, em 20 de março de 1943, quando “celebrou-se uma imponente missa campal no Pouso do Prado, com a presença de todos os trabalhadores ali abrigados” (Unitário..., 21/03/1943). A celebração religiosa visava abençoar os 210 trabalhadores que partiriam na manhã seguinte em seis caminhões em direção à Teresina.

Apesar das disparidades na concretização de alguns projetos, em pelo menos um aspecto as duas agências de migração compartilhavam os mesmos percalços: a problemática em

torno da saúde dos migrantes. Tal como identificamos na hospedaria do DNI, no Pouso do Prado houve registros de epidemias, que foram timidamente publicizadas pela imprensa, como, por exemplo, pelo o jornal *A Noite*, em edição de 29 de agosto de 1943.

O pouso do Prado desta capital abrigava, a certa altura de junho deste ano, muitas centenas de trabalhadores recrutados pelo SEMTA, quando os médicos do SESP de serviço ali notaram um surto de sarampo. Em um só dia 40 casos foram registrados. O sarampo em crianças é geralmente benigno, mas em adultos apresenta com frequência certa gravidade - e sua propagação é facilíssima. Os 40 homens foram imediatamente isolados e mandados para a enfermaria do novo campo do SEMTA ainda não utilizado, em Tauape. Os demais trabalhadores foram mandados imediatamente em comboios de caminhões, para Sobral, cujo pouso foi esvaziado para este fim. Não seguiram, todavia, os trabalhadores que apresentavam sinais, por mais leves que fossem, de coriza. Esses ficaram em rigorosa quarentena. Enquanto os doentes eram tratados no Tauape, os trabalhadores mandados para Sobral foram detidos ali, sob observação, durante 15 dias, que é o prazo de incubação da doença. E o surto foi debelado (*A noite...*, 29/08/1943, p.8).

Como é perceptível, a partir da análise do periódico, muitos migrantes acometidos pelo sarampo no Pouso do Prado foram encaminhados para um outro pouso em Fortaleza coordenado pelo SEMTA, o Pouso do Tauape. Mas diferentemente do primeiro abrigo, há poucas informações pertinentes a este espaço. A explicação para tal fato deve-se, inicialmente, ao seu curto período de funcionamento na capital, pois em agosto de 1943 ainda não estava acolhendo os “soldados da borracha”, enquanto os outros espaços estavam em plena atividade. Outro possível motivo para a pretensa invisibilidade do Pouso do Tauape na documentação era a predominância no campo dos deslocamentos dos dois grandes abrigos: a Hospedaria Getúlio Vargas e o outro pouso do SEMTA.

O encaminhamento dos trabalhadores doentes no Pouso do Prado para outros locais ocorreu por causa da ausência de espaço suficiente para todos nas duas enfermarias, tendo em vista que possuía apenas 36 leitos, uma quantia ínfima diante da quantidade de pessoas que adoeciam diariamente - 40 pessoas ficaram doente em apenas um dia, como enfatizou o jornal acima. Vale ressaltar que essa quantidade de leitos estava bem abaixo daquela existente no hospital da Hospedaria Getúlio Vargas, que era de 80 leitos.

Apesar de narrar os percalços provenientes da epidemia de sarampo no Pouso do Prado, o jornal *A Noite*, em edição de 21 de maio de 1943, buscou evidenciar as benesses realizadas pela equipe médica do respectivo abrigo junto aos migrantes:

só no Pouso do Prado, em Fortaleza, foram feitas em abril 2.192 inspeções

médicas, 3.650 curativos, 3.333 imunizantes contra a tifo e tétano. Em menos de dois meses, foram inspecionados só por esse Pouso 3.050 trabalhadores. [...]. O serviço médico anti venéreo merece atenção especial, existindo uma pequena farmácia com medicamentos modernos e eficientes.

São médicos do Pouso do Prado os Drs. Valdemar Bessa, Airton Cajati, Aluisio Almeida e Oseas Pinheiro. Há 13 guardas medicadores e 20 guardas sanitários (O “exército da borracha”..., 21/05/1943, p.3).

Dentre as enfermidades citadas na fonte, as doenças venéreas exigiam atenção especial, tendo em vista que demandavam um tratamento eficaz com medicamentos “eficientes”. De acordo com Campos (2006, p. 155), “as doenças sexualmente transmissíveis eram consideradas um grave obstáculo para o Programa, porque retiam centenas de trabalhadores nas enfermarias da rota terrestre”. Os maiores registros dessas enfermidades estavam nos pousos do Prado (Ceará) e de Coroatá (Maranhão). Em maio de 1943 foram tratados no Pouso do Prado 176 novos casos em apenas uma semana. Quanto ao abrigo maranhense, o pesquisador Campos afirmava que naquele espaço havia uma imensa proliferação de doenças sexualmente transmissíveis devido ser um “alojamento localizado logo imediatamente após Teresina”, onde existiam diversos prostíbulos (Campos, 2006, p. 155). Aliás, esta problemática preocupava demasiadamente os religiosos católicos, sobretudo, devido a grande quantidade de homens migrando sem a presença das esposas.

Além das enfermidades, outra preocupação do Programa Migração era com a segurança nos pousos e nas hospedarias. O receio era que os trabalhadores migrantes cometessem qualquer infração nos locais de abrigo. Havia, por exemplo, na Hospedaria Getúlio Vargas a presença constante de guardas, tendo em vista que os abrigados eram classificados como desordeiros e indisciplinados. Mas diferente da ideia existente no modelo pan-óptico⁴⁴, que visava criar uma penitenciária ideal com vigilância constante, não existia nos abrigos federais esse projeto arquitetônico que permitisse vigiar todos, como se fossem prisioneiros. A ideia de transitoriedade nestes espaços de acolhimento provavelmente tenha contribuído para que o respectivo modelo não tenha se concretizado.

Nos locais sob jurisdição do SEMTA havia também a preocupação com as ações dos abrigados, como é possível perceber a partir do relato do Sr. Melquisedec:

⁴⁴ Modelo criado pelo jurista Jeremy Bentham em 1785, que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Para que isto fosse possível, Bentham idealizou um projeto de construção carcerária, consistente em um edifício circular.

vim de Uruburetama para Fortaleza e fique no Pouso do Prado, onde o chefe era Sr. Humberto Teixeira Viana. Para mim lá era bom. Todo lugar para mim é bom. Não reclamo. Quando cheguei lá eles fizeram uma reunião e perguntaram: quem tem mala? Eu levantei o braço. Então eles disseram, você vai ser segurança, por que não vai fugir. Eu não ficava armado, mas tinha soldado armado. Em Belém eles davam umas fichinhas, uma autorização de saída para agente poder passear pela cidade. Em Manaus eu ainda era segurança e ficava na Ponta Pelada. O chefe era o Capitão Trigueiro, ele era reformado do Exército. Lá só ficava os homens solteiros. As mulheres e as Crianças iam para Flores, lá o chefe era o Capitão Guedes. Eles [Os Soldados da Borracha] brigavam muitos entre eles, mais era de faca, principalmente os Baiano⁴⁵ (Lima, 2013, p. 79).

Ao analisarmos com mais acuidade as palavras do cearense Melquisedec entendemos como efetuava-se a questão da vigilância no pouso do Prado, construído em Fortaleza, e naqueles existentes na região norte. O primeiro aspecto era a presença de guardas internos e desarmados, arregimentados entre os próprios migrantes, como foi o caso do Sr. Melquisedec. No relato do entrevistado, a justificativa para o mesmo ter sido escolhido estava relacionada ao seu compromisso em permanecer nas dependências do abrigo, tendo em vista que trazia mala. Aparentemente um objeto que simbolizava esse rompimento, mesmo que momentâneo, com os rincões de origem.

Outra situação que é importante problematizar era a existência de “guardas armados nas suas áreas externas” dos pousos que vigiavam as cercas. Afinal era imprescindível impedir que os migrantes circulassem livremente ou pior, fugissem. Mesmo que houvesse na hospedaria de Belém uma relativa liberdade para que os homens pudessem “passear pela cidade”, a evasão dos “soldados da borracha” era algo que se buscava evitar a qualquer custo (Lima, 2013, p.79). Além disso, o cearense Melquisedec buscava legitimar a presença de guardas armados nos abrigos ao afirmar que havia constantes brigas entre os nordestinos, principalmente com o uso de facas.

A narrativa do Sr. Melquisedec se coaduna com o discurso presente nos documentos produzidos pelo SEMTA, que abordavam sobre o policiamento dos pousos. O chefe do comboio, dentre diversas funções, tinha como obrigação “dar instruções sobre o policiamento a ser feito, compreendendo desde a estadia no pouso de partida, durante a marcha e pousos de estacionamento provisório”. Tais informações eram repassadas aos chefes da turma, que

⁴⁵ Depoimento do Sr. Melquisedec, concedido a Lima (2013, p. 79) no dia 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

convocavam outros abrigados para lhes auxiliarem. Com isso, eram escolhidos “cinco trabalhadores dos mais disciplinados”, sendo o chefe da turma responsável por instruí-los sobre o “policiamento do próprio grupo” (Instruções provisórias..., 13/02/1943).

Em outro documento consultado, a índole dos nordestinos abrigados nos pousos é novamente questionada, sendo a presença dos policiais e de outros guardas internos justificada pois havia constantes atritos entre os grupos heterogêneos agenciados em diversas regiões do Brasil, que eram deslocados para os abrigos federais. De acordo com Carlos José Ribeiro, responsável por produzir um relatório confidencial a partir de observações feitas nos pousos do SEMTA, “em se tratando de uma marcha de homens rudes, habituados a responder às ofensas com violências físicas, de quando em vez, um ou outro trabalhador acampado promove um atrito qualquer” (Relatório confidencial..., 08/04/1943a, p.5). Dessa forma, mais uma vez o caráter dos trabalhadores é apontado como o causador dos percalços relacionados à segurança nestes locais de acolhimento, não questionando-se as diversas normas impostas por contrato àqueles homens, como, por exemplo, a proibição de circularem livremente pelas ruas das cidades.

Tais depoimentos sobre os problemas de segurança nos pousos, contudo, não foram divulgados pelos meios de comunicação no período. Ao analisarmos os jornais que tratavam sobre os abrigos federais durante a década de 1940, encontramos outro discurso a respeito dos nordestinos encaminhados para a Amazônia. De acordo com o periódico *A Noite*, em edição de 21 de maio de 1943, um detalhe chamou a atenção do repórter responsável por realizar a matéria no Pouso do Prado: “é o espírito de disciplina que reina entre os trabalhadores recrutados pela Coordenação da Mobilização Econômica”. No intuito de comprovar esse espírito ordeiro e patriótico dos “soldados da borracha”, citaram o caso da expedição aos rincões amazônicos comandada por uma mulher, “que teve sob suas ordens mais de 400 homens”. A viagem, apesar de ter ocorrido intercorrências normais para um empreendimento tão grande, “decorreu normalmente, sendo os trabalhadores festivamente recebidos pelas populações sertanejas” (O “exército da borracha”..., 21/05/1943, p.3).

Na concepção dos agentes da migração outra alternativa para evitar-se esses problemas de indisciplina dentro dos pousos e hospedarias era a construção de quadra de esportes, tendo em vista que se poderia, a partir desse equipamento, combater a ociosidade dos sertanejos nestes locais de acolhimento. No caso da Hospedaria Getúlio Vargas o espaço para a prática de esportes não se concretizou, permanecendo durante toda a sua existência (até a década de 1970) apenas como uma projeção. Mas no Pouso do Prado houve a sua efetivação.

Em diversas fontes, produzidas pelo SEMTA ou pela imprensa, visualizamos imagens dos “soldados da borracha” se exercitando, sendo tecidos nessa documentação

inúmeros elogios à prática dos exercícios físicos nos pousos. A *Revista Cancha*, por exemplo, em edição de maio de 1943, avisava aos seus leitores que havia descoberto algo diferente “no mundo esportivo de Fortaleza”. Informava aos leitores que não se preocupassem, pois não se tratava de nenhuma nova descoberta no futebol ou no vôlei.

O que descobrimos foi, na verdade, uma coisa muito simples: a quadra de esporte mais original do Ceará. Uma quadra em que os times titulares, seja de basquete, de futebol ou de vôlei, raramente vivem mais de uma semana, porque estão sempre se acabando e sempre se renovando (Revista Cancha..., maio de 1943, p. 16).

Essa rotatividade dos componentes dos times, que ora podiam ser dos sertões dos Inhamuns e/ou de Pernambuco, estava relacionada ao período de permanência exigida no Pouso do Prado, que correspondia aos 8 dias necessários para a realização dos exames médicos. Um interregno que poderia não ser pacífico, como já exemplificamos anteriormente. Aliás, os editores da *Revista Cancha* explicavam que a “pista” para descobrir essa pitoresca quadra de esporte estava relacionada à informação de que “alguns trabalhadores alistados para a Amazônia pelo SEMTA, desistiram, em Fortaleza, de continuar viajando para o Extremo Norte”. Além disso, o periódico informava que “esses sertanejos tratavam de encontrar um pretexto qualquer para justificar tal desistência [...]”. Estes desertores, classificados como “pessoas más e impatrióticas”, afirmavam que o

governo queria era pegar os sertanejos para mandar brigar com os alemães na África, pois os trabalhadores, envés de ir para a Amazônia, ficavam em Fortaleza, no Prado, fazendo ginástica militar, com um sargento do Exército...Praquê ‘trabalhador’ fazendo exercício? (Revista Cancha..., maio de 1943, p. 16).

Assim, neste tom de anedota, a *Revista Cancha* nos informava que trabalhadores haviam fugido das dependências do Pouso do Prado ao chegarem na cidade de Fortaleza. O motivo? Não é explicitado nas páginas do periódico. Apesar de haver uma apologia nas fontes consultadas à prática de atividades físicas nos locais de acolhimento do SEMTA, é provável que a imposição desses exercícios diários possa ter sido um dos motivos para alguns sujeitos se evadirem do pouso, tendo em vista que não estes treinos não se configurava como algo existente no cotidiano dos sertanejos.

Outro problema identificado no Pouso do Prado, que provavelmente afugentou ou

no mínimo preocupou muitos trabalhadores, estava relacionado à estrutura da cozinha. A nutricionista Maria Novais, responsável por elaborar um relatório sobre as atividades executadas no respectivo recinto de hospedagem com relação ao cardápio dos abrigados, informava que as devidas observações a respeito da alimentação e do seu preparo foram iniciadas em 10 de maio de 1943. Mas devido à demora na aprovação do cardápio, assim como a ausência de utensílios na cozinha e de ajudantes, somente no dia 06 de junho iniciou-se a distribuição dos alimentos indicados pela equipe de nutrição. Essa execução, como apontava Maria Novais, foi parcial, “pois apenas o almoço e o jantar começaram a obedecer ao cardápio apresentado” (Relatório..., 20/08/1943).

Havia ainda percalços relacionados à ausência dos alimentos exigidos para o cardápio do dia, como, por exemplo, o pão na refeição da manhã. A nutricionista explicava que

quanto à merenda, ainda não foi distribuída e por vários motivos. O principal é a falta de fogão para o preparo, pois a partir do dia 2, o existente foi ao chão, e passaram os cozinheiros a preparar toda a comida ao relento, em valas abertas para esse fim. Acresce que justamente nesses dias houve concentração de quase 1.000 homens no Pouso e o tempo como que a desafiar os cozinheiros esteve péssimo, chovendo sempre nas horas do preparo das refeições, fazendo com que as mesmas se retardassem e impedindo de se utilizarem camburões abertos. Por muitas vezes já se tem pedido tampas para o vasilhame; estas porém não veêm, a comida continua a ficar descoberta, exposta à poeira e ciscos do fogão e depois de pronta, ainda exposta, até a hora de ser servida (Relatório..., 20/08/1943).

Alimentar uma grande quantidade de trabalhadores nos pousos e hospedarias já se configurava como um desafio quando o espaço dedicado à cozinha funcionava adequadamente, mas tornava-se quase impossível diante da ausência itens básicos, como os fogões. Arelado a isto, a inexistência de instrumentos usados corriqueiramente como tampas e vasilhas poderiam proporcionar graves problemas no quesito higiene e saúde pública. Somente por estes motivos os trabalhadores já poderiam optar por se evadir das dependências do Pouso do Prado, tendo em vista que poderiam adoecer se alimentando com comidas expostas à poeira e contaminadas por insetos. Mas a nutricionista apontava em seu relatório outros problemas, relacionados à ínfima quantidade de ajudantes na cozinha, havendo em algumas ocasiões ausência de um cozinheiro prático, um cafeteiro e, pior, pessoas que permanecessem por vários dias trabalhando, pois eram

todos soldados da borracha, de passagem pelo serviço, não tendo o menor interesse em servir devidamente, pois sabem que de um dia para o outro seguirão para o Amazonas e nada mais terão que vêr com a cozinha. Os novos, escolhidos no momento, não tem sequer um período de adaptação, de estágio;

entram diretamente com a responsabilidade de preparar comida para 500 ou 1.000 homens, acarretando desordem na cozinha e conseqüentemente, comida mal cozida, mal preparada, às vezes queimada (pois não conhecem o fogão) e além disso ameaçados de demissão à primeira falta (Relatório..., 20/08/1943).

Maria Novais, ao relatar sobre a constante rotatividade no espaço da cozinha, que deveria corresponder ao período de permanência nas dependências do pouso – normalmente 8 dias para a realização de exames médicos – direcionava inicialmente suas críticas aos “soldados da borracha”, que, de acordo com a mesma, agiam com desinteresse ao realizarem suas funções. Mas ao longo da respectiva narrativa, aparentemente procurou amenizar suas desaprovações, informando que os homens contratados não passavam pelo período da adaptação para aprender a usar o fogão adequadamente e ainda eram ameaçados pelos responsáveis pela gestão do abrigo.

A nutricionista argumentava ainda que inexperiência dos trabalhadores na cozinha, sobrecarregados já que precisavam preparar diversas refeições com cardápios diferentes (cozinha geral e enfermaria), atrelado aos problemas no fogão ocasionava diversos atrasos no preparo do almoço e das demais refeições. A solução sugerida foi manter pelo menos um cozinheiro e um cafeteiro permanentemente. Os outros, mesmo que ficassem pouco tempo no abrigo, deveriam passar por um período de estágio de 8 dias na função para aprender o manejo dos alimentos. Sugestão que provavelmente não se efetivou, tendo em vista que este era o prazo estabelecido e desejado pelos agentes da migração para que os homens ficassem, antes de se deslocarem para os outros pousos.

Em meio a estes problemas, o SEMTA ainda precisava disputar a hegemonia no setor da migração interna com o SAVA e com o DNI. Como já demonstrado, a primeira agência realizava o deslocamento dos trabalhadores até a cidade de Belém. A partir dessa região o SAVA, que coincidentemente era administrado pelo diretor do DNI, Henrique Dória Vasconcelos, fazia o encaminhamento até os seringais amazônicos. A existência dessas duas agências fazendo a travessia das pessoas é percebida nos documentos como a responsável pela extinção do SEMTA em setembro de 1943. A partir desse período seria criada a Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), que se responsabilizaria pelo setor administrativo e financeiro. A parte da migração retornaria para o poder do DNI. De acordo com Morales, com a renovação dos acordos com os EUA em 31 de maio de 1943, o

DNI se articula para retornar sua anterior posição de hegemonia nos assuntos de ‘imigração’ do país e ser o parceiro na renovação do acordo com a fonte

financiadora. Com isso, reestabele a cláusula que dá ‘preferência ao encaminhamento de famílias nordestinas para a Amazônia’ (Morales, 2000, p.221).

Mas com a aproximação do final da guerra e as metas do Programa Migração frustradas - estima-se que em 1944 o DNI recrutou e deslocou o mesmo número do ano anterior, ou seja, um total de 6.431 trabalhadores, perfazendo “um total de 35.995 migrantes para todo o Programa” –, estipulou-se o mês de dezembro de 1944 para finalizar o recrutamento e o deslocamento dos migrantes até a Amazônia (Campos, 2006, p.160). Muitos pousos e hospedarias tiveram suas atividades encerradas antes disso, mas a Hospedaria Getúlio Vargas buscou no final dos anos de 1940 manter suas portas abertas com outras ações, abrigando uma diversidade de pessoas carentes do Ceará.

Nos primeiros meses de 1948 o governador do Ceará, Faustino de Albuquerque (1947-1951), no intuito de recolher os inúmeros sujeitos que circulavam na condição de mendigos por Fortaleza, reabriu as portas da hospedaria para que funcionasse um abrigo de mendicidade. O jornal *Correio da Manhã*, na edição de 14 de fevereiro de 1948, nos informava que

a Delegacia de Investigações e Capturas iniciou a identificação de todos os mendigos, desta capital, que perambulam, atualmente, pelas ruas da cidade implorando a caridade publica. Essa providência determinada pelo Secretário da Polícia e Segurança Pública, está relacionada com a próxima inauguração do alojamento para indigentes “Hospedaria Getúlio Vargas”, no bairro Alagadiço.

De conformidade com o que ficou acertado entre o ministro do Trabalho e o governo do Estado, todos os indigentes desta capital deverão ser encaminhados aquele estabelecimento (*Correio da manhã...*, 14/02/1948).

A preocupação das autoridades cearenses com a questão da mendicância na cidade de Fortaleza remonta à seca de 1877, quando levas de retirantes se deslocaram até a capital cearense em busca de auxílio governamental para conseguir trabalho, alimentos e/ou passagens para migrar. Diante do aumento significativo de miseráveis se deslocando pelas ruas, tornou-se necessário se organizar instituições para controlá-los e discipliná-los. Assim, entre o final do século XIX e início do século XX criaram o

Dispensa dos Pobres, Asilo de Mendicidade, Patrocínio dos Menores Pobres, Escola para Menores Pobres, Dispensário Infantil, Patronato de Maria

Auxiliadora para Moças Pobres, Asilo Bom Pastor (Araújo, 2000, p. 67).

Além do controle sobre os corpos desses sujeitos, havia a intenção de classificar os mendigos entre “verdadeiros” e “falsos”, ou seja, na concepção dos agentes do poder existiam aqueles que efetivamente não poderiam trabalhar e aqueles que fingiam alguma moléstia ou incapacidade física. Com um discurso em torno da eliminação da mendicância das grandes cidades do Ceará, Faustino de Albuquerque empreendeu sua campanha pelo governo estadual em 1946, afirmando que iria “limpar” a paisagem urbana, retirando das ruas os indesejáveis pela sociedade abastada. O governador contava ainda com o aval de reconhecidos médicos para legitimar o respectivo projeto. É importante salientar que havia uma grande expectativa com relação a este plano, pois “pela primeira vez, contava-se com o apoio direto do governo federal, mediante a cessão das instalações da Hospedaria Getúlio Vargas”. Assim,

todos os mendigos verdadeiros – (os incapacitados para o trabalho, porque os outros, os capazes, eram encaminhados à polícia) – ali seriam internados, ficando os hóspedes sob o controle do Departamento Nacional de Emigração, e o governo do estado, por intermédio da Secretaria de Polícia e Segurança Pública e do Departamento Estadual de Saúde Pública, responsável pela alimentação e assistência médica (Araújo, 2000, p. 80).

Apesar da grande expectativa de se transformar a Hospedaria Getúlio Vargas em um espaço para acolher os mendigos “verdadeiros” e, conseqüentemente, diminuir a quantidade de pessoas que perambulavam pelas ruas de Fortaleza, o projeto não logrou êxito. Somente na década de 1970, quando a hospedaria finalizou definitivamente suas atividades relacionados à migração dos nordestinos para diversas paragens do país, transformou-se em uma Unidade de Abrigo, sendo inaugurada em 1972, atrelada ao Serviço de Recuperação do Mendigo. Posteriormente, na década de 1980, o objetivo não era mais recuperar os mendigos sob uma perspectiva assistencialista, mas integrá-los à sociedade, transformando-se o Serviço de Recuperação em Centro de Reintegração Social. Dessa forma,

todo mendigo recolhido era submetido a uma profissionalização visando o mercado de consumo, que se aplicava a confecção de artefatos de tecidos – como colchas, almofadas, bolsas e sacolas – feitas com pontas cedidas aos mendigos no próprio Centro. E para aqueles egressos do interior, uma atividade especial que combinava com suas aptidões camponesas, qual seja, um projeto de horticultura na ampla área em torno do Centro, que o abasteceria, e cujo excedente seria levado para a comercialização (Araújo, 2000, p.105-106).

O projeto de reintegração dos mendigos, a partir da profissionalização dos mesmos, contudo, enfrentou diversos obstáculos, como, por exemplo, a questão relacionada à comercialização dos produtos produzidos por estes sujeitos no espaço que outrora existiu a Hospedaria Getúlio Vargas. Mas com a perspectiva de profissionalizar esse grupo de sujeitos que perambulavam nas ruas da cidade, o governo estadual buscou ampliar essas ações para outros grupos despossuídos, organizando-se a Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais (CAGES), que atendia cegos, presidiários custodiados, mendigos e migrantes. Estes últimos eram atendidos inicialmente em dois postos de atendimento, um localizado na Rodoviária de Fortaleza e o outro na Estação Ferroviária, localizada no centro de Fortaleza, sendo encaminhados posteriormente para o Centro de Reintegração Social, localizado na antiga hospedaria do DNI.

Entender as nuances dessas metamorfoses que o projeto original de acolhimento da Hospedaria Getúlio Vargas passou ao longo de três décadas de existência⁴⁶, abrigando inicialmente somente os trabalhadores em deslocamento para a Amazônia e posteriormente acolhendo outros sujeitos pobres da capital cearense, necessitaria de um espaço maior para o debate e a análise. Mas diante das próprias limitações da tese, devido principalmente ao recorte temporal escolhido (décadas de 1940 e 1950), a respectiva problemática, tão pertinente para se compreender a dinâmica de movimentação dessa população pobre em Fortaleza, assim como para se entender como estes migrantes e outros grupos excluídos se relacionavam, permanece como uma sugestão para pesquisas vindouras.

A partir das próximas linhas, concentramos a escrita da tese na análise sobre o deslocamento de nordestinos e, sobretudo, de cearenses para diversas paragens do país durante a década de 1950, entendendo como estes sujeitos que se direcionaram para a Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagens subsidiadas pelo governo federal e como durante o período de espera – que poderia ser bastante longo – se envolviam em movimentos de massa na cidade de Fortaleza, sendo protagonistas de diversas manifestações políticas e sociais.

⁴⁶ Estamos pensando em metamorfoses na perspectiva do antropólogo Gilberto Velho, que afirma que em todo projeto é possível ocorrer modificações a partir das influências do meio social em que está inserido.

4 OS MIGRANTES NORDESTINOS EM MOVIMENTO (S)

A Hospedaria Getúlio Vargas na década de 1950, em especial nos períodos de grande estiagem que atingiram o Nordeste (1951-1953 e 1958-1959), recebeu milhares de pessoas nas suas dependências que buscavam o alistamento para conseguir passagens subsidiadas pelo governo federal. A permanência naquele abrigo, à princípio, deveria ser breve, no máximo oito dias, para que as pessoas pudessem obter a documentação necessária para partir e receber as vacinas exigidas pelos agentes da migração. Observamos através da análise dos documentos, contudo, que esse tempo de espera extrapola demasiadamente, havendo casos recorrentes de sujeitos que permaneceram por meses aguardando a chegada de navios para poder se deslocar para diversas regiões do país.

Com isso, enfatizamos que naquele espaço de acolhimento federal os sujeitos em deslocamento construíram uma “história social da espera”. Ideia embasada nas pesquisas de Chrysostomo e Vidal, que afirmavam que nos recintos de hospedagem que abrigavam os imigrantes estrangeiros no Brasil⁴⁷, entre meados do século XIX e início do século XX, essa espera ocorria por diversos motivos, podendo ser de natureza técnica, administrativa, política ou mesmo climática. Durante estes momentos de espera forjavam “identidades em trânsito”, criando laços com outros indivíduos (Chrysostomo; Vidal, 2012, p.2).

A partir das próximas linhas, acompanhamos como muitos retirantes que buscaram abrigo na hospedaria em Fortaleza nos idos de 1950 criavam laços de solidariedade e identificação com outros sujeitos – operários, estudantes, jornalistas, políticos, entre outros –, lutavam por melhores condições de vida e participavam de movimentos sociais e/ou políticos. Durante o período de espera essas pessoas, além disso, movimentavam-se pelas ruas da capital cearense, envolvendo-se em revoltas, saques ou conseguiam trabalho em diversos serviços espalhados pela cidade.

⁴⁷ Os autores Chrysostomo e Vidal (2012), apesar de citarem diversas hospedarias que recebiam imigrantes estrangeiros entre meados do século XIX e início do século XX, tais como, a Outeiro (Belém), Horta Barbosa (Juiz de Fora) e Pinheiro (Rio de Janeiro), concentram a discussão em torno das hospedarias de imigrantes em São Paulo e da ilha de Flores (Rio de Janeiro).

4.1 Passeatas da Fome

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição (Castro, 2008, p. 225-226).

A fome extrema, tal como descreveu Josué de Castro⁴⁸ no livro “Geografia da Fome” (1946), era uma das principais motivações para que inúmeros nordestinos partissem de seus rincões de origem durante as estiagens que atingiram as localidades nordestinas, entre os idos de 1951-1953 e, sobretudo, em 1958. Mas a problemática a respeito da fome que atingia a população brasileira era analisada por Castro desde 1932, quando pesquisou sobre as condições de vida dos operários de Recife. Sua atuação na luta pela melhoria da alimentação da população foi intensificada em 1943 quando assumiu o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), que tinha o objetivo de fornecer orientação técnica para a produção agrícola e para a indústria de alimentos do país, sendo responsável por fortalecer a produção de alimentos no período que o Brasil se incluía entre os participantes da Segunda Guerra Mundial.

É importante ressaltar que durante o Estado Novo (1937-1945), outras instituições foram criadas no intuito de solucionar a problemática da fome entre os trabalhadores brasileiros, sendo o principal projeto o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado a partir do Decreto-Lei nº 2.478, de 05/08/1940 e atrelado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O SAPS tinha como propósito solucionar o problema da alimentação da classe operária, assumindo assim o Estado um papel preponderante nessa luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Para alcançar tal objetivo, criaram-se restaurantes populares, juntamente com armazéns de subsistência na cidade do Rio de Janeiro⁴⁹, com o

⁴⁸ Josué de Castro nasceu em Recife/PE em 1908. Formou-se em medicina, tendo iniciado o curso na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Especializou-se em nutrição, realizando uma ampla pesquisa sobre a alimentação e as condições de vida do operário recifense. Em 1943, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foi nomeado professor do curso de sanitistas do Departamento Nacional de Saúde, assumindo posteriormente o cargo de diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional. Em 1946 lançou o livro “Geografia da Fome”, cuja proposta era discutir sobre as precárias condições de vida que uma (grande) parcela da população brasileira encontrava-se, sobretudo, devido à fome. Na década de 1950 a temática da fome continuou sendo uma das suas pautas de luta, tendo em vista que em 1957, por exemplo, fundou a Associação Mundial de Luta Contra a Fome. Na impossibilidade de discutir mais profundamente sobre sua trajetória de luta contra a fome da população brasileira, indicamos como leitura a obra de Amorim (2016).

⁴⁹ É interessante mencionar que atrelados aos restaurantes e aos armazéns foram criadas também bibliotecas e

intuito de vender gêneros essenciais com baixo custo para a população.

Percebe-se, a partir da criação de instituições, que, na década de 1940, havia uma preocupação com políticas públicas direcionadas para a questão da alimentação do trabalhador brasileiro. Com isso, em 30 de abril de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.443, o SAPS foi autorizado a realizar cursos técnicos e profissionais relacionados à nutrição, realizando ainda ações educativas junto à população.

O respectivo decreto possibilitou que fossem organizados cursos de formação de técnicos em alimentação e nutrólogos no Rio de Janeiro e visitadoras da alimentação em Fortaleza e Belo Horizonte. Em Fortaleza, a Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith foi criada em 17 de agosto de 1944, localizando-se na rua Adriano Martins nº 436, no bairro Jacarecanga. Ao lado da escola, encontrava-se o restaurante do SAPS, na avenida Francisco Sá. A proposta da respectiva escola era preparar as mulheres para atuarem junto à população nas mudanças dos seus hábitos alimentares (Cidrack, 2011).

Durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1950 (1951-1954), outras ações foram realizadas tendo em vista a questão da regulamentação dos gêneros alimentícios. Em 1951 foi criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), através da Lei 1.522/1951, instituição atrelada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Possuía autonomia administrativa para intervir no âmbito econômico e assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo da população. Mas cada estado da federação possuía sua versão do órgão fiscalizador, sendo criada no Ceará, por exemplo, a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP).

Durante o ano de 1951, quando a seca grassava no Nordeste, foi criada ainda a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), cuja proposta foi lançada em outubro daquele como uma comissão de abastecimento exclusiva do Ceará, tendo em vista que este seria o estado mais atingido pela estiagem, de acordo com o periódico *Diário de Notícias*. Mas caso fosse autorizado pelo presidente Getúlio Vargas, a respectiva comissão poderia “beneficiar outras unidades federativas”, transformando-se assim em “Comissão do Abastecimento do Nordeste” (Será criada..., 27/10/1951, p.1).

Em novembro de 1951 foi instituída a CAN cujas propostas eram:

Art. 1º - fica criada a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), enquanto perdurarem os efeitos das sêcas no Nordeste do país.

discotecas populares, com o propósito de propiciar atividades voltadas para a música e para a leitura. Para entender melhor sobre o debate ver Evangelista (2012).

Art. 2º - compete à Comissão de Abastecimento do Nordeste promover, em regime de urgência, as medidas necessárias ao abastecimento especial da região nordestina assolada pela seca.

Art. 3º - as medidas tomadas pela Comissão de Abastecimento do Nordeste serão consideradas de caráter extraordinário, com prioridade especial, tendo em vista a situação de calamidade pública criada pelas secas.

Art. 4º - a Comissão de Abastecimento do Nordeste será composta de três membros, sendo um representante da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda, outro da Comissão de Marinha Mercante e o terceiro da Comissão Central de Preços, e funcionará sob a presidência do vice-presidente da Comissão Central de Preços.

Art. 5º - a Comissão de Abastecimento do Nordeste entrará imediatamente em entedimento com os Estados alcançados pela calamidade, para melhor entrosamento das medidas de amparo às populações necessitadas (Criada a comissão..., 04/11/1951, p.1).

Após a criação da CAN, estabeleceu-se que no final do mês de novembro de 1951 seriam enviados aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí “80 mil sacos de feijão, 20 mil sacos de arroz e de 1.000 fardos de charque [...]”. Além disso, seriam encaminhados com caráter de urgência “um grande carregamento de farinha de mandioca, diretamente do Rio Grande do Sul”, carne enlatada e leite em pó. Para obter estes últimos itens, o diretor da comissão, Benjamin Cabello, iria entrar em acordo com os “representantes dos frigoríficos locais” e com o “Departamento Nacional da Criança” (Remessa..., 15/11/1951, p.2). Os responsáveis pelo recebimento desses gêneros seriam os governadores, que se incumbiriam de distribuí-los entre as cidades de suas federações.

Enquanto o periódico *Diário de Notícias* – um jornal que buscava, desde o período do Estado Novo, ter uma produção editorial independente – lançava reportagens ora divulgando as benesses realizadas pela CAN, ora relatando as péssimas condições dos gêneros alimentícios enviados ao Nordeste, o jornal *Tribuna da Imprensa* – cujo diretor era Carlos Lacerda, ferrenho opositor do presidente Getúlio Vargas – trazia uma série de reportagens condenando as ações da CAN. Na matéria publicada no dia 16 de novembro de 1951 publicou a opinião do deputado federal Paulo Sarasate, eleito no Ceará pelo Partido da União Democrática Nacional (UDN), a respeito dessa comissão: “a Comissão de Abastecimento do Nordeste veio tarde [...]”. Para este político “ela devia ter sido criada nos primeiros meses da seca, para que a distorção dos esforços no setor de abastecimento não motivasse, como motivou, prejuízos e irregularidades” (Veio tarde..., 16/11/1951, p.3).

Apesar das críticas com relação ao atraso na criação da instituição, o deputado federal afirmou que “os primeiros passos da Comissão são animadores”. Para este o grande inimigo dessas ações de auxílio aos nordestinos era a burocracia. Restava descobrir se o envio

dos gêneros alimentícios não se colidiriam com “a nossa estonteante deorganização administrativa, com os empecilhos criados pelo regime de papelório, como se tem verificado em outros setores incumbidos de combate à seca” (Veio tarde..., 16/11/1951, p.3).

Outras reportagens do *Tribuna da Imprensa*, contudo, trazem comentários bem mais desfavoráveis a respeito da CAN. Na edição publicada em 11 de janeiro de 1952, por exemplo, afirmava-se que o governador da Paraíba, José Américo, estava “disposto a rejeitar as mercadorias enviadas pela Comissão de Abastecimento do Nordeste, para este Estado, dada a qualidade inferior dos produtos” (A Paraíba..., 11/01/1952, p.1). A respectiva remessa rejeitada pelo chefe do executivo estadual tinha sido a primeira a ser enviada para as localidades nordestinas. Assim, percebemos que houve um atraso bastante significativo entre a criação da comissão e a chegada dos gêneros alimentícios, de quase dois meses.

As instituições citadas acima, que buscavam solucionar os problemas relacionados à alimentação da população brasileira e, em caráter de urgência, fazer o abastecimento das regiões nordestinas que foram atingidas por mais uma estiagem, não solucionaram a problemática da fome no Brasil, pois diversas regiões do país enfrentavam crises de desabastecimento e carestia de alimentos. Ocorreram, inclusive, protestos populares em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Ceará. Como afirma Lourenço Neto,

desde pelo menos 1952 os jornais registram problemas de abastecimento envolvendo produtos importantes como carne, arroz, feijão, leite, trigo e até mesmo açúcar. Crises no abastecimento desses produtos parecem ter sido comuns por mais de dez anos, contudo, os períodos mais críticos, ou pelo menos aqueles em que reações populares foram mais visíveis são 1952, 1958, 1959 e 1962 (Neto, 2017, p. 3).

No Ceará, por exemplo, o jornal *Diário do Povo*, pertencente ao jornalista Jader de Carvalho⁵⁰ (opositor constante do governador do Ceará), denunciava o aumento constante dos produtos alimentícios. Em edição publicada em 22 de janeiro de 1952 o jornal trouxe um quadro com a elevação dos preços da cesta básica, que ocorreu em um intervalo de um ano, entre 1951 e 1952.

⁵⁰ Jader de Carvalho nasceu em 1901 em Quixadá/Ce. Era jornalista, romancista, professor e advogado. Fundou em 1947 o jornal *Diário do Povo*, que existiu até 1961, cujo objetivo era denunciar as ações dos políticos no Ceará.

Quadro 3. Elevação dos preços da cesta básica entre 1951 e 1952

Janeiro de 1951	Janeiro de 1952
Carne kg 10.00	Carne kg 16.00
Pão kg 5,50	Pão kg 7.50
Manteiga kg 40.00	Manteiga kg 70.00
Leite kg 3,50	Leite kg 4.40
Feijão kg 5.50	Feijão kg 7.00
Banha kg 16.00	Banha kg 26.00
Arroz kg 3.50	Arroz kg 6.00
Milho kg 2.00	Milho kg 3.00
Farinha kg 4.00	Farinha kg 6.00

Fonte: Jornal Diário do Povo, 22/01/1952.

O artigo jornalístico denunciava, ainda, que enquanto havia o acréscimo substancial de alguns produtos da cesta básica, o salário dos trabalhadores permanecia estático, sendo necessário ganhar o dobro ou o triplo para conseguir se alimentar adequadamente. Em 1952, o salário mínimo foi estabelecido em Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) e muitos funcionários do comércio foram demitidos, tendo em vista que os patrões se recusaram a pagar este valor aos empregados, como salienta Jucá (2003). Assim, mesmo com o aumento salarial em 1952, o valor total da cesta básica comprometia uma grande parte do salário do trabalhador cearense.

Em reportagem posterior, publicada no dia 31 de janeiro de 1952, o jornal *Diário do Povo*, além de tecer críticas à administração do governador Raul Barbosa (1951-1954) – classificando-o como indiferente aos problemas da população e o principal responsável pelo encarecimento dos produtos alimentícios – alertava sobre a subida vertiginosa de alguns itens da cesta básica e de outros setores da economia. Assim, em 1952, havia ocorrido aumento do açúcar, do leite, da carne, da manteiga, do feijão, do arroz, das passagens de ônibus, das frutas, entre outros. “E em alguns casos aumentos houve até 300%!”. Diante de tantos aumentos as pessoas resolveram protestar, sendo as manifestações dissolvidas pela Rádio Patrulha, a Cavalaria e a Polícia Militar, quando houve o “emprego de inomináveis violências” (Diário do Povo..., 31/01/1952).

Entre janeiro de 1951 e janeiro de 1954, enquanto os preços dos alimentos subiam vertiginosamente, houve somente um único reajuste salarial estabelecido em 1952. Alguns itens da cesta básica, inclusive, tiveram aumento superior a 100%, como é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 4. Elevação dos preços da cesta básica entre 1951 e 1954

Gêneros	Preços em 31-1-51	Preços em 31-1-54
Arroz	4,00	9,00
Batata inglesa	4,50	8,00
Café	31,90	47,00
carne	12,00	25,00
farinha	2,50	6,50
feijão	4,00	8,00
manteiga	32,00	60,00
Sabão	9,00	18,00

Fonte: Jornal O Democrata, 26 de março de 1954.

De acordo com Jucá, em 1954, o quilo da carne variava entre Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) e Cr\$ 35,00 (trinta e cinco cruzeiros), impossibilitando que o trabalhador tivesse acesso a esse alimento, já que sua diária era estipulada em Cr\$ 23,00 (vinte e três cruzeiros). Nesse período, o almoço, que era vendido no SAPS a Cr\$3,00 (três cruzeiros), passou para Cr\$10,00 (dez cruzeiros), gastando assim quase metade do valor recebido diariamente somente com esta refeição. “O restante teria que ser gasto com a alimentação da família e outras despesas” (Jucá, 2003, p.64).

Mas se para o trabalhador assalariado no Ceará a situação era complexa e os gastos com alimentação e outros aspectos cotidianos, entre 1951 e 1954, não condiziam com o valor recebido mensalmente, para a população do campo a situação era ainda mais insustentável. Além de enfrentarem um longo período de estiagem, que havia se iniciado em 1951, havia a constante exploração dos latifundiários e a ausência total de direitos trabalhistas – salário mínimo, obrigatoriedade da carteira profissional, fixação da jornada de trabalho, férias, entre outros. Com isso, muitos foram aqueles retirantes que tiveram que recorrer à migração no recorte temporal analisado, vislumbrando-a como uma perspectiva para se obter uma vida mais digna.

O deslocamento para Fortaleza, no início do ano de 1954, foi a alternativa encontrada por Dona Maria, o marido e os filhos, após um longo período de seca, saindo da cidade de Quixadá (sertão central do Ceará) até a Hospedaria Getúlio Vargas, trajeto de “40 léguas andando por esse sertão”, percorrido quase todo a pé, no “calcanhar”. A repórter Léa Sá

de Carvalho, da *Revista Momento Feminino*⁵¹, responsável pela reportagem que averiguava as denúncias contra o desvio das verbas da campanha “Ajuda teu irmão”⁵², ao indagar Dona Maria sobre os motivos do seu deslocamento, obteve a seguinte resposta:

ficar para quê? Há três anos e pouco não chove. Trabalhávamos na terra de um dono. Tínhamos que dar a ‘meia’. Aguentamos até o fim. Depois...não tinha mais ‘meia’ para dar...Vimos embora (Revista momento..., abril de 1954a, p. 6).

A ausência de esperança na fala de Dona Maria era o reflexo de anos de exploração no latifúndio, que obrigava sua família a dividir os produtos obtidos na agricultura com o proprietário da terra, no sistema da meação⁵³. Além disso, com o advento da estiagem, que havia se iniciado em 1951, não havia mais como repartir os proventos adquiridos da terra. Sem ter acesso à propriedade fundiária ou qualquer direito trabalhista, restou a migração como última alternativa na busca pela sobrevivência.

A saga de Dona Maria, porém, foi permeada de reveses. Ao chegar à Fortaleza encontrou as portas da Hospedaria Getúlio Vargas fechadas. Ao ser indagada pela repórter Léa Sá de Carvalho sobre o motivo de permanecer em frente ao abrigo federal, em cabanas de folhagem improvisadas, respondeu que “lugar tem, mas não deixam a gente entrar nem pra pegar água. Hoje meu marido trabalhou das três da noite até de manhã e então posso dar sopa para as crianças. Veja, só os ossos” (Revista momento..., abril de 1954a, p. 6).

Além de Dona Maria, outras mulheres foram ouvidas, ficando evidente que o periódico buscava destacar as falas das sertanejas. A jornalista registrou o depoimento, por exemplo, de Isaura Maia, proveniente de Limoeiro do Norte/Ce, com seus 10 filhos, mas dois haviam morrido. A mesma, porém, não lamentava tal infortúnio e não havia chorado “nem um pouco”, pois “foi melhor para eles. Sofrer o que sofremos não vale a pena. Veja aquela ali. Teve uma criança. Vá lá ver. A menina nasceu ali naquela igreja que estão construindo. Depois voltou pra cabana. Isso é vida pra criança?” (Revista momento..., abril de 1954a, p.6). A aparente

⁵¹ Revista fundada em 1947 por Arcelina Mochel, que exerceu o cargo de vereadora entre 1947 e 1948 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Distrito Federal/RJ. Aliás, a iniciativa de fundar a respectiva revista foi das mulheres ligadas ao PCB. Encerrou suas atividades em 1956, após alguns anos de crise.

⁵² Iremos analisar mais detalhadamente a campanha “Ajuda teu Irmão” no próximo capítulo da tese.

⁵³ De acordo com o historiador Tyrone Pontes Cândido, no campo somente uma pequena parcela dos trabalhadores agrícolas eram arrendatários, sendo bem mais comum o regime de parceria. Nesse sistema o proprietário era responsável por fornecer sementes e a terra, cabendo ao agricultor cuidar do roçado. Mas metade da colheita ficava com o dono da terra, por isso denominavam esse acordo de “meia” ou “meação”. Para entender melhor esse sistema ver Cândido (2019, p. 72).

insensibilidade diante da morte poderia ter chocado a repórter, assim como seus leitores, mas para estas mulheres acostumadas a conviver com perdas, provavelmente o sentimento fosse de alívio, pois aqueles que pereceram não sofreriam mais as mazelas da pobreza.

Diante de tantos depoimentos de sofrimento, a jornalista Léa Sá de Carvalho decidiu entrar na hospedaria e conferir por qual motivo aquelas famílias eram impedidas de adentrar ao abrigo.

Entramos. Lá dentro, um soldado e alguns homens. Os pavilhões vazios. Apenas o busto do sr. Getúlio Vargas. Um busto de pedra que nada ouve nem vê. Perguntamos por que não deixaram entrar as famílias. Cada um dava uma resposta, mas em resumo havia uma ordem do administrador, Sr. Oscar Façanha Bayma, para que nenhuma família de flagelados entrasse. E a ordem era taxativa. Não entra ninguém (Revista momento..., abril de 1954b, p. 7).

A justificativa para que a hospedaria permanecesse vazia era a ausência de repasse das verbas federais, problemática que foi recorrente durante os anos de 1950. Com isso, a responsável pela realização da reportagem afirmava que, diante da situação de miséria, fome, descaso, falta de trabalho e morte, a realização de revoltas e assaltos desses retirantes, exigindo comida, era justificada. Além disso, torcia para que estes “bandoleiros”, alcunha que ganhavam da sociedade elitizada ao realizarem os motins, se multiplicassem, pois “só por suas próprias forças conseguirão comida e trabalho” (Revista momento..., abril de 1954b, p. 7).

Percebemos que a reportagem realizada pela *Revista Momento Feminino* tinha um viés de protesto político, tendo em vista que deixava explícito aos leitores que os trabalhadores nordestinos deveriam lutar abertamente contra a opressão dos governantes. Um tipo de jornalismo que se configurava como exceção quando o assunto era a experiência dos sertanejos no abrigo de Fortaleza. O comum era a realização de matérias que instigasse apenas o lado caridoso das pessoas, emocionando-as. Assim ocorreu com as reportagens do jornal *Tribuna da Imprensa*, nas edições dos dias 02 e 11 de março de 1953.

O periódico trouxe a trágica história de Antônio Pereira do Nascimento, de 35 anos, que no início do mês de março de 1953 havia chegado à Hospedaria Getúlio Vargas após passar “10 dias sem comer e, agora, não consegue tragar o leite que lhe dão”. Assim, o corpo do sertanejo, após a fome extrema pelo qual passou, rejeitava qualquer alimento. Sua mãe, Maria Josefa do Nascimento, diante daquela cena não chorava, apenas olhava em “silêncio o filho que vai morrer”. Restava somente a lamentação e a aceitação (*Tribuna da imprensa...*, 02/03/1953, p.1).

Na edição do dia 12 de março de 1953, o jornal *Tribuna da Imprensa* informava que no dia anterior Antônio Pereira do Nascimento havia falecido, pois não conseguia “engolir a comida que lhe davam. A enfermeira, então, passou a injetar-lhe sôro mas não foi possível salvá-lo”. No atestado de óbito, declararam que Antônio morreu de “penúria física” (Morreu..., 12/03/1953, p.1). Apesar de não termos encontrado o atestado de óbito que comprovasse que o respectivo sertanejo pereceu devido à fome, relataremos ao longo da tese outros casos de pessoas que morreram devido à ausência de gêneros alimentícios naquela hospedaria, problema que atingia, sobretudo, as crianças.

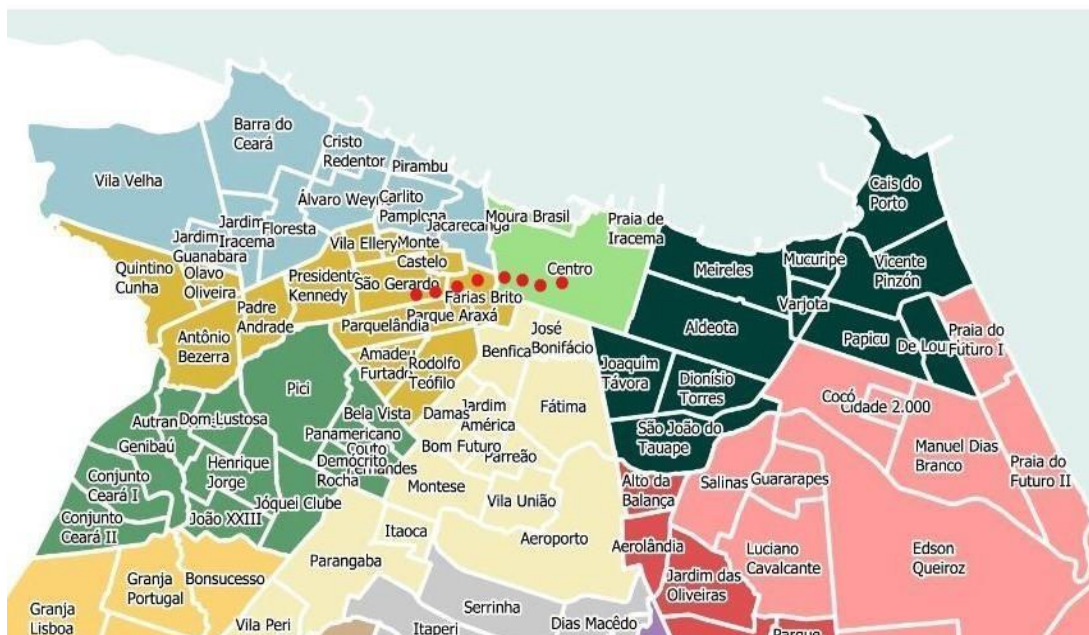
Foi o caso, por exemplo, da menina Marinete, de apenas dois anos de vida, que em abril de 1953 “morreu de fome”. Seus pais, Francisco e Francelina Vieira, vieram de Icó com os 4 filhos e encaminharam-se para a hospedaria com a “esperança de partir para a Amazônia ou para o sul do país”, mas a fome – que já havia ceifado a vida de Antônio Pereira do Nascimento e de outros migrantes – ceifou também a vida da filha Marinete (*Tribuna da imprensa...*, 23/04/1953).

Diante da fome extrema que as pessoas vivenciavam na Hospedaria Getúlio Vargas entre os anos de 1951 e 1954, assim como durante a estiagem de 1958, os migrantes rompendo o discurso de passividade que os políticos e outros sujeitos atribuíam aos mesmos, participaram e foram protagonistas de alguns movimentos sociais e políticos na cidade de Fortaleza. Os primeiros movimentos de protesto foram as passeatas da fome, cujo intuito era pressionar as autoridades governamentais por melhores condições de vida no recinto de hospedagem.

A primeira passeata organizada pelos migrantes da Hospedaria Getúlio Vargas ocorreu no dia 27 de março de 1951, quando uma leva de pessoas saiu da rua Olavo Bilac (antigamente bairro Alagadiço, hoje São Gerardo) caminhando em direção ao centro da cidade, tendo em vista que naquele espaço se localizava o Palácio do Governo, na rua Sena Madureira⁵⁴. A partir do mapa abaixo podemos visualizar a distância percorrida por estes sertanejos.

⁵⁴ Em alguns jornais e revistas – da década de 1950 – que consultamos, há a informação que a distância de 5 quilômetros entre o centro da cidade e a Hospedaria Getúlio Vargas se fosse feita através de automóvel era de aproximadamente 10 minutos. Caso o percurso fosse feito a pé demoraria aproximadamente 1 hora. Caminhar era a maneira usual da maioria dos abrigados para percorrer o trajeto entre o abrigo e a sede do governo estadual.

MAPA 2. Mapa da cidade de Fortaleza, 2022



Disponível em: <https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br>

O objetivo dos retirantes era solicitar ao governador Raul Barbosa que “fossem aproveitados em serviços de construção de estradas, no interior cearense”. Com a pressão da multidão houve uma negociação⁵⁵ entre os migrantes e os agentes do poder, sendo os primeiros alistados para trabalhar em “serviços de construção de estradas de rodagem, nos municípios de Pentecoste e Baturité”. Após o respectivo alistamento, retornaram às dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, para aguardar as “últimas determinações” (Retirantes desaparecidos..., 28/03/1951).

A reportagem do jornal *O Povo*⁵⁶ compareceu à hospedaria na manhã do dia 28 de março de 1951 para acompanhar o encaminhamento dos trabalhadores para o interior do Ceará. A equipe foi recebida pelo delegado regional do trabalho, Crisanto Pimentel, e pelo tenente Jacaúna Cordeiro, representante da 10ª Região Militar que estava incumbido de dirigir os trabalhos de locomoção dos retirantes. Mas quem deu uma entrevista ao periódico foi o delego do Ministério do Trabalho.

⁵⁵ Utilizamos o conceito de negociação que o historiador Frederico de Castro Neves aborda no livro *A multidão e a história*. O respectivo historiador defende que os retirantes perceberam ao longo do tempo e a partir de suas experiências com a seca que a pressão permanente sobre políticos, representantes de órgãos públicos e outros sujeitos era a melhor arma para ampliar o assistencialismo (Neves, 2000).

⁵⁶ O jornal *O Povo*, criado em 1928 pelo jornalista Demócrito Rocha, no período analisado neste recorte da tese, ou seja, entre os anos de 1951 e 1959, esteve sob a direção de Paulo Sarasate (1948 a 1968) havendo uma aproximação com a União Democrática Nacional (UDN), tendo em vista que Sarasate era filiado e elegeu-se como deputado federal por este partido. Assim, na sua linha editorial encontramos diversas críticas às ações do presidente Getúlio Vargas.

Ontem, após o regresso daqueles homens que aqui se encontravam sobre a minha orientação, fiz um levantamento dos que desejavam trabalhar em serviços de construção de estradas de rodagem, nos municípios de Pentecoste e Baturité. Todos demonstravam a melhor disposição e boa vontade nesse sentido. Diante disso, consenti que eles se dirigissem as mercearias e casas de parentes, a fim de ultimar os preparativos relacionados com a partida. Todavia para surpresa minha vi chegar a noite sem que grande parte dos flagelados retornassem a Hospedaria (Retirantes desaparecidos..., 28/03/1951).

Apesar da autorização do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para admitir 100 “operários na construção da irrigação do açude General Sampaio” e “mais 100 operários, notadamente os que possuem família, para empregarem os seus esforços na construção do açude de Pentecoste”, muitas pessoas, “aproximadamente 150” optaram por abandonar a hospedaria com receio que fossem obrigados a retornar para o interior do Ceará (Retirantes desaparecidos..., 28/03/1951).

A surpresa do delegado regional com o desaparecimento dos retirantes – que podem ter se deslocado para as residências dos familiares ou somente ficaram perambulando pelas ruas da cidade – mesclava-se com o receio de que estes sujeitos, que optaram por fugir, tivessem sido influenciados por “um movimento de rebeldia de insuflação partidária” e por “elementos interessados em tirar proveito da atual situação”. Apesar de Crisanto Pimentel não ter dito explicitamente quem eram esses elementos insufladores, subentende-se que fossem atrelados ao partido comunista. Um discurso que será recorrente nas fontes consultadas.

Outros jornais traziam em suas páginas a mesma teoria conspiratória sobre a interferência de agentes políticos na decisão dos migrantes de não retornarem às cidades do interior cearense, naquele dia de 28 de março de 1951. No periódico *Correio da Manhã* – que possuía uma linha editorial independente, conservadora e crítica ao governo de Getúlio Vargas –, por exemplo, trazia como manchete a seguinte informação: “CONTINUA A AGITAÇÃO COMUNISTA ENTRE OS FLAGELADOS CEARENSES” (Continua..., 30/03/1951, p.12). As letras garrafais evidenciaram quem eram os culpados por aqueles 150 retirantes terem fugido da hospedaria, os comunistas.

Assim, o jornal informava que aqueles sujeitos que estiveram com o governador Raul Barbosa no dia 27 de março

se recusaram a retornar ao sertão, insuflados talvez por elementos estranhos, fugindo da hospedaria. O diretor desta e o secretário da Polícia acreditam que os comunistas continuam agindo no seio dos flagelados, aproveitando a situação de miséria em que se encontram para pregar a revolta e a doutrina

bolchevista. Vários prefeitos do interior fazem também revelações nesse sentido, autorizando a crença de que um vasto plano de agitação vermelha está em execução no Ceará (Continua..., 30/03/1951, p.12).

Ao lermos a reportagem percebemos que os responsáveis pela mesma não tinham absoluta certeza sobre a influência dos comunistas no movimento de fuga dos retirantes, apesar do título da manchete ser enfático nesse sentido. Os que acreditavam nesse envolvimento eram o diretor da hospedaria e o secretário de polícia, que atribuíam essa grande influência à fome e à miséria pelo qual os migrantes passaram durante aquela estiagem de 1951, permitindo assim que os ideais comunistas, vindos da União Soviética, os manipulassem. Outros que também faziam tal acusação eram os chefes do executivo municipal, que relataram agitações semelhantes no interior cearense.

No artigo acadêmico escrito por Neves se torna evidente que a preocupação dos prefeitos do interior cearense tinha fundamento, tendo em vista que na cidade de Itapajé, em 1951, “um grupo de retirantes amotinados procura o carpinteiro José Ferreira de Melo, conhecido militante comunista local, para representá-los durante a ocupação do prédio da Prefeitura”. A solicitação foi feita por que os sertanejos afirmavam que não sabiam se expressar adequadamente, sendo necessário que José Ferreira fosse o representante junto às autoridades. Neves salienta ainda que esse tipo de conflito “fazia parte de um grande movimento de retirantes-camponeses por todo o meio-norte do Ceará, invadindo cidades e ameaçando mercados, durante a seca daqueles anos” (Neves, 2020, p. 169).

No âmbito nacional, vemos que houve uma radicalização da doutrina comunista a partir do ano de 1950 com a divulgação do Manifesto de Agosto⁵⁷, de autoria do PCB, no qual se determinava que para se encerrar a ditadura feudal-burguesa que governava o país seria necessário um governo democrático e popular, sob a direção do proletariado (Segatto, 2003). É importante evidenciar que o PCB seguia as orientações do Partido Comunista soviético. Assim, a disputa de ideais políticos que polarizou o mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial - colocando em lados opostos capitalistas e comunistas – também adentrou as terras cearenses.

Mas a provável intervenção comunista entre os sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas pode ter sido apenas um stratagema arquitetado pelos responsáveis pela migração e pela segurança pública junto à imprensa para minimizar o protagonismo dos

⁵⁷ O respectivo manifesto manteve sua posição sobre o país, que se iniciou com o Manifesto de Janeiro de 1948, no qual determinava-se que as causas da miséria e do atraso da economia brasileira ao monopólio da terra e aos resquícios do feudalismo, que impediam a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento das indústrias.

sertanejos. Apesar disso, acreditamos que essa recusa em retornar à hospedaria, assim como ao interior, pode se caracterizar como uma forma de resistência, tal como defende James Scott (2011). Um tipo de resistência sem uma confrontação coletiva e direta com os agentes do poder. As “armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder” eram a “relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação”, dentre outros (Scott, 2011, p. 219).

Assim, avalia-se que essa simulação, ao aceitar a proposta do governador Raul Barbosa para trabalhar nas estradas de rodagem no interior – fugindo em seguida da hospedaria e espalhando-se pela cidade de Fortaleza –, se configura como uma “resistência”. Nas páginas do jornal *O Povo* há a indicação de outro tipo de resistência, a relutância dos retirantes em se deslocar para os destinos escolhidos pelos responsáveis pelo abrigo federal. O delegado regional do trabalho, Crisanto Pimentel, afirmava que a maioria das pessoas continuava querendo e aguardando passagens para migrar para o “sul do país e principalmente para o Acre”, pois de acordo com os sertanejos as “possibilidades de estabilização econômica, no nosso sertão, são por demais remotas” (Retirantes desaparecidos...28/03/1951).

Como já citado, possivelmente a ausência de direitos trabalhistas no campo, tal como os trabalhadores urbanos possuíam (salário mínimo, férias e outros benefícios), a posse da terra nas mãos de grupos latifundiários, a dificuldade financeira de possuir uma pequena propriedade para plantar e criar animais, o trabalho baseado na meação – dividir parte da produção agrícola com o proprietário da terra –, atrelado às péssimas colheitas ocasionadas pela estiagem daquele período, possibilitaram a afirmação de que no interior a estabilização econômica seria distante para esses sujeitos.

Outro jornal que atribuiu explicitamente aos comunistas essa influência junto aos retirantes foi o *Jornal do Brasil*, periódico que desde o Estado Novo estava alinhado com as ideias de Getúlio Vargas. Aliás, trazia na mesma página da edição publicada no dia 31 de março de 1951 duas reportagens relatando a presença dos comunistas no país: uma no estado de Minas Gerais e a outra em Fortaleza. Quanto ao episódio ocorrido na capital cearense, se afirmou que mesmo havendo a intervenção dos “vermelhos” entre os “pacatos homens do campo”, incentivando-os a não aceitarem a proposta do governador de partirem para o campo pois “iriam passar fome e ficar completamente desamparados”, o plano não deu certo. No dia 30 de março, dois dias após a fuga, “centenas de retirantes que haviam abandonado a Hospedaria Getúlio Vargas retornaram às respectivas regiões, sendo conduzidos em viaturas do Exército” (Comandos...31/03/1951, p.9).

No segundo semestre de 1951 outras passeatas com o intuito de protestar contra as

péssimas condições de vida na Hospedaria Getúlio Vargas foram identificadas nas fontes consultadas. No dia 30 de agosto daquele ano, após o diretor do abrigo federal Othelino Alves informar aos abrigados que o embarque para a Amazônia havia sido cancelado, os migrantes resolveram fazer uma “Passeata da Fome”, indo até o Palácio do Governo solicitar ao governador Raul Barbosa providências para solucionar seus problemas. Percalços que estavam relacionados também e, sobretudo, à ausência de comida. De acordo com o diretor a situação era desesperadora há dias, pois a alimentação consistia somente de “feijão e farinha”, sendo oferecido no período da manhã pão aos adultos e, às crianças, leite (A situação..., 31/08/1951).

As palavras de Othelino Alves, transcritas pelo jornal *O Povo*, evidenciam uma tentativa de justificar a revolta dos abrigados, que, indignados perante a situação de penúria no qual se encontravam, pressionavam o governo para que houvesse melhorias na hospedaria. Era novamente o poder da negociação.

Ontem, afinal, rebentou a crise. Os trabalhadores queriam embarcar para a Amazônia, o que não era possível. As dezessete horas, ao regressar à Hospedaria, dei-lhes ciência do fato. Foi nessa ocasião que tive o meu gabinete ocupado pacificamente pelos trabalhadores. Pediram-me estes que eu concordasse com a Passeata até o Palácio. Ora, já não havia gêneros na Hospedaria para continuar alimentando os retirantes e o último almoço que lhes fora servido consistira apenas numa escassa ração de feijão. O recurso era ir mesmo a Palácio. Não pude impedir aquela marcha dos famintos (A situação..., 31/08/1951).

A *marcha dos famintos*, como denominou o diretor da hospedaria, realizou-se no final da tarde do dia 30 de agosto de 1951. Mas, diferentemente daquela primeira passeata realizada no começo do ano, esta foi noticiada ao presidente Getúlio Vargas, através do envio de um telegrama do vice-governador Stênio Gomes (governador em exercício naquela data devido à viagem de Raul Barbosa ao Rio de Janeiro). No documento, Gomes afirmava que a Hospedaria Getúlio Vargas se encontrava com um quantitativo de 1.231 pessoas em suas dependências, uma quantia superior ao máximo suportado por aquele recinto – 1.200 retirantes. Migrantes que aguardavam “trabalho” e embarque para os “Estados Norte (sic)” (Telegrama..., 31/08/1951).

Mas ao se esgotarem os gêneros alimentícios e cancelarem as passagens, informação confirmada pelos “próprios dirigentes” da instituição, os sertanejos saíram da “Hospedaria até Palácio Governo percorrendo centro cidade (sic)” em busca de “alimentos, trabalho, passagens Norte (sic)”. O governador em exercício afirmou ainda que aquelas pessoas ao se dirigirem ao Palácio do Governo receberam “imediatamente fornecimento comestíveis,

voltando multidão em atitude pacífica Hospedaria (sic)” (Telegrama..., 31/08/1951).

Para solucionar definitivamente a problemática da fome na hospedaria, Gomes rogava ao presidente Getúlio Vargas no intuito de que este determinasse ao Ministério do Trabalho, instituição responsável pelas hospedarias federais, “medidas urgentes sentido prover Hospedaria meios manter os flagelados ali se encontram (sic)” (Telegrama..., 31/08/1951). Com o fornecimento dos alimentos e das passagens, provavelmente, os migrantes não precisariam mais se deslocar até o Palácio do Governo. Apesar de serem considerados *pacíficos* e *pacatos* pela imprensa e pelos políticos, estes poderiam atemorizar a elite fortalezense, que desconhecia ou fingia desconhecer estes sujeitos abrigados e a situação de miséria na qual se encontravam.

Na impossibilidade do DNOCS e do governo do Ceará de empregar mais trabalhadores em suas obras públicas – tal como o açude Pentecoste –. Gomes apelou ao patriotismo do presidente Vargas no

sentido determinar início imediato outras obras públicas nas zonas mais atingidas pela seca a fim impedir êxodo e evitar crescente afluência flagelados para esta Capital, que já conta imensa legião famintos sem trabalho, ou seja providenciada fornecimento passagens para os que desejam emigrar Estados Norte ou Sul fugindo horrores da fome (sic) (Telegrama..., 31/08/1951).

Um aspecto da fala do vice-governador Stênio Gomes que é importante evidenciar era o temor que os nordestinos se direcionassem para a cidade de Fortaleza, engrossando assim a legião de esfomeados e mendigos já existentes na capital. Além disso, o aumento do quantitativo de pessoas significava um acréscimo dessa mão de obra excedente na urbe, podendo haver uma diminuição do salário no espaço urbano. De acordo com Rambo, esse êxodo rural “pressionava os salários urbanos para baixo”, ou seja, com o aumento da mão de obra disponível e, normalmente, sem qualificação, aumentava-se o quantitativo de pessoas dispostas a aceitar os trabalhos mais subalternos, desqualificados e menos remunerados (Rambo, 2019, p.5).

Com relação a essa passeata da fome realizada no dia 30 de agosto de 1951 e às ações do vice-governador Stênio Gomes descritas no telegrama acima, encontramos uma reportagem que evidenciava as contradições existentes na hospedaria que carregava o nome do presidente da República. O periódico *Diário do Povo* – de orientação comunista e crítico ferrenho do governo varguista e de Raul Barbosa – afirmava que “aproximadamente mil flagelados formaram na passeata macabra (sic)”. Macabra provavelmente porque estes e outras pessoas estavam há quatro dias sem comida na Hospedaria Getúlio Vargas, formando uma

verdadeira “legião de famintos” (Uma verdadeira...31/08/1951).

Ao chegarem ao Palácio do Governo os migrantes foram recebidos por Gomes, ouvindo que este desconhecia os problemas vivenciados pelas pessoas naquele recinto de hospedagem. Para justificar tal alegação, afirmava que a instituição era de jurisdição federal. Tal afirmação, porém, pode ser questionada tendo em vista que o governador Raul Barbosa se encontrava naquele período (agosto de 1951) no Rio de Janeiro, buscando providências junto ao Ministro do Trabalho, Danton Coelho, para resolver as dificuldades enfrentadas pelo Estado do Ceará durante a seca. Stênio Gomes, contudo, comprometeu-se em ajudar os sertanejos, tomando as medidas necessárias para que “ninguém morresse de inanição” (Uma verdadeira..., 31/08/1951).

Na respectiva reportagem, o diretor da hospedaria, Othelino Alves, ao ser entrevistado pelo jornal *Diário do Povo* justificava que a fome grassava por se haver esgotado “todos os meios possíveis para conseguir alimento, tendo o mesmo pedido feijão emprestado no comércio”, não obtendo êxito nessa negociação (Uma verdadeira...31/08/1951). Apesar de não termos encontrado dados sobre a produção desse grão durante o ano de 1951, acreditamos que a estiagem prejudicou de sobremaneira a produção desse gênero alimentício. Não é à toa que instituições reguladoras dos preços foram criadas nesse mesmo ano, como a COFAP e COAP, para controlar o valor desse e de outros produtos no mercado interno do país.

Mas, além da dificuldade de se obter alimentos por causa da irregularidade das chuvas, havia também o descrédito que a hospedaria tinha junto aos comerciantes locais, tendo em vista que havia débitos da instituição com o comércio, ficando inviável adquirir provisões para alimentar os retirantes. A grande coincidência nesse episódio de descaso do governo federal com o envio de verbas para a manutenção daquele recinto é que a “Hospedaria tem o nome de Getúlio Vargas – o pai dos pobres...” (Uma verdadeira..., 31/08/1951). Com a irônica frase, a reportagem apontava o principal culpado – o presidente Getúlio Vargas – pela situação de miséria no qual se encontravam as pessoas naquele espaço de acolhimento.

A organização dessa passeata e os problemas envolvendo a hospedaria, contudo, aparentemente preocuparam o presidente Getúlio Vargas, já que o então Ministro do Trabalho, Danton Coelho, enviou uma carta⁵⁸ para o chefe do Gabinete Civil, Lourival Fontes, explicando a situação desse recinto. Para Danton Coelho, parecia-lhe “que o Presidente está interessado no caso” (Carta do ministro..., 05/09/1951). E, junto à carta, o ministro anexou seu pedido de

⁵⁸ A carta sobre a hospedaria, infelizmente, não se encontra mais anexa com os outros documentos na página do CPDOC/FGV. Sendo assim, não sabemos quais problemas foram expostos para o presidente Getúlio Vargas.

demissão do cargo. Teriam os problemas ocorridos na hospedaria alguma relação com o pedido de demissão do ministro? De acordo com Celina Araújo (1982), Danton Coelho foi um elemento importante nas articulações da candidatura à presidência e da vitória de Vargas – segundo governo, de 1951 a 1954. Essa afirmativa ganha respaldo ao analisarmos a resposta de Getúlio Vargas ao pedido de demissão:

Uma velha amizade nos une, nascida de um longo e íntimo convívio, e robustecida ainda nas provocações do ostracismo que partilhamos, e hoje nos ligam para sempre as recordações comuns da árdua e gloriosa campanha eleitoral que juntos empreendemos, e cuja vitória foi devida em grande parte aos seus incansáveis esforços e à sua esclarecida visão política (Carta do ministro..., 05/09/1951).

A *velha amizade*, porém, começou a ruir quando, em junho de 1951, Danton Coelho foi afastado da presidência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo o cargo Dinarte Dornelles. A partir de diversas divergências entre Coelho e Dornelles dentro do PTB, Danton Coelho acusou Vargas de lhe impor derrotas sucessivas. É interessante ressaltar que há um certo consenso na produção acadêmica que analisa o segundo governo de Getúlio Vargas em afirmar que, neste primeiro momento do comando governista – entre 1951 e meados de 1953 –, houve uma política de conciliação com os setores conservadores em detrimento dos “interesses da indústria, do nacionalismo e do trabalhismo” (Araújo, 1982, p.18). Assim, ao entregar a carta expondo os problemas envolvendo a Hospedaria Getúlio Vargas – uma instituição gerenciada pelo Ministério do Trabalho – Danton Coelho encontrou a oportunidade ideal para entregar o cargo de ministro, sendo “um dia feliz para muita gente...” (Carta do ministro..., 05/09/1951).

Após essa manifestação política e social dos migrantes ocorrida no dia 30 de agosto, outra ocorreu e em uma data bastante emblemática, 07 de setembro de 1951. O periódico *O Democrata*⁵⁹ - órgão oficial de comunicação do PCB no Ceará – informou que, antes do desfile militar celebrado naquele dia na cidade de Fortaleza, houve uma “passeata da fome”, realizada por centenas de pessoas que estavam abrigadas na Hospedaria Getúlio Vargas. O motivo de tal rebeldia? Desde o dia anterior (06 de setembro), as pessoas naquele abrigo não comiam, pois não havia “um grão de feijão ou outro qualquer alimento”. O periódico afirmava que estes retirantes aguentaram dormir com fome, mas ao amanhecer “resolveram exigir alimentos”

⁵⁹ O jornal *O Democrata* foi comprado pelo PCB em 1945, que passou a circular diariamente a partir de março de 1946, funcionando até 1958. Ao longo da sua existência publicou diversas reportagens sobre as lutas sindicais no Ceará, assim como sobre os pleitos eleitorais.

(Antes..., 08/09/1951).

Percorreram o mesmo trajeto, saindo da rua Olavo Bilac em direção ao centro da cidade. Apesar do jornal afirmar que a reação dos retirantes foi algo como uma “visão espasmódica” (Thompson, 1998), ou seja, foram impulsionados por um quesito fisiológico (a fome), nessa passeata em específico houve um diferencial das outras, aparentemente foi organizada e antecipadamente preparada, tendo em vista que as pessoas fizeram toda a travessia carregando “numerosos cartazes em que a situação era descrita em eloquentes dísticos” (Antes..., 08/09/1951). Frases que denunciavam a situação de miséria no qual se encontravam na Hospedaria Getúlio Vargas, se destacando a fome, como é possível observar a partir da imagem abaixo.

Figura 11. Foto sobre a Passeata da Fome, 1951⁶⁰



Fonte: FGV/ foto 231.

A partir da análise da imagem acima, podemos inferir que houve uma preparação anterior ao dia 07 de setembro para a realização dessa passeata da fome, pois seria necessário

⁶⁰ Na página do acervo da CPDOC/FGV consta que a data de produção da foto foi 1952, mas não há nenhum registro nos periódicos ou em outros documentos da realização de alguma passeata no respectivo ano de 1952. Consideramos dessa forma que houve um equívoco com relação a data, já que essa é a mesma passeata noticiada pelos jornais O Povo e O Democrata, de 08 de setembro de 1951.

algum tempo para a produção dos respectivos cartazes. Mas quem teria os financiado? Uma questão que não conseguimos responder através da pesquisa nas fontes disponíveis. Outra pergunta que não conseguimos encontrar resposta estava relacionada à autoria da fotografia, pois na página oficial do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há qualquer indício sobre isso⁶¹. Assim, deduzimos que os próprios agentes responsáveis pela migração dos retirantes produziram essa imagem, com um objetivo bem específico: mostrar a passividade dos sujeitos alocados na Hospedaria Getúlio Vargas.

A fotografia, em uma pose aparentemente ensaiada e tirada em um contexto que não representava o momento “real” da manifestação, mostrava o perfil de quem participava dessas passeatas da fome, sendo as mesmas formadas majoritariamente por homens – conseguimos identificar apenas uma mulher na imagem acima –, alguns deles pretos, e algumas crianças, quase todas descalças. As razões para que as mulheres permanecessem na hospedaria poderiam ser o cuidado com as crianças pequenas ou mesmo o medo de que houvesse alguma espécie de represália contra os manifestantes, tais como espancamentos e prisões.

O jornal *O Povo* trouxe também algumas informações sobre a respectiva passeata, em uma pequena reportagem, no qual relatou que “mil e tantos cearenses” percorreram na manhã do dia 07 de setembro diversas ruas de Fortaleza antes de chegar ao palácio da Luz (sede do governo) “numa verdadeira demonstração de miséria e de depauperamento físico em que se encontram (sic)”. Uma informação que efetivamente não condiz com a fotografia acima, pois as pessoas retratadas, apesar de maltrapilhas, não se encontravam em uma situação de esgotamento físico. Além disso, tal como o periódico *O Democrata*, o jornal *O Povo* também relatou que os retirantes estavam “empunhando grandes dísticos, dentre estes A passeata da fome dos emigrantes da Hospedaria ‘Getulio Vargas’, aqueles nossos infelizes contrerrâneos mostraram ao público a situação em que se encontram.” (Nova..., 08/09/1951).

Retornando à reportagem do jornal *O Democrata* do dia 08 de setembro de 1951, houve a denúncia de que os abrigados da hospedaria e as pessoas do interior cearense passavam fome devido ao fato do periódico *Gazeta de Notícias* – que se intitulava o jornal independente do Ceará, mas que tinha uma tendência ao governo de Vargas – esconder em sua sede “a farinha

⁶¹ A fotografia possivelmente tenha relação com uma nota comunicando que o Governador do Ceará, Raul Barbosa, procurou o Ministro do Trabalho para informá-lo sobre o que ocorreu com os retirantes da Hospedaria Getúlio Vargas no dia 07 de setembro de 1951. Na respectiva nota, que encontra-se no site do CPDOC/FGV, consta que há uma foto como anexo, mas ao abriremos o documento não encontramos a respectiva imagem. Assim, inferimos que esta fotografia exposta acima seja a mesma citada no documento do governador.

e o feijão”, assim como “outros depósitos clandestinos espalhados pela cidade”, havendo assim um desvio dos gêneros alimentícios (Antes..., 08/09/1951). Mas para o periódico o grande responsável por este extravio de comida seria o governador Raul Barbosa.

Na concepção do jornal *O Democrata* havia, porém, uma esperança para a luta dos retirantes abrigados na hospedaria, pois estes “estão aprendendo a lutar em defesa dos seus direitos. Ontem foi uma passeata para denunciar a fome, amanhã eles realizarão movimentos muito mais vastos para acabar com a fome” (Antes..., 08/09/1951). Um movimento de contestação que nos remete, com as devidas proporções, ao Grito dos Excluídos e Excluídas⁶² criado posteriormente em 1995, que visava dar voz aqueles excluídos pela sociedade capitalista e elitista, contrapondo-se ao Grito do Ipiranga de 1822.

Acreditamos que a escolha da data de 07 de setembro naquele ano de 1951 também não foi aleatória. Ocorrer uma manifestação nesse dia específico e antes do desfile militar de Fortaleza daria uma maior visibilidade às causas dos retirantes. Ao analisarmos uma nota comunicando que o governador do Ceará, Raul Barbosa – que no período encontrava-se no Rio de Janeiro – procurou o novo Ministro do Trabalho, José de Segadas Viana, para relatar sobre o problema na hospedaria percebemos que havia uma preocupação com as ações empreendidas pelos migrantes na capital cearense. Neste comunicado, Barbosa denunciava que os “retirantes que se encontram na Hospedaria Getúlio Vargas tentaram fazer dia 7 de setembro uma ‘parada da fome’ antes do desfile militar (Nota..., 1951).

Mas diante da ousadia de organizar uma manifestação em pleno 07 de setembro era preciso encontrar os culpados e puni-los. E quem seriam os culpados, os trabalhadores migrantes? Na concepção do governador, da imprensa e dos agentes da migração a resposta era negativa. A fotografia tirada com os retirantes que participaram da passeata – que acreditamos estar relacionada à nota do governador – mostrava uma multidão pacífica. Na concepção do respectivo político a culpa por organizar e talvez financiar essa *parada da fome* no dia do desfile militar seria da “infiltração comunista”, ou seja, do PCB. Outro culpado seria Othelino Alves, diretor da hospedaria, que estaria “fomentando agitações com sua inércia proposital” (Nota..., 1951). E, como não seria possível punir os comunistas diretamente, a culpa foi direcionada para o diretor, perdendo posteriormente o cargo e sendo substituído por Reynaldo Toledo Lopes, indicado das forças militares.

⁶² Foi criado em 1995, a partir da iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Igreja Católica. Tinha como proposta levar às ruas as vozes e gritos daqueles sujeitos excluídos da sociedade, fossem localizados no campo ou na cidade. A data escolhida foi o 7 de setembro para se contrapor ao Grito da Independência, referência à independência do Brasil em 1822.

Apesar de tentarem expor, através de palavras e de imagens, uma passividade dos retirantes nesses movimentos sociais, se entende que essas passeatas da fome causaram bastante impacto entre os agentes do poder no Ceará e do governo federal. Com isso, resoluções foram tomadas pelo presidente Getúlio Vargas que visavam solucionar rapidamente os problemas existentes na hospedaria. Em 11 de setembro de 1951, o vice governador, Stênio Gomes, recebeu um telegrama do governador Raul Barbosa que encontrava-se no Rio de Janeiro, com a seguinte mensagem:

acabo conferenciar Presidente Vargas, que determinou suprimento hospedaria para atender situação quantos ali se encontram. Departamento Imigração autorizou hoje 491 passagens Manaus, 229 Belem, 38 Rio e onze São Luiz, esclarecendo à remeteu Hospedaria com mil cruzeiros suprimento tendo solicitado Ministro do Trabalho mais trezentos mil cruzeiros mesmo fim. Presidente Vargas declarou-me ainda ter recomendado imediato inicio açudes e rodovias programados, assegurando-me autorizará amanhã Ministro da Fazenda entregar recursos Ceará parcelas mensais até dezembro para custear novas obras locais emergência. Dr Geraldo Nogueira regressado autorizado iniciar rodovias, inclusive Itapipoca Acaraú. Presidente atendendo todo empenho nossos apelos. Abraços – Raul Barbosa (sic). (Determinados..., 12/09/1951).

O telegrama, que foi publicizado pelo jornal *O Povo* no dia 12 de setembro de 1951, dizia respeito tanto às ações que seriam destinadas aos retirantes alocados na Hospedaria Getúlio Vargas, tais como a concessão de passagens para diversas regiões do país e o envio de verbas para a compra de gêneros alimentícios, assim como para as obras públicas que seriam iniciadas no Ceará, como açudes e rodovias. O propósito dessas obras de emergência era “absorver flagelados (sic)” (Determinados..., 12/09/1951).

Percebe-se que a pressão que esses migrantes empreenderam sobre essas autoridades governamentais, a partir da realização dessas passeatas da fome, proporcionou uma negociação entre esses sujeitos, podendo representar melhorias nas condições de vida na hospedaria enquanto aguardavam o embarque para outros lugares do país ou eram alocados em obras pelo interior do Ceará. Os recursos para a compra de alimentos e de passagens, contudo, não foram liberados imediatamente. Um mês após o envio do telegrama do governador Raul Barbosa, encontravam-se na hospedaria aproximadamente 1.600 pessoas – o limite máximo era 1.200 – à espera de embarque para a região amazônica ou para outras regiões do país. A alimentação era basicamente “feijão d’água no sal”. Às crianças, era destinada “uma magra sopa de cenouras, pela manhã e à tarde” (*O Povo*..., 12/10/1951). A burocracia era apontada como a

grande culpada pela fome e miséria.

Uma burocracia que era culpada por obstruir o início das obras públicas no Ceará, assim como o envio da verba para a compra dos gêneros alimentícios. E muitos retirantes naquele ano de 1951 permaneciam aguardando qualquer auxílio governamental e às vezes esperavam “dois, três, quatro ou cinco meses, as mais duras privações...”. Foi o caso, por exemplo, do sertanejo Manoel Nogueira da Silva que em setembro de 1951 se deslocou da cidade de Pedra Branca, no Sertão Central, junto com mais 21 pessoas, “inclusive 6 crianças e uma de apenas dois meses de idade”. Como a hospedaria se encontrava acima da sua capacidade máxima, o Sr. Manoel Nogueira foi impedido de entrar nas dependências do abrigo federal e estava “morando debaixo de um cajueiro há mais de um mês”. O jornal *O Povo* alertava aos leitores que após “passado todo esse tempo, quando o dinheiro ou o cereal que trouxeram já se acabaram, eles estão sem ter para quem apelar, porque ninguém lhes ouve” (*O Povo...*, 12/10/1951).

Nos anos seguintes, a fome continuou sendo uma das problemáticas mais preocupantes da Hospedaria Getúlio Vargas, sendo constantes as reportagens relatando e denunciando a morte de retirantes, sobretudo, de crianças devido à ausência de alimentos naquele abrigo federal. Assim, lutar contra a carestia e uma melhor alimentação da população brasileira foi um dos objetivos da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM), cuja solenidade de abertura ocorreu em setembro de 1957 no auditório do Ministério de Educação e Cultura, na cidade do Rio de Janeiro. Era a solenidade de instituição da seção brasileira, já que a ASCOFAM foi criada em 18 de março daquele ano em Genebra/Suíça, por um grupo de intelectuais e artistas.

Na solenidade de abertura da ASCOFAM no Brasil pronunciaram-se, entre outros participantes, Osvaldo Aranha (presidente da ASCOFAM) e Josué de Castro, principal articulador da criação dessa associação no Brasil. Em 1958 essa instituição realizou diversas ações em prol dos nordestinos atingidos pela estiagem, realizando o I Seminário de Desnutrição e Endemias do Nordeste Brasileiro, em Garanhuns/PE, entre os dias 18 e 21 de junho daquele ano. O evento teve a participação de diversas entidades nacionais, tais como o Departamento Nacional de Endemias Rurais, Comissão Nacional de Nutrição e Legião Brasileira de Assistência. Após o evento, uma carta foi produzida por Josué de Castro e entregue ao presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961) qual concluía que

a fome se apresenta como constante no quadro geral das condições de vida das populações nordestinas e que a situação econômica-social decorrente de graves erros acumulados é a grande responsável pela deficiência alimentar

reinante [...]. Que todo esforço sanitário empreendido não será capaz de erradicar a grande maioria das endemias reinantes, sem que a estrutura econômica-social da região e seus hábitos alimentares sejam modificados (Lira, 2018, p.161).

Na concepção de Josué de Castro, a luta contra a fome era também uma luta contra a concentração de terras pelos latifundiários. Enquanto não houvesse uma reforma agrária, a fome e a deficiência alimentar seriam uma constante na vida da população nordestina. Uma conclusão que se pautava em anos de observação, análises e debates em torno da questão da má alimentação do trabalhador brasileiro. E uma dessas observações foi realizada em visita à Hospedaria Getúlio Vargas em 12 de maio de 1958. Ao final da visita aos abrigados na hospedaria e àqueles que se encontravam nos terrenos baldios próximos ao recinto de hospedagem, diante de cenas de penúria extrema, Castro afirmou que tal situação “só se vê na Índia” e que “a miséria agora é muito maior que a de 32” (Diário da noite..., 13/05/1958, p.5).

Durante o ano de 1958, a situação na Hospedaria Getúlio Vargas era alarmante. Em um espaço que poderia abrigar 1.200 pessoas chegou a ter mais de 10 mil em junho daquele ano. Assim, propagavam-se nesse abrigo a fome, diversos tipos de doenças e péssimas condições sanitárias. Os jornais denunciavam constantemente os percalços vividos pelos retirantes, tal como o periódico *Tribuna do Ceará* – criado pelo empresário Augusto Sancho com o propósito de dar espaço para os empresários na imprensa cearense – com a seguinte manchete: “Três Crianças Morreram de fome”. Na reportagem se afirmou que as pessoas são “vítimas de uma situação aflitiva e que mais e mais se agrava, morreram, de sexta-feira para sábado passado [...] três pequenas crianças” (Três crianças..., 28/04/1958).

Imagens também eram publicadas na imprensa cuja temática era a fome, mas com uma frequência menor. Eram fotografias que visavam “tornar tais sofrimentos visíveis a pessoas que até então estavam distantes deste olhar” (Barcelos, 2013, p.6). Ou como salienta Sontag “as fotos são meios de tornar ‘real’ (ou mais ‘real’) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar” (Sontag, 2003, p.20). As ilustrações seriam assim uma representação do *real* e uma exibição da dor e do sofrimento daqueles sujeitos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, que seriam levados pelas páginas dos periódicos para toda a população cearense, inúmeras vezes alheia ao que acontecia naquele recinto.

Ao estampar a imagem do menino Antônio na página principal do jornal *Unitário* em edição de 16 de dezembro de 1958, o propósito do periódico era impressionar seus leitores com a *real* situação de penúria física no qual se encontrava a criança e exhibir à sociedade

abastada de Fortaleza aquilo que essa fingia não enxergar. Apesar do respectivo periódico apoiar as ações do governo federal, a matéria tinha o objetivo de expor as mazelas da criança, assim como de outros sujeitos, e instigar o lado caridoso dos fortalezenses.

Figura 12. Fotografia do menino Antônio

UNITARIO
ORGÃO DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS"
FUNDADO A 8 DE ABRIL DE 1903 POR JOÃO BRIGIDO
FORTALEZA — 3a-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1958

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGS.
PREÇO: CR\$ 3,00

ANO LIV

Boas chuvas em vários pontos do sertão cearense
Aguaceiro sobre o município de Quixadá

Novas notícias da chuva estão chegando a Fortaleza. Deixando a vista as precipitações, porém, mostra alívio em relação ao sertão, tendo chegado abundantemente ao município de Quixadá, em condições de fazer aqui nas próximas, sendo que se espera crescer também em outros locais.

Essa informação foi dada ao conhecimento de UNITARIO pelo sr. Antônio Mendes, proprietário do município de Quixadá, mostrando que se encontra recentemente em terras de Quixadá, como se sabe, é uma região localizada no interior do Estado, e por isso que se sabe que a chuva ali cai com grande regularidade, sendo que se espera crescer também em outros locais.

No Ceará, as chuvas voltaram também a cair. Além das precipitações de chuva, já foram ali aliadas com a queda de um nevoeiro aguaceiro.

Segundo a reportagem de São Paulo, ontem, chegou ao Ceará, em Fortaleza, a forte e chuvosa neblina. O tempo está muito mais quente, evidenciando que o tempo está mudando novamente.

"Caminho sem horizonte" esta semana em todas as livrarias de Fortaleza
grande interesse pelo novo livro de Artur Eduardo Benevides

Numa bem cuidada edição, CLIA, acaba de aparecer o anunciado livro de Artur Eduardo Benevides — "Caminho sem horizonte" — que todo indica, na próxima semana, na Livraria Renascença, e numa tarde de autógrafos, patrocinada, pelo

NOVO SALÁRIO: TRABALHADORES QUEREM CR\$4.000,00
INSUFICIENTES OS 3.200 FIXADOS PELA PREVIDÊNCIA DO TRABALHO
Esta semana a última palavra da Comissão

Em Fortaleza e em todo o país esta é a semana decisiva para a fixação definitiva das bases do novo salário mínimo. Na Rio, as federações de trabalhadores da indústria e do comércio estão atentas, todas elas, ao cumprimento da promessa do presidente Juscelino Kubitschek, de que prometeria a nova lei de salário mínimo, imperfeitamente, até o Natal, ou seja, antes de quarta-feira da próxima semana.

ENCONTRO COM OS PRESIDENTES DE COMISSÕES

Já regressou do Rio o sr. Vital Felix de Sousa, presidente da comissão de salário mínimo do Ceará, composta, como em todos os Estados, de representantes de empregados e empregadores. O sr. Vital Felix foi participar de reuniões dos presidentes de comissões de salário mínimo de todo o Brasil com o presidente Juscelino Kubitschek, a fim de combinar detalhes finais em torno da questão de salário mínimo, atendendo portanto às necessidades dos trabalhadores, tremendamente pressionados pela onda de carestia.

MENOS DE QUATRO MIL NÃO BASTAM

Quanto ao salário mínimo que deverá vigorar neste Estado, sabe-se que, pelas conclusões

das das estatísticas procedidas pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, deveria ser de 3.200 cruzeiros. Entretanto, os sindicatos locais não se conformam com essa base, considerando-a absolutamente insuficiente e mesmo insustentável, face ao encarecimento espetacular do custo de vida.

Por isso os trabalhadores vão exigir, através de seus representantes na Comissão, órgão ao qual caberá dar a última palavra, um mínimo de quatro mil cruzeiros, indispensável a que os trabalhadores possam manter um padrão de vida compatível com sua dignidade humana.

Será fundada a Associação Cearense de Magistrados

Cuma tivemos essa oportunidade, haverá ser fundada, no próximo sábado, a Associação de Magistrados. A referida entidade entregará ao desembargador e Juiz de Direito em atividades judiciais, apresentadas, ou em disponibilidade.

A comissão organizada na Associação cearense, por isso, é formada, todos os magistrados cearenses a se fazerem presentes ao dia 20 do futuro, ou 14 de março, nos salões do Palácio da Justiça do Estado a fim de

Deputados insistirão pela convocação extraordinária da Assembleia em 59
Apenas um recuo temporário

Os deputados petristas, na manhã de ontem, a requerimento, a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa, em sessão extraordinária, em 59 de dezembro. O requerimento foi contra o qual os deputados petristas insistiram, a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa, em 59 de dezembro. O requerimento foi contra o qual os deputados petristas insistiram, a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa, em 59 de dezembro.

"SUPER-H-CONSTELLATION" DA REAL CHEGARÁ AMANHÃ A FORTALEZA
O mais moderno e confortável avião comercial do mundo na linha norte-sul

Inaugurando nova linha entre as principais capitais do Norte e Nordeste, chegará amanhã à Fortaleza o Super-H-Constellation da Real Aerovias, constituindo o acontecimento um fato marcante na história da aviação comercial do país. A poderosa e confortável aeronave partirá hoje no Recife, devendo chegar em nossa capital, amanhã, às 11 horas. Trata-se do Super H da Real, uma ilustrativa comitiva de altos dignitários do conceituado consórcio servilário e de destacadas personalidades do comércio e indústria de São Paulo. Cumprirá, portanto, aliás, que os convidados da Real para o vôo inaugural do seu Super H são todos os filhos ilustres de Estados representados radicados no Brasil.

ESFELHO DA SECA — Este menino é filho de retirantes e está ameaçado de morrer de inanição, caso não seja socorrido com urgência

Menino flagelado estava morrendo de fome na Hospedaria do Alagado
Aspecto desolador apresenta Antônio — O pai foi para a Amazônia — Apelo as autoridades

PERDEU A CIDADE DE SOBRAL

Fonte: Jornal Unitário, 16/12/1958.

Antônio, de apenas 2 anos, havia migrado com seus pais no mês de setembro de 1958 para Fortaleza, com outros retirantes, procurando abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas. Tinham vindo da localidade Lagoa Rasa, distrito de Sobral. Após meses de espera na hospedaria, seu pai havia conseguido migrar para a Amazônia. Mas sua mãe, Gregória, e o menino permaneceram naquele abrigo. O motivo para a permanência teria sido o estado de saúde de Antônio, que estava "magricelo, doente de disenteria e reduzido a quase nada pela sub-nutrição". Assim,

ficaram mãe e filho, nesse estado de penúria, à espera do navio para embarcar também. A mãe, porém, não resistiu à miséria. Prostrou-se e já não pode cuidar do filhinho, até que uma pessoa caridosa retirou-o da Hospedaria para que não morresse de inanição (Menino., 16/12/1958, p.1).

Essa *pessoa caridosa* descrita na reportagem seria Mozita Borborema Vieira, esposa de um funcionário da prefeitura, denominado Joaquim Rabelo Vieira. Quem seria essa mulher? No jornal a única informação disponível estava relacionada a quem era seu cônjuge. Mas imaginamos que a senhora Mozita, como muitas outras mulheres – de associações de caridade ou da Igreja Católica –, frequentasse a hospedaria naquele ano de 1958 no intuito de auxiliar os migrantes, distribuindo donativos.

Assim que retirou o menino Antônio das dependências da hospedaria, possivelmente porque a mãe da criança encontrava-se doente, recorreu ao periódico *Unitário*, pois as pessoas precisavam vê-lo, afinal Antônio era um “espelho da seca” (Menino..., 16/12/1958, p.1). Além disso, pedia providências às autoridades governamentais, pois Mozita Vieira, apesar do estado de pobreza, conseguia alimentar o menino, não sendo possível, contudo, comprar os medicamentos necessários para curar suas doenças.

Ao observarmos a imagem de Antônio acima, no qual foi exibido na capa do jornal com seu corpo nu e magérrimo, o rosto sofrido pela fome e pelas doenças, acreditamos que a mesma impactou e chocou a sociedade de Fortaleza, gerando sentimentos diversos, como revolta perante a ineficiência das ações governamentais de combate à seca e suas mazelas; assim como atos de caridade. Mas expor ilustrações sobre os retirantes durante as estiagens na imprensa não era novidade, pois desde 1877 os jornalistas utilizavam essa tática para criticar o governo, exigir soluções e gerar comoção. Assim ocorreu em 1878 quando o jornalista José do Patrocínio, à serviço do jornal *Gazeta de Notícias* e da revista *Besouro*, trouxe nas páginas dos respectivos periódicos imagens de crianças cearenses “por um ângulo frontal, e seus corpos nus, em evidência”, expondo “não só a magreza e o delineamento dos ossos, mas uma fisionomia da miséria” (Barbosa, 2002, p.423).

Mas qual seria o desfecho da história do pequeno Antônio? Teria o apelo de Mozita Vieira surtido efeito junto às autoridades governamentais? A partir das páginas do jornal *Correio do Ceará* – outro periódico pertencente aos Diários Associados que coadunava com as ações do governo federal – tomamos ciência que duas instituições se disponibilizaram a ajudá-lo. A primeira, denominada “As Pioneiras Sociais”, determinou “o imediato internamento da criança no Instituto Rocha Lima” (*Correio do Ceará*..., 16/12/1958). Já o Lions Club ofereceu-se para custear os medicamentos e outros recursos para seu pleno restabelecimento. Não sabemos, contudo, se estas ações foram suficientes para curá-lo da disenteria e se conseguiu sobreviver, já que aparentava na fotografia estar num estado avançado de desnutrição.

O interesse em conhecer *in loco* as histórias de tantos sertanejos abrigados na

Hospedaria Getúlio Vargas trouxe o jornalista da revista *Manchete*⁶³ Dilson Martins, do Rio de Janeiro para Fortaleza em novembro de 1958. A equipe de reportagem ao chegar ao centro de Fortaleza e solicitar um carro que os levasse até a hospedaria, escutou, contudo, a seguinte pergunta: “que interesse têm os senhores naquilo lá? – perguntou o motorista, cara meio amarrada”. Posteriormente, o correspondente da revista soube que o motivo da apreensão do motorista devia-se às diversas vezes que os abrigados “havam ameaçado amotinar-se. Muita gente tem receio de chegar perto da Hospedaria Getúlio Vargas” (O apelido é Hospedaria..., 13/11/1958, p.86).

A longa matéria produzida pelo magazine tinha como título “O apelido é hospedaria, mas realmente se trata de um curral para gado humano”, ilustrando a legenda com uma imagem impactante, como é possível observar abaixo. Crianças, nuas e seminuas, trancafiadas dentro do abrigo por cercas, sem a possibilidade de se movimentar para além daquele limite geográfico. O jornalista alertava aos leitores, contudo, que existiam fotografias que não poderiam ser publicadas, pois eram horríveis, com crianças “esqueléticas, no último estágio da subnutrição, mulheres que são verdadeiros mulambos, homens que de homem só tem a vaga forma, sujeira indescritível, miséria difícil de calcular, fome, promiscuidade. Doenças, rios de lágrimas [...]”. Mas o que seria publicado já serviria para que as pessoas tivessem uma “ideia aproximada do campo de concentração em que os nordestinos sofrem até onde é humanamente possível” (O apelido é Hospedaria..., 13/11/1958, p.85).

⁶³ A revista foi criada em 1952, sendo considerada a segunda maior revista brasileira do período, perdendo apenas para a revista *Cruzeiro*. Seu editorial se destacava pela fotojornalismo, ou seja, pela perspectiva de que as fotografias são capazes de transmitir informações.

Figura 13. Fotografia de crianças na Hospedaria Getúlio Vargas



Fonte: Revista Manchete, Rio de Janeiro, 13/11/1958.

A matéria da revista *Manchete* trazia ainda em suas páginas o drama das crianças que faleceram diariamente nas dependências da hospedaria. Informaram que em “novembro de 1958, o quadro era o seguinte: 12.300 pessoas, das quais 4.500 crianças, vivem acotovelando-se, uma por cima das outras, em quartos com capacidade total para apenas 600 pessoas”. O repórter Dilson Martins, ao indagar a um funcionário do recinto de hospedagem quantas crianças faleceram diariamente, ouviu que

- hoje, felizmente, só morreram duas crianças. Cabisbaixo, rosto abatido, expressão de desespero, o funcionário federal ia contando ao repórter partes do drama do qual participa diariamente.
- Em geral, quantas crianças morrem por dia? Perguntamos, interrompendo a

narrativa.

- quatro óbitos diários são a média que vimos mantendo ultimamente.
- e o governo não faz nada?
- recebemos, há pouco, três soldados, para reforço do policiamento. É preciso evitar um estouro, que pode suceder a qualquer momento (O apelido é Hospedaria..., 13/11/1958, p.86).

O governo federal, ao invés de enviar verbas para a compra de suprimentos para os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, resolveu reforçar o policiamento. Afinal, o mais importante era evitar a convulsão desses sujeitos, considerados perigosos. A estratégia dos agentes do poder de classificar a população pobre, negra e mestiça como ameaçadora não era novidade no Brasil, haja vista que desde o século XIX as “classes pobres [...] são [as] que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas”, sendo necessário vigiá-las e, se necessário, puni-las (Chalhoub, 2017, p.26).

Outra ação desenvolvida nas hospedarias federais (Getúlio Vargas/CE, Tapanã/PA e Eduardo Ribeiro/AM) era a distribuição de verbas, dentro do orçamento anual, para serviços funerários, havendo ainda um auxílio para os funerais. Os valores, contudo, variavam de acordo com cada recinto de hospedagem. No orçamento de 1952, por exemplo, o governo federal disponibilizou para a Hospedaria Eduardo Ribeiro o valor de Cr\$3.600 (três mil e seiscentos cruzeiros) para os serviços funerários. Já nas hospedarias Tapanã e Getúlio Vargas o valor chegava a Cr\$5.000 (cinco mil cruzeiros). O auxílio para os funerais, nas três hospedarias, era de Cr\$1.000 (hum mil cruzeiros) (Estudo..., 1952). O maior orçamento, para estas últimas hospedarias, provavelmente devia-se ao fluxo mais constante de pessoas em suas dependências, registradas, nascendo e morrendo. Não foi possível encontrar os dados orçamentários para o ano de 1958, período de maior afluência de retirantes nos abrigos.

Retornando à reportagem da *Manchete*, o *estouro* a qual se referia o funcionário da hospedaria concretamente já havia se realizado, pois poucos dias antes da chegada da equipe da revista *Manchete* à Fortaleza, houve duas manifestações dos abrigados. No dia 30 de outubro de 1958, diante da péssima qualidade e da pequena quantidade de alimentação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), as pessoas organizaram um “pequeno levante de protesto”. No dia seguinte, 31 de outubro, os retirantes decidiram sair às ruas para reivindicar do governador do Ceará melhores condições de vida naquele recinto. O jornal *Unitário* denominou essa passeata de “marcha da fome”, realizada por

centenas de homens, mulheres e crianças, cabisbaixos e esfarrapados, num impressionante desfile de miséria, foram pedir ao Governador Flávio Marcílio comida e trabalho. Não houve qualquer tumulto, apesar dos receios existentes

a esse respeito. O Governador encaminhou os flagelados ao DNOCS e DNER (Flagelados..., 01/11/1958, p.1).

O medo que o funcionário da hospedaria, o motorista de táxi e outros fortalezenses sentiam em relação aos abrigados era constante também entre as autoridades governamentais, apesar da imprensa insistir em qualificá-los como pacíficos. Percebemos a partir da reportagem do jornal *Unitário*, contudo, que o governador Flávio Marcílio (1958-1959) tinha receio que essa leva de sujeitos famintos, maltrapilhos e sem esperanças, ao empreender essa passeata da fome – nomenclatura normalmente usada pelos retirantes –, se revoltasse, causando tumulto e outras ações nas ruas da cidade e no palácio do governo. A solução encontrada pelo governador para evitar essas agitações foi encaminhá-los para as obras emergenciais regidas pelo governo federal.

A problemática da fome na década de 1950, contudo, não estava sendo discutida e evidenciada somente em eventos institucionais ou nos jornais. Muito menos era um problema que afligia apenas a população do campo ou em deslocamento para as grandes cidades. A fome fazia parte do cotidiano de muitos outros brasileiros, moradores das grandes cidades e residentes nas áreas pobres do país. É o caso, por exemplo, de Maria Carolina de Jesus, moradora da favela do Canindé, São Paulo, que na década de 1960 lançou o livro *Quarto de Despejo* – um diário no qual relatava seus momentos angustiantes de miséria e fome.

27 de maio de 1958 – A tontura da fome é pior do que o álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? [...]

O Leon pegou o papel, recebi seis cruzeiros. Pensei em guardar para comprar feijão. Mas vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me.

Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.

A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu que tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (Jesus, 2014, p.45-46).

O testemunho de Carolina de Jesus sobre os efeitos da fome em seu *estômago*, assim como o contentamento de obter algum alimento, poderia ser o depoimento de diversos

sertanejos que durante as secas vivenciaram difíceis momentos de extrema penúria na Hospedaria Getúlio Vargas, um espaço no qual as pessoas esperavam, dias e/ou meses, por comida, passagem e outras benfeitorias.

Assim, compreende-se que a organização de passeatas da fome, ao longo da década de 1950, foi importante para evidenciar para o restante dos fortalezenses, assim como para a sociedade brasileira, os problemas existentes naquele recinto de hospedagem. Mesmo havendo os rótulos de pacatos e pacíficos, a partir da pressão e do temor dessas passeatas, estes sujeitos conseguiam negociar com as autoridades governamentais e obter alguns benefícios. Veremos no próximo tópico que, para além das passeatas, outras manifestações foram realizadas pelos retirantes, que evidenciaram suas lutas por uma vida mais digna.

4.2 Saques, Motins e Outras Ações de Massa.

Por incrível que pareça, chegou-se mesmo a concitar oficiais e praças da Polícia Militar a sair às ruas, de armas nas mãos, para derrubar o governo! Conclamou-se ao levante, onze mil flagelados, abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, numa irresponsabilidade estarecedora (A Fortaleza..., 06/12/1958).

Atrair os retirantes alocados na Hospedaria Getúlio Vargas para causas e engrossar fileiras de luta contra as ações dos governantes foi uma estratégia utilizada por diferentes grupos sociais e políticos durante o ano de 1958. Uma destas ocasiões foi descrita pelo jornal *A Fortaleza* – periódico criado em 1950 sob a coordenação da Federação dos Círculos Católicos no Ceará e principal instrumento de divulgação das ações dos Círculos Operários Católicos no estado. Na matéria publicada no dia 06 de dezembro de 1958, o jornal denunciava a tentativa de golpe da polícia militar contra o governo estadual, insuflando a multidão de migrantes – aproximadamente 11 mil – a participar da manifestação.

Quem teria instigado os militares a participar desse levante e quando teria ocorrido este fato? Na reportagem, os editores não deixam evidentes esses “detalhes”. Jovelina Santos, contudo, afirma que, durante todo o ano de 1958, foram constantes os artigos do periódico *A Fortaleza* que tratavam sobre a “sublevação das massas”, assim como sobre a “desmoralização das autoridades” e do “descrédito das instituições” (Santos, 2012, p. 175). Um dos grandes temores dos circulistas e dos membros da Igreja Católica era que houvesse agitações sociais, ocasionadas, sobretudo, pelas insistentes elevações de preços dos alimentos e da passagem dos ônibus.

Outro aspecto da reportagem, que deixou “atônitos todos que desejam a paz social, pelas consequências imprevisíveis” (Santos, 2012, p. 175) que poderiam ter, foi a convocação dos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas para participar desse levante. Por mais que esses migrantes marchassem até o Palácio da Luz (sede do governo) sem carregar armas e fossem comumente denominados pelos políticos e pela imprensa de pacatos e pacíficos, a simples presença dessa multidão (11 mil retirantes) atemorizava os agentes do poder, podendo dificultar qualquer punição aos mesmos em caso de envolvimento em movimentos contestatórios. Afinal, era complexo identificar esses *rostos da multidão* (Rudé, 1991). Além disso, quando comparamos esse quantitativo de retirantes com a estimativa do total de habitantes naquele ano de 1958, que seria de “375.624” (Anuário..., 1958, p.23), percebemos que esses sujeitos em deslocamento correspondiam a quase 3% do total da população que habitava Fortaleza. Um número que não poderia ser menosprezado.

Não foi possível, porém, confirmar – devido à ausência de outras fontes – se tal insurreição ocorreu efetivamente e/ou se esses trabalhadores migrantes se uniram aos militares para ameaçar o governador Flávio Marcílio. Mas a simples possibilidade já abre um leque de discussões sobre o medo que essa população pobre migrante causava na sociedade fortalezense. Vale ressaltar que essa (improvável) união entre policiais e retirantes não é percebida em outros artigos jornalísticos. Pelo contrário, pois, em diversos momentos da década de 1950, os administradores da hospedaria recorreram ao uso da força policial para reforçar a segurança naquele espaço.

Em 05 de novembro de 1958, por exemplo, o periódico *O Jornal* – pertencente ao grupo Diários Associados – relatou em uma pequena nota que um retirante abrigado na Hospedaria Getúlio Vargas foi atingido com um “tiro na coxa”. A reportagem justificava que o uso da violência havia sido necessário, pois houve a organização de um motim durante a distribuição da refeição (*O Jornal*..., 03/11/1958, p.10). O que teria instigado os migrantes a se rebelarem? Não existe nas páginas do jornal qualquer informação sobre os motivos, mas podemos supor que a razão estivesse atrelada à fome e à escassez de gêneros alimentícios, pois, como já debatemos, não havia alimentos suficientes para todos os abrigados durante a seca de 1958.

Outro jornal, que apesar de também pertencer aos Diários Associados e apoiar as ações do governo federal, detalhou como ocorreu esse motim no início de novembro de 1958. O periódico *Diário da Noite*, que circulava no estado de São Paulo, enviou os correspondentes Moacyr Jorge e José Vieira para acompanhar os percalços vivenciados pelos cearenses, no interior e na capital. A matéria, que tinha como legenda “A MULTIDÃO FAMINTA

REVOLTOU-SE NA HOSPEDARIA ‘GETÚLIO VARGAS’” (em letras garrafais), trazia o drama de crianças morrendo de fome em Quixadá, assim como a irregularidade no preço e na venda de alguns gêneros alimentícios, o reforço de policiais nas cidades de Iguatu e Icó – pois as autoridades estavam apreensivas e sabiam “que as multidões famintas serão capazes de praticar desatinos se o dinheiro para as obras de emergência não chegar o mais cedo possível” (A multidão..., 03/11/1958, p. 20) –, a invasão dos escritórios do DNOCS no Cariri pelos retirantes, a ineficiência das ações do INIC e as informações sobre a revolta na hospedaria.

Nos concentramos, contudo, na discussão em torno de dois aspectos da reportagem do *Diário da Noite*, tendo em vista que estão intrinsecamente relacionados: às irregularidades no preço dos alimentos vendidos na cidade de Fortaleza e a revolta na hospedaria. Os correspondentes denunciavam que diversos gêneros não eram fiscalizados pela prefeitura de Fortaleza, sendo a carne bovina vendida na estrada de Messejana “exposta em tabuleiros, sujeita a quentura do sol”. A carne provinha de matadouros irregulares, que não seguiam as normas da saúde pública. Com a carne suína a preocupação era maior, pois, mesmo havendo uma proibição da venda desse animal desde 1956 no Ceará devido ao surto de uma peste entre os suínos, muitos porcos eram abatidos em espaços clandestinos, não sendo “submetidos a exames sanitários”. Eram assim “retalhados e vendidos no mercado ou nos tabuleiros armados nas vias públicas” (A multidão..., 03/11/1958, p. 20).

Além dos problemas relacionados às carnes de gado e porco, a carestia e o aumento do custo de vida eram preocupantes. O *Diário da Noite* trouxe um quadro, comparando as diferenças gritantes entre os preços de alguns produtos em 1957 e 1958, assim como os valores abusivos cobrados nas obras do DNOCS.

Quadro 5. Comparação entre os preços de produtos, entre 1957 e 1958

	Em 1957	Em 1958	Armazém do DNOCS
Feijão de Corda	8,00	20,00	24,00
Feijão Mulatinho	10,00	20,00	24,00
Arroz (Maranhão)	13,50	22,00	26,00
Farinha	7,50	14,00	18,00
Banana	12,00	20,00	14,00
Café (pacote de 200 gramas, para a população pobre)14,00			

Fonte: Jornal Diário da Noite, São Paulo, 03/11/1958.

Além da tabela com os alimentos acima, a reportagem informava que o leite custava 10,00 cruzeiros, um preço abusivo para a população pobre do campo e da cidade. Somando todos esses produtos que faziam parte da cesta básica do trabalhador cearense tornava-se inviável alimentar toda a família com um salário mínimo de “2.200, mas a maioria não ganha mais que 1.500 cruzeiros mensais”, havendo ainda as despesas com moradia, vestimenta, transporte, entre outros (A multidão..., 03/11/1958, p. 20).

Impressiona também o valor abusivo cobrado pelos gêneros alimentícios nos armazéns do DNOCS, uma prática comum nas obras emergenciais⁶⁴. Tal como os operários na cidade de Fortaleza, os trabalhadores no campo – que não possuíam quaisquer garantias trabalhistas – não conseguiam viver de forma digna com os valores recebidos pelo órgão federal de combate às secas. Podemos citar como exemplo o salário recebido pelo trabalhador João Vicente de Oliveira, empregado na obra de construção do açude de Araras (atualmente denominado Paulo Sarasate), localizado no município de Reriutaba/CE, que teve início em 1951.

João Vicente trabalhou constantemente nas obras do açude Araras, entre os anos de 1956 e 1958, recebendo, de acordo com os registros das cadernetas, os seguintes pagamentos: “no ano de 1956, tinha uma remuneração mensal de mais de 800,00 cruzeiros, que, em 1957, subiu para mais de 1.800,00 cruzeiros e que, em 1958, sofreu uma queda, variando entre 1.290,00 e 1.740,00 cruzeiros (Rodrigues, 2020, p.141). Assim, enquanto a remuneração dos trabalhadores decaía durante a estiagem de 1958, o valor cobrado pelos alimentos nos armazéns do DNOCS aumentava vertiginosamente. Não é à toa que o periódico *Diário da Noite* afirmava categoricamente que “os preços elevados constituem lucro para os funcionários do DNOCS” (A multidão..., 03/11/1958, p. 20).

Outro periódico que denunciava o enriquecimento dos fornecedores durante a seca de 1958 era o *Correio da Manhã*, na edição de 11 de maio de 1958. De acordo com o respectivo jornal, “na construção do Açude Araras formigueiros humanos abrem estradas e fazem jus a uma diária de 40 cruzeiros”. Mas até o mês de maio daquele ano, os trabalhadores estavam recebendo o pagamento somente em gêneros. Quem mais ganhava com essa desorganização do governo federal são “os fornecedores” que “enriquecem à custa da fome”. Além disso, a “diária

⁶⁴ A existência de armazéns nas obras do DNOCS remontam ao início do século XX, quando os trabalhadores eram levados para as obras públicas e sem ter outra opção, viam-se bastante endividados com as compras nos respectivos armazéns, que tinham preços abusivos. Para entender melhor sobre as obras construídas pelo DNOCS no interior do Ceará, assim como sobre os percalços enfrentados pelos trabalhadores no recorte temporal entre 1951 e 1959 ver Ferreira (2016); Neves (2000); e Rodrigues (2020).

de 40 cruzeiros dá apenas, para o trabalhador com família alimentar-se exclusivamente de feijão e só feijão” (Correio da manhã..., 11/05/1958).

Desespero e fome existiam também entre os retirantes abrigados nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas. No início do mês de novembro de 1958 – nos jornais consultados não se especifica em qual dia ocorreu o conflito –, “algumas centenas de flagelados abrigados” na hospedaria se deslocaram da rua Olavo Bilac em direção ao Palácio da Luz. Tinham como objetivo “reclamar do governador do Estado providências a fim de minorar a situação de fome em que se encontravam” (A multidão..., 03/11/1958, p. 20). O governador Flávio Marcílio declarou, porém, não ter condições de auxiliá-los, remetendo- os para as obras federais, que estavam sob a responsabilidade do DNOCS e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). Neste episódio em específico a pressão da multidão e o poder da negociação não surtiram o efeito esperado.

Ao retornarem ao abrigo federal, sem qualquer esperança de obter alimentos ou auxílio do governo estadual, um “grupo de flagelados revoltou-se tendo a polícia atirado contra a multidão de famintos. Um flagelado ficou gravemente ferido a bala” (A multidão..., 03/11/1958, p. 20). Assim, diferentemente do que citou *O Jornal*, que circulava no Rio de Janeiro, o motivo desse motim havia sido o descaso governamental diante da problemática da fome vivenciada pelos retirantes. Outro fato ocultado pelo respectivo periódico havia sido a gravidade da ação policial, que deixou bastante ferido o migrante.

Dias antes desse conflito entre a força policial existente na hospedaria e alguns retirantes, outro motim foi registrado pela imprensa. No dia 30 de outubro de 1958 (revolta citada na revista *Manchete*) o periódico *O Jornal* – de circulação no Ceará que possuía uma “nova estética gráfica e editorial” (Santos, 2005, p.16) – publicou uma matéria informando aos leitores que as pessoas abrigadas se revoltaram diante da miséria permanente naquele recinto de hospedagem, arrancando “das mãos de seus captores” um migrante preso pelos policiais (*O Jornal*..., 31/10/1958).

A partir desse momento “registrou-se um começo de motim”, fazendo os soldados alguns disparos “visando atemorizar os insubordinados”. Diante desse fato, os envolvidos no conflito decidiram ir até o palácio do governo “pedir providências ao Governador”. Os abrigados, contudo, não foram recebidos pelo governador Flávio Marcílio, mas “por um contingente da P.M e por uma tropa de choque do Corpo de Bombeiros”. Diferente de outras ocasiões, quando esses sujeitos eram recebidos pacificamente pelo governador – pelo menos era assim que alguns jornais, sobretudo, os situacionistas descreviam esses encontros –, dessa vez houve o reforço policial para proteger os agentes do poder (*O Jornal*..., 31/10/1958).

Após a recusa em receber os retirantes, o governador Flávio Marcílio afirmou que as soluções possíveis para resolver esses conflitos na hospedaria eram “remeter essa gente novamente aos Departamentos de Sêca e de Estradas de Rodagem” ou enviar “barcos para conduzir essa gente para outros pontos do território nacional”. Afinal, o mais recomendado era livrar a cidade de Fortaleza desses revoltosos (O Jornal..., 31/10/1958).

Mas para a imprensa, tal como nas passeatas da fome, a culpa pela realização do motim naquele dia 30 de outubro de 1958 não era dos retirantes. Estes foram apenas insuflados por “agitadores imiscuídos em meio à massa de homens pacíficos e ordeiros”. Esses insufladores, de acordo com *O Jornal*, encontravam-se amotinados nas adjacências da rua Olavo Bilac e se aproveitaram da situação de tensão para “tirarem proveito”, se constituindo de “aventureiros e marreteiros⁶⁵ de todos os tipos” (O Jornal..., 31/10/1958). Assim, nesse episódio em específico a culpa pela agitação dos migrantes não recai sobre os comunistas, mas sob os golpistas que queriam se aproveitar da revolta para conseguir algum benefício do governo.

Os migrantes envolvidos nesse motim objetivavam obter passagens para se deslocarem para outras paragens do país, pois não acreditavam mais na probabilidade de retornar ao sertão, já que naquele espaço não havia qualquer espécie de “segurança alimentar” (O Jornal..., 31/10/1958). A fome era uma preocupação constante na vida do retirante, fosse na capital ou no campo. Mas para aqueles que permaneciam na hospedaria, a principal reivindicação estava relacionada, de acordo com Neves (2000, p. 218), com “mudanças e melhorias no cardápio servido na Hospedaria, que feria os hábitos alimentares sertanejos, além de reclamarem da acomodação e da superlotação”

Quais alimentos, porém, seriam esses contrários aos costumes dos sertanejos? No ano de 1958, a partir do mês de maio, a responsabilidade pela alimentação dos abrigados na hospedaria ficou a cargo do SAPS, havendo a distribuição de “cerca de mil refeições e 4 mil pães diários aos deslocados da seca, abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas” (O Povo..., 12/05/1958). Essas refeições, de acordo com Cidrack, buscavam proporcionar uma “refeição balanceada, racional e harmônica, com frutas e verduras” (Cidrack, 2011, p.59). Para os sertanejos, alguns destes gêneros alimentícios, como, por exemplo, as hortaliças, não faziam parte dos seus hábitos alimentares, sendo comumente rejeitados.

A sugestão de algumas misturas alimentares também sofrem rejeição, como é

⁶⁵ Ao procurarmos o significado de “marreteiro” naquele período, 1958, encontramos diferentes significados. O primeiro se referia à função de camelô e vendedor ambulante. O outro se referia às pessoas que cometiam pequenos golpes. Acreditamos que a definição para aqueles que insuflaram os retirantes no dia 30 de outubro fosse enquadrada como golpistas. Vale ressaltar que essa palavra “marreteiro” é bastante visualizada nas fontes consultadas a respeito dos movimentos sociais e políticos que ocorreram na Hospedaria Getúlio Vargas.

possível observar a partir do depoimento de uma das nutricionista do SAPS:

Quando começamos a oferecer no almoço frutas e leite houve grande manifestação por parte dos frequentadores do restaurante. No dia que foi servido manga com leite, fui chamada para a mesa dos operários e tive que chupas a manga e beber o leite para provar que se podia fazer isso sem morrer, o que era corrente na cultura popular (Nutricionista..., 07/02/2009).

Devido à superlotação da Hospedaria Getúlio Vargas durante a seca de 1958, com mais de 10 mil pessoas em suas dependências e adjacências no final do ano, dificilmente seria possível oferecer a mesma alimentação de qualidade disponibilizada nos restaurantes do SAPS. A distribuição de frutas, por exemplo, não é percebida no cardápio daqueles sujeitos abrigados. Em contrapartida, havia a distribuição de leite às crianças, sobretudo, do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI)⁶⁶, havendo resistência dos sertanejos no consumo desse alimento, haja vista que aquela população não estava acostumada com o uso do leite em pó.

Trazendo à cena novamente a sublevação ocorrida no dia 30 de outubro de 1958, gostaríamos de comparar as reportagens produzidas pelos jornais *Unitário* no dia 01 de novembro – debatida no tópico anterior – e *O Jornal*, publicada no dia seguinte ao motim. Apesar de serem dois periódicos que circulavam no Ceará naquele período, possuíam posicionamentos políticos e linhas editoriais díspares. Enquanto o *Unitário* buscava minimizar a luta dos abrigados, afirmando que foi um pequeno levante, ocultando assim a presença e a ação truculenta dos militares, *O Jornal* evidenciava com detalhes como ocorreu o confronto, apesar de atribuir a liderança da revolta aos aproveitadores e inferiorizar o protagonismo dos retirantes. Dessa forma, o alinhamento ideológico do jornal *Unitário* e do grupo dos Diários Associados com o governo de JK, que induzia no teor das reportagens, fez com que o ato de rebeldia dos migrantes fosse descrito como *pequeno*.

O motim ocorrido nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas em maio de 1958, contudo, foi o mais noticiado, sendo reportado por jornais da situação e da oposição. O correspondente dos Diários Associados, Juarez Furtado Temoteo, relatava através das páginas do jornal *Unitário*, em edição do dia 03 de maio, que havia publicado uma denúncia no dia anterior no periódico *Correio do Ceará*, que pertencia também aos Diários Associados. Nesta publicação relatava que denunciaram a

atitude estranha e revoltante do administrador da Hospedaria Getúlio Vargas,

⁶⁶ Esse órgão transformou-se posteriormente no Fundo de Emergências Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

sr. Waldemar Nepomuceno. Aquele funcionário do INIC, recentemente nomeado para as funções que exerce no Ceará, recusava-se a aproveitar as barracas (857) ofertadas pelo Exército àquela repartição, para abrigar os retirantes que não conseguiam acomodações dentro da Hospedaria (Revolta..., 03/05/1958, p.1).

As barracas haviam sido doadas pelo Exército no final do mês de abril de 1958, para auxiliar as pessoas que encontravam-se ao relento. A hospedaria que teria capacidade para acomodar adequadamente 1.200 pessoas estava no princípio de maio com “cerca de 4.200”, de acordo com Aníbal Teixeira, funcionário do INIC. Muitos sertanejos precisaram se alocar em uma igreja que estava em construção, de “maneira precária”. Mas além das barracas, as Forças Armadas fizeram a “doação de panelas e diversos utensílios de cozinha indispensáveis ao atendimento dos nossos infelizes patrícios” (O Povo..., 02/05/1958, p.2).

Diante da recusa do administrador Waldemar Nepomuceno, que havia anteriormente administrado a hospedaria da ilha de Flores (Rio de Janeiro), em utilizar as doações feitas pelo Exército,

cerca de 2.000 flagelados, justamente os que se acham ao relento e vem tendo sustadas as suas tentativas de conseguir comida para si e suas famílias, invadiram o casarão, depredando, saqueando e tentando, inclusive, alcançar o administrador numa tentativa de linchamento (Revolta..., 03/05/1958, p.1).

Por causa da denúncia, o delegado local do INIC, José Milton Pimentel, juntamente com seu secretário, Pedro Castelo Branco, e outros sujeitos dirigiram-se às 14h15 à hospedaria para cobrar satisfação ao administrador Waldemar Nepomuceno. De acordo com o jornal *Gazeta de Notícias*, o delegado do INIC exigiu do “administrador o atendimento a todos os flagelados, inclusive os que estavam fora”, afinal eram migrantes também (Viveu..., 03/05/1958, p.1). Em contrapartida, o administrador afirmava que não tinha verbas para auxiliar mais ninguém. Diante do acalorado debate, o secretário empurrou o administrador contra a parede, sendo contido por outras pessoas.

Enquanto isso, os amotinados haviam quebrado um “vidro da porta do gabinete do delegado”, exigindo imediatamente a “requisição de passagens ou linchariam o administrador” (Viveu..., 03/05/1958, p.1). Somente com a escolta de policiais, como é possível observar a partir da imagem abaixo, Nepomuceno conseguiu sair – sob vaías – daquele espaço, permanecendo, porém, de 15h00 até às 17h00 trancado em uma das salas da hospedaria.

Figura 14. Fotografia do administrador Waldemar Nepomuceno sendo escoltado pela polícia



Fonte: Jornal Unitário, 03/05/1958.

O grande temor do administrador era ser linchado por essa multidão de revoltosos, tendo em vista que estes tentaram invadir a entrada da sala “por cima de dois guardas que compunham a defesa do casarão do Alagadiço”. Enquanto aguardava escondido os policiais da Rádio Patrulha, muita gente no pátio externo da hospedaria permanecia aglomerada, “gritando, gesticulando muito”, exigindo a “saída do sr. Waldemar Nepomuceno”, como mostra a imagem registrada pela reportagem do jornal *Gazeta de Notícias* (Viveu..., 03/05/1958, p.1). A fotografia, apesar de danificada pelo tempo, nos possibilita visualizar aquele momento “real” de exaltação do povo e toda a sua indignação – com suas mãos levantadas e sinais de protesto.

Figura 15. Fotografia dos abrigados revoltados



Fonte: Gazeta de Notícias, 03/05/1958.

Diante de tantas acusações, Waldemar Nepomuceno recorreu quase que imediatamente ao jornal *O Nordeste* (ligado à Igreja Católica) para justificar suas ações no período que administrava a Hospedaria Getúlio Vargas. Inicialmente, alegou que as agitações realizadas pelos sertanejos haviam sido orquestradas por ludibriadores que visavam somente promover a discórdia, já que para os retirantes mostrou constantemente a “melhor acolhida, fornecendo-lhes alimentação saudável e abundante, a ponto de haver sobras, como ainda anteontem aconteceu” (*O Nordeste...*, 03/05/1958). Novamente para os agentes do poder os sertanejos eram manipulados por outros sujeitos.

A afirmativa acima, de que havia alimentação saudável e abundante nas dependências do abrigo, é bastante questionável, haja vista que encontramos outras reportagens, cedidas pelo próprio Nepomuceno, sobre as dificuldades cotidianas naquele espaço. Na edição do dia 28 de abril de 1958, por exemplo, o periódico *Tribuna do Ceará* evidenciava em suas páginas a fome que acometia e matava diversas crianças diariamente na hospedaria. Para o administrador Nepomuceno era necessário que as pessoas migrassem, para que outras pudessem adentrar e se registrar no recinto de hospedagem, “alegando que não há recursos para sustentar

a todos, de vez que a obrigação do INIC se restringe a imigrantes” (Três crianças..., 28/04/1958). Ou seja, somente aqueles que estivessem registrados poderiam receber os alimentos.

Quanto à acusação de recusar-se a utilizar as barracas cedidas pelo Exército, Nepomuceno justificava ao jornal *O Nordeste* que não havia aproveitado as mesmas para uso daqueles sujeitos abrigados nos cajueiros, defronte à hospedaria, porque era necessário concluir ainda as instalações sanitárias no terreno do abrigo. Dessa forma, ao tecer argumentos e justificar as denúncias, o ex-administrador concluía na entrevista que toda essa intriga havia sido arquitetada pelo diretor dos Rádios e Jornais Associados, João de Medeiros de Calmon.

João de Medeiros de Calmon, de acordo com o artigo jornalístico, havia proposto à Nepomuceno uma permuta: cederia algumas vagas na Maternidade Escola, que estava sendo construída, e, em troca, o administrador ficaria responsável pela construção de muros, de aterros sanitários, dentre outras obras, na citada maternidade. Na concepção de Nepomuceno, tal intriga de Calmon era previsível, na medida que “tudo estava tão preparado que os repórteres e fotógrafos acompanhavam os desordeiros para que não se perdessem os flagelados do ‘show’ de anarquia” (*O Nordeste...*, 03/05/1958).

O periódico *O Nordeste*, alguns dias após a entrevista com o administrador Waldemar Nepomuceno, produziu uma reportagem para denunciar a infiltração comunista no seio do movimento contestatório dos retirantes, que ocorreu dia 02 de maio de 1958. O título da matéria era “Fortaleza à sombra das teias da Aranha Vermelha” e o jornalista César Coelho iniciava sua escrita afirmando que havia em Fortaleza a “infiltração dos adeptos da ‘foice e o martelo’” em diversos setores da sociedade, chegando, inclusive, até os sertanejos abrigados na hospedaria (*Fortaleza...*, 22/05/1958, p.1).

De acordo com a reportagem do *O Nordeste*, “na Hospedaria Getúlio Vargas, dias passados, os revolucionários moscovitas controlaram, por assobios, os flagelados que invadiram a cozinha do abrigo e rasgaram os seus arquivos” (*Fortaleza...*, 22/05/1958, p.5). Assim, os retirantes teriam simplesmente caído na armadilha da *aranha vermelha*, sendo ludibriados e manipulados para agir de forma inconsequente e inconsciente, realizando um quebra-quebra no abrigo. Novamente, houve a tentativa por parte de setores da imprensa de apagar a participação e o protagonismo dos sertanejos no movimento de contestação ocorrido dia 02 de maio de 1958.

Outra reportagem, menos anedótica, trazia afirmativas semelhantes. O jornal *Gazeta de Notícias*, por exemplo, afirmava em uma longa matéria que enquanto o delegado Pimentel tentava acalmar os ânimos dentro da hospedaria, “lá fora, incitados por agitadores” os

retirantes foram estimulados a adentrar no recinto na tentativa de agredir o administrador Nepomuceno. Além disso, houve o ataque ao transporte que trazia o charque, no qual “os flagelados avançaram por sobre êle, disputando cada um o pedaço de carne, como verdadeiros abutres” (Viveu..., 03/05/1958, p.2). Mas o que os motivará a atacar e a disputar entre si a comida, de acordo com o periódico, era a fome.

A confusão teve continuidade, chegando até à “cozinha e aos mantimentos e quebraram tudo, retirando a comida da panela”. Houve ainda a depredação dos bancos e mesas do refeitório, sendo danificadas também as panelas doadas pelo Exército. Para causar ainda mais indignação no seu leitor, o *Gazeta de Notícias* afirmava que

no lactário, onde se prepara o leite que é servido às crianças: quebraram as panelas e derramaram grande quantidade de leite FISI já preparado. Os inocentes choravam à falta do leite que não mais existia (Viveu..., 03/05/1958, p.2).

Mas a culpa por toda essa agitação, quebra-quebra e desperdício do leite que afetava demasiadamente as crianças, para o *Gazeta de Notícias*, não seria dos retirantes e sim de “elementos estranhos aos flagelados”. A responsabilidade por tais atos de rebeldia seria de um grupo de “conhecidos marreteiros com ficha na Polícia” (Viveu..., 03/05/1958, p.2). Assim, havia duas possibilidades: ou culpar esses golpistas fichados ou os comunistas, como afirmava *O Nordeste*, pelas ações ocorridas naquele dia 02 de maio de 1958.

Dessa forma, apesar dos sertanejos receberem algumas alcunhas pejorativas, como *horda* e *abutres*, dentro dos artigos jornalísticos citados por participarem do movimento contestatário, normalmente eram percebidos como seres pacíficos, ordeiros e manipuláveis. Sendo assim, a imprensa defendia que essas pessoas abrigadas na hospedaria agiam sob a pressão e influência de marreteiros, agitadores e comunistas, e não por iniciativa própria.

Após a pressão e ameaça dos retirantes contra o administrador Waldemar Nepomuceno, os mesmos conseguiram algumas benesses no espaço da hospedaria. A primeira conquista foi a expulsão de Nepomuceno e sua demissão, posteriormente. Mas outras conquistas foram obtidas: houve a inscrição de mais pessoas para adentrar nas dependências do abrigo e a colocação das barracas doadas pelo Exército, para que aqueles migrantes alocados nos terrenos baldios pudessem ter um amparo, mesmo que provisório. Além disso, a Secretária de Segurança Pública disponibilizou cozinhas para o recinto de hospedagem, para que fosse possível alimentar mais pessoas simultaneamente. Já o Corpo de Bombeiros assegurou a

distribuição de água potável através de carro pipa.

Conquistas, porém, que eram méritos somente dos retirantes, de acordo com o periódico *Voz Operária*⁶⁷ – jornal criado pelo PCB. Em 24 de maio de 1958, o jornalista Annibal Bonavides – correspondente deste jornal em Fortaleza – publicou uma reportagem, na qual relatava os percalços vivenciados pelos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas. Este correspondente, juntamente com uma comissão de diretores da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), percorreu os galpões da hospedaria, assim como o terreno que abrigava provisoriamente inúmeras famílias, registrando diversos problemas. Relataram que naquele mês de maio se acotovelavam “cerca de 3.000 pessoas” no abrigo federal, assim como “1.500 pessoas ‘abrigadas’ sob cajueiros e pequenas moitas, expostas às chuvas que têm caído, agora, já fora de tempo para o inverno”. Observaram que as dificuldades eram múltiplas:

vimos filas de doentes para se receitarem, filas de doentes para tomarem injeções; filas de famintos para receberem àquelas horas ainda a primeira alimentação do dia (13 horas); filas enormes para se alistarem para embarcarem. Vimos centenas de criancinhas doentes, as mães chorando certas de vê-las morrer mais tarde. Vimos uma criancinha morrer nos braços da mãe chorando. Vimos outra criancinha morta, saindo para o cemitério. Um camponês reclamava indignado, por ver sua esposa queimando-se com febre, procurou o médico, e responderam que fosse para a fila (Sofrem..., 24/05/1958, p.10).

Predominava na hospedaria uma completa desorganização, sendo constantes os problemas relacionados à escassez de alimentos e a proliferação de doenças, que ocasionavam uma alta mortalidade, sobretudo, entre as crianças. À respeito das precárias condições de atendimento médico, temos o depoimento do médico João Alberto Gurgel, que em 1958 havia sido contratado para trabalhar no recinto de hospedagem.

Quando os flagelados começaram a se deslocar do interior para a capital, em busca de navio para ir até Belém do Pará, localizavam-se na Hospedaria Getúlio Vargas, do INIC. A hospedaria não tinha condições de abrigar o pessoal, entretanto, era o único local onde eles podiam ficar. Ali, chegou-se a ter 12 a 14 mil flagelados, sem nenhuma condição de sobrevivência. A água era levada pelo Corpo de Bombeiros, naqueles carros-pipas; começou a grassar uma epidemia de tifo. Imaginem o seguinte: homens e crianças, sem sanitários, diarreia, uma coisa! Era um verdadeiro inferno para se entrar na hospedaria, com uma quantidade de moscas que havia lá dentro (João Alberto

⁶⁷ O jornal foi criado em 1949 pelo PCB, no Rio de Janeiro. Suas atividades foram encerradas em 1959 por iniciativa do próprio partido, pois haveria a inauguração do jornal Novos Rumos.

Gurgel..., 01/02/1980, p.90).

A situação sanitária naquele abrigo, como relatava o médico, era precária. A distribuição de água potável, por exemplo, melhorou quando o Corpo de Bombeiros, após a confusão de 02 de maio de 1958, disponibilizou carros pipas para aquele espaço. Mas com essa superlotação, que no final de 1958 atingiu a impressionante marca de 12 a 14 mil pessoas, a possibilidade de proliferação de epidemias era uma constante. Mas para combater a tifo o INIC precisava comprar o medicamento clorofenicol, não havendo recursos para isso. De acordo com João Alberto Gurgel, a respectiva doença foi controlada quando o diretor-geral do DNOCS, José Cândido, após visitar a hospedaria, ofereceu o medicamento. Antes disso, “quando chegávamos lá, de manhã, encontrávamos uma média de seis a sete cadáveres diariamente. Com o clorofenicol, atenuamos a epidemia, e a mortandade foi diminuindo” (João Alberto Gurgel..., 01/02/1980, p.90-91).

Situação semelhante, ou pior, era enfrentada por aqueles retirantes que se encontravam fora das dependências da hospedaria, tendo em vista que ficavam privados de qualquer auxílio. Não surpreende que o jornalista Annibal Bonavides (correspondente do *Voz Operária*), ao entrevistar um grupo de migrantes que se encontrava nos cajueiros, ouviu que estes sabiam “que o Governo estava mandando recursos mas estes eram roubados no caminho, antes de chegar para os flagelados” (Sofrem..., 24/05/1958, p.10). Na opinião dessas pessoas os problemas não eram ocasionados pela ausência de verbas destinadas pelo governo federal, mas devido aos desvios que ocorriam no próprio recinto de hospedagem.

Para resolver esse problema dos desvios, um dos migrantes entrevistados sugeriu que: “já está bom da gente quebrar essa jossa de novo”, fazendo alusão ao motim organizado pelos retirantes contra o administrador Waldemar Nepomuceno, ocorrido dia 02 de maio de 1958 (Sofrem..., 24/05/1958, p.10). Movimento contestatório que, de acordo com Bonavides, levantou a moral dos retirantes, pois

não estão dispostos a levar gritos, ou ser humilhados por administradores. A precária assistência que vêm recebendo, eles recebem não como esmola, mas como um dever que tem o Governo de dar-lhes assistência. Os flagelados sofrem a fome e toda espécie de necessidade, mas sob protestos constantes e indignados. A miséria que sofrem não abateu ainda a moral e a coragem dos camponeses (Sofrem..., 24/05/1958, p.10)

Dessa forma, o jornal defendia que os retirantes, além de serem protagonistas desses

levantes de protesto contra a precarização da vida na hospedaria, realizavam essas manifestações imbuídos de indignação e revolta, não aceitando a ajuda governamental simplesmente como caridade, mas cientes das obrigações que os agentes do poder tinham perante suas necessidades no abrigo. Essa consciência sobre o poder e a força que a multidão e suas ações de massa possuíam sobre as autoridades governamentais, porém, foram sendo construídas ao longo dos constantes períodos de estiagem no Ceará – desde a grande seca de 1877 –, havendo na década de 1950 o

estabelecimento desta tradição das ações diretas e a formação amadurecida da multidão como um sujeito político que se apresenta na arena política das relações de poder no sertão sempre que as situações de seca e de fome se repetem (Neves, 2000, p. 20).

Mas, se por um lado houve o incremento de alguns benefícios para os retirantes após o motim do dia 02 de maio de 1958, por outro aumentou a fiscalização e a repressão sobre os sujeitos abrigados na hospedaria. O quantitativo de policiais fazendo a segurança no abrigo e nas suas intermediações foi acrescido logo após o conflito. A justificativa para o aumento das forças militares estava relacionada à ação de alguns retirantes, que após conseguirem expulsar o administrador Nepomuceno resolveram atacar “duas mercearias”. O jornal *Gazeta de Notícias* alertava, em tom sensacionalista, que se tratava de um “numeroso grupo de homens e armados de pau”. Assim, a população que vivia nas imediações da hospedaria estava em “polvorosa ante a eminência de um assalto em massa da turba sublevada” (Viveu..., 03/05/1958, p.2).

Vale ressaltar que essa força policial, meses depois, tentou atrair os retirantes para sua luta contra o governo estadual, como noticiou o jornal *A Fortaleza*, em edição de 06 de dezembro de 1958. Diante da escassez de fontes que nos possibilitem entender se essa associação, entre os militares e os migrantes, concretizou-se, podemos apenas supor que diante de tantas ações truculentas exercidas pelos policiais durante esse motim ocorrido em maio e em outros momentos, os sertanejos tenham se esquivado de ajudá-los.

A ação dos policiais tornou-se intensa neste mês de maio de 1958. O jornal *O Povo*, do dia 27 de maio, relatava em suas páginas que o novo administrador da Hospedaria Getúlio Vargas, Gaspar Brígido, havia solicitado ao chefe da Secretaria de Polícia e Segurança Pública o reforço no policiamento e na vigilância. De acordo com a reportagem, foram identificados 1.600 sujeitos, alguns deles “conhecidos batedores de carteiras e audaciosos arrombadores”, que estavam entre os abrigados instigando-os a cometerem levantes e motins. Dessa forma,

tendo em vista este estado de coisas e a influência nefasta que estavam exercendo esses intrusos no espírito dos sertanejos, o administrador do casarão da rua Olavo Bilac tomou providências junto à Secretaria de Polícia e Segurança Pública, para que seja exercido um maior policiamento ali. Agora, a vigilância acha-se redobrada [...] (Elementos..., 27/05/1958).

O que teria acontecido com essas pessoas identificadas como *influência nefasta*? Apesar de não ter ficado explícito na matéria, os mesmos foram expulsos do abrigo, já que naquele dia da identificação de tais “arrombadores” haviam sobrado “mil e quinhentos pães e mil e duzentas refeições” (Elementos..., 27/05/1958). Além disso, houve em junho de 1958 a organização de uma operação na hospedaria para apreender armas que porventura os sertanejos possuísem, sendo encontradas “100 ‘peixeiras’, cujo tamanho variava de 30 a 45 centímetros de lâmina”. Houve ainda o reforço do policiamento, “sendo estabelecido horário da saída e entrada da Hospedaria” (O Jornal..., 03/06/1958, p.10).

Com o aumento do policiamento ostensivo, a tensão na hospedaria era constante. O jornal *O Democrata*, em edição de 17 de junho de 1958, denunciava que em maio “foram registrados nada menos de OITENTA E TRÊS ÓBITOS INFANTIS e já este mês morreram TRINTA E DUAS crianças”. As letras garrafais tinham o propósito de evidenciar o quantitativo e as principais vítimas que morreram naquele abrigo. Um dos motivos para a alta mortandade era a ausência de medicamentos (O Democrata..., 17/06/1958).

Além disso, denunciavam que, além da fome e da completa ausência de recursos, o novo administrador “José Milton Gaspar Brígido está dando à Hospedaria o aspecto de campo de concentração nazista. Guardas armados de metralhadora na entrada e um CORPO DE CAVALARIA vigiando os pobres infelizes” (O Democrata..., 17/06/1958). Com isso, o jornal de orientação comunista associava aquela força policial e o uso de armamento contra os retirantes a um dos maiores crimes contra a humanidade da história, ou seja, os campos de concentração nazista e o holocausto contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial, no qual as pessoas conviviam diariamente com a ameaça e o medo, entre outros horrores.

Para endossar ainda mais o horror vivenciado pelos retirantes, o periódico *O Democrata* citou que “no último dia de embarque, ‘cumprindo ordens superiores’, os cavaleiros dispersaram a multidão aos trancos e barrancos”. Centenas de pessoas foram pisoteadas, não havendo casos mais graves devido a intervenção de terceiros (O Democrata..., 17/06/1958).

A tentativa de impedir a circulação desses migrantes pela cidade de Fortaleza, através do estabelecimento de horários para entrada e saída, contudo, não surtiu o efeito esperado, já que os mesmos participaram de outras manifestações sociais e políticas durante o ano de 1958, como já enfatizamos no decorrer do capítulo. Um dos conflitos mais emblemáticos

ocorrido nesse recorte de tempo ocorreu em novembro de 1958, quando diversas categorias da sociedade civil, dentre estas os migrantes, protestaram contra o alto custo de vida na cidade de Fortaleza. Este fato favorece a compreensão acerca da maturidade e entendimento que a multidão possuía sobre o seu poder enquanto sujeito político e participante ativo de outras lutas urbanas.

A problemática da carestia, como debatido anteriormente, afetava em demasia a qualidade da alimentação do trabalhador urbano em todo o território brasileiro, pois houve aumentos significativos em alguns itens da cesta básica (feijão, leite, arroz, entre outros) entre os anos de 1951 e 1954, assim como entre 1957 e 1958. Desse modo, as ameaças de greves eram constantes no país. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a polícia militar emitiu um alerta perante a deflagração de uma greve dos trabalhadores em resposta ao elevado custo de vida naquele estado. O jornal *Unitário* afirmava, contudo, que “de de qualquer forma, a Polícia está aparelhada para reprimir qualquer foco de agitação” (*Unitário...*, 09/11/1958, p.1). Ou seja, diante do protesto legítimo das pessoas contra a carestia, a resposta dos agentes do poder seria a violência e a repressão.

A simples existência de diversas organizações direcionadas para a questão da alimentação da população brasileira, tais como a COFAP e a CAN, como já citado anteriormente, não impedia que houvesse no país crises de carestia e de fome. No Ceará, a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) – a versão estadual da instituição federal relacionada a fiscalização do preço dos alimentos – em alguns momentos, buscava auxiliar a população pobre, que sofria com os efeitos da seca. Em maio de 1958, por exemplo, distribuiu 2.000 sacos de feijão e 1.000 fardos de charque aos sertanejos (*Unitário...*, 10/05/1958).

Em outros momentos, contudo, coaduna com os grandes comerciantes e empresários, havendo denúncias sobre a COAP nas páginas dos jornais, fossem relacionadas ao desvio de mercadorias e/ou à ineficácia na regulamentação dos valores dos gêneros alimentícios no mercado. No caso do aumento do pão em novembro de 1958, “a comissão designada pela COAP para estudar o pedido de aumento do pão deu parecer favorável [...]” (*Unitário...*, 07/11/1958, p.1). O pedido de aumento havia sido solicitado pelos donos de padarias, justificando que havia aumentado o valor da saca da farinha de trigo e caso não houvesse esse acréscimo ficariam no prejuízo.

Mas, se para o trabalhador assalariado era difícil alimentar-se, sobretudo, devido ao baixo salário e ao alto custo de vida, mais complicado ainda era para a população pobre migrante, que durante a estiagem de 1958 se deslocou de vários lugares do Ceará e do Nordeste em direção à Hospedaria Getúlio Vargas. Ao esperar naquele espaço por dias e/ou meses para

migrar para outras paragens, um dos principais itens da escassa alimentação era o pão, que após a aprovação da COAP passou a custar “no balcão – Cr\$23,50 o quilo. A domicílio - Cr\$25,00. Por unidade, será vendido a 4 (balcão) e 4 cruzeiros e 20 centavos (a domicílio)” (Unitário..., 07/11/1958, p.1).

O alto valor desse gênero alimentício foi a justificativa para que milhares de sertanejos – em trânsito para outros lugares do Brasil, mas em constante movimento pela cidade de Fortaleza e em contato com outros sujeitos políticos enquanto aguardavam o período do embarque – endossassem o movimento estudantil/operário, unindo forças contra os altos valores da alimentação e da tarifa do transporte público.

Em 1958, houve o aumento de 50% na passagem dos ônibus, que impactava no orçamento do trabalhador cearense e também dos estudantes, passando a custar a partir do dia 10 de novembro Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) para a população em geral e Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos) para estudantes e militares. A conquista pela meia passagem aos discentes, de acordo com Ramalho (1998), havia se concretizado em 1950, sendo concedido 50% de abatimento no valor da passagem, através da Lei Municipal nº 134, de 13 de maio. Tal concessão era direcionada aos estudantes matriculados nos cursos primários, secundários, 1º e 2º ciclo, assim como para comercial e superior, sendo necessário apresentar-se uniformizado para obter tal abatimento ou exibir um documento de identidade escolar correspondente ao ano letivo.

Essa conquista havia sido orquestrada através do Centro Estudantil Cearense (CEC), fundado em 1931⁶⁸. Com a Lei Municipal nº 783, de 18 de março de 1954, contudo, somente aqueles que estivessem fardados ou portassem a carteira de filiação ao CEC teriam direito a este benefício da meia passagem. Essas concessões aos estudantes eram constantemente questionadas pelos empresários, que criaram estratégias para dificultar a compra das passagens, limitando a quantidade de passes. Assim, “nas décadas de 50 e 60 foi motivo, juntamente com o aumento das passagens, de constantes conflitos entre empresários de ônibus e estudantes” (Ramalho, 1998, p.28).

Os primeiros conflitos, em função do aumento do preço das passagens, ocorreram no período da noite do dia 10 de novembro de 1958, quando estudantes e outros trabalhadores revoltados promoveram o quebra-quebra dos ônibus, sobretudo, daqueles localizados nas praças José de Alencar e São Sebastião (centro da cidade). O jornal *Unitário* informava que, com o

⁶⁸ Para entender melhor sobre a criação e a atuação do Centro Estudantil Cearense ver Maciel (2017), Moreira (2012) e Ramalho (1998).

aumento, o clima era tenso, com “policiais guardando os pontos de ônibus, mas nenhum distúrbio grave ocorreu durante o dia”. Às 20:00 horas, contudo, “teve início na Praça José de Alencar o ‘quebra-quebra’, quando centenas de populares e estudantes armados com pedras, investiram contra os coletivos, quebrando partes deles” (Início..., 11/11/1958, p.1).

A repressão ao movimento foi “forte”, como informou o periódico *Unitário*. Um grupo de policiais para garantir os direitos dos empresários e o patrimônio destes “espancou populares e estudantes”. No final da noite, os transportes foram recolhidos, deixando a população que retornava para casa à própria sorte (Início..., 11/11/1958, p.1).

No dia seguinte, a população continuava apreensiva diante do recolhimento dos ônibus na noite anterior e da possibilidade de paralisação novamente do transporte público. Tensão que reverberou em confronto entre estudantes, populares e policiais. De acordo com o *Unitário*,

a situação parecia normalizar-se, quando iniciou-se novo ‘quebra-quebra’, que dentro em pouco generalizou-se pelas ruas e subúrbios da cidade. Na praça do Liceu, estudantes foram agredidos por elementos da Polícia e cinco deles saíram feridos. À noite, na Praça José de Alencar estava uma verdadeira praça de guerra. Populares e estudantes passaram a atirar pedras contra os ônibus, enquanto elementos da Guarda Civil e da Polícia Militar permaneciam naquela praça, armados, procurando proteger os ônibus (Fortaleza..., 12/11/1958, p.1).

Após esse *quebra-quebra*, os proprietários decidiram retirar de circulação todos os ônibus, deixando a cidade “completamente sem transportes”. O periódico acima atribui essa crise na capital ao “exorbitante aumento do preço das passagens”, sendo as ações revoltosas das pessoas apenas uma reação a isso (Fortaleza..., 12/11/1958, p.1). Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar na reportagem era a disparidade de armamentos usados nesse confronto: enquanto a população utilizava pedras, os guardas civis e militares protegiam os ônibus com armas de fogo.

No dia 15 de novembro, estudantes e operários uniram forças e promoveram diversas manifestações em Fortaleza contra “a onda de carestia que atualmente aflinge o nosso povo, sob às vistas da Comissão de Abastecimentos e Preços”. Os discentes se concentraram inicialmente na praça da Bandeira (centro da cidade), em frente ao Clube dos Estudantes Universitários. A proposta dessas duas categorias era formar uma “frente única contra a carestia”, paralisando os coletivos no centro da cidade. Seria, contudo, uma manifestação pacífica, no qual os estudantes iriam “jogar xadrez nas ruas de acesso ao centro da cidade, obrigando os ônibus a trafegarem por outros locais”, como afirmou um dos participantes do movimento estudantil ao periódico *Unitário* (Estudantes..., 15/11/1958, p.1).

Outra pauta dos estudantes, anunciada pelo *Unitário*, era o preço abusivo do pão. Assim arquitetaram um estratagema: “a partir de segunda-feira próxima, eles se postarão em frente às padarias, uma de cada vez, procurando evitar que o povo adquira o produto naqueles estabelecimentos” (Estudantes..., 15/11/1958, p.1). Mas em que medida esse aumento do pão atingia os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas? Além de ser um dos principais e poucos alimentos recebidos no abrigo, desde fins de julho de 1958 o recinto de hospedagem possuía em suas dependências uma padaria, com estimativa de produção diária de 7 mil pães. De acordo com o administrador da hospedaria, Gaspar Brígido, seriam “empregados exclusivamente flagelados, dos 8.127 que se acham alojados nas dependências do casarão do São Gerardo” (O Estado..., 12/07/1958).

Concluímos, assim, que o aumento no valor da farinha de trigo impactaria demasiadamente na produção interna de pães na hospedaria, aumentando os problemas, já abundantes, relacionados à escassez de gêneros alimentícios naquele lugar. Dessa forma, se imagina que unir forças com estudantes e operários era essencial para que estes retirantes conseguissem obter melhores condições de vida no abrigo federal em Fortaleza.

Mas aquele protesto, ocorrido no dia 15 de novembro de 1958, que a princípio pretendia ser pacífico, tornou-se tenso, ocorrendo confrontos entre estudantes, operários e a força policial. O periódico *Correio da Manhã* criticava essa união entre discentes e trabalhadores, denominada de Aliança Operário-Estudantil, afirmando que estes haviam dando um ultimato ao governador: caso não baixasse em “72 horas o preço das tarifas de ônibus”, o quebra-quebra na cidade continuaria. Estes sujeitos haviam, de acordo com a reportagem, depredado e saqueado diversas padarias e atacado “as casas dos donos de empresas de transporte”, protestando contra o aumento do preço dos transportes e do pão. Além dessas ações,

[...] as desordens culminaram com um ataque à Assembleia Legislativa Estadual. O prédio foi invadido, seus arquivos arrebentados, mas a Força Pública surgiu quando os manifestantes se aproximaram do plenário. Os soldados dispensaram a multidão com rajadas de metralhadoras, mas não evitaram que fosse destruída parte da coleção de anais da Assembleia (Quebra-quebra..., 18/11/1958, p.21).

Enquanto estudantes e trabalhadores eram ameaçados com metralhadoras pela polícia ao protestarem contra o abusivo aumento do transporte público e do pão, o jornal *Correio da Manhã* direcionava sua preocupação para a preservação do patrimônio da Assembleia Legislativa do Ceará e das propriedades particulares. Afinal, havia a suspeita que

grupos comunistas estivessem infiltrados no âmago do movimento, desvirtuando o protesto pacífico e levando-o à baderna. E, na concepção desses agentes do poder, o diálogo com esses sujeitos seria inviável. Defendiam ainda, na reportagem, que esse colóquio com os grupos infiltrados não seria possível, nem mesmo com os líderes do movimento, já que era “impossível controlar a massa” que não seria formada apenas por discentes e operários, mas sofreria a “ação funesta de desordeiros e até de saqueadores” (Quebra-quebra..., 18/11/1958, p.12).

A reportagem do periódico *Jornal do Brasil*, porém, nos possibilita entender melhor alguns “detalhes” ocultados pelos outros artigos jornalísticos consultados. Na respectiva matéria soubemos que o protesto ocorrido no dia 15 de novembro de 1958 contou com “mais de 1.000 estudantes dos cursos secundários e universitários, revoltados contra os aumentos consecutivos dos preços dos ônibus e do pão [...]” (Jornal do Brasil..., 16/11/1958, p.5).

De acordo com o jornal carioca, os discentes, aproveitando o período do feriado do Dia da Proclamação da República (15 de novembro), combinaram a reação ao aumento das passagens de ônibus e do preço do pão indo até à Assembleia Legislativa do Estado. Assim, “todos os meninos do Liceu do Ceará”, juntamente com grupos do ensino superior do Centro dos Estudantes, se encontraram na praça da Bandeira (centro da cidade). De lá, empunhando diversos cartazes saíram em direção à Assembleia. Nas faixas havia frases que afirmavam o caráter pacífico do movimento, explicando à população em geral que a luta era contra a carestia (Jornal do Brasil..., 16/11/1958, p.5).

O plano era impedir que os ônibus saíssem às ruas, assim como dificultar a compra do pão naquele dia. Mas, ao iniciarem o trajeto entre a praça da Bandeira e a Assembleia, “um motorista de ônibus, que na ocasião dirigia um táxi, disparou o revólver contra a coluna de estudantes, matando o jovem José Oswaldo (de 14 anos), filho de um comerciante local” (Jornal do Brasil..., 16/11/1958, p.5). A partir daí, o movimento ganhou ares de revolta generalizada e aquela multidão pacífica iniciou o quebra-quebra, começando com a Panificadora Globo.

Ao chegarem à Assembleia, arrombaram as portas e jogaram vários documentos na rua. A força policial, aproximadamente 500 homens, foi convocada para conter a ação dos estudantes, como informa o periódico *Jornal do Brasil*. Os discentes, ao saírem daquele espaço, se dirigiram à praça do Ferreira (centro de Fortaleza), dando início à “Operação Ônibus”.

Todos os motoristas de ônibus foram convidados pelos estudantes a recolher os seus veículos às garagens. Alguns reagiram, dando motivo a escaramuças e ferimentos dos dois lados. Logo em seguida desembarcaram na Praça centenas de soldados, armados de metralhadoras e bombas de gás, que, dizendo cumprirem ordens superiores, mandaram os ônibus se recolherem para evitar depredações. Grupos de estudantes escaparam do cerco da Polícia

e, armados de galhos de árvores e cavaletes, levantaram piquetes nas transversais e ruas de acesso ao Centro. Depois, os estudantes se recolheram ao Centro Universitário, na Praça da Bandeira, onde foram prestados socorros aos feridos. O Centro prepara-se para fazer o enterro do menor José Osvaldo, mas a Polícia diz que não permitirá mais qualquer manifestação pública. (Jornal do Brasil..., 16/11/1958, p.5).

Assim, ficaram feridos 30 estudantes no confronto com os policiais e os motoristas de ônibus, saindo mortalmente ferido o estudante José Osvaldo. A repressão da força policial contra os manifestantes, com o uso de metralhadoras e gás lacrimogêneo, é minimizada e, pior, justificada, em alguns artigos jornalísticos consultados, afirmando-se que os discentes cometeram crime contra a propriedade privada (destruição das padarias) e invasão e depredação do patrimônio público, ao arrombarem e destruírem os arquivos da Assembleia.

O jornal *Unitário*, por exemplo, em edição publicada em 18 de novembro de 1958 afirmava que não podia “ser mais justa, no caso, a repressão movida pelas autoridades [...]”. A punição, enfatizava o periódico, não era de quem participou do movimento, mas sim “de elementos aproveitadores e interessados na anarquia estranhos às classes estudantis e operárias”. De acordo com a matéria, os próprios estudantes e trabalhadores romperam com o “movimento, que a desordem desvirtuou, enquanto persiste a ação maléfica das hordas do ‘quebra-quebra’” (Ônibus..., 18/11/1958, p.1).

Na reportagem do *Jornal do Brasil*, do dia 16 de novembro, encontramos a acusação também de que o movimento de *quebra-quebra* havia sido orquestrado por “agitadores”, no caso os comunistas. O jornal trazia na reportagem – que foi publicada ao lado da matéria que denunciava a morte do estudante José Osvaldo – uma entrevista com o governador em exercício Décio Félix Cartaxo (presidente da Assembleia Legislativa do Ceará). De acordo com este, era mentira que os estudantes tivessem adentrado as dependências da Assembleia, assim como seria mentira que qualquer estudante tivesse morrido, “porque a Polícia agiu a tempo e com ‘serenidade’”. Disse ainda que

vai apurar a identidade dos comunistas infiltrados no meio dos estudantes para processá-los criminalmente por ‘crime de incitação pública à desordem’ e ‘contra o patrimônio do Estado’ (Jornal do Brasil..., 16/11/1958, p.5).

A *serenidade* dos policiais é bastante questionável, já que em outro momento do conflito pelo aumento das passagens de ônibus e do preço do pão (ocorrido alguns dias depois), Décio Cartaxo ameaçou agir contra os manifestantes com o mesmo rigor efetuado neste dia 15.

Com o uso de armas pesadas e outros instrumentos de repressão, não é difícil imaginar que diversos estudantes saíssem gravemente feridos, seja nessa manifestação ou em qualquer outra. Como ocorreu, por exemplo, com o discente José Ailton Silva, de apenas 13 anos, que compareceu à redação do jornal *Unitário* no dia 12 de novembro para denunciar um policial, que, ao identificá-lo como estudante – encontrava-se fardado –, o espancou. José Silva, porém, afirmava veementemente não ter participado de nenhum movimento contestatório ocorrido naquele período (*Unitário...*, 13/11/1958, p.1).

É interessante mencionar que esses conflitos envolvendo estudantes, população em geral e agentes do poder em torno do aumento das tarifas dos ônibus não se restringiram ao Ceará, sendo um movimento de caráter nacional nesse ano de 1958. Na cidade de São Paulo, por exemplo, ocorreu uma revolta no dia 30 de outubro daquele ano, contra o aumento dos valores dos transportes públicos. O preço da passagem dos ônibus, que era de Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos) passou para Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), assim como houve aumento dos bondes, passando de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) para Cr\$ 3,00 (três cruzeiros).

A partir da reportagem produzida pelo *Jornal do Brasil*, sabemos que no dia 30 de outubro, enquanto funcionários da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) tiravam de circulação bondes e ônibus, recolhendo-os para a garagem sob a escolta da polícia municipal, armada de metralhadoras, “alguns disparos foram feitos contra populares, iniciando-se a confusão, que parecia não ter maior gravidade, mas acabou degenerando-se em conflito” (*Jornal do Brasil...*, 31/10/1958).

Esses disparos atingiram diversas pessoas, matando cinco estudantes. E de quem seria a culpa por tal atrocidade contra os manifestantes? Na reportagem do *Jornal do Brasil*, o secretário da justiça do Estado, Pedro Horta, responsabilizou inicialmente os próprios revoltosos pelo assassinato dos companheiros, já que os policiais estariam somente revidando os tiros recebidos. Outro culpado seria o prefeito de São Paulo, Ademar de Barros – eleito pelo Partido Social Progressista (PSP) em 1957 – que, em disputa com o governador Jânio Quadros, deixou a CMTC à mercê da população revoltada.

No Ceará, a tensão na capital permaneceu até o dia 19 de novembro de 1958, quando a imprensa divulgou que um “numeroso grupo de flagelados recolhidos à Hospedaria Getúlio Vargas se preparava para vir ao centro de Fortaleza, não se sabendo o que poderia ocorrer de tal fato”. Além disso, o periódico *Diário de Pernambuco* afirmava que “corria a boca pequena que os estudantes compareceriam hoje à reunião da Câmara Municipal de Fortaleza [...]” (*Estudantes...*, 21/11/1958, p.10). A hipótese é que os abrigados tenham sido convocados pelos próprios estudantes e pelos operários para participar do movimento unificado contra a carestia.

Apesar das cercas, da presença de guardas (alguns armados) e do estabelecimento de horários para entrada e saída, esses mecanismos de repressão não impediam que estes migrantes se movimentassem pela cidade e participassem de ações de massa.

Mas, se no jornal *Diário de Pernambuco* o envolvimento entre retirantes, estudantes e operários ficou subentendido, em outro artigo jornalístico temos a respectiva confirmação. A partir da entrevista cedida pelo governador do Ceará, Flávio Marcílio – que se encontrava em novembro de 1958 no Rio de Janeiro em busca de verbas federais para resolver diversos problemas no estado –, ao periódico *Diário da Noite*, sabemos que a cidade havia voltado à normalidade após os protestos daquele dia 19 de novembro. O governador afirmou que era

contra o aumento tarifário concedido pela Prefeitura, desde o início. Por mim o problema ficaria para ser resolvido pelo próximo Governo. O resultado, todos têm conhecimento: estudantes apoiados por particulares e grande número de flagelados – mais de onze mil vivendo atualmente na hospedaria Getúlio Vargas, onde existe apenas 2 mil vagas – iniciaram manifestações de descontentamento (*Diário da noite...*, 19/11/1958, p.10).

A entrevista do governador, que foi publicada na página policial do jornal, indicava como aqueles estudantes, operários e retirantes eram percebidos por este grande periódico, pertencente também ao grupo dos Diários Associados. Outro aspecto que é importante problematizar está relacionado à disputa, por diversos grupos políticos, pela força que essa multidão (mais de onze mil) de sertanejos poderia ter em qualquer movimento social. Como vimos anteriormente, além dos discentes e trabalhadores assalariados, um grupo de policiais também buscou conquistar os migrantes para sua luta nesse ano de 1958.

Assim, além da expectativa de se ter em marcha aproximadamente 11 mil retirantes, saindo da Hospedaria Getúlio Vargas até o centro da cidade, existia ainda a ameaça dos estudantes se dirigirem à Câmara Municipal – que em 1958 localizava-se no centro – para pressionar os vereadores. A partir da pressão, se buscava aprovar um “contraprojeto”, que revogaria a lei anterior, que concedia o aumento dos valores das passagens dos ônibus. Com a tensão envolvendo o deslocamento desses abrigados e dos discentes pelos principais logradouros do espaço urbano da capital cearense, as autoridades governamentais aumentaram substancialmente a quantidade de patrulhas policiais, “bem armadas”, que visava “abafar qualquer agitação que por acaso surgisse” (*Estudantes...*, 21/11/1958, p.10).

De acordo com o jornal *Diário de Pernambuco*, o governador em exercício, Décio Teles Cartaxo, convocou os principais líderes estudantis para pedir que estes afastassem do

âmbito do movimento qualquer ação subversiva. Além disso, pediu explicações sobre um possível plano, denominado “Operação 2”, contra o custo de vida (Estudantes..., 21/11/1958, p.10). A respectiva operação se constituía, como informou o jornal *O Povo*, na realização de palestras nas portas das fábricas, das escolas e dos bairros. A ideia era lançar um apelo

[...] aos trabalhadores para que consumam o mínimo de pão de farinha de trigo, substituindo pelo pão de milho, que tem muita substância nutritiva; [...] visita aos bairros mais próximos da cidade para conclamar as suas populações a evitar, sempre que possível, o uso dos transportes coletivos (*O Povo*..., 14/11/1958).

Mas se, por um lado, o governador rogou por auxílio, por outro, fez ameaças, deixando os estudantes cientes de que a polícia estava preparada “para reprimir com energia qualquer nova agitação nos moldes da ocorrida no sábado passado, dia 15”. Após a fala do chefe do governo, alguns líderes estudantis se pronunciaram. Destacamos aqui a fala do presidente do CEC, Luiz Edgar Cartaxo de Arruda.

Não nos é lícito provocar uma convulsão social. No entanto é perfeitamente lícito protestar em nome do povo contra os sucessivos aumentos. Quero, porém, tranquilizar o Governo do Estado. Os estudantes, pelo menos no momento, enquanto as condições forem essas, não participarão de qualquer movimento de rua. Onze vereadores se comprometeram com os estudantes de, através de um contra projeto revogar a lei que aumentou os preços das passagens. Caso isso não aconteça e o povo seja ludibriado, será pior para a Câmara e para a segurança, pois acredito que mesmo sem liderança dos estudantes, o povo se revoltará (*Estudantes*..., 21/11/1958, p.10).

O CEC, quando foi criado na década de 1930, primava pela imparcialidade e neutralidade diante de alguns debates polêmicos que envolvessem a política no Ceará. A partir dessa premissa, a imprensa retratava os estudantes, suas organizações e manifestações como ordeiras e disciplinadas, imagem que foi sendo transformada com o passar do tempo. De acordo com Maciel (2017), a partir do final dos anos de 1950 e, sobretudo, na década de 1960, essa descrição modifica-se, sendo os discentes retratados nos jornais como desordeiros e subversivos.

Mas, ao analisarmos alguns periódicos, já debatidos ao longo do texto, percebemos que tais agitações normalmente eram atribuídas a outros: comunistas, agitadores, marreteiros, arrombadores, etc. No discurso do líder estudantil Edgar Arruda observamos uma tentativa de

se distanciar desses grupos tidos como radicais, procurando acalmar os ânimos dos participantes. Além disso, buscava a negociação com os vereadores para obter sucesso na luta contra a carestia. Caso essa negociação não lograsse êxito, como salientou o líder do CEC, o povo se revoltaria, mesmo sem a liderança estudantil.

Após pressão exercida pelo movimento estudantil, pelos trabalhadores e pelos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, vereadores, associações de panificadoras e outros sujeitos foram convocados pelo governador em exercício Décio Teles Cartaxo para negociar. A partir do diálogo com os vereadores, que colocaram em pauta na Câmara Municipal o projeto que diminuía em 50% o aumento concedido antes, houve a diminuição do valor do preço dos ônibus.

Quanto ao preço do pão, o governador reuniu-se com uma comissão de donos de padarias, que se comprometeu em reduzir o valor da tabela vigente, diminuindo o valor estabelecido anteriormente: de Cr\$ 23,50 (vinte e três cruzeiros e cinquenta centavos) o quilo passaria a custar Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). Já o valor unitário, vendido a Cr\$4,00 (quatro cruzeiros), diminuiria para Cr\$3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos). Além disso, houve o compromisso de “dar diariamente uma cota de 50 pães para os flagelados da Hospedaria Getúlio Vargas” (Estudantes..., 21/11/1958, p.10).

A pressão que essa multidão exerceu, nesses dias de enfrentamento direto, ou *frente-a-frente*, como diria Rudé (1991), com os agentes do poder e a sociedade civil em Fortaleza propiciou alguns benefícios para trabalhadores, estudantes e migrantes, como a diminuição do preço da passagem, reduzindo assim o impacto que esse acréscimo teria no custo de vida desses sujeitos; assim como o valor do pão, um dos principais e poucos alimentos recebidos pelos sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas naquela seca de 1958.

Na historiografia que busca perceber a ação desses indivíduos invisibilizados, vemos alguns exemplos de ações análogas. Na França do século XVIII, por exemplo, quando havia más colheitas e a fome era implacável, as pessoas manifestavam sua indignação saqueando mercados e estabelecimentos comerciais, ou “obrigando donos de lojas, moleiros, agricultores e comerciantes a vender seus produtos por preços menores, ou então forçando as autoridades a intervir em favor dos pequenos consumidores” (Rudé, 1991, p. 22).

Um outro recurso utilizado pelos sertanejos alocados na Hospedaria Getúlio Vargas para expressar sua indignação contra a precarização das condições de vida naquele espaço era o saque. Apesar de termos encontrado poucas matérias jornalísticas relatando sobre os saques realizados pelos retirantes que estavam naquele abrigo, aquelas que encontramos nos proporcionaram um entendimento aguçado de como esses migrantes se percebiam como

sujeitos políticos, transformando esse tipo de protesto em algo organizado, tendo em vista que ocorreram saques simultâneos em vários estabelecimentos diferentes em 1958. Algo que normalmente não ocorria, pois uma característica dos saques era a espontaneidade. Todos, contudo, eram instigados pela necessidade e pela concepção de que o Governo tinha uma obrigação moral de lhes socorrer.

O primeiro registro de saque aos estabelecimentos comerciais em Fortaleza, realizado pelos abrigados na hospedaria, deu-se em março de 1958, quando um grupo de “homens famintos” saiu do abrigo em direção à Rua Conde D’Eu (centro da capital) e saquearam o estabelecimento comercial “Casa Zé Vieira”, como é possível visualizar no registro do jornal *Tribuna do Ceará* (Princípio de saque..., 24/03/1958).

Figura 16. Saque dos sertanejos



Fonte: Jornal Tribuna do Ceará, 24/03/1958.

Na ocasião, na manhã do dia 24 de março de 1958, uma “leva de flagelados, saídos da Hospedaria Getúlio Vargas, saqueia a Casa Zé Vieira, a primeira vítima do comércio [...]”. Suas ações eram motivadas pela “situação de desespero e penúria em que se encontram [...]”. Assim, um grupo de aproximadamente 300 homens, após percorrer várias ruas do centro da cidade, conseguiu saquear a casa comercial, levando entre outros objetos, “duas sacas de feijão, meia saca de café e várias barras de sabão”. Após a realização do saque,

os famintos dirigiram-se ao Palácio da Luz, para pedir providências do Governador do Estado. Da sacada do Palácio, o Governador Flávio Portela Marcílio prometeu serviço a todos aqueles que o desejassem. Imediatamente foi posto à disposição dos flagelados um caminhão do Serviluz, que os conduziu às obras do D.A.E.R. na Estrada de Maranguape (Princípio de saque..., 24/03/1958).

Diante da pressão da multidão, o governador prometeu serviço nas obras de construção de estradas em Maranguape, assim como na estrada que estava sendo construída entre Messejana e Parangaba. Mas somente cinquenta homens teriam aceitado o trabalho oferecido pelo chefe do governo. Tal atitude comprovava, de acordo com o jornal *Tribuna do Ceará*, que no âmago do movimento dos retirantes havia um “grande número de marreteiros e aproveitadores”. O restante dos “assaltantes”, como qualifica pejorativamente o periódico os sujeitos que participaram do saque, dispersaram-se, alguns espontaneamente e outros sob a coerção da polícia.

Assaltantes seriam somente aqueles identificados como *marreteiros* ou todos os 300 homens que participaram do saque? A informação contida no artigo do jornal *Tribuna do Ceará* é dúbia nesse sentido. Mas acreditamos que estivesse se referindo exclusivamente aos *aproveitadores*, pois na imagem retratando o momento exato do saque, apesar de afirmar que a casa comercial havia sido a primeira vítima, justificava que os homens agiam “ante a situação de desespero e penúria em que se encontram os nossos sertanejos” (Princípio de saque..., 24/03/1958). Neves afirma que havia dois posicionamentos contidos nas notícias publicadas pelos jornais, tratando de formas diferentes

as duas categorias sociais envolvidas nos saques, diferenciando, na verdade, posições coletivas a respeito da formação de um sujeito político que, por vezes, é relativamente autorizado (quando formado pelos sertanejos que fogem da seca) e, em outras ocasiões, é completamente desautorizado (se formado pelos desempregados urbanos) (Neves, 2000, p.184).

Assim, a participação desse grupo de homens denominados *marreteiros*, provavelmente desempregados urbanos, nos movimentos dos saques não seria autorizada, nem pela imprensa, nem por outros sujeitos. Encontramos tal afirmativa também no periódico de oposição, *Diário do Povo*, em publicação de 25 de março de 1958.

Na respectiva reportagem, se afirmava que na manhã do dia 24 de março “um grupo de flagelados que se encontravam na Hospedaria Getúlio Vargas saiu às ruas em busca de alimentos, uma vez que não há comida naquela repartição federal”. Mas à medida que iam

percorrendo as ruas, entre a Olavo Bilac e o centro da cidade, “o grupo aumentava, quando se agregavam a ele não só outras pessoas que passavam necessidade como malandros – que representam também um problema sério em nossa capital” (Séria..., 25/03/1958).

Além disso, o *Diário do Povo* afirmava que, a princípio, os retirantes foram ao Mercado Central, para pedir comida, mas resolveram “tomar uma medida mais grave para matar a fome. E penetraram no Mercado Central, onde conseguiram apossar-se de cereais pertencentes aos comerciantes que ali negociam” (Séria..., 25/03/1958). Teria sido uma iniciativa dos *malandros*? Mesmo não havendo essa informação explicitamente, ao relatarem que no âmbito do grupo que saqueou havia pessoas que não faziam parte dos abrigados da hospedaria, se deduz isso. De qualquer forma, a ação desses sujeitos seria assim uma advertência aos agentes do poder e aos negociantes de todo o Ceará, “pois os que estão passando fome, nos dias que correm, parece não terem a mesma paciência dos seus antepassados” (Séria..., 25/03/1958).

Mas o que teria acontecido com aqueles retirantes que não aceitaram o trabalho oferecido pelo governo estadual? Retornaram para a hospedaria ou continuaram nas ruas do centro da cidade? São questões que não conseguimos responder tendo como base as reportagens citadas acima. A partir de outros artigos jornalísticos, porém, conseguimos elucidar algumas das problemáticas relacionadas às sanções impostas aos sertanejos que participavam dos saques em Fortaleza.

A imprensa denunciava que, entre os dias 20, 21 e 22 de abril de 1958, os migrantes abrigados na hospedaria saíram daquele recinto em direção a diversos estabelecimentos comerciais, feiras livres e ao restaurante do SAPS, localizados no centro da cidade e no bairro Jacarecanga, com o objetivo de saqueá-los. Na manhã de domingo de 20 de abril, de acordo com o periódico *Correio do Ceará*, “cerca de cem flagelados invadiram a cosinha do SAPS, onde se encontravam alguns funcionários, com o propósito de saquear mercadorias ali existentes” (Agitadores..., 22/04/1958). Tal ação não teria ocorrido devido à atuação do delegado do SAPS, José Almir de Carvalho.

O mesmo, que havia exercido a função de delegado de polícia anteriormente, conhecia a ficha corrida de um revoltoso em específico: o “agitador Mário Lima”. Este sujeito, sem perceber a presença de Carvalho, falava aos retirantes “fiquem aqui que eu vou buscar mais duzentos”. Em qual espaço iria convocar mais pessoas? O jornal *Correio da Manhã* relatava ainda que, após o administrador do SAPS reconhecer Mário Lima⁶⁹

⁶⁹ Não foi possível encontrar nenhum processo crime referente ao ano de 1958 que estivesse relacionado ao caso de Mário Lima no saque ao SAPS ou qualquer informação sobre seus crimes anteriores. No Arquivo Público do Ceará não encontramos no catálogo de pesquisa processos crimes referentes ao ano de 1958. Caso exista ainda se

– classificado pela reportagem como um “agitador e desordeiro, já condenado pela Justiça por crime cometido em Fortaleza” –, ele teria sido expulso com “a devida energia pelo Delegado do SAPS”. Após a expulsão, o restante dos retirantes recebeu “farinha, pão e bolacha” (Agitadores..., 22/04/1958).

Tal *energia* teria sido atribuída também ao restante dos participantes daquela tentativa de saque? Na reportagem, os editores buscaram evidenciar muito mais a benevolência do delegado diante da fome dos migrantes, assim como a punição para Mário Lima, que propriamente o destino que tiveram os outros sujeitos. Encontramos, porém, outro jornal que contradiz parcialmente a matéria acima. Nas páginas do periódico carioca *O Jornal*, Mário Lima – condenado anteriormente por envolver-se em agitações – conseguiu escapular-se do delegado e dos outros policiais que se encontravam no restaurante, não sendo punido pelo envolvimento no ataque ao restaurante (*O Jornal*..., 02/04/1958, p.1).

Entre os dias 21 e 22 de abril de 1958, uma nova leva de ações foi registrada na cidade de Fortaleza. O jornal *Tribuna do Ceará* informava que

registraram-se vários assaltos de flagelados a estabelecimentos comerciais, onde se vendem comestíveis. Uma leva deles, depois de percorrer várias ruas da cidade, invadiu a feira livre de ontem, na praça Paula Pessoa, registrando-se fato idêntico no Mercado São Sebastião. Enquanto isso, outro numeroso grupo invadiu a Padaria Continental, localizada na esquina das ruas Pe. Ibiapina e Pedro Pereira, forçando o proprietário da mesma, sr. Emidio Matos, a distribuir-lhes pão. O fato registrou-se às 10:30 de ontem. Por outro lado houve princípio de saque ao SAPS, não tendo este se consumado dado a intervenção eficiente da Polícia que, além de os debelar, conduziu-os à Hospedaria Getúlio Vargas, de onde haviam saído. Segundo podemos colher, a feira livre da Piedade foi assaltada, na manhã de hoje, por numeroso grupo de retirantes, os quais não conseguiram levar nada, em virtude de terem fechado as barracas os vendedores diante da ameaça iminente. Aproximadamente duzentos homens compunha este grupo (Levas..., 22/04/1958).

Uma mudança no discurso dos responsáveis pelo jornal *Tribuna do Ceará* era perceptível no intervalo de um mês. Se no primeiro saque, realizado em março de 1958, fica subentendido que os retirantes eram apenas vítimas dos marreteiros e estes eram os verdadeiros *assaltantes*, na reportagem acima, todos, retirantes ou não, eram denominados como *assaltantes*. Esta não era a fala predominante, pois normalmente a imprensa atribuía a autoria dessas ações aos agitadores, comunistas e marreteiros. Assim, concluía o *Correio do Ceará*,

tendo em vista que, após essas séries de saques simultâneos pela cidade no dia 21 de abril, “só resta uma coisa certa: esses homens são dirigidos por agitadores e, diante disso, a polícia se obriga, com urgência, a adotar as medidas severas que o caso requer” (Agitadores..., 22/04/1958).

É importante ressaltar que após o mês de maio de 1958, quando um novo administrador passou a gerenciar a Hospedaria Getúlio Vargas – após a expulsão de Waldemar Nepomuceno – não visualizamos na imprensa mais casos de saques envolvendo os retirantes daquele abrigo. Provavelmente isso tivesse relação com um maior controle que passou a existir sobre a circulação dos migrantes pela cidade, havendo ainda a presença constante de guardas armados. Fato que não impediu que outras ações de massa ocorressem ao longo daquele ano.

Além disso, mesmo sendo taxados de inocentes, pacíficos e pacatos, pelos jornais e autoridades governamentais, podemos pensar que os retirantes se aproveitavam dessa experiência dos *outros* – comunistas, estudantes, operários – na organização de ações de massa (passeatas, saques, motins e revoltas) para lutar por suas causas particulares, para serem vistos e ouvidos. Mas, se por um lado, houve a participação dessa população migrante em eventos que buscavam uma justiça social, por outro houve momentos em que estes indivíduos foram cooptados para trabalhos bastante questionáveis, como auxiliar os policiais na derrubada de residências irregulares na capital. Uma discussão que iremos empreender no próximo tópico.

4.3 “Não somos mendigos. Queremos trabalho”: ocupações (in)dignas para os retirantes da seca

A migração de sertanejos para a cidade de Fortaleza na década de 1950, em busca de melhores condições de vida, tornou-se uma constante. Mesmo nos períodos de regularidade climática esses sujeitos se movimentavam em direção à capital cearense, fosse com o propósito de conseguir alguma ocupação no próprio espaço urbano ou uma passagem no intuito de migrar para outra região do país. A imprensa, além de os retratar como retirantes ou flagelados, passou a denominá-los também como “deslocados da seca”, já que

[...] corriam para a cidade porque tinham ouvido falar pelo rádio que aqui havia recursos, des-locados em busca de se alocarem. Onde? Houvera muitas placas, sim, nas fachadas das indústrias novas, nas obras da construção civil, solicitando: Precisa-se de. E vinham chegando às carradas. Diz que os próprios prefeitos do interior, acossados pela vaga, alugavam caminhões e

mandavam soltar aqui. A Hospedaria Getúlio Vargas sofreu horrores nessa época. O Sr. Expedito [...] contou que não tinham mais como acomodar o número excessivo, que era um verdadeiro exagero. Em novembro de 1958, esse número ultrapassou os onze mil (Araújo, 2000, p. 83).

Muitos desses sujeitos que se deslocavam para a cidade se dirigiam para a Hospedaria Getúlio Vargas, que nesses anos de 1950 tornou-se o principal centro de referência para essa população pobre e migrante. Mas, ao longo desse período supracitado, devido à lotação ou à carência de verbas para manter as portas do abrigo abertas, muitos desses deslocados não encontravam vagas. Assim aconteceu com Dona Maria, o marido e os filhos (já citados ao longo do texto), que, ao saírem de Quixadá nos primeiros meses de 1954 em direção à Fortaleza, não conseguiram se registrar naquele espaço.

Enquanto aguardavam por uma vaga dentro da hospedaria, o marido de Dona Maria – que não teve o nome citado na matéria da *Revista Momento Feminino* – realizava atividades temporárias para obter alimentos, para ele e a família sobreviverem. Ao ser indagado pela repórter Léa Sá, responsável pela reportagem, sobre a possibilidade de obter trabalho na cidade, explicou que procurava “mas cadê o serviço? Chego num lugar, peço trabalho daí respondem que só com carteira. E onde vou tirar carteira? Não tenho documento nenhum, nem dinheiro” (Revista momento..., abril de 1954, p.6).

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas⁷⁰, ao realizar pesquisas sobre a migração de pessoas para Fortaleza, entre as décadas de 1950 e 1960, nos possibilitou perceber quais eram as principais ocupações entre essa população que migrava para a capital cearense, assim como os motivos que dificultavam obter trabalho. Entre os migrantes entrevistados (185 pessoas), o que mais dificultava conseguir alguma ocupação era “não conhecer ninguém” (26,6%), mas a falta de instrução (11,8%) e a ausência de documentos (7,7%) também se configuraram como problemáticas significativas (Ceará, 1967, p.114). Com isso, a preocupação do sertanejo, esposo de Dona Maria, era pertinente, pois sem seus documentos pessoais não poderia retirar a carteira de trabalho e se tornar um trabalhador assalariado.

Assim, tal como aconteceu com o migrante vindo de Quixadá em princípio de 1954, em companhia da esposa e dos filhos, a realidade de centenas de sujeitos que migraram para

⁷⁰ Em 1961, durante o governo de Parsifal Barroso, o Ceará firmou um acordo com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, de Recife, para encontrar as causas da migração dos sertanejos para a capital cearense. A partir desse diagnóstico seria possível pensar nas remediações necessárias. Tal projeto, contudo, só foi finalizado em 1963, no governo de Virgílio Távora. Assim, na tentativa de perceber quem eram esses migrantes e por quais motivos se deslocavam para Fortaleza, realizaram diversas entrevistas com moradores do Pirambu, a maior favela na década de 1950, e com os abrigados da Hospedaria Getúlio Vargas.

Fortaleza neste recorte era análoga: sem documentos e carteira assinada – não existindo dessa forma como cidadãos plenos de direitos –, sem possuir nenhum parente ou conhecido que os auxiliasse na obtenção da ocupação, esses indivíduos dificilmente conseguiam emprego ou trabalho temporário.

E, ao ser indagado pela repórter Léa Sá sobre o que iria fazer para sobreviver, além de explicar seus planos, rogou à mesma que suas palavras fossem promulgadas para todos que pudessem ouvi-las.

Estou vendo se consigo ir pra Manaus. Dizem que lá tem trabalho. E se a senhora é jornalista, diga para todo o mundo que o que estão fazendo com a gente é crime. Até parece que a culpa é nossa de não ter chuva. Maltratados na cidade, expulsos de todos os cantos, estamos aqui feito cachorro! Às vezes vêm umas donas dar esmolas. Mas não somos mendigos. Queremos trabalho. Também nascemos gente e temos o direito de viver como gente (Revista momento..., abril de 1954, p.6).

O tom da entrevista era de denúncia, pois aquelas pessoas entrevistadas almejavam qualquer ocupação em detrimento da caridade pública. Não queriam se transformar em mendigos. A ideia de que a mendicância deveria ser combatida na cidade de Fortaleza era percebida em jornais situacionistas e oposicionistas. Deveria ser a última alternativa ao qual os retirantes deveriam recorrer, quando já não houvesse mais outras possibilidades.

Nesse mesmo período, princípio de 1954, o jornal *O Democrata* denunciava a proibição de novos alojados na Hospedaria Getúlio Vargas, por ordem do INIC, não restando outra alternativa às famílias que recorriam àquele recinto de hospedagem senão alojarem-se nos cajueiros defronte ao abrigo. Na busca pela sobrevivência diária, homens, mulheres e crianças percorriam as principais ruas da cidade de Fortaleza em busca da “caridade pública”. Até mesmo aqueles que relutaram em recorrer à mendicância acabavam se convencendo “de que o jeito é botar de lado o acanhamento e pedir esmolas como os outros”. Pedir se configurava assim como um dos últimos recursos que lhes restava após cansarem “as pernas procurando um emprego, ou pelo menos um dia de serviço”. A solução encontrada por essas pessoas, contudo, era considerada a “pior cousa do mundo”, como relatava um dos migrantes ao periódico, mas caso não pedissem morreriam de fome (*O Democrata*..., 20/01/1954).

A presença de centenas de pessoas circulando pelas ruas de Fortaleza nesses anos de 1950 foi uma constante, fosse em busca de trabalho, em trânsito para outras paragens ou mendigando. A partir dos dados censitários percebemos que, entre as décadas de 1940 e 1960, houve um grande acréscimo de sujeitos na capital cearense, impulsionado sobremaneira pelos

períodos de estiagens (1942/1951-1953/1958-1959), como é possível perceber a partir do quadro abaixo.

Quadro 6. Estimativa dos saldos das migrações em Fortaleza, entre 1940-1960

Estimativa dos saldos das migrações para Fortaleza – 1940/1960 (milhares)		
Anos	População	
-----	Recenseada	Saldo das migrações
1940	180,2	56,2
1950	270,2	45,0
1960	514,8	165,3

Fonte: Ceará, 1967, p.23.

A seca, contudo, não se configurava como o único motivo do deslocamento de todos os migrantes que adentraram a cidade de Fortaleza entre as décadas supracitadas. O pesquisador Fernandes, representante do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas, foi o responsável por aplicar questionários a alguns habitantes de diversas favelas, entrevistando no total mil pessoas, como é possível observar a partir da tabela abaixo:

Tabela 1. Quantitativo de moradores de favelas em Fortaleza

Favelas	Nº de questionários
Pirambu	430
Morro de Ouro	150
Varjota	130
Dias Macêdo	70
Praça da Graviola	70
Nova Brasília	60
Nova Aldeota	50
Náutico	40
Total	1.000

Fonte: Ceará, 1967, p.78.

Dessa amostra de mil pessoas entrevistadas nas favelas acima, 827 eram migrantes, sendo 322 do sexo masculino e 505 do sexo feminino. Um quantitativo bastante significativo,

demonstrando que o deslocamento do interior para a cidade continuava intenso. O principal motivo indicado por 14,2% das pessoas para sair do seu local de origem foi melhorar de situação, ou seja, de vida. A seca ficou na quarta posição, com 10,7% (Ceará, 1967, p. 100). Mas o motivo para a maioria escolher Fortaleza como espaço para moradia estava relacionado à presença de familiares na capital, com 15,4%, estando a razão “melhor para viver” com 10,5% (Ceará, 1967, p. 104). Assim, o fato de possuir parentes que migraram anteriormente e estabeleceram residência auxiliava nessa decisão de se deslocar do seu local de origem, já que teriam o apoio necessário para iniciarem uma nova vida no espaço urbano.

Mas estes habitantes, das favelas citadas acima, viviam uma insegurança constante com relação à permanência nesses espaços. Com relação à favela do Pirambu, por exemplo, que em 1961 possuía 40.750 mil habitantes, seus moradores vivenciaram nos primeiros anos da década de 1950 constantes ameaças de despejos (Ceará, 1967, p. 50). Em 1951, “aceitaram pagar uma taxa anual à Marinha para garantir suas casas. Em 1952, calculava-se que 1.000 pessoas eram ameaçadas de expulsão. Os que se diziam proprietários desejavam lotear terrenos e vendê-los” (Jucá, 2003, p.52).

Tantos eram os problemas vivenciados por aquelas pessoas no Pirambu que em 1962, a partir da iniciativa do padre Hélio Campos⁷¹, os moradores daquela favela organizaram uma grande passeata pela cidade de Fortaleza para protestar contra os percalços vivenciados ali e lutar por melhores condições de vida. Vale ressaltar que, apesar da favela do Pirambu ter sido criada em 1932, o aumento das favelas no Brasil, assim como em outros países da América, da África e Ásia teve início na década de 1950. Davis afirma que a partir das décadas de 1950 e 1960 houve uma aceleração do crescimento das favelas, “com os imigrantes rurais cada vez mais abrigados em favelas periféricas” (Davis, 2006, p.59).

Na concepção do jornal *O Democrata*, em diversos artigos jornalísticos, expunha que o principal motivo da população pobre se locomover de suas residências era a precarização da vida no campo. Em dezembro de 1954, por exemplo, a reportagem do periódico, ao indagar aos abrigados da Hospedaria Getúlio Vargas as razões que os levaram a abandonar a terra natal e partir para a Amazônia, tiveram as seguintes respostas:

1º falta, para a maioria deles, de terras para cultivo; 2º as terras mais produtivas encontram-se monopolizadas por um pequeno número de grandes proprietários que só as arrendam no sistema da ‘meia’ e da ‘terça’; 3º falta de sementes para plantio, enxadas, enfim, falta de ajuda técnica e financeira aos

⁷¹ O padre Hélio Campos foi enviado pela Igreja Católica ao Pirambu em 1958 com o intuito de diminuir a influência do PCB entre os moradores, tornando-se um elo entre estes e as autoridades estaduais.

lavradores pobres, por parte dos poderes públicos; 4º o baixo salário pago no sertão, o qual raramente vai além de 12.00. E, por fim, a própria falta de trabalho existente no campo, notadamente nesta época do ano (O Democrata..., 15/12/1954).

Assim, a dificuldade de ter acesso à terra, já que estas estavam nas mãos dos latifundiários; o sistema de trabalho baseado em parcerias (meia ou terça), onde o que era produzido deveria ser repartido com o dono da terra; a ausência de investimento público para o financiamento de ferramentas e sementes; e, sobretudo, os diminutos salários pagos aos trabalhadores, que recebiam Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros) como diária, valor menor que o recebido pelos operários no espaço urbano; eram as justificativas usadas para explicar a expulsão das pessoas do campo, restando o deslocamento para Fortaleza e posteriormente para outras paragens como último recurso para sobreviver. E a migração dessa mão de obra, de acordo com a reportagem, poderia atrofiar a agricultura, devendo ser combatida.

A migração desses retirantes para a capital preocupava a todos (situação e oposição), tendo em vista que poderiam engrossar as fileiras de mendigos já existentes na cidade. Assim, o discurso era quase uníssono: a mendicância deveria ser combatida. O jornal *Diário do Povo*, por exemplo, publicou diversas reportagens, entre 1951-1953, criticando os sujeitos que mendigavam pela capital cearense, solicitando que medidas urgentes fossem realizadas para modificar essa situação, mesmo que se configurassem como autoritárias. Na edição de 17 de julho de 1951, o respectivo periódico relatava que mendigar tornou-se uma atividade corriqueira entre os sertanejos, motivados, principalmente, pelos períodos de seca e pela desorganização econômica no campo. Esse homem do campo, ao chegar à capital e acostumar-se a viver sem trabalhar, alcançava uma vida “indolente, mas produtiva, de pedinte” (Diário do povo..., 17/07/1951).

Continuando as críticas, o artigo jornalístico afirmava que aqueles que se habituaram a esmolar não eram facilmente convencidos de retornarem ao interior, ficando as obras emergenciais do governo sem trabalhadores. “Por que suar, comer poeira, ser explorado pelo fornecimento, se aqui mesmo, no Abrigo ou numa esquina, o mendigo esperto não faz menos de vinte cruzeiros por dia?”, era uma das questões apontadas pelos editores. Além disso, questionavam

51 ainda não findou. A cidade continua cheia de pedintes. No sertão, as obras federais ainda reclamam braços. Assim, porque o governo estadual não manda recensear os mendigos de Fortaleza, separando os doentes, os velhos e os sadios? Porque, depois disso, não encaminha, mesmo à força os pedintes

validos para os trabalhos do sertão? Tentar-se o amparo a essa gente, deixando a na ociosidade, é um crime que não se deve admitir. Deixá-la errando pelas ruas, habituando-se à malandragem, é também outro crime inominável. O certo, pois, é separar o joio do trigo. Para descanso dos fortalezenses, que já não podemos andar, impedidos por milhares de mendigos importunos. Para o bom nome de nossa capital, já hoje uma cidade desinteressante, pela presença de pedintes detestáveis: as centenas de criaturas que resolveram explorar a caridade pública, servindo se dos seus filhos inocentes e pequeninos (Diário do povo..., 17/07/1951).

O combate à mendicância nos jornais era comum desde, pelo menos, a seca de 1877. No jornal *Diário do Povo*, pertencente ao jornalista Jáder de Carvalho (ferrenho opositor do governo estadual), encontramos um discurso que se aproximava em demasia daquele proferido pelos governantes, direcionando a culpa quase que completamente aos próprios sertanejos. O periódico procurava evidenciar que, por mais que houvesse a problemática da seca e a desorganização no interior, aqueles sujeitos habituaram-se a pedir, prejudicando as obras públicas governamentais e assustando a sociedade fortalezense que diariamente era importunada por esses *seres detestáveis*. A solução para tais problemas? Recensear esses mendigos, separando sadios e inválidos, levando aqueles que fossem aptos ao trabalho no sertão, mesmo que fosse necessário obrigá-los.

A ideia de separar o *joio do trigo*, ou seja, dividir aqueles sujeitos entre aptos ou não ao trabalho e, sobretudo, classificar quem seria vagabundo ou verdadeiramente inválido, merecendo assim a compaixão dos outros, é defendida desde pelo menos o século XVI na Europa, quando ordenações francesas e inglesas foram promulgadas enfatizando a questão do trabalho. Entre a categoria dos pobres haveria a divisão entre aqueles considerados mendigos – que se envergonhavam da sua condição de miséria e mereceriam ajuda – e os vagabundos. Contra esses últimos deveria haver vigilância constante e repressão (Geremek, 1995).

Essa perspectiva de separar os verdadeiros e falsos mendigos é discutida também no periódico *O Jornal*, na edição do 03 de julho de 1953, quando a Secretaria da Polícia e Segurança Pública iniciou uma campanha para identificar e punir os “exploradores e falsos mendigos”, que se misturavam aos “verdadeiros necessitados e exploram a caridade pública”. Entre estes últimos havia sujeitos que se habituaram a pedir mesmo que não houvesse nenhum problema físico que os impedisse de trabalhar. Dessa forma, aqueles que fossem identificados como pedintes seriam levados às delegacias de polícia, onde haveria um exame para identificar se o indivíduo poderia ser enquadrado como *falso mendigo*. Aquele que assim o fosse seria preso no “xadrez das Delegacias”. Os demais seriam divididos entre verdadeiros mendigos – aqueles que não possuísem pouso certo, sendo levados ao Asilo de Mendicidade – e sertanejos

que deveriam ser encaminhados à Hospedaria Getúlio Vargas (O Jornal..., 03/07/1953, p.10).

Neste período alguns projetos de combate à mendicância na cidade de Fortaleza foram arquitetados. A Secretaria de Polícia baixou uma portaria no qual determinava-se que indivíduos que estivessem mendigando fossem retirados dos principais espaços urbanos da capital, sendo levados para as áreas periféricas. Outro plano, proposto pelo deputado estadual Mariano Martins – partido do PSD –, visava a criação de uma “Colônia de Mendigos”. Mas de acordo com Neves (2000), a proposta mais bem organizada e aceita pela sociedade foi do Rotary Clube, apresentada pelo historiador Raimundo Girão, do qual era membro. A classificação seria a seguinte para os mendigos: 1 para os verdadeiros, 2 para os falsos, 3 para os incuráveis, 4 para os curáveis, 5 para os asiláveis e 6 não asiláveis. E para cada categoria, um encaminhamento diferente, de modo a que não se permaneça um único mendigo que não esteja efetivamente sendo observado e assistido pelos poderes públicos (Neves, 2000, p.14) Vale ressaltar que nenhuma das propostas acima efetivou-se, cabendo às entidades de auxílio já existentes (Asilo de Mendicidade, Asilo de Alienados, entre outras) essa fiscalização sobre os mendigos.

A vigilância constante sobre esses sujeitos que circulavam pelas ruas de Fortaleza e, sobretudo, sobre estes que temporariamente abrigavam-se na hospedaria federal, não surtia o efeito desejado pelos agentes do poder, haja visto a caridade pública se configurar, em alguns momentos, como única alternativa para que essa população conseguisse alimentos. Mas percorrer o espaço urbano no intuito de mendigar poderia significar colocar em risco a própria vida. Assim ocorreu com o casal Geraldo Gonçalves e Sebastiana Gonçalves, que ao saírem da hospedaria para pedir esmolas “num boteco” nas proximidades do abrigo foram agredidos a pauladas por dois frequentadores do estabelecimento. Os agressores foram presos, enquanto Geraldo Gonçalves, com graves lesões, foi encaminhado à Assistência Municipal e medicado (Unitário...29/04/1958).

Outro caso evidenciado pela imprensa foi o atropelamento do agricultor Pedro Rocha de Lima e dos filhos, João Rocha de Lima, de 11 anos, e Raimundo Rocha de Lima, de 10 anos. De acordo com o jornal *O Estado*, os mesmos haviam ido ao centro da cidade mendigar e no momento que se dirigiam ao terreno baldio em frente à Hospedaria Getúlio Vargas, que lhes servia de pouso provisório, foram atropelados por um caminhão. João Rocha teve morte imediata, enquanto o irmão gravemente ferido foi encaminhado à assistência da prefeitura (O Estado..., 22/07/1958).

Mendigando, porém, não era o único recurso desses sujeitos abrigados na hospedaria na luta contra a fome. Muitos destes retirantes movimentavam-se pela cidade de Fortaleza vendendo produtos ou trabalhando em serviços temporários. O caso mais emblemático

envolvendo o uso dessa mão de obra sertaneja ocorreu em dezembro de 1954, quando diversos abrigados foram arregimentados pela polícia militar para auxiliá-la na derrubada de casebres em um bairro próximo à hospedaria.

O jornal *O Democrata*, em diversas reportagens, denunciava a tentativa de retirada de moradores do bairro Coqueirinho – atualmente Amadeu Furtado. Ali era constante a ameaça de despejo, como salienta Jucá (2003). Tal como aconteceu com a viúva Maria de Lourdes Soares, que, não tendo onde morar, construiu uma casinha em novembro de 1954 nas proximidades da Secretaria de Agricultura. O espaço, de acordo com o artigo jornalístico, pertencia à família Bezerra de Menezes, que, não se compadecendo da situação de miséria da senhora Maria de Lourdes, enviou policiais para destruir a casa desta no mês de dezembro. O jornal denunciava que os policiais agiram como “verdadeiros vândalos”, pois além de “derrubar o casebre, quebraram potes, painéis, quadros, mobília. De nada valeram os protestos de D. Maria de Lourdes” (*O Democrata...*, 07/12/1954).

Como salienta Bastos (2021) existia neste período uma constante resistência da população pobre contra a ação do mercado imobiliário. Naqueles espaços ocupados, além de construírem suas residências, os resignificavam com “usos rurais”, haja visto ali providenciarem o preparo do “terreno de sobra para o cultivo de alimentos, garantindo os canteiros produtivos que afastam a fome” (Bastos, 2021, p. 208). Existiram experiências como estas, por exemplo, nos seguintes bairros: Padre Andrade, no qual as famílias abasteciam com parte da produção as feiras e o comércio; e Lagamar, formado por migrantes vindos do interior durante as secas, que dedicavam-se à lavagem de roupas e atividades de pesca, garantindo assim a sobrevivência.

Lutar pela posse da terra e por outros direitos era o propósito também dos residentes do bairro Coqueirinho. Mas a pressão exercida pelas forças policiais era constante, como já vimos no jornal *O Democrata*. O periódico *O Povo* também buscou evidenciar em suas páginas o problema envolvendo os moradores do bairro e os policiais. De acordo com a reportagem, publicada no dia 07 de dezembro de 1954, houve o desmonte das casas que estavam em processo de edificação, fato que ocorria há dias. Essa ação era realizada com a “proteção de policiais e civis, arregimentados pelos proprietários do terreno”. Os habitantes daquelas moradias – denominadas pejorativamente de “choças” –, na tentativa de enfrentar esses agentes do poder, realizavam barreiras, “opondo toda série de obstáculo, no sentido de impedir a derrubada” das mesmas (*O Povo...*, 07/12/1954).

O artigo jornalístico acima ressaltava que a situação era vexatória para todos, proprietários, moradores e poder público. Possivelmente a tentativa era não entrar em embate

com nenhuma das partes interessadas, mantendo certa neutralidade. E a situação agravou-se quando um grupo de policiais “(um sargento e 7 soldados)”, com a colaboração de “flagelados da Hospedaria Getúlio Vargas” e sob as ordens dos proprietários (que não tiveram os nomes citados), deram início à derrubada das “casinhas recém-construídas, mas não habitadas” (*O Povo...*, 07/12/1954).

A partir dessas reportagens, é necessário colocar em pauta algumas questões. Ao compararmos as publicações dos jornais *O Democrata* e *O Povo* podemos questionar a afirmativa deste último periódico, de que somente as casas não habitadas foram destruídas. Se assim fosse, a casa da viúva Maria de Lourdes Soares não teria sido derrubada. Outro aspecto que se deve problematizar é a arregimentação dos sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas para auxiliar a força policial na destruição das residências. Quem seriam esses sujeitos: aqueles registrados no abrigo ou aquelas pessoas que habitavam os terrenos próximos? Teriam sido coagidos pelos administradores do recinto de hospedagem ou outros agentes do poder? Teriam voluntariamente, sob a recompensa de algum dinheiro, colaborado com os policiais?

São muitas questões que infelizmente não conseguimos responder, a partir das páginas do jornal *O Povo*. Sabemos, contudo, que essa multidão alojada no abrigo se constituía, sem dúvida, numa força política sem precedentes, havendo uma disputa entre diversos sujeitos para conseguir atraí-los para sua causa, como já explicitado ao longo do capítulo. E, possivelmente, esses sertanejos tinham consciência do poder que possuíam, buscando em diversos momentos se aproveitar dessas situações de conflitos para obter algum benefício – comida, abrigo, trabalho, passagem, etc.

O jornal *O Democrata*, em tom de denúncia, realizou uma significativa reportagem sobre essa arregimentação dos sertanejos da hospedaria no caso dos moradores do Coqueirinho, nos possibilitando entender melhor os fatos. Com a manchete “Já derrubaram 30 casas do povo do Coqueirinho! Inominável crime do Governo Stênio”, o periódico afirmava que representantes da família Bezerra de Menezes, encorajados pelo chefe da polícia, continuava “perturbando a paz de milhares de famílias que construíram humildes choupanas em terras do Coqueirinho, as quais, como já fizemos vêr em reportagens anteriores, são objeto de demanda judiciária no foro desta capital” (Já derrubaram..., 08/12/1954).

Assim, naquela manhã do dia 07 de dezembro, os moradores foram surpreendidos com a chegada da força policial (seis soldados), armados de fuzis – informação ocultada no jornal *O Povo* –, e de vários homens, que foram conduzidos por um caminhão para o local do despejo. Posteriormente, descobriu-se que esses últimos provinham da hospedaria. A partir daí, como enfatiza o artigo jornalístico, cenas de selvageria foram registradas, sendo destruídos

rapidamente nada menos que “30 casebres, todos eles ocupados por humildes famílias que, assim, viram-se obrigadas a retirarem-se com os filhinhos famintos e os poucos pertences” (Já derrubaram..., 08/12/1954).

O que aparentemente mais indignou os responsáveis pelo artigo jornalístico do jornal *O Democrata* foi, contudo, a participação dos abrigados nesse desalojamento. Os responsáveis pela derrubada das casas,

[...] não encontrando entre os trabalhadores conscientes de Fortaleza nenhum que se preste ao papel de capanga, foram à Direção da Hospedaria Getúlio Vargas e lá, certamente por meios escusos, conseguiram com que esta obrigasse flagelados ali abrigados a fazerem aquele revoltante trabalho. É mais um crime que vai se juntar a tantos outros praticados pelo governo de Stênio Gomes, governo de latifundiários e grandes capitalistas (Já derrubaram..., 08/12/1954).

Os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas seriam assim indivíduos sem consciência (de classe?), transformando-se em verdadeiros capangas, já que auxiliaram os policiais na derrubada dos casebres. O periódico *O Democrata*, na tentativa de amenizar essa afirmação, direciona a culpa dessa adesão aos administradores do abrigo, que provavelmente sob ameaça os teriam obrigado a participar de tais atos revoltantes. Outro culpado seria o próprio governador Stênio Gomes, assim como seu governo voltado para os capitalistas e os latifundiários. É provável que esses sujeitos alocados na hospedaria fossem considerados alienados quando se comparava a atitude destes a dos trabalhadores do porto.

Mas, antes do dia 07 de dezembro de 1954, um outro caminhão chegou ao bairro Coqueirinho, carregado de portuários, mas 4 desses sujeitos se recusaram a derrubar as habitações, “embora fosse a remuneração tentadora”. O restante (16 homens), “alegando que já estavam lá, derrubaram cerca de 9 casebres em construção e que ainda não estavam ocupados” (*O Democrata*..., 07/12/1954). O sindicato dos portuários, sabendo de tais atos, suspendeu aqueles homens por vários dias. Vale ressaltar que a disputa entre os moradores daquele espaço, os proprietários da terra e os policiais continuou durante todo o mês de dezembro de 1954.

Apesar das críticas empreendidas pelo jornal *O Democrata* à ação dos retirantes alocados na hospedaria e sua contribuição (sob coerção ou não) na derrubada das residências citadas acima, denominando-os como indivíduos sem *consciência* de classe, é importante ressaltar que os comunistas também queriam atrair os sertanejos para suas lutas. Como salienta Beserra, a proposta do PCB na década de 1950 era fundar “associações, ligas e células rurais que reunissem e mobilizassem os camponeses na luta por melhores condições de vida” (Beserra,

2015, p.26). Dessa forma, organizaram células onde já houvesse algum tipo de organização política, tal como em Camocim, criando-se nesse recorte a Liga dos Trabalhadores Agrícolas de Camocim⁷².

Uma das principais pautas dessas associações ligadas ao PCB era equiparar os direitos trabalhistas dos homens no campo ao dos operários urbanos. Algo complexo de se resolver, já que no interior o trabalho assalariado se configurava como uma excepcionalidade, prevalecendo as parcerias entre trabalhadores e proprietários de terras. Para acabar com essa precarização foi a proposta da 1ª Conferência Camponesa do Estado do Ceará, ocorrida entre os dias 29 e 30 de agosto de 1953. Dentre as diversas reivindicações destacamos as seguintes, divulgadas pelo jornal *O Democrata*:

1) aumento geral de salários para 30,00 e pagamento em dinheiro; 2) jornada de oito horas, com direito a férias e repouso semanal remunerado; 3) distribuição gratuita das terras devolutas, das terras constituídas e das bacias hidráulicas de irrigação, inclusive dos açudes feitos em cooperação com a União e o Estado e nas terras frescas; 4) abolição da meia e da terça e o arrendamento por contrato, com pagamento a dinheiro depois da colheita; 5) distribuição gratuita de sementes, ferramentas, inseticidas e maquinárias aos camponeses, sem distinção de idade ou sexo; 6) salário igual para trabalho igual, sem distinção de idade e sexo; 7) extensão aos trabalhadores agrícolas do financiamento a longo prazo e a juros baixos; 8) emprego imediato às massas flageladas, com pagamento diário, semanalmente e a dinheiro, distribuição de comida, roupas e remédios; 9) isenção de impostos aos pequenos produtores; 10) direito de indenização em casos de demissão ou danos causados em roçados e lavouras; 11) assistência médica e escolar efetiva e gratuita; 12) direito de greve, liberdade sindical, ou comércio de seus produtos; 13) comércio livre e entendimento pacífico entre as nações do mundo (Resoluções..., 03/09/1953).

Além das questões voltadas para aumento salarial e os direitos trabalhistas que os operários no espaço urbano já possuíam, reivindicava-se na respectiva conferência algumas pautas específicas do trabalhador rural, como distribuição de sementes e abolição do sistema de parcerias, que tornava ainda mais precária a situação e a permanência dos homens no campo. Outro aspecto que é importante ressaltar é a reivindicação voltada para os retirantes, para que fossem empregados nas obras públicas, recebendo dinheiro como pagamento, assim como comida, roupas e cuidados médicos.

⁷² Em 1º de janeiro de 1955 foi criada a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão/PE, ação que foi denominada de Liga Camponesa. Os objetivos a princípio eram gerar recursos que pudessem ser investidos em educação, saúde e na produção agrícola. Posteriormente virou símbolo na luta pela reforma agrária. A partir de 1955 foram criados núcleos em outras localidades pernambucanas, espalhando também para outros estados.

A situação calamitosa no qual se encontravam os retirantes durante aquele ano de 1953 motivou a realização da “Conferência Para Debater os Problemas da Seca e das Massas Flageladas”, entre os dias 19 e 20 de dezembro em Fortaleza. O jornal *Diário do Povo* afirmava que a conferência contava com o apoio de diversas entidades e sujeitos, tais como, 8 sindicatos, 13 associações populares, 14 comissões de camponeses, 4 deputados, entre outros (*Diário do Povo...*, 03/12/1953).

O periódico *O Democrata* trouxe alguns detalhes sobre esses dois dias de conferência:

Os trabalhos foram iniciados às 20 h de sábado com o discurso do Sr. Fernando Ferreira da Comissão Organizadora que disse dos fins a que se destinava a conclave. A seguir falaram os srs. Jesus Batista de Oliveira – delegado cearense à Conferência Mundial dos Trabalhadores Agrícolas – realizada recentemente em Viena, o qual após dissertar sobre as condições de exploração e miséria em que vive os seus irmãos trabalhadores agrícolas do Ceará, descreveu o que lhe havia sido dado observar em alguns países de democracia popular, onde os trabalhadores levam vida bem diferente, cercados de todo o conforto e liberdade, assistidos que são pelo Governo. José Lopes [...], Antônio Banabé Vieira, pelas delegações do Sul do Estado, Manuel Higino pelos flagelados de frente à Hosp. G. Vargas.

Todos os oradores acima deram apoio das sociedades que representavam à Conferência que acabava de ser instalada. Emocionou profundamente à assistência o relato feito pelo delegado dos flagelados que se acham sob os cajueiros de frente à Hosp. G. Vargas, qdo. Este contou a situação de abandono e miséria em que se encontram os seus companheiros expostos ao relento, passando fome e sede, juntamente com mulheres e crianças (sic) (Operários e camponeses..., 22/12/1953).

Houve a presença de trabalhadores de obras do DNOCS e DNER, “trabalhadores agrícolas flagelados”, pequenos proprietários do interior e quase cem associações e sindicatos que apoiaram a conferência “elevando-se a mais de duas centenas o número de delegados presentes” (Operários e camponeses..., 22/12/1953). Entre tantos delegados que provavelmente falaram também – além desses citados na reportagem –, o jornal *O Democrata* buscou destacar em sua página exatamente a fala do retirante Manuel Higino. Um discurso que relatava as adversidades de tantos sujeitos, que passavam fome e sede ao relento, já que não conseguiam adentrar nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas. Podemos levantar a hipótese de que tal destaque na figura de Manoel estivesse relacionada à busca do periódico e do partido comunista em atraí-los (os retirantes da hospedaria) para a luta contra os grandes latifundiários e o governo estadual do Ceará. Afinal, numericamente estes sujeitos representavam uma força imensa.

Por outro lado, os retirantes recorriam à imprensa quando queriam denunciar as atrocidades existentes na Hospedaria Getúlio Vargas. O jornal *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, denunciou nas edições dos dias 17 de agosto a 03 de setembro de 1951 o como os abrigados na hospedaria eram usados como mão de obra gratuita em algumas atividades dentro do recinto, havendo represálias para aqueles que se recusaram a obedecer.

No primeiro artigo, denunciava que o diretor da hospedaria, Othelino Alves, havia contratado um empreiteiro local por Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para a construção de uma horta no terreno do abrigo, obrigando os “flagelados a trabalhar gratuitamente” (Campos..., 17/08/1951, p.1). Além disso, acusavam o tal empreiteiro de vender a verdura para mercadores da cidade e de desviar, juntamente, com Othelino Alves, os gêneros alimentícios que estavam no depósito da hospedaria.

As denúncias continuaram nas páginas do jornal, pois se afirmava que afirmando que os migrantes, apesar de trabalharem gratuitamente, eram impedidos de comer as verduras que plantavam, pois eram vendidas no “Mercado”. Além disso, havia a denúncia de que os gêneros alimentícios eram desviados à noite e levados para armazéns (*Tribuna da imprensa...*, 03/09/1951, p.6).

Tais denúncias sobre o uso da mão de obra migrante para trabalhos gratuitos – utilização que era recorrente durante outras secas – na hospedaria eram endossadas pelo jornal *O Democrata*, em reportagem publicada dia 01 de outubro de 1951. O repórter Ubirajara Barroso, ao conversar com os “hóspedes”, buscando entender mais sobre o cotidiano das pessoas ali, perguntou quantas sujeitos estavam abrigados naquele momento, pois parecia mais vazio. Recebeu como resposta: “umas mil ‘apenas’, afora os que têm embarcado ultimamente”. Além disso, realizou outras questões aos migrantes:

- e como vive esse pessoal aí? – perguntei – Trabalham?
- Há trabalho, sim. E quando não há o ‘seu’ Otelino inventa um.
- E o ordenado é suficiente? Dá para as despesas?
- Qual ordenado? Aqui ninguém ganha. Só faz trabalhar e comer.
- Mas naturalmente a comida é boa, não é? – perguntei.
- Boa coisa nenhuma! Carne só saía nos tempos bons, e há muito que o tempo está ruim. Só sai feijão e muitas vezes não presta (*O Democrata...*, 01/10/1951).

O administrador, Othelino Alves, novamente é acusado de obrigar os abrigados a trabalhar, realizando qualquer atividade na hospedaria, sem receber qualquer ordenado. Quem se recusasse a efetuar as tarefas determinadas simplesmente não comeria. Assim, diante de tantas arbitrariedades, o repórter Ubirajara Barroso concluiu que a “única solução que existe é

a luta organizada dos flagelados por melhores condições”. Através do combate destes sujeitos, os administradores do abrigo seriam pressionados a melhorar a vida das pessoas naquele lugar, sendo as principais reivindicações “não trabalhar de graça”, boa alimentação e camas (O Democrata..., 01/10/1951). É importante relembrar que nesse recorte temporal os retirantes organizaram duas grandes passeatas da fome, evidenciando que não aceitavam as arbitrariedades cometidas no abrigo.

O combate à ociosidade dos retirantes era o discurso do jornal *O Povo*, publicado dia 13 de outubro de 1951. Para os editores deste periódico, o governo deveria tomar providências urgentes a respeito da ociosidade daquelas pessoas alocadas na hospedaria, “que poderiam ser bem aproveitados em qualquer trabalho”. No recinto de hospedagem, os sujeitos eram “obrigados a cruzarem os braços durante quatro ou cinco meses” e, enquanto aguardavam o embarque, sofriam diversas privações (O Povo..., 13/10/1951). Assim, enquanto na reportagem de Ubirajara Barroso (*O Democrata*) havia a denúncia contra arbitrariedades do administrador, obrigando todos ao trabalho forçado e gratuito, nas páginas do jornal *O Povo* encontramos um discurso alinhado aos agentes do poder, que combatiam veementemente a ociosidade e a mendicância.

As denúncias contra o trabalho forçado na Hospedaria Getúlio Vargas continuaram ao longo dos primeiros anos da década de 1950. Em 12 de março de 1953, por exemplo, o jornal *Tribuna da Imprensa* denunciou que funcionários da hospedaria cometiam ações brutais contra os migrantes. Um deles era João Vieira, guarda civil contratado para proteger o recinto de hospedagem. Os responsáveis pela reportagem afirmaram que João Vieira explorava os abrigados, forçando-os “a trabalhar numa plantação de feijão que já mandou fazer nos terrenos da própria hospedaria”, sendo conhecido como “guarda da plantação” (*Tribuna da imprensa...*, 12/03/1953, p.9).

Outro funcionário que ameaçava os migrantes era o almoxarife Assunção. O mesmo havia avisado ao trabalhador Francisco Xavier Lopes que, caso não trabalhasse pelo menos duas horas por dia, seria expulso das dependências da hospedaria, juntamente com sua esposa e seus 5 filhos. Francisco Lopes, mesmo doente e com febre, se submetia a essa arbitrariedade para não ter que retornar à cidade de Piquet Carneiro (de onde migrou a pé) ou para não ter que procurar outro abrigo na cidade de Fortaleza (*Tribuna da imprensa...*, 12/03/1953, p.9).

Identificamos ainda outro espaço dentro da hospedaria no qual o uso dessa mão de obra migrante era utilizado: a cozinha. Em inspeção dos funcionários do INIC, para averiguar a situação das hospedarias Getúlio Vargas (Fortaleza), Tapanã (Belém) e Eduardo Ribeiro (Manaus), no ano de 1957, encontraram como cozinheiro do abrigo na capital cearense um

“jovem migrante de 17 anos e auxiliado por 2 outros migrantes”. Teriam sido coagidos a trabalharem gratuitamente? Recebiam alguma remuneração? A partir da análise específica sobre a hospedaria Getúlio Vargas, não é possível responder a essas elucidações (Relatório..., 1957a, p. 210).

Mas, ao consultarmos o relatório, realizado no mesmo período, sobre a hospedaria Tapanã, conseguimos perceber melhor quais tarefas eram atribuídas a essas pessoas em deslocamento. Os migrantes, vindos majoritariamente do Ceará, recebiam gratuitamente alimentos nos dois primeiros dias após a chegada no recinto de hospedagem de Belém. Após esse prazo, deveriam realizar a limpeza da hospedaria Tapanã, com

[...] salário diário de Cr\$ 33,00 para os casados e Cr\$ 22,00, para os solteiros – salário mínimo fixado para Belém, sem direito a alimentação. Abastecem-se na cantina que mantemos, onde os gêneros são vendidos pelo preço de custo, fazem sua própria comida na cozinha da Hospedaria para o que lhes fornecemos lenha gratuitamente. No fim de semana os que tem saldo recebem em dinheiro (Relatório..., 1957c, p. 221 e 222).

A ausência de uma mão de obra especializada entre os migrantes alojados na Hospedaria Getúlio Vargas dificultava o acesso destes às atividades melhor remuneradas, fosse em Fortaleza ou em qualquer paragem do país para onde migraram. A grande maioria – que, em suas localidades, atuavam normalmente como agricultores – se sujeitava a trabalhos extenuantes, mal remunerados ou gratuitos, nas obras públicas emergenciais no Ceará, nas grandes cidades ou em outras propriedades rurais, na luta pela sobrevivência. Tal como aconteceu com aqueles abrigados, classificados como lavradores, que foram enviados para fazendas de café no Paraná durante a seca de 1958. Os outros, pedreiros, ferreiros e carpinteiros, foram enviados para Brasília (Jornal do Brasil..., 03/08/1958, p. 7).

Ao analisarmos as fontes disponíveis que tratam sobre a movimentação desses migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas pela cidade de Fortaleza nessa década de 1950, pedindo esmolas ou realizando trabalhos menos qualificados e remunerados, percebemos que os mesmos se submetiam a essas tarefas com o intuito de sobreviver durante esse período de instabilidade climática. Por mais que, em alguns momentos, fossem percebidos como sujeitos sem consciência de classe e subservientes aos agentes do poder. Considera-se ainda o papel preponderante que uma parte da imprensa possuía na formulação de denúncias contra as arbitrariedades cometidas contra os retirantes, mostrando à sociedade elitista de Fortaleza e ao restante do país quais os percalços que aquelas pessoas vivenciavam cotidianamente nas dependências ou adjacências do abrigo, enquanto aguardavam pelo embarque rumo a novos

horizontes. Vale ressaltar que alguns periódicos – mesmo aqueles com discursos contra o governo –, alinhavam-se ao discurso das autoridades governamentais, direcionando a culpa pela situação de penúria, que os levava a mendigar, aos próprios sertanejos.

A migração era o fim último desses sujeitos que recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas, fosse nos períodos de estiagem ou não. O deslocamento significava para estes sujeitos um recomeço, a esperança de ter uma vida mais digna. Assim, iremos conhecer a partir do próximo capítulo as trajetórias de algumas pessoas que estiveram nas dependências da hospedaria, cujas histórias foram recontadas por jornalistas ou pesquisadores.

5 A MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS PARAGENS DO PAÍS

“Vamos partir, vamos partir. Ir para o Amazonas. E vamos todos contrito com Deus. Vamos dar viva ao Brasil. Quem vai dominar o milho, sou eu. E vamos todos, que somos heróis!”⁷³ (Documentário..., 2009).

A letra da canção acima, cuja temática era a partida em direção à Amazônia, foi entoada pelo ex-seringueiro Antônio Tomé Dias durante uma visita ao antigo seringal Catuaba (Acre). As palavras faziam alusão ao período em que o cearense Antônio Dias se deslocou para os seringais amazônicos, uma saga contada no documentário “Soldados da Borracha”, de César Gareira.

Antônio Dias chegou ao Acre em 1943, quando tinha apenas 16 anos. No anseio de partir imediatamente para a Amazônia, tentou alistar-se nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, localizada em Fortaleza, que naquele período recebia somente trabalhadores nordestinos e seus familiares. Além de ter migrado sozinho - neste caso o normal seria que os homens desacompanhados das famílias ou solteiros buscassem abrigo no Pouso do Prado, como discutimos amplamente na tese –, o mesmo era menor de idade, o que inviabilizava seu alistamento na hospedaria do DNI.

Diante da negativa de alistamento na hospedaria, com o intuito de obter passagens subsidiadas pelo governo federal, resolveu vender “23 cabeças de gado” e migrar “por conta própria” para o Acre (Documentário..., 2009). Mesmo com apenas 16 anos, Antônio Dias havia aparentemente acumulado ou herdado alguns bens materiais que o possibilitaram se aventurar na travessia para os rincões amazônicos. Enxergou na migração para a floresta amazônica e na atividade gomífera uma possibilidade de melhorar de vida, possivelmente influenciado por comentários de tantos outros que se deslocaram anteriormente. Após sua partida não mais retornou para sua paragem de origem, casando-se e fincando raízes em território acreano.

A trajetória de migração de Antônio Dias, que se deslocou em 1943 para o estado do Acre, assemelhava-se a de tantos outros trabalhadores nordestinos que partiram neste

⁷³ Música cantada pelo ex-seringueiro Antônio Dias, durante seu trabalho no Antigo seringal Catuaba, Rio Branco/AC, no início da década de 2000 e registrada pelo documentarista César Gareira. É provável que tenha sido produzida na década de 1940 e memorizada pelo seringueiro.

momento da chamada “batalha da borracha”. Muitos sujeitos partiam convencidos, fosse pela propaganda oficial dos arregimentadores do Estado Novo ou por outros conterrâneos que retornavam do Norte para seus rincões de origem, de que a Amazônia era a terra da prosperidade e que naquele espaço enriqueceram com o trabalho extrativista da borracha.

Estes deslocamentos de nordestinos – fossem com passagens subsidiadas pelo governo federal ou por recursos próprios, como ocorreu com Antônio Dias –, contudo, não cessaram com o final da 2ª Guerra Mundial. Pelo contrário, durante os períodos de estiagem que atingiram o Nordeste na década de 1950 - 1951-1953 e 1958 -, tornou-se intensa a migração, não apenas para a região amazônica, mas para outras paragens do Brasil, como a região Sudeste, sobretudo, São Paulo e para o Centro-Oeste – para a construção de Brasília.

Compreender a trajetória de migração, nos períodos de seca na década de 1950, de diversos sujeitos que partiram para inúmeros recantos do Brasil é o cerne do capítulo. Pessoas que, diferentemente do interregno entre 1942 e 1945, não eram convencidas por propagandas do governo federal. Partiam quando não havia mais motivos para permanecer, tendo em vista que tinham perdido colheitas e alimentos, animais e trabalho, havendo ainda a constante exploração nos latifúndios.

Com isso, acompanhamos inicialmente o percurso de deslocamento de algumas pessoas, que porventura tiveram suas histórias evidenciadas em periódicos, em fontes orais ou por parentes e pesquisadores. Trajetórias que não representam, devido a ínfima quantidade de documentos que foram registrados ou resguardados, o percurso de todas as pessoas que fizeram o mesmo caminho: sair de suas paragens em direção à Fortaleza, se registrar nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas para obter passagens do governo, aguardar os navios da Loyde – às vezes por meses – ou aviões para se deslocarem em direção à região amazônica ou para outro destino. Um trajeto que era eivado de desilusões. Percalços que tinham continuidade ou eram multiplicados ao desembarcarem.

Uma grande quantidade de trabalhadores que se deslocaram foi encaminhada para núcleos de colonização, criados pelo governo federal na região norte. Um projeto de colonização que não se configurava como novidade, tendo em vista que desde os anos de 1930 foi lançado a “Marcha para o Oeste”, pelo então presidente Getúlio Vargas, que visava ocupar os “espaços vazios” do Brasil, sendo a região amazônica um destes locais. O diferencial do projeto reeditado e lançado durante a década de 1950 estava na concorrência que os nordestinos tiveram, na luta pela posse da terra, com estrangeiros, sobretudo, os japoneses que já não eram mais percebidos pelos governantes como inimigos, mas como potenciais trabalhadores que trariam o progresso para o país, como analisaremos a partir de jornais a posteriori.

Um episódio que demanda uma análise mais acurada, devido a sua urgência na execução e na quantidade de pessoas e instituições envolvidas, foi a chamada “Operação Flagelados”, que ocorreu entre o fim de 1958 e os primeiros meses de 1959. Essa ação visava transportar forçadamente aproximadamente 12 mil migrantes, alojados nas dependências e/ou no entorno da Hospedaria Getúlio Vargas. O medo das autoridades governamentais que esta multidão pudesse se rebelar demandou uma verdadeira operação de guerra, com o envolvimento do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Para finalizarmos o capítulo, voltamos o debate para as leis e os discursos promulgados por políticos, governantes, imprensa e pela Igreja Católica em diversos períodos da década de 1950 contra a migração dos nordestinos, sobretudo, para a região Sudeste. Justificaram esse cerceamento sobre a circulação dos migrantes nacionais afirmando que haveria o esvaziamento de mão de obra disponível no Nordeste. Um dos projetos que visava impedir essa constante travessia pautava-se na construção de hospedarias em espaços rurais, substituindo as hospedarias federais existentes nas cidades de Fortaleza, Belém e Manaus. Com isso, visamos problematizar sobre as modificações em torno das falas dos agentes do poder quando o assunto era o deslocamento interno, variando de acordo com seus interesses políticos, econômicos e sociais.

5.1 Trajetórias de Migração

Em fins de 1951 o jornalista cearense Edmar Morel a serviço do jornal *Última Hora* percorreu três hospedarias federais existentes no Brasil, Getúlio Vargas (Fortaleza), Tapanã (Belém) e Eduardo Ribeiro (Manaus) – remanescentes do período da Segunda Guerra Mundial – no intuito de averiguar a situação de penúria no qual se encontravam os migrantes nordestinos naqueles abrigos. Uma das críticas estava relacionada ao descaso do governo federal perante a saúde dos abrigados, tendo em vista que havia a proliferação de diversas doenças nestes espaços e uma quantidade ínfima de médicos. Na Hospedaria Tapanã, por exemplo, o repórter denunciava que “não existe um só médico do Ministério do Trabalho, nem uma enfermaria, transferidos, aliás, para a ilha das Flores no Rio...” (A tragédia..., 26/12/1951, p.8).

Como debatemos anteriormente, durante o interregno de 1942 e 1945 havia um grande aparato logístico para encaminhar os trabalhadores para os seringais amazônicos que

incluía a edificação de hospitais e enfermarias. Apesar disso, eram constantes os casos de epidemias e mortes nos pousos e hospedarias federais. Problemática que seria recorrente durante a década de 1950, quando já não havia um projeto de deslocamento em massa de pessoas para a Amazônia. Com isso, aumentaram exponencialmente os casos de doenças e falecimentos nos locais de abrigo dos nordestinos.

O jornalista Morel, no intuito de expor as mazelas existentes nos espaços que percorreu, trouxe à tona o percurso e os percalços que alguns trabalhadores migrantes enfrentaram até chegar à Amazônia. Um destes sujeitos foi o cearense Antônio Teófilo, que saiu de Fortaleza – provavelmente já doente – e foi encaminhado para a Hospedaria Tapanã, em Belém. Naquele espaço foi constatado que o mesmo, juntamente com a esposa e os 9 filhos, encontravam-se tuberculosos. Mas como não havia um espaço para isolamento no hospital, os abrigados com diferentes enfermidades – coqueluche, difteria, tuberculose, raquitismo, etc - convalesciam juntos.

Outra família entrevistada pela reportagem do jornal *Última Hora* foi do paraibano Manoel Henrique Filho. O mesmo havia embarcado com a esposa Joana M. Conceição e mais 7 filhos na cidade de Cabedelo/PB, mas durante a travessia até a cidade de Belém dois filhos, Rivaldo e Luiza, faleceram, sendo seus corpos jogados ao mar. Mais dois filhos, Manoel e Dorival, “morreram de fome na fazenda ‘Boa Vista’, de um certo Joaquim Cabeça, a 30 quilômetros de Belém”. No período que o jornalista Morel estava em Belém, o migrante encontrava-se na Hospedaria Tapanã com a esposa e os filhos que sobreviveram, Eduardo, Oswaldo e Lourival. Estes, porém, encontravam-se tuberculosos. Provavelmente a convalescência dos filhos, atrelada às péssimas condições de vida na fazenda Boa Vista, os obrigou a procurar a assistência médica no abrigo federal, tendo em vista que na propriedade de Joaquim Cabeça “trabalhava na enxada de sol a sol para ganhar 5 cruzeiros por dia” (A tragédia..., 26/12/1951, p.8).

Além das críticas à precariedade do hospital na Hospedaria Tapanã, o periódico trazia em suas páginas outras críticas às ações do governo de Getúlio Vargas desde o período de recrutamento de trabalhadores na década de 1940. Censuras que surpreendem, na medida que o jornal *Última Hora* era um dos principais meios de comunicação que apoiava às ações do governo varguista na década de 1950⁷⁴. Com isso, Morel afirmava que os trabalhadores enviados para a extração da borracha na Amazônia, entre os anos de 1942 e 1945, foram escolhidos de forma indiscriminada – exerciam em seus rincões de origem as funções de

⁷⁴ O jornal “Última Hora” foi fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951, por Samuel Wainer, sendo criado para respaldar as ações do governo de Vargas junto à opinião pública.

pedreiros, sapateiros, operários, entre outras – não havendo a preocupação com a aptidão ao trabalho no seringal. Assim, “de 30.880 pessoas que participaram da Batalha da Borracha, apenas, 4.202 regressaram com passagens fornecidas pelo Departamento Nacional de Imigração” (A tragédia..., 26/12/1951, p.8).

É importante ressaltar que a quantidade de pessoas que regressaram para a região Nordeste, com passagens subsidiadas ou não pelo governo federal, após o final da Segunda Guerra Mundial foi bastante desproporcional em comparação ao número de sujeitos que se deslocaram para a Amazônia entre 1942 e 1945. A partir da publicização de uma documentação existente na Hospedaria Tapanã pelo jornal *O Povo* podemos entender, minimamente, quantas pessoas foram registradas na hospedaria, quantas foram encaminhadas aos seringais, quantas nasceram ou morreram nas dependências do abrigo federal, assim como saber quantas pessoas retornaram ao Nordeste, entre os anos de 1943 e 1952.

No ano de 1943, quando a movimentação de nordestinos entre as hospedarias federais localizadas em Fortaleza e Belém se intensificou, a Hospedaria Tapanã registrou a entrada de 18.563 migrantes, vindos de diversas regiões nordestinas. Mas somente 234 migrantes retornaram para seus locais de origem. Já em 1945, quando os acordos entre Brasil e EUA para a extração de borracha se finalizaram, houve o registro de entrada de 4.050 pessoas no abrigo em Belém, 1.422 retornados dos seringais que buscavam passagens no recinto de hospedagem e o retorno efetivo (*O Povo...*, 11/01/1954). Nos anos de 1951 e 1952, mesmo com a ocorrência de uma grande estiagem na região Nordeste, os números apresentados sobre a emigração para a Amazônia ficaram aquém daqueles existentes no interregno da Segunda Guerra.

QUADRO 7 - Quantidade de pessoas que migraram para a Amazônia, entre 1951 e 1952	
1951	
Chegados	2.242
Retornados do ‘Inverno Verde’	203
Nascidos na Hospedaria	12
Encaminhados aos seringais	2.104
Recambiados	110
Falecidos na Hospedaria	10
Total de saída (ida e volta)	2.224
1952	
Chegados	2.881
Retornados dos seringais	339
Nascidos na Hospedaria	9

Encaminhados aos seringais	2.607
Recambiados	235
Falecidos na Hospedaria	1
Total de saída	2.843

Fonte: Jornal O Povo, 11/01/1954.

Para se explicar essa diminuição drástica dos números devemos analisar alguns aspectos: primeiro, não havia mais o apoio do governo federal para que as pessoas migrassem em massa para a Amazônia, como ocorreu na década de 1940. Pelo contrário, veremos posteriormente que houve a tentativa de cercear a circulação dos migrantes nordestinos, buscando-se criar leis específicas que freasse esse deslocamento, sobretudo, para o estado de São Paulo. Além disso, nos idos de 1950, a região amazônica ganhou um concorrente em potencial, o Sudeste, sendo para esta área que muitos nordestinos preferiram migrar devido a maior oferta de trabalho. Por fim, haviam os discursos de diversos setores da sociedade – Igreja Católica, imprensa, políticos, dentre outros – que criticavam a emigração, acusando-a de esvaziar o Nordeste de mão de obra barata nas propriedades rurais.

A cidade de Fortaleza na década de 1950, sobretudo nos períodos de grande estiagem que ocorreram neste recorte (1951-1953 e 1958), também recebeu uma quantidade significativa de migrantes, vindos das mais diversas regiões do Ceará e de outros estados do Nordeste. A partir dos dados coletados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1967, sobre o registro dos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas entre 1956 e 1961 conseguimos entender, mesmo que precariamente, a quantidade de sujeitos que estiveram na capital cearense naquele íterim e de quais localidades migraram: das 38.596 pessoas registradas na hospedaria 36.622 (94,9%) provinham do Ceará, sendo 28.801 (74,6%) do interior e 7.821 (20,3%) de Fortaleza. Além disso, migrantes de outros estados também foram registrados, sendo um total de 1.849 (4,8%) (Ceará, 1967, p.41).

De acordo com a pesquisa acima, as regiões que apresentaram as maiores taxas de migração para Fortaleza foram “Baturité, Litoral, Sertão Centro-Norte, Sertão do Sudoeste e Cariri” (Ceará, 1967, p.41). As cidades cearenses com maior incidência de migrantes que se deslocaram, no período de 1956 a 1961, foram Paracuru (Litoral), com 2.145, Redenção (sertão de Baturité), com 1.599, Uruburetama, com 1.571, e Itapipoca, com 1.088 pessoas, ambas áreas do Litoral. Mas a trajetória de migração que gostaríamos de problematizar é do agricultor Manoel Antônio, que durante a seca de 1958 saiu da cidade de Acaraú (Litoral) - localidade que teve 262 migrantes registrados pelo Instituto Joaquim Nabuco - em direção à Hospedaria Getúlio Vargas.

Diante de uma imensidão de sujeitos que se deslocaram do Nordeste em direção à Amazônia e/ou ao Sudeste nesta década de 1950 e em especial durante a estiagem de 1958, ter acesso a trajetória de alguns desses migrantes é concomitantemente um privilégio e um grande desafio. É desafiador na medida em que a discussão em torno da migração se concentra mais na perspectiva macro das causas desse deslocamento, sendo o quesito econômico apontado como o principal impulsionador desse deslocamento em massa. Outra dificuldade encontrada está relacionada à ínfima quantidade de fontes disponíveis que abordam sobre a vida e o caminho percorrido por estes nordestinos na travessia para diversas regiões do país.

Nos propomos a entender, a partir da documentação disponível, como alguns trabalhadores migrantes realizaram esse movimento migratório por uma perspectiva da micro-história. Com isso, idealizamos problematizar sobre os motivos dessa migração constante na década de 1950 e, sobretudo, nos momentos de grande estiagem tendo como parâmetro as motivações pessoais desses sujeitos, ou seja, diminuiremos a escala de análise para entender as causas desses deslocamentos sob o viés dos sertanejos. Buscaremos, contudo, não negligenciar os motivos que denominamos como macro: econômicos, políticos, religiosos, entre outros.

O agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú, relutou bastante para partir durante a seca de 1958. Sua trajetória de vida e de migração foi evidenciada nas páginas do jornal *O Estado*, em uma longa reportagem publicada em 23 de agosto daquele ano. Ele trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas, durante a estiagem, viu-se sem a possibilidade de obter alimentos, tendo em vista que não era o proprietário da terra no qual trabalhava, ficando à mercê do grande latifundiário.

Entre o início do ano de 1958 e o dia de São José⁷⁵, 19 de março, o agricultor continuou tendo esperança de haver chuvas, buscando sobreviver coletando e vendendo lenha na região. Mas suas expectativas esvaíram-se quando não houve nenhum chuvisco no dia do padroeiro do Ceará. Assim, sem conseguir obter alimentos com o plantio na terra, sem ter direitos trabalhistas como, por exemplo, salário mínimo e sem conseguir obter dinheiro vendendo lenhas, viu-se sem outra possibilidade que não fosse se alistar nas obras de emergência do governo federal, oferecidas pelo DNOCS. Alistou-se na obra do açude Riachão, transformando-se assim em um “trabalhador-cassaco”⁷⁶, ou seja, em um trabalhador das obras

⁷⁵ São José é o padroeiro do Estado do Ceará e de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, dia 19 de março, teremos um período de seca.

⁷⁶ De acordo com a historiadora Lara de Castro (2016), a expressão “trabalhador-cassaco” foi encontrada pela primeira vez no romance *Os cassacos* de Cordeiro de Andrade, publicado no ano de 1934. Referia-se a seca ocorrida em 1919, tendo como cenário a cidade de Sobral-CE. Narra a luta dos migrantes em busca de obter trabalho que garantisse a sobrevivência durante a estiagem.

emergenciais contra as secas (O homem..., 23/08/1958).

Na década de 1950, a expressão “cassaco” – animal existente no Nordeste, que se caracterizava como fedorento e faminto – foi associada aos trabalhadores que se dirigiam às frentes de trabalho durante as secas. Designação pejorativa que passou a ser largamente utilizada em jornais e em livros – publicados por engenheiros e jornalistas –, tornando-se corriqueira no linguajar popular. Luciano Barreira⁷⁷ que, durante a estiagem de 1958, acompanhou os serviços realizados nas obras emergenciais, narrou no livro “Os Cassacos” a trajetória do personagem fictício Zuca Machado e de tantos outros cearenses. Sujeitos que recorriam às obras federais e estaduais, sobretudo a construção de açudes e estradas de rodagem, em última instância, quando já não havia mais animais para caçar, como sobreviver dos gêneros agrícolas plantados ou a “proteção” dos fazendeiros.

A narrativa sobre as dificuldades enfrentadas por Zuca Machado na obra fictícia – alimentação ruim, problemas com fiscais da obra, entre outros – assemelhavam-se em demasia à situação vivenciada por Manoel Antônio na obra do açude Riachão. No jornal *O Estado* encontramos seu relato sobre os desmandos do fornecedor naquele espaço, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados, retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família. Mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto” (O homem..., 23/08/1958).

Diante dessas dificuldades – problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim –, Manoel ficou fascinado com a fala de um conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega⁷⁸” próxima a Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha” na década de 1940 e as maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, das árvores com frutos e da fartura). A reportagem do periódico *O Estado* relatava ainda que

Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e

⁷⁷ Luciano Barreira nasceu em Fortaleza, em 18 de novembro de 1926. Sua carreira na área jornalística iniciou-se aos 13 anos, atuando a partir daí em diversos jornais, como Gazeta de Notícias, nos Diários Associados e no Democrata. Em 1974 publicou seu primeiro romance, “Os Cassacos”, escrevendo posteriormente diversas outras obras.

⁷⁸ Pequeno armazém no qual se vende secos e molhados.

arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando, foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas (O homem..., 23/08/1958).

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que, nos documentos oficiais, consta que, dos 65 mil brasileiros (homens e mulheres) que migraram em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram (Jornal de Brasília..., 26/06/1988). Daqueles que sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

Essa discussão encontra paralelo com os pontos observados pelo sociólogo argelino Abdelmalek Sayad que, ao analisar a situação dos jovens em uma pequena aldeia na Cabília (Argélia) que migravam para a França no período posterior à Segunda Guerra, percebeu que aqueles que retornavam para a respectiva aldeia construía uma versão diferente de suas condições de vida, sem problemas, apenas com vantagens. De acordo com um emigrante de Cabília entrevistado por Sayad, antes de emigrar, acreditava que na França seria como na aldeia, pois iria se encontrar com seus parentes e usufruir de todas as maravilhas descritas na aldeia por aqueles que migraram antes dele. Mas o que descobriu foi que era preciso chegar à França para descobrir a verdade. Somente naquele lugar os sujeitos, seus conterrâneos de Cabília, contavam concretamente sobre suas péssimas condições de vida (Sayad, 1998).

Será que, tal como os jovens da aldeia de Cabília, Florêncio criou outra versão para sua experiência como “soldado da borracha” na Amazônia e contou apenas essa versão para Manoel? Este percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, na estação do Otávio Bonfim⁷⁹ - espaço que recebia desde a seca de 1932 grandes levadas de migrantes vindos do interior -, que sua jornada em direção às maravilhas da região amazônica teria muitos reveses.

No jornal *O Estado* há o relato de que a primeira dificuldade encontrada pelo agricultor foi a superlotação da Hospedaria Getúlio Vargas. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 – período que

⁷⁹ A estação foi chamada inicialmente de Matadouro, por localizar-se próximo ao matadouro do bairro Farias Brito. Só posteriormente modificaram o nome, passando a denominar-se Otávio Bonfim em homenagem a um engenheiro da Rede de Viação Cearense.

possivelmente Manoel e sua família esteve na hospedaria –, comprovam essa afirmativa: “23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque” (Araújo, 2000, p.85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas, estava, em junho de 1958, com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque para migrar. Com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes, ausência de condições sanitárias, entre outros. Percalços que impulsionaram os alojados a participarem de movimentos sociais, como, por exemplo, passeatas da fome, citadas anteriormente.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido dentro de um navio, com suas parcas economias, pertences e sua família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribulações. Ao chegar, contudo, à Hospedaria Tapanã, em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza (O homem..., 23/08/1958). Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na região amazônica. Possivelmente, a respectiva demora tinha relação com a sua inexperiência nas atividades extrativas nos seringais, dificultando assim sua contratação.

Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, dentre eles Manoel Antônio. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola⁸⁰. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem”. Os momentos de angústia, contudo, não limitaram-se à travessia até o seringal. O jornal *O Estado* relatava que o cearense escreveu diversas cartas para seus familiares que moravam na região de Acaraú, relatando sobre seus infortúnios cotidianos na floresta amazônica.

As cartas sucederam-se e seguiram Manoel Antônio aonde ia de seringal em seringal. A insatisfação e o desejo de encontrar um lugar bom, para ele e para Purificação, mandavam-no andar. Um dia ele escreve satisfeito. Estava num seringal do Purus. Ali tinha sabido que um deputado do lugar deles, Acaraú, em quem votaram, Dr. Colombo de Souza, tinha feito uma lei que dava um pedaço de terra para os retirantes na beira do Rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem (O homem..., 23/08/1958).

O deputado federal José Colombo de Souza, eleito pelo Partido Social Progressista

⁸⁰ Gaiolas são embarcações movidas a motor que no Brasil fazem a navegação fluvial.

no Ceará, apesar da informação repassada pelo cearense Manoel Antônio, não propôs enquanto deputado qualquer projeto de lei que visasse distribuir terras para os migrantes nordestinos na região amazônica. Outras propostas com esse viés, porém, teriam sido postas em prática desde pelo menos a década de 1930, com a denominada “marcha para o Oeste”. Projeto implementado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, quando buscou-se povoar e desenvolver o interior do país.

Além dessa informação, o cearense Manoel Antônio relatou ainda em missivas que após conseguir um pedaço de terra, um “sonho velho”, esperava que o governo federal proporcionasse aos nordestinos os mesmos benefícios que eram ofertados aos “japoneses que chegavam lá, todos bem tratados e com documentos de posse da terra” (O homem..., 23/08/1958).

Essa aparente animosidade entre o cearense Manoel Antônio e os japoneses na disputa pela posse da terra na Amazônia nos permite refletir sobre a ideia de fronteira no Brasil, definido por Martins (2019) como o lugar no qual ocorre conflito social. No caso dos retirantes nordestinos que se deslocavam para a região amazônica, desde pelo menos metade do século XIX, havia um estranhamento com o *outro* que ali residia – indígenas, seringalistas, posseiros, etc. – e com a própria floresta, habitat tão diferente daquele existente nos seus rincões de origem. Estranheza que às vezes não era superada, sendo necessário retornar ao Nordeste. Além disso, para Martins,

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (Martins, 2019, p.133).

Se por um lado havia nordestinos entrando em conflito com os imigrantes japoneses pela posse da terra e, sobretudo, exigindo o mesmo tratamento por parte do governo federal nos núcleos de colonização; por outro lado, havia aqueles migrantes nacionais que criavam uma relação amistosa com o *outro*, o estrangeiro, como veremos ao longo do tópico.

No período do pós-guerra a imigração de japoneses para o Brasil e, em especial para a região norte, foi incentivada pelo governo japonês. De acordo com Muto (2010) houve uma imigração dirigida, ou seja, planejada e autorizada pelos órgãos governamentais, havendo, porém, o intermédio de empresas promotoras da imigração que os encaminharam para colônias

agrícolas. Com isso,

acertado os preparativos para receber os primeiros imigrantes de pós-guerra, em março de 1953 chegava o primeiro contingente composto de 17 famílias, totalizando 54 pessoas, os quais foram distribuídos entre as fazendas produtoras de juta da Região do Baixo Amazonas (Muto, 2010. p. 198).

Nos anos seguintes os japoneses foram sendo alocados em outros espaços da região norte. Mas diferentemente do que imaginava o cearense Manoel Antônio, as experiências desses imigrantes não eram as mais satisfatórias. Na colônia agrícola de Guamá, por exemplo, os grupos de japoneses começaram a chegar no final de 1955 e alguns foram enviados para as plantações de arroz em espaços que canais de irrigação e drenagem não haviam sido finalizados. Assim, “os colonos se viam abandonados pelo governo, e isso incentivou as deserções” (Muto, 2010, p.211).

Além dessa problemática, os imigrantes japoneses relataram que não havia água potável, pois “tinham que beber e utilizar a água barrenta do rio Guamá, o que não é novidade para os ribeirinhos da região”. Para os japoneses, contudo, era uma péssima novidade tendo em vista que estavam habituados em seu país a ter água de qualidade. De acordo com Muto, “o maior problema, no entanto, era com as crianças, devido à proximidade do rio. Às vezes eram mordidas por piranhas, muitas se afogavam no banho [,,]” (Muto, 2010, p.212).

Ao analisarmos, porém, alguns jornais nos deparamos com outras perspectivas em relação à imigração japonesa para a Amazônia, e, em específico, para a região de Guamá. O periódico *O Jornal*, em publicação de 12 de março de 1957, informava que

O senador Álvaro Adolpho está entusiasmado com a obra realizada pelos japoneses no núcleo colonial do Guamá, sobre o rio do mesmo nome, à entrada da baía de Guajará, onde se situa Belém do Pará. Ali se localizaram trezentos e noventa e sete japoneses, de cinquenta e oito famílias distribuídas em lotes coloniais. O núcleo fica situado a duas milhas do centro da capital paraense e em pouco tempo, transformou-se no cinturão verde que já começa a abastecer Belém de verduras, cereais, aves e leite. [...]. Os japoneses em Guamá estão colhendo em média uma média de cinco mil quilos de arroz em casca por hectares, podendo obter duas colheitas por ano, o que representa uma produção excepcional em cultura arrozeira. Dentro em pouco o núcleo estará abastecendo todos os mercados do Norte desse cereal (*O Jornal*...,12/03/1957, p.5).

Diferentemente dos depoimentos dos imigrantes japoneses que o pesquisador Muto

analisa em sua pesquisa acadêmica, que relataram dificuldades estruturais no núcleo colonial de Guamá, nos jornais os discursos eram positivos e tinham o propósito de enaltecer a proposta de colonização do governo federal na Amazônia. O senador Álvaro Adolpho da Silveira - eleito pelo estado do Pará - além de defender que o cultivo de arroz praticado pelos nipônicos em Guamá iria abastecer em um curto período toda a região amazônica, defendia que com a produção permanente naquela localidade haveria a resolução do problema de plantação de seringueiras, assim como do dendê, cacau, bananeira, pimenta do reino, entre outros.

Enaltecer o projeto de colonização na Amazônia aparentemente era a proposta de diversos periódicos, sobretudo, daqueles ligados aos Diários Associados, como era o caso de *O Jornal*, que tinha uma estreita relação de afinidade com o governo federal. Mas os núcleos coloniais eram exaltados inclusive por alguns jornais de oposição. No *Correio da Manhã* - apontado como um jornal de oposição ao presidente Juscelino Kubitschek -, por exemplo, foi publicada uma reportagem no dia 18 de março de 1956 no qual defendia-se que as experiências de povoamento na região amazônica eram exitosas. A vinda de imigrantes espanhóis na região de Bragantina, assim como de japoneses em Guamá, demonstrava a importância do

braço alienígena para a valorização econômica da agricultura da região, não só pelos novos processos e técnicas de trabalho que esses colonos tem implantado, como também pelo exemplo de ocupação sedentária bem sucedida que tem oferecido aos habitantes da região (*Correio da manhã...*, 18/03/1956, p.12).

É perceptível que os objetivos da reportagem eram evidenciar a ausência de trabalhadores nacionais qualificados para as atividades agrícolas na região norte, sendo necessário recorrer à mão de obra estrangeira, assim como enfatizar que o êxito desses estrangeiros iria incentivar o projeto de povoamento arquitetado pelo governo federal. Essa ideia tornou-se mais evidente quando o periódico informou na matéria, que a partir das experiências exitosas com espanhóis e nipônicos, o INIC iria

iniciar a elaboração de um planejamento de povoamento da Amazônia, mediante a drenagem dos excedentes populacionais do Nordeste, simultaneamente com a seleção de imigrantes adaptáveis à ecologia da Amazônia (*Correio da manhã...*, 18/03/1956, p.12).

Apesar da informação contida no periódico acima, sobre as expectativas do INIC durante o ano de 1956 a respeito da migração de nordestinos para os rincões amazônicos, é

importante salientar que o projeto voltado para o povoamento da Amazônia na década de 1950 teve início com a promulgação da Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953. A respectiva lei determinava a criação de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que incluía, entre vários aspectos, o estabelecimento de

uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região pela alimentação e assistência à saúde e saneamento a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do País, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica (Lei..., 06/01/1953).

Um dos sujeitos que partiram neste ano de 1953 para a região de Guamá, após a promulgação da Lei nº 1806 de 06 de janeiro, foi o nordestino Gabriel Gomes de Lima⁸¹. Sua trajetória de travessia, semelhante a de tantos outros migrantes, foi eivada de dificuldades. O mesmo saiu em março de 1953 da localidade de Pedro Velho (Rio Grande do Norte) com a esposa e os filhos em direção à Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza.

De acordo com os relatos dos familiares, cedidos à socióloga Coutinho (2015), Gabriel Gomes exercia as funções de tropeiro e negociante, saindo da localidade de Caiçara onde nasceu – interior da Paraíba – em direção à praia da Pipa no Rio Grande do Norte para vender feijão, milho, mandioca e outros gêneros alimentícios. Entre 1948 e 1953, contudo, o paraibano arrendou uma propriedade em Pedro Velho, ficando a lida da terra à cargo da esposa Satina e dos filhos, já que o senhor Gabriel Gomes preferia o trabalho como tropeiro, circulando entre as cidades limítrofes do Rio Grande do Norte e da Paraíba, vendendo alho, cebola, fumo, entre outras mercadorias.

A seca que atingiu o Nordeste em 1951 dificultou, porém, que Gabriel Gomes encontrasse compradores para seus produtos. Adversidade que agravou-se com a extensão da intempérie climática nos dois anos seguintes. Como explicou Demétrio Gomes de Lima, o filho mais velho do senhor Gomes, a vida da família no ano de 1953, período que se deslocaram da localidade de Pedro Velho, ficou complicada: “houve uma época que teve um verão pesado. O comércio ficou ruim e uns amigos de papai diziam que o Pará era muito bom, tinha terra boa” (Coutinho, 2015, p.101). Assim, tal como o cearense Manoel Antônio em 1958 migrou em

⁸¹ Conhecemos a trajetória do nordestino Gabriel Gomes de Lima a partir da pesquisa de doutorado realizada pela socióloga Coutinho (2015). A mesma ao realizar uma biografia sobre a nordestina Juscelina Gomes de Lima, filha de Gabriel Gomes, nos possibilitou conhecer sua vida, assim como os percalços enfrentados pela família na travessia até a região amazônica no ano de 1953.

direção à Amazônia induzido pelas palavras do ex-soldado da borracha Florêncio, Gabriel Gomes de Lima deixou-se persuadir pelas ideias dos conterrâneos e partiu rumo aos rincões amazônicos.

Além da influência dos amigos, com histórias de bonança e prosperidade na região amazônica, outro fator foi decisivo para que Gabriel Gomes optasse pela migração: a perspectiva de se tornar morador de algum fazendeiro, ficando impedido de exercer a função de tropeiro. Atrelado a isto, soube que poderia obter passagens subsidiadas pelo governo federal até o Norte, saindo o navio da cidade de Fortaleza em direção à Belém. Assim, “uma vez tomada a decisão de partir, a família cuidou de vender o pouco que tinha” e com o dinheiro arrecadado, pagou as passagens entre a localidade de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, e a capital cearense. Percurso que “Gabriel, Satina, à época grávida, e seis dos sete filhos viajaram durante vários dias, em trens, ônibus e paus de arara, até Fortaleza” (Coutinho, 2015, p. 102).

Ao chegar à Fortaleza, a família se dirigiu até a Hospedaria Getúlio Vargas, mas não encontrou vagas disponíveis, permanecendo aproximadamente um mês debaixo de cajueiros que ficavam em frente ao abrigo. Enquanto aguardavam que outros migrassem, surgindo assim vagas disponíveis para que pudessem se alistar, Demétrio “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (Coutinho, 2015, p.105). Como já debatido na tese, estes sujeitos em deslocamento enquanto aguardavam nesse território da espera circulavam pela cidade com o intuito de obter alimentos e/ou dinheiro, às vezes mendigando, outras vendendo mercadorias ou envolvendo-se em saques e outras ações de massa. Esperar não era sinônimo de ficar estático.

Mas na área compreendida por terrenos baldios, no qual havia cajueiros que Gabriel Gomes e sua família abrigaram-se, vivenciaram momentos de angústia. Quem narrou à socióloga Coutinho a aflição familiar foi José Ramos, um dos filhos do senhor Gomes:

toda vez que dava 20h vinha chuva. A nossa barraca ficava embaixo de um cajueiro no Alagadiço, aí todo dia vinha inverno, né. Aí o pai disse que ia invadir a igreja, né. Aí três pais de família disse: Seu Gabriel, corta o baralho pra mim? Quer dizer, pra entrar no meio, né? Aí foi os três pais de família na frente e as mulheres atrás com a meninada. Veio aquela fila. Aí o vigia veio, começou a se zangar e meu pai disse: ‘Olha, pelo amor de Deus, você fique quieto aí, senão você vai pro Americano’. O Americano era um vagão que tinha. Aí ele disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças (Coutinho, 2015, p. 107).

Na memória de José Ramos, uma criança de apenas 5 anos naquele ano de 1953, a

figura de Gabriel Gomes foi idealizada tal como a de um herói. Para ele, foi a partir da iniciativa do pai, de tentar invadir a Igreja Católica⁸², ainda em construção, que outros companheiros de infortúnio se uniram à sua causa e juntos, mesmo diante da ameaça do vigia em prendê-los em um vagão, conseguiram o apoio do Exército.

Além da idealização da figura paterna, José Ramos construiu uma imagem idílica das forças armadas, tendo em vista que na sua memória foi somente após a intervenção do Exército que os sertanejos alojados no terreno baldio conseguiram alimentos, remédios, entre outros benefícios, como fica nítido no seguinte depoimento:

quando o Exército tomou de conta aí melhorou tudo. Houve a invasão do mercado dos aflagelado, né... Num tinha médico, tudo cabeludo, aí o Exército chegou com aquelas máquinas, né, aquelas riiiiiiiiiii... Aí era dois minutos pra fazer o cabelo. Só não dava acabamento, mas era ligeira a máquina. Aí dizia: “Abre a boca!” Abria a boca: Dentes ruins. “Entra aí!” Entrava o dentista, extraía os dentes. Aí arrumaram de comer e barraca de lona [...] (Coutinho, 2015, p. 107).

Essas ações assistencialistas eram enaltecidas também por alguns jornais em Fortaleza, sobretudo, pelos periódicos que apoiavam o governo estadual. Na edição do dia 24 de abril de 1953, o jornal *Unitário*, por exemplo, trazia uma reportagem informando que o Exército havia doado naquele mês diversas barracas de lona, sendo levantadas 12 no total, com o uso da mão de obra dos migrantes, como é possível observar na figura abaixo.

⁸² O terreno para a construção da Igreja Católica foi doado pelo então delegado regional do Ministério do Trabalho, Raul Uchôa, em fins de 1943, período em que se iniciaram as obras de edificação. Em 1953, uma década depois, contudo, ainda não havia sido concluída.

Figura 17. Fotografia mostrando a instalação de barracas



Fonte: Jornal Unitário, 24/04/1953.

A família de Gabriel Gomes, como ficou subentendido pela fala de José Ramos, foi beneficiada com a instalação das barracas de lona cedidas pelo Exército, diminuindo assim os percalços relacionados à exposição constante ao sol e à chuva. Naquele abrigo improvisado permaneceram por alguns dias, pois na Hospedaria Getúlio Vargas não havia vagas suficientes para todos os inúmeros emigrantes que chegavam em Fortaleza naquele ano de 1953. Situação tão alarmante em todo o Nordeste que mobilizou a imprensa, entidades filantrópicas, políticos, artistas, entre outros sujeitos, em prol de auxiliar os nordestinos em uma campanha intitulada “Ajuda teu irmão”⁸³. A respectiva campanha, de acordo com o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro foi iniciativa do político Carlos Lacerda, um ferrenho opositor do então presidente Getúlio Vargas (*Gazeta de notícias...*, 17/04/1953).

Nas páginas do seu jornal *Tribuna da Imprensa*, Lacerda publicou inúmeras reportagens cujo principal debate era a citada campanha “Ajuda teu irmão”. Na edição do dia 24 de fevereiro de 1953, publicou, na seção carta dos leitores, uma missiva de um dos grandes apoiadores da ação, o cearense Humberto Teixeira⁸⁴. Na carta o compositor solicitava o apoio dos radialistas para divulgar a campanha, prometendo, além disso, compor “o baião ‘Ajuda teu

⁸³ Campanha iniciada nos estados do Sudeste em fevereiro de 1953, com o apoio de diversos jornais, políticos e entidades assistencialistas. Artistas e atletas, no qual realizavam-se projetos de leis, eventos, jogos de futebol, entre outras ações, cujo cerne era arrecadar donativos para auxiliar a população nordestina.

⁸⁴ Humberto Teixeira nasceu no Ceará em 1915 – ano de grande seca –, mas mudou-se para o Rio de Janeiro em 1932 (coincidentemente ano de outra grande estiagem) para fazer a faculdade de Direito. Tornou-se, posteriormente, um dos grandes compositores do país, lançando juntamente com o cantor Luiz Gonzaga diversas músicas que abordavam sobre os dilemas nordestinos, senda a seca e a migração bastante evidenciadas.

irmão’, cujos direitos autorais e artísticos da gravação reverterão integralmente em benefício dos nossos irmãos necessitados” (Tribuna da imprensa..., 24/02/1953, p.4).

A revista *A Cena Muda*, que dedicava-se a divulgar as atividades artísticas realizadas no país, lançou no dia 01 de abril de 1953 uma reportagem sobre a iniciativa de Humberto Teixeira de compor uma música exclusivamente com o propósito de auxiliar na respectiva campanha.

Assim, após matutar durante vinte e quatro horas, compôs o baião ‘Ajuda teu irmão’. Feitas a música e a letra, saiu à cata de um intérprete que quisesse colaborar no movimento filantrópico. Não andou muito, entretanto, pois Carmélia Alves⁸⁵, tão logo soube dos fins a que se destinava o baião, acedeu em gravá-lo, abrindo mão de todo e qualquer direito sobre a venda dos discos [...] (Revista a cena..., 01/04/1953, p.25).

A gravadora Continental ficou responsável pela gravação da música “Ajuda teu irmão”, iniciada no dia 27 de fevereiro de 1953, cuja letra buscava evidenciar as agruras vividas pelos sertanejos devido ao flagelo da seca e instigar o lado solidário dos ouvintes:

É companheiro
Ajuda teu irmão
O Norte tá doente
Precisa proteção
É companheiro
Estende a tua mão
Não deixe um bom caboclo
Caído assim no chão
Por mais pobre que tu sejas
Hás de ter um coração
Abre a bolsa e tira dela
Nem que seja um tostão
Tá com fome, tá com sede
Teu patrício do sertão
Junto dele tu és rico
Ajuda teu irmão! (Revista a cena..., 01/04/1953, p.25).

Além das atividades realizadas pelo cearense Humberto Teixeira para arrecadar donativos para a região Nordeste, outro nordestino contribuiu na campanha “Ajuda teu irmão”,

⁸⁵ A cantora Carmélia Alves ganhou a alcunha de “rainha do baião” de Luiz Gonzaga, sendo intérprete de diversos sucessos, como, por exemplo, “Sabiá lá na gaiola”.

o cantor pernambucano Luiz Gonzaga⁸⁶. Além de participar de festivais com outros artistas, com o intuito de angariar doações para a população nordestina, compôs o baião “Vozes da Seca”, junto com o compositor e médico José Dantas. A música foi idealizada após a fala do presidente Getúlio Vargas, que “prometeu dar ao Nordeste e aos flagelados da seca a assistência que se faz necessária” (Diário de notícias..., 10/04/1953, p.4). Mas diferentemente do baião “Ajuda teu irmão”, que visava instigar o assistencialismo dos brasileiros, a intenção da canção “Vozes da Seca” era cobrar do governo Varguista ações efetivas que proporcionassem trabalho e melhorias para o Nordeste, como é possível perceber a partir dos trechos a seguir:

Seu dotô os nordestinos têm muita gratidão
 Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
 Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
 Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
 [...]
 Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
 Dê cumida a preço bom, não esqueça da açudage
 Livre assim nós de ismola, que no fim dessa estiage
 Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage (Diário de notícias..., 10/04/1953, p.4).

É importante ressaltar que um dos shows realizados pelo músico Luiz Gonzaga na campanha “Ajuda teu irmão” foi nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, em 20 maio de 1953. Mas de acordo com o jornal *Diário de Notícias*, após cantar para os abrigados o cantor

disse estar impressionado em haver tomado parte em vários festivais no sul do país, arrecadando milhares de cruzeiros em benefício dos flagelados cearenses e que até o momento não houvessem recebido. Disse, também, que, em face do acontecido faria, de agora por diante, uma campanha contra a doação de auxilio aos flagelados (Não foram ..., 21/05/1953, p.2).

O discurso do músico Luiz Gonzaga na Hospedaria Getúlio Vargas deve ter sido bastante impactante, pois uma das principais lembranças dos filhos do nordestino Gabriel Gomes – Demétrio, Ramos, Darcy e Maria –, durante a permanência na respectiva hospedaria foi este show, no qual relataram à socióloga Coutinho que o cantor chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados naquele espaço, denunciando os “[...] tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria” (Coutinho, 2015,

⁸⁶ O cantor e compositor Luiz Gonzaga nasceu em 1912 no estado de Pernambuco. Em 1939, após se deslocar por várias regiões do país, partiu em direção ao Rio de Janeiro. Em 1947 em parceria com o compositor cearense Humberto Teixeira compôs a música “Asa Branca”, que retrata as agruras vividas pelo povo nordestino devido às constantes secas da região.

p.107).

Apesar de Carlos Lacerda publicar quase que diariamente no seu jornal *Tribuna da Imprensa* notícias sobre o envio dos donativos arrecadados à região do Nordeste, assim como a prestação de contas sobre quais empresas, organizações e indivíduos estavam doando, as denúncias sobre desvios dos donativos eram constantes. Uma das acusações foi publicada na *Revista Momento Feminino*, um ano depois do início da campanha “Ajuda teu irmão”, no qual a equipe do periódico dirigiu-se até Fortaleza para averiguar as queixas sobre o desaparecimento do dinheiro e dos donativos arrecadados. Segundo um funcionário da Hospedaria Getúlio Vargas, “dessa campanha não chegou aqui nem mesmo uma camisa sem mangas” (*Revista momento...*, abril de 1954b, p.7).

Mesmo sem o auxílio dos donativos da campanha “Ajuda teu irmão”, foi naquele abrigo federal que a família de Gabriel Gomes permaneceu por muitos dias, aguardando passagens para embarcar para a região norte do país. Um período de espera que provavelmente não foi tranquilo, tendo em vista a lotação da hospedaria e os problemas inerentes a isto. Apesar de não haver relatos de José Ramos e dos outros filhos sobre este ínterim, especificando sobre outras experiências vivenciadas naquele local até a travessia para a Amazônia, a partir da imprensa temos um vislumbre sobre os percalços vivenciados por estes.

No *Jornal Pequeno (PE): a verdade nua e crua* – periódico de média circulação e voltado para a população mais carente de Recife – houve a publicação de uma matéria de capa no dia 22 de abril de 1953, cujo título era “Gravíssima a situação do Ceará – CINCO CRIANÇAS MORREM POR DIA NA HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS”. Em letras garrafais, o jornal buscava alertar aos seus leitores sobre os percalços vividos pelos abrigados na hospedaria federal localizada em Fortaleza. Um desses problemas era a lotação, já que o recinto tinha a capacidade máxima de abrigar 1.200 pessoas e possuía em suas dependências “1.500 flagelados, registrando-se a média de cinco óbitos de crianças, por dia”, como salientou o governador em exercício Stênio Gomes (*Gravíssima...*, 22/04/1953, p.1).

É importante salientar, contudo, que, mesmo diante do espanto do noticiário e do chefe do executivo sobre a quantidade de óbitos na hospedaria, cotidianamente a morte rondava esses sertanejos, tornando-se habitual as mortes das crianças ainda pequenas e quase banal suas reações diante dessa situação. Cenário que é embasado pela conceito da transição demográfica⁸⁷, segundo o qual, nas sociedades predominantemente agrárias do Nordeste

⁸⁷ De acordo com Machado (2008), a primeira fase da transição demográfica se caracteriza por altos índices de natalidade e mortalidade e ocorria nas sociedades rurais. Essa alta taxa de mortes devia-se a diversos fatores, dentre eles, condições sanitárias deficitárias, devido a epidemias e má alimentação. Esse cenário modificou-se somente

predominava um alto índice de natalidade, pois as famílias necessitavam de muitos filhos para contribuir com a produção agrícola. Essa alta de nascimentos deveria compensar teoricamente o alto índice de mortalidade. Assim,

essas taxas quase sempre oscilam em consequência de variações de safras, de incidência de epidemias e predominam altas devido à alimentação pobre, condições sanitárias primitivas e ausência de serviços médicos preventivos e curativos (Machado, 2008, p.4).

Reinava na Hospedaria Getúlio Vargas um ambiente propício para que houvesse um alto índice de mortalidade, sobretudo, infantil, tendo em vista a superlotação, a proliferação de doenças, assim como a ausência de uma grande equipe de médicos e outros profissionais para atender as pessoas. Com isso, sair daquela hospedaria era a alternativa mais segura em meados de 1953. Assim, Gabriel Gomes, a esposa Satina e os filhos migraram na primeira oportunidade para a região amazônica em um navio da Lloyde Brasileiro, denominado Poconé, travessia que durou 8 dias. Mas de acordo com José Ramos, a viagem teve alguns inconvenientes:

passamos pela Ilha das Pororocas. Foi onde deu mais zebra. É quando tem o encontro do Rio Negro com as águas do mar. Foi lá que eu me lembro que a água batia muito no navio. Eu achava bonito era quando amanhecia o dia, o sol saindo, a água batendo nele [no Poconé]. Eu lembro que ele parou um dia e meio em São Luís [do Maranhão] (Coutinho, 2015, p. 109).

Ao chegarem ao Pará – local indicado a Gabriel Gomes pelos amigos no Rio Grande do Norte como a representação da prosperidade e da bonança – foram transferidos para outra hospedaria federal, a Tapanã. Naquele abrigo, permaneceram por vários dias, pois segundo seu filho, José Ramos, o patriarca se recusava a aceitar qualquer oferta de trabalho.

Aí todo dia chegava muita gente atrás de papai [na Hospedaria Tapanã] pra trabalhar na vacaria, mas ele não queria. Já que tava lá, queria um negócio melhor, né. Aí chegou um senhor com nome de Zé Guedes e ajeitou com ele pra ir pra fazenda dele. Aí ele foi, ajeitou e marcou o dia na quarta-feira que ele vinha, que ele era proprietário do caminhão naquela época e vinha apanhar a gente. Foi chegar era 6 horas da noite, aí nós viemos e fomos chegar era 12 horas na fazenda. Aí ele ficou lá um ano, mas com um ano ele não queria mais

quando as sociedades passaram a ter melhorias no saneamento básico e na área da saúde, assim como melhorias na educação e nas técnicas agrícolas. Além disso, houve um aumento da migração para os centros urbanos, pois as pessoas visualizavam na cidade a expectativa de melhoria de vida.

ser sujeito, sabe? Ele queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe? Num tinha como arrumar, né. Era pra ele poder sair fora, né. Aí disse: ‘Dom João que tem esses terreno todo, mas ele é muito bravo’. Só que ele falava alto por ele mesmo, sabe? Não tinha nada disso não, não era bravo não. Aí ele foi lá com Dom João e levou um outro ano, mas lá ele já montou comércio, começou a subir, né. Aí no fim do ano ele colheu 360 sacos de arroz... eu lembro ainda. Colheu muito arroz e depois comprou a terrinha dele (Coutinho, 2015, p. 110).

O depoimento, bastante extenso, nos possibilita problematizar sobre diferentes aspectos dessa família de emigrantes. Primeiramente, o senhor Gabriel Gomes era descrito pelos filhos e por outros parentes como alguém que não havia se adaptado ao trabalho na agricultura, quando comprou uma terra em Pedro Velho (RN), preferindo exercer a função de tropeiro. Com isso, acreditamos que possivelmente aguardava uma proposta de trabalho que não estivesse relacionada ao extrativismo da borracha, atividade que lhe era completamente estranha. Outro enfoque era a percepção que José Ramos, na época uma criança muito pequena, tinha sobre o próprio pai, tendo em vista que enxergava-o como uma pessoa que, por ser alfabetizada, não se submeteria a aceitar qualquer tipo de emprego.

Mesmo após obter um trabalho, Gabriel Gomes, na memória construída por José Ramos, não queria se sujeitar às ordens do patrão, assim como não queria se tornar morador de um proprietário de terras no Rio Grande do Norte. Por isso, buscou adquirir posteriormente uma propriedade no qual pudesse plantar para si e sua família, investindo na plantação de arroz. De acordo com Coutinho, “a região onde Gabriel comprou sua terra chamava-se Miritueira, nos limites dos municípios de São José do Guamá e daquele que em 1961 se tornaria o município de Santa Maria do Pará” (Coutinho, 2015, p.112). Propriedade que valorizou-se devido à proximidade com a rodovia Belém-Brasília.

Além disso, o arroz cultivado pela família era vendido nas mercearias da região e, de acordo com Maria – uma das filhas de Gabriel Gomes -, um estrangeiro comprava com frequência o produto: “ele era do comércio. Comprava para revender. A gente chamava ele de polonês, mas ele era japonês” (Coutinho, 2015, p. 113). Com isso, a presença do imigrante japonês em Guamá, o *outro*, não era percebida com desconfiança pelos nordestinos citados. Pelo contrário, a presença desse sujeito era aguardada constantemente, pois representava a comercialização do cereal produzido na propriedade familiar.

É importante ressaltar que, apesar de Gabriel Gomes e dos filhos terem conseguido se adaptar bem à região de Guamá, desenvolvendo vários projetos na agricultura, a família precisou retornar à Paraíba – cidade de Caiçara – no ano de 1960, pois dona Satina não havia

se adaptado à região amazônica, sentindo muita saudade dos parentes que permaneceram no Nordeste.

As trajetórias de migração dos nordestinos Manoel Antônio e Gabriel Gomes e suas respectivas famílias estão relacionadas à região amazônica, assim como a história de deslocamento de milhares de sujeitos, sobretudo, a partir de meados do século XIX. Tal preferência tinha relação com a existência de redes de apoio familiar e/ou de amigos, incentivo governamental e expectativas de melhoria de vida. Mas nessa década de 1950 o Norte ganhou concorrentes em potencial: as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Uma grande leva de emigrantes partiu em direção, principalmente, ao estado de São Paulo, como salienta o historiador Paulo Fontes:

[...] os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. [...] Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a grande maioria dos recém chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (Fontes, 2002, p.54-55).

Os nordestinos que migravam em direção a São Paulo na década de 1950, vindos de diversos estados do Nordeste – a maioria, contudo, era proveniente do estado da Bahia –, utilizavam como transporte os caminhões pau-de-arara, passando dias nas estradas até chegar à capital paulista ou à região metropolitana em busca de ocupação na indústria e em outros setores produtivos. Mas esse aumento do fluxo de migrantes na década de 1950 para São Paulo e outras paragens poderia ser justificado somente pelas estiagens, que atingiram os estados nordestinos entre 1951-53 e, sobretudo, em 1958?

Utilizar apenas o argumento climático para justificar o fluxo constante de nordestinos é imprudente, na medida que havia outros fatores que impulsionaram essa migração, como já citamos na tese. Além disso, essa justificativa esvazia-se quando percebemos que durante toda a década de 1950 a população nordestina e, sobretudo, a cearense recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagem para migrar, mesmo quando havia estabilidade climática. Fugir das atrocidades cometidas pelos grandes latifundiários e buscar melhores condições de vida, fosse no campo ou na cidade, – salários dignos, acesso a direitos trabalhistas e/ou a posse de uma propriedade rural – possivelmente é a resposta mais plausível para esse deslocamento constante, fosse migrando com passagens subsidiadas ou não pelo

governo federal.

Foi em busca de melhores condições de vida que o sobralense José Henrique dos Santos, residente em Fortaleza, partiu para a cidade do Rio de Janeiro em 1957 (período de estabilidade climática no Nordeste). A esposa Maria Luiza Cabral dos Santos e os dois filhos pequenos, contudo, permaneceram no Ceará. Quem narrou sua saga em direção ao Sudeste foi sua filha mais velha, Ana Chélida dos Santos⁸⁸, mas a memória construída a respeito do deslocamento do progenitor baseou-se em versões contadas por terceiros, ou seja, seus familiares, tendo em vista que no respectivo período era uma criança bem pequena.

Ana Chélida relatava aos entrevistadores do Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ, que a família residia no bairro Aldeota no final dos anos de 1950. Um espaço que desde a década de 1940 recebia muitas famílias abastadas da cidade, mas que ainda possuía muitos moradores de classe média e baixa. O pai, José Henrique, trabalhava como carpinteiro e marceneiro, mas diante das dificuldades de conseguir clientes na capital cearense aceitou uma oferta de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. A proposta de emprego foi encaminhada para José Henrique por meio de cartas, enviadas por uma amiga da família que migrou anteriormente e que morava há anos no Rio de Janeiro, trabalhando como enfermeira. Mantinha, contudo, contato com seus familiares e amigos que permaneceram no Ceará.

A viagem entre Fortaleza e o Rio de Janeiro, de acordo com Ana Chélida, foi financiada pelo pai, não obtendo as passagens subsidiadas do Governo Federal. Assim, “ele veio descascando batata na cozinha do navio e sacas de chuchus” para conseguir pagar pela travessia, como relatava a filha (Ana Chélida..., 2017). Um momento que era relembrando por José Henrique como uma experiência anedótica, sendo contada de maneira divertida aos filhos.

Ao aportar no Rio de Janeiro em 1957, o cearense José Henrique dos Santos foi morar com essa enfermeira e conseguiu um trabalho em uma carpintaria, proposta de emprego que já havia sido estipulada por meio das missivas trocadas. Naquela cidade permaneceu por muitos meses, havendo o contato com Maria Luiza Cabral dos Santos por meio de cartas, que eram lidas por uma vizinha, já que a mesma era analfabeta. O plano, contudo, era levar a esposa e os filhos para morar posteriormente com ele. Mas como conseguir passagens para migrar?

A solução encontrada para que a esposa e os filhos conseguissem migrar para o Rio de Janeiro estava nas passagens subsidiadas pela Hospedaria Getúlio Vargas. No período que José Henrique dos Santos migrou, em 1957, havia a possibilidade que os moradores de

⁸⁸ Ana Chélida dos Santos nasceu em Fortaleza em 07 de junho de 1957. A entrevista com a mesma foi realizada pela equipe do Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 18 de novembro de 2017, no Rio de Janeiro.

Fortaleza se inscrevessem naquela hospedaria e conseguissem se deslocar para outras paragens do país, sobretudo, para o Norte. Os cidadãos, porém, não podiam permanecer nas dependências do abrigo federal, tendo em vista que havia uma política do INIC de dificultar a permanência de emigrantes nas hospedarias federais nesta época, com a justificativa de que não havia verbas para mantê-los naqueles abrigos.

Havia, porém, outra exigência: aqueles que quisessem partir, sobretudo, para a Amazônia deveriam ter uma “carta de chamada”, ou seja, a concessão de passagens estava “condicionada à existência de prova de colocação certa”. Após o cumprimento desses requisitos, o migrante e sua família eram avisados oito dias antes do embarque devendo se apresentar à hospedaria para realizarem “registro, prontuário, exame médico, fotografia e cartão de identidade para embarque e colocação” (Relatório do instituto..., 1957b, p. 219).

Após esse primeiro chamado para fazer registro, exames, entre outras ações, os habitantes da capital que haviam solicitado passagens subsidiadas deveriam comparecer à hospedaria somente para obter os documentos pedidos, aguardando em casa o dia de embarcar. Mas quem não morasse em Fortaleza precisava, contudo, permanecer “na frente da Hospedaria, debaixo de cajueiros, até que, 8 (oito) dias antes do embarque, seja hospedado e feita a documentação para embarque” (Relatório do instituto..., 1957b, p. 219). Somente em casos excepcionais havia a autorização para a hospedagem. Com isso, as pessoas tinham a obrigatoriedade de permanecer fora das dependências da hospedaria, sob sol e/ou chuvas, por diversos dias, sem qualquer auxílio. Aqueles que suportavam a respectiva situação eram finalmente alistados e podiam migrar.

José Henrique dos Santos, contudo, mesmo sendo residente na capital cearense, não se deslocou com passagens subsidiadas pelo governo federal. A princípio cogitou-se que a ausência de ajuda governamental estivesse relacionada ao local para qual o mesmo migrou, o Sudeste ao invés da região amazônica. Mas ao analisarmos o documento produzido pelo INIC percebemos que havia deslocamento de migrantes para o estado do Rio de Janeiro também, já que o navio Almirante Alexandrino zarpu com 38 pessoas naquele ano de 1957 para a respectiva cidade (Relatório do instituto..., 1957b, p. 219). Provavelmente devido à urgência em assumir o cargo de carpinteiro, que proporcionaria à família condições melhores para viver, não foi possível aguardar o prazo necessário para cumprir todas as exigências da hospedaria. Outra possibilidade era a inexistência de vagas para se alistar e poder partir.

Mas quando a esposa Maria Luiza Cabral dos Santos e os dois filhos pequenos de José Henrique dos Santos migraram em dezembro de 1958 com passagens subsidiadas pelo governo federal a situação na Hospedaria Getúlio Vargas era bastante díspar. O Nordeste

vivenciava uma das maiores estiagens do século XX, havendo milhares de sujeitos se deslocando para diversas regiões do país em busca de alimentação, trabalho e auxílio governamental. Com isso, os abrigos federais recebiam diariamente centenas de sujeitos em busca de passagens. A hospedaria em Fortaleza, como já citamos na tese, recebeu milhares de pessoas vindos de diversas paragens nordestinas, sendo a situação bastante alarmante.

O alistamento dos moradores de Fortaleza nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas durante aquela seca de 1958, como relatou Ana Chélida,

não era fácil não. Eu lembro deles comentarem que quase que deixaram minha mãe para trás. Porque no que ele escreveu as famílias, você tinha que esperar o chamado pra ir lá e confirmar quantas pessoas, idade, identidade, essas coisas. E nesse período meu pai escreveu dizendo que ele tava indo a Fortaleza, que ele não aguentava mais de sentir falta. Aí meu tio tirou minha mãe, comigo e meu irmão, e botou uma outra família. Quando pai disse que já não podia mais ir não, que era pra levar. E agora, pra arranjar outra passagem? Foi um Deus nos acuda. Mas coisa de Deus, ele conseguiu encaixar a gente. [...] Viemos realmente como retirantes da seca (Ana Chélida..., 2017).

O responsável pelo alistamento de Ana Chélida, sua mãe e irmão foi seu tio, Francisco Tavares (irmão de sua mãe), que alistou ainda sua família, composta pela esposa Francisca Amélia e os cinco filhos. Em Fortaleza, o mesmo trabalhava como “artesão, produzindo móveis em vime, cipós, bolsas, essas coisas que artesão fabrica e vendia nas feiras livres” (Francisco Tavares..., 2015). Quem narrou a trajetória de migração de Francisco Tavares foi seu filho, Francisco Tavares Filho, que durante a seca de 1958 possuía 11 anos e lembrou à equipe Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores os percalços vivenciados durante esta época:

então eu lembro que em 58 Fortaleza ficou muito cheia de retirantes da seca do interior para a capital, mas eram levadas e levadas de pessoas. E isso aí eu me lembro que eu estava lá no meu colégio uma vez e eu vi passar as pessoas, mas era muita gente e chegando a pé. Aí as coisas que já não estavam boas ficaram mais difíceis ainda. A gente não conseguia vender praticamente nada, meu pai às vezes conseguia um serviço ou outro particular, consertar algumas coisas... aí ficou muito difícil (Francisco Tavares..., 2015).

A capital cearense naquele ano de 1958, como lembrou Francisco Filho, recebeu milhares de sujeitos em deslocamento, que vinham de diversas regiões do Ceará e do Nordeste – a pé, em caminhões pau-de-arara, em trens e por outros meios. Uma multidão em desespero

que ansiava por auxílio do governo e de particulares. Com isso, quase não havia compradores para os produtos comercializados por Francisco Tavares nas feiras. A solução encontrada foi a migração para o Rio de Janeiro, tendo em vista que o cunhado, José Henrique dos Santos, escrevia cartas daquela cidade afirmando que “a situação aqui está melhor. Tem muito serviço pra vocês” (Francisco Tavares..., 2015).

Francisco Filho relatou ainda que, após a família fazer o alistamento, aguardou por diversos meses pela chegada do navio que os levaria para a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto esperavam, precisaram vender todos os objetos que possuíam e foram morar na casa de uma tia na praia do Mucuripe, que já era ocupada pelos tios, quatro primos e os netos do casal, sendo uma “confusão”. O intento era acompanhar a chegada dos navios, tendo em vista que da casa simples era possível visualizar a entrada e a saída das embarcações. Com isso, “ficava ali minha mãe com minha tia olhando, ‘pô, quando esse navio aparece’? Aí o navio não aparecia nunca” (Francisco Tavares..., 2015). Naquele espaço ficaram aguardando por quase todo o ano de 1958, pois o navio Almirante Alexandrino, responsável pelo deslocamento destes migrantes, zarpou somente no dia 02 de dezembro⁸⁹.

A viagem no navio da Lloyd Brasileiro, entre Fortaleza e a Hospedaria da Ilha de Flores no Rio de Janeiro, de acordo com Ana Chélida dos Santos, durou 8 dias. Mas a travessia foi narrada de formas diferentes pelos entrevistados pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores. A narrativa de Ana Chélida baseou-se nas falas de sua mãe, Maria Luiza Cabral dos Santos. Para esta o deslocamento na embarcação havia sido a pior experiência da sua vida, pois enjoou durante todo o percurso, vindo todos amontoados “em redes, no porão do navio”. Além disso, as condições sanitárias do espaço eram péssimas, havendo “total falta de higiene” e a proliferação de doenças, como, por exemplo, a “disenteria, principalmente nas crianças” (Ana Chélida..., 2017).

Na concepção de Francisco Filho, no entanto, a viagem não foi um suplício. Possivelmente para este, uma criança descobrindo outros “mundos” e conhecendo outros sujeitos – com falas, vestimentas e costumes diferentes –, a travessia foi uma aventura. A primeira divergência com a narrativa de sua tia estava relacionada ao local que foram alocados, pois a partir das memórias do então menino de 11 anos foi no “convés do navio, na parte da

⁸⁹ Durante a entrevista de Ana Chélida dos Santos há a informação que a data de desembarque na hospedaria da ilha das Flores foi no dia 08 de dezembro de 1958, mas acreditamos que o embarque tenha sido no dia 02 de dezembro e o desembarque tenha ocorrido no dia 10 de dezembro, tendo como base a reportagem do jornal O Dia/PR, do dia 11 de dezembro de 1958, que afirmava que havia desembarcados no dia anterior diversos nordestinos na Hospedaria da ilha de Flores, vindos da Hospedaria Getúlio Vargas. Vale ressaltar que no final daquele ano somente há esse registro sobre a navegação do navio Almirante Alexandrino para a cidade do Rio de Janeiro.

frente onde vinha as cargas”, já que “veio tanta gente nesse navio que nós não conseguimos ficar em cabine”. O mesmo não ficou restrito, contudo, ao espaço que lhe foi designado:

era gozado porque eu rodei o navio todo, andei o navio inteiro, de ponta a ponta. E aí eu lembro que eu ia conhecer as pessoas que tocavam na orquestra do navio, e aí eu ia participar lá, ia ver os ensaios deles, eles tocando aquelas músicas e tal. Eu ficava encantado, nunca tinha visto um violino, vi um violino, primeira vez, ‘pô, o que é isso?!’. Então tinha mais, pessoas na primeira classe, tinha, sei lá, um jantar dançante, um negócio assim, mas era uma coisa limitada ao pessoal da primeira classe. Então tinham pessoas realmente... nem todos que vieram, vieram por conta do Governo (Francisco Tavares..., 2015).

Movimentando-se pelo navio Almirante Alexandrino, Francisco Filho percebeu que havia diferenças entre os migrantes nordestinos, que normalmente permaneciam estáticos no convés sob sol e chuva, e os outros passageiros, provavelmente imigrantes estrangeiros, que confraternizavam entre si na primeira classe, com jantares e danças. É importante ressaltar que neste ano de 1958 milhares de estrangeiros adentraram o território brasileiro em busca de melhores condições de vida, incentivados ou não por acordos assinados pelo governo brasileiro⁹⁰. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, neste respectivo ano foram registrados 21.928 portugueses, 6.586 japoneses, 5.768 espanhóis, 4.819 italianos, 9.913 de outras nacionalidades e 825 alemães (Anuário, 1959, p.39).

Quantos desses imigrantes foram para a Hospedaria da ilha das Flores, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1958? Por quais percalços esses estrangeiros passaram na respectiva hospedaria? Como era a convivência com os outros abrigados, vindos de diversas regiões nordestinas? Para responder estes questionamentos seria necessário, entretanto, buscar outras fontes e dedicar muitas páginas para elucidar essas indagações, o que torna-se impossível dentro das limitações da escrita da tese.

A partir da reportagem do jornal *O Dia*, publicada no dia 11 de dezembro de 1958, sabemos que

transportando 500 flagelados das sêcas, chegou, na manhã de hoje no Rio o navio ‘Almirante Alexandrino’ procedente de Fortaleza. Os retirantes nordestinos, cerca de 150 são adultos e os restantes crianças, que apresentam sintomas de sub-nutrição, razão pela qual a direção do INIC providenciou a remoção imediata dos mesmos para a Hospedaria da Ilha de Flores, a fim de

⁹⁰ Em 1950, por exemplo, o Brasil assinou um acordo com a Itália com o intuito de assinar um convênio para a imigração das pessoas. No respectivo acordo estabelecia-se que o Brasil incentivaria a imigração espontânea como a imigração dirigida (intervenção direta do Estado no controle da seleção e encaminhamento das pessoas).

que os retirantes fossem medicados e recebessem alimentos (O dia..., 11/12/1958, p1).

Não há informações sobre o quantitativo de imigrantes estrangeiros que estavam vindo juntamente com os migrantes nordestinos no navio Almirante Alexandrino. Mas todos, sem exceção, precisaram desembarcar na hospedaria existente na ilha de Flores, localizada no município de São Gonçalo, tendo em vista que os estrangeiros deveriam aguardar naquele espaço o momento de serem enviados para suas colocações de trabalho. No caso daqueles provenientes do Nordeste, aparentemente o motivo de serem enviados para o abrigo do INIC estava relacionado aos problemas de saúde daqueles indivíduos. Informação que a entrevistada Ana Chélida dos Santos confirmou, pois havia na embarcação pessoas “desnutridas, doentes com escabiose, sarnas, piolho” (Ana Chélida..., 2017).

Ao aportarem na cidade do Rio de Janeiro foram encaminhados em barcos menores para a Hospedaria da ilha de Flores. A partir da imagem abaixo podemos visualizar como efetuava-se esse traslado.

Figura 18. Foto de Desembarque de Imigrantes



Fonte: Coleção Leopoldino Brasil.

Nas dependências daquele abrigo foram imediatamente identificados, registrando-se a quantidade de pessoas por família. Após esse primeiro contato, identificaram aqueles sujeitos que estavam doentes, encaminhando-os para o hospital, que possuía médico e enfermeiras. Além disso, todos foram vacinados. De acordo com Ana Chélida,

eram freiras que eram enfermeiras. Elas iam mandando as pessoas tomarem banho. Mulheres para um lado, homens para outro. Passando na barbearia para raspar a cabeça e tomar uns comprimidinhos. [...] Era tipo para matar os vermes. [...] matar as coisas que as pessoas estavam trazendo (Ana Chélida..., 2017).

Na memória de Maria Luiza Cabral dos Santos sobre as primeiras ações realizadas aos migrantes nordestinos, recontada para seus filhos posteriormente, estavam os cuidados com a higiene pessoal e com a medicação dos doentes. Mas as lembranças de seu sobrinho, Francisco Filho, são díspares. Para este, após a identificação, os deslocados foram encaminhados para o restaurante existente no abrigo. Apesar de ser bastante tarde no momento do desembarque na ilha, as pessoas receberam uma refeição, “aquele almoço bem farto”, uma novidade para aquele menino de 11 anos.

Quanto à alimentação é importante destacar alguns trechos do depoimento de Francisco Filho, interessantes para entender a dinâmica da hospedaria e a interação entre os migrantes nacionais e os estrangeiros. O primeiro aspecto era que não havia divisão nos momentos das refeições entre os estrangeiros e os migrantes nacionais. A separação ficava restrita à habitação nos pavilhões. Mas os gêneros alimentares, típicos da culinária brasileira e que agradavam sobremaneira os nordestinos, com um cardápio voltado para suas preferências alimentares – “carne seca com abóbora”, por exemplo – eram estranhos para os de fora do Brasil (Francisco Tavares..., 2015). Estranhamento que foi discutido pelo pesquisador Silva (2010), tendo como base a entrevista realizada com a imigrante Graziela Andreani⁹¹, que esteve na hospedaria em outro período, em 1951.

Na hora do almoço se encontrava todo mundo junto no refeitório para almoçar. A maior surpresa foi arroz com feijão. Foi terrível pra eles, né? Criança já não, mas pra eles o arroz e o feijão foi difícil de enfrentar. Imagina uma coisa muito diferente do macarrão. Visualmente, né? Depois, a gente adora! Mas visualmente era terrível (Silva, 2010, p.5).

⁹¹ A imigrante Graziela Andreani aportou no Brasil em 1951, vinda da região da Istria. Na época tinha apenas 12 anos. A mesma foi entrevistada em sua residência, em Piratininga/Niterói, por Henrique Mendonça da Silva e Suzana Ribeiro no dia 16/07/2009.

Apesar do hiato de 7 anos, entre a experiência vivida pela imigrante Graziela Andreani e o cearense Francisco Filho no refeitório da Hospedaria da ilha das Flores, percebe-se que esse momento de interação, entre os diferentes grupos de pessoas, durante as refeições perdurou ao longo da década de 1950, assim como a preferência por um cardápio mais típico do Brasil. Esse contato, contudo, não ficava restrito a isto. As festas, por exemplo, eram outro período no qual se reuniam e confraternizavam todos os abrigados da hospedaria.

Naquele abrigo federal, interagindo com diversos imigrantes estrangeiros e com outros companheiros nordestinos, Francisco Tavares Filho permaneceu por quase 10 anos, junto com seu pai, mãe e irmãos. Sua prima, Ana Chélida, e sua tia também ficaram nas dependências da hospedaria. Diferentemente dos outros migrantes vindos de Fortaleza no navio Almirante Alexandrino no dia 02 de dezembro de 1958, que foram encaminhados para os estados do Paraná e de Goiás, para o trabalho nos cafezais e para a construção de Brasília, as duas famílias conseguiram ocupações dentro da ilha de Flores.

Francisca Amélia Tavares, mãe de Francisco Filho, conseguiu quase que imediatamente um trabalho na lavanderia, sendo transferida posteriormente para o refeitório do restaurante. Já Maria Luiza Cabral dos Santos, mãe de Ana Chélida, foi contratada como doméstica na casa do administrador do abrigo. Permaneceu, porém, nos quadros de funcionários daquela instituição por longos anos, já que prestou concurso para ocupar uma vaga no restaurante do SAPS. O próprio Francisco Filho trabalhou como ajudante na cozinha, como relatou à equipe do Centro de Memórias da ilha de Flores:

eu me lembro que eu trabalhei uma época, fui ajudar no refeitório, eu e a molecada, a gente foi lá porque era... tinha muito serviço lá pros caras. E aí eles aproveitavam essa mão de obra que ficava ali, e eu ficava trabalhando lá, ajudando a descascar batata, legumes, essas coisas. Foi quando eu conheci realmente a cozinha deles, ‘pô, como é essa cozinha? Como é que faz essa comida?’. Impressionante a quantidade de comida que se manuseia num refeitório para atender três mil pessoas! Olha é muita coisa! (Francisco Tavares..., 2015).

As famílias de Francisco Filho e de Ana Chélida, após permanecerem por anos nas dependências da Hospedaria da ilha de Flores, foram obrigadas a sair daquele abrigo, tendo em vista que o mesmo passou para a jurisdição da Marinha. Foram residir em casas compradas no município de São Gonçalo, retornando ao Ceará apenas como visitantes. Ao analisarmos suas narrativas, em torno das experiências na hospedaria, percebemos que optaram por mencionar somente a interação entre os abrigados, suas descobertas e aprendizados e, sobretudo, sobre a importância daquele espaço na construção de suas identidades. Não há em suas falas menção

aos percalços enfrentados, fosse por imigrantes estrangeiros ou migrantes nacionais, como, por exemplo, o longo período de espera para serem enviados para os locais de trabalho.

Acreditamos que essa estratégia de narrativa estivesse relacionada com o tipo de memória que construíram a partir das suas experiências exitosas na Hospedaria da ilha de Flores, pois foi naquele espaço que suas famílias conseguiram empregos e suas vidas melhoraram. Optaram assim por não citar as dificuldades, mesmo que a imprensa os divulgasse. Como salienta Pollack,

quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (Pollack, 1992, p.7).

Outros nordestinos também partiram em direção ao Rio de Janeiro durante a seca de 1958 e foram alocados na Hospedaria da ilha de Flores, mas se deslocaram através de aviões. Como foi o caso de Manuel Antônio dos Santos, morador da praia Formosa, que, 16 de maio de 1958, foi deslocado juntamente com mais 201 migrantes (79 crianças e 123 adultos), em três aviões da Força Aérea Brasileira, para a cidade do Rio de Janeiro. Por ser morador de Fortaleza, precisou apenas se alistar nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas e aguardar o momento da partida.

Seu destino após chegar na ilha de Flores, assim como dos outros migrantes, foi o estado do Paraná, para trabalhar nas fazendas de café. Manuel dos Santos, em entrevista ao periódico *Jornal do Brasil* afirmou que trabalhava em uma fábrica de produção de óleos, “vez por outra”. Mas a estiagem que atingia o Nordeste naquele ano dificultou que ele continuasse com esta atividade, já que “não tem emprego para ninguém” (Fugindo da seca..., 17/05/1958, p.9). Soube então que o INIC estava disponibilizando passagens para quem quisesse ir para o Paraná. Diante da incerteza com relação ao trabalho, tendo em vista que trabalhava informalmente, resolveu partir com toda a família, ou seja, a mulher, os sogros e o cunhado.

Outro passageiro do voo foi Manoel Ferreira de Lemos, que trouxe a esposa Maria Oliveira de Lemos e os filhos pequenos Adaísa, Alinete e Adonias, de 4 anos, 2 anos e sete meses e de 3 meses, respectivamente. Manoel denunciava à imprensa que naquele dia, 16 de maio, os filhos ainda não tinham comido, pois embarcaram na madrugada e, apesar de terem recebido um lanche no embarque, estavam famintos ao desembarcarem no Galeão, Rio de

Janeiro, às 13:30 horas.

Além disso, Manoel Ferreira relatou ao jornal que também se “qualificou” na Hospedaria Getúlio Vargas para viajar, ou seja, se inscreveu na respectiva hospedaria e aguardou o mesmo deslocamento. Vinha da região de Acarape com família, exercendo a função de sapateiro, mas com a ausência de chuvas “se acabou tudo”. Restou a migração, saindo da sua região em 29 de abril, dirigindo-se ao abrigo federal em Fortaleza. Mas, apesar de ter se inscrito como migrante naquela hospedaria, optou por permanecer na casa de uma parente, pois, “se tivesse posto os ‘bichinhos’ lá, esses meninos teriam morrido todos. A Hospedaria tem gente demais”. Assim, aguardou o dia da viagem, que, de acordo com Manoel Ferreira, “foi boa”. Agradecia por não ter se deslocado de navio, já que a viagem demoraria dez dias aproximadamente (Fugindo da sêca..., 17/05/1958, p.9).

Na ânsia para fugir daquela situação alarmante, vivenciada durante a estiagem de 1958, alguns sertanejos deixaram-se ser ludibriados por falsários. Assim ocorreu com Inácio Pereira de Moraes, seu irmão José Pereira de Moraes e sua esposa, Elvira Moraes, que foram enganados por um sujeito denominado apenas de Expedito, que já havia sido preso por enganar as pessoas. O mesmo, de acordo com o jornal *Unitário* em reportagem publicada no dia 04 de dezembro de 1958, chegou à Hospedaria Getúlio Vargas vestido com um uniforme de sargento da Aeronáutica “vendendo passagens pela FAB para o sul do país”. As três passagens para o Rio de Janeiro custaram 4 mil cruzeiros, que foram pagas imediatamente. Para “consolidar o seu ‘golpe’ fez a entrega ao flagelado de um bilhete dirigido ao Comando da Base Aérea, para que fornecesse as passagens compradas por Inácio” (Falso..., 04/12/1958, p.1). Embora o falsificador tenha sido encarcerado, os nordestinos não conseguiram recuperar o valor pago nas passagens. Não há informações se os mesmos conseguiram partir posteriormente para o Rio de Janeiro.

Apesar das narrativas realizadas acima, enfatizamos que há uma carência de documentos que tratem sobre trajetórias de migração de nordestinos para diversas paragens do país durante a década de 1950. Mas as histórias encontradas esporadicamente, em alguns periódicos ou pesquisas acadêmicas que abordam a experiência de deslocamento dessas pessoas, nos possibilitaram problematizar sobre os motivos particulares que os obrigaram a se deslocar, em conexão com aspectos econômicos, políticos, religiosos, entre outros. Acreditamos, contudo, que estes sujeitos citados no respectivo tópico conseguiram decidir, dentro das limitadas opções ofertadas no período, para quais locais se deslocaram. O que não ocorreu com milhares de migrantes alocados na Hospedaria Getúlio Vargas que, entre dezembro de 1958 e fevereiro de 1959, foram forçados a se deslocar, em uma força tarefa

denominada “Operação Flagelados”. Debate que realizaremos nas próximas linhas.

5.2 “Operação Flagelados”: a migração em massa para diversas regiões do país

Durante o ano de 1958, como já acompanhado nos outros tópicos, houve um aumento substancial do fluxo de migrantes partindo de diferentes cidades cearenses e de outros estados em direção à Fortaleza naquele período. O propósito de inúmeros sujeitos era chegar à capital cearense e se alistar nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, para assim obter passagens que os levaria para outras paragens do país. Em fins daquele ano, porém, o abrigo federal que poderia acolher 1.200 pessoas tinha uma impressionante cifra de aproximadamente 12 mil migrantes, que se abrigavam dentro e fora da hospedaria. Com isso, havia um grande temor, por parte dos administradores do recinto e das autoridades governamentais, que essa multidão se revoltasse e efetuasse um quebra-quebra no local, como ocorreu, por exemplo, em maio de 1958 quando os sertanejos expulsaram o administrador daquele recinto, Waldemar Nepomuceno.

Diante de uma situação de extrema tensão, o discurso condenatório sobre a migração dos nordestinos, bastante propagado pela Igreja Católica, imprensa, proprietários rurais e governantes, modificou-se neste período, sendo o deslocamento incentivado intensamente. Para isto, propuseram a criação de uma força tarefa na Hospedaria Getúlio Vargas, que envolvia Exército, Aeronáutica, Marinha e outros entes governamentais. Tal empreitada foi denominada de “Operação Flagelados”.

É importante problematizar, contudo, a nomenclatura atribuída a esta operação responsável pelo encaminhamento de milhares de sujeitos, tendo em vista que os agentes do poder percebiam aqueles migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas simplesmente como seres fragilizados e castigados pelos efeitos da seca e sem condições de decidir para quais locais seriam deslocados. Questão que irá se refletir no processo de migração dessas pessoas, sendo a imensa maioria obrigada a migrar para as regiões que os dirigentes da operação decidiam, como veremos a seguir.

As primeiras informações referentes à citada operação foram divulgadas pelo periódico *Jornal do Brasil*, em edição de 28 de novembro de 1958. Na reportagem informava-se que a “Operação Flagelados” começaria no dia 06 de dezembro, quando os “sertanejos serão transportados para a Amazônia e para Brasília”. A partir de reuniões entre o Ministro da Viação

e Obras Públicas, Lúcio Meira, o presidente do INIC, Valter Chechela, e um representante da Marinha Mercante ficou determinado que:

o transporte, a ser operado por navios da Marinha Mercante com a colaboração de transportes da Armada, será iniciado a 6 de dezembro próximo. Foi organizada uma escalação que é a seguinte: O navio Itanajé, da Companhia Costeira, embarcará em Fortaleza, nos dias 6 e 20 de dezembro, flagelados destinados a Santarém, no Amazonas. O navio-transporte Ari Parreiras embarcará nos dias 8, 13 e 18 do mesmo mês e no mesmo porto outros retirantes destinados a Belém. O transporte Soares Dutra, também da Marinha de Guerra, embarcará nos dias 20, 25 e 30 de dezembro e 3 de janeiro, em Fortaleza, flagelados para Belém e para o sul do País. Oportunamente a Força Aérea Brasileira entrará também na 'Operação Flagelados', transportando diretamente para Brasília alguns milhares de nordestinos (Operação..., 28/11/1958, p.9).

Apesar das informações contidas no periódico acima, no qual estabelecia-se as datas, os nomes dos navios e dos outros transportes, assim como os locais para onde os retirantes seriam deslocados, ao analisarmos outros jornais percebemos que mudanças (oportunistas ou não) ocorreram no projeto inicial. Temos conhecimento dessas modificações a partir da reportagem publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, na edição do dia 19 de dezembro de 1958. O entrevistado foi o técnico do INIC, Francisco Vilela, no qual afirmou que a operação “teve início há 15 dias atrás, quando o navio Almirante Alexandrino transportou para o Rio (ilha das Flores), destinados ao Paraná e Goiás, 600 migrantes” (*Correio da manhã...*, 19/12/1958, p.3).

Vale ressaltar que o navio Almirante Alexandrino foi o responsável por transportar as famílias dos cearenses Francisco Tavares Filho e Ana Chélida dos Santos no início de dezembro de 1958, como citamos anteriormente, durando 8 dias a travessia entre as cidades de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Deslocamento que foi realizado de forma voluntária, ou seja, se alistaram com o intuito de partir em direção ao Rio de Janeiro com passagens subsidiadas pelo governo federal.

Com isso, o deslocamento em massa dos abrigados da Hospedaria Getúlio Vargas iniciou-se bem antes do prazo previsto pelos agentes do INIC, precisamente no dia 02 de dezembro. Acreditamos que os responsáveis pela “Operação Flagelados” aproveitaram a chegada da embarcação na capital cearense, que vinha da Europa e trazia diversos imigrantes estrangeiros, para realizar o deslocamento daqueles sujeitos abrigados nas dependências do abrigo federal e dos moradores da capital cearense que porventura se alistaram em busca de passagens para migrar do Ceará.

Além disso, o técnico do INIC, Francisco Vilela, informou que neste mesmo período chegaram a

Fortaleza os primeiros aviões, que transportaram, até o dia de hoje, cerca de 360 pessoas para Brasília e Anápolis. Concomitantemente fez o Ary Parreiras duas viagens a Belém: a primeira transportando 792 e a segunda 1.012 migrantes. Na mesma época, o navio Itanajé recebeu 800 migrantes, que deverão chegar hoje a Santarém (Correio da manhã..., 19/12/1958, p.3).

O plano original, de iniciar esse deslocamento em massa através do navio Itanajé, não se concretizou. Além desta operação ter se iniciado com o navio Almirante Alexandrino alguns dias antes da data prevista, o transporte aéreo, que era apenas cogitado a princípio, foi concretizado no início do mês de dezembro, sendo responsável por levar outros migrantes para a Hospedaria da Ilha de Flores, no Rio de Janeiro, que foram encaminhados posteriormente para os cafezais no Paraná ou para a construção de Brasília.

Estes primeiros migrantes trazidos por meio dessa força tarefa, alojados na Hospedaria da Ilha de Flores, passaram por exames, receberam medicamentos e alimentação e foram acomodados em galpões, reservados exclusivamente para os nordestinos em deslocamento, já que os estrangeiros ficavam em outros espaços do abrigo. Mas a movimentação ficava restrita às dependências da hospedaria durante o período de espera, ou seja, no intervalo para aguardar o transporte que os levaria para os cafezais no Paraná, para Brasília ou para outro local no qual houvesse vaga de emprego.

O cearense Francisco Filho relatou que as pessoas poderiam se movimentar tranquilamente pela praia da ilha de Flores, mas havia a proibição de sair da hospedaria: “o único cerceamento que tinha era você não sair da Ilha, entendeu? As pessoas para sair da Ilha tinham que ter uma autorização. Então as pessoas ficavam aqui dentro da Ilha, mas aqui na Ilha a gente fazia... tinha liberdade de fazer o que quisesse” (Francisco Tavares..., 2015). Vale ressaltar, porém, que o entrevistado destacou em seu depoimento que esse cerceamento da liberdade foi característico dessa época (1958), pois havia uma grande quantidade de pessoas entrando e saindo da hospedaria, sendo necessário um maior controle. No início dos anos de 1950, contudo, não havia esse controle tão rigoroso do ir e vir dos abrigados⁹².

⁹² Em entrevista feita por Rui Aniceto Fernandes, Henrique Mendonça da Silva e Juliana Elianay no dia 13/03/2009, Zuleika Brasil, que vinha de uma segunda geração de pessoas que trabalhavam na Hospedaria da Ilha de Flores, afirmou que os imigrantes estrangeiros abrigados naquele espaço saíam constantemente “quando eles queriam ir ao Rio ou a Niterói”. O responsável pela liberação era seu pai, pois “eles não eram prisioneiros, eles tinham a vida deles normal” (Silva, 2010, p.9). Zuleika trabalhou na hospedaria até o ano de 1955, havendo uma maior liberdade de circulação no respectivo período, pois a quantidade de pessoas entrando e saindo das dependências da hospedaria era bem menor.

Esta proibição, contudo, não impedia que algumas pessoas saíssem da Hospedaria da Ilha de Flores e optassem por não retornar mais para aquele ambiente. Os motivos para tal escolha podem estar relacionados ao período de espera para se obter uma colocação de trabalho, a recusa em viajar para os locais determinados pelos responsáveis pelo abrigo ou simplesmente porque não havia, dentro dessa operação de deslocamento forçado de milhares de pessoas do Ceará, um plano para empregar efetivamente para todos os sujeitos trazidos. Essa última perspectiva fica evidente na reportagem do jornal *Unitário*, em edição de 19 de dezembro de 1958, com a seguinte manchete: “Nordestinos maltrapilhos entregues à própria sorte nas ruas do Rio”. Afirmavam na matéria que

mais uma vez se repete o drama do nordestino que emigra para o sul do país e aqui é largado à sua própria sorte, sem contar com a assistência efetiva. A pressa na solução do problema que requer planejamento para sua execução vem agravar, ainda nordestinos que fugindo à miséria na sua terra, em consequência das secas, continuam a atravessar situação mais difícil ainda, numa terra estranha mais as condições dos pobres. Centenas de famintos, maltrapilhos dormem nas calçadas e bancas de jornais, aumentando o número de necessitados. Nos albergues não há espaço para comportar o número de nordestinos que chegam mais e mais, diariamente, trazendo mulher, filhos e parentes (Nordestinos..., 19/12/1958, p.1).

Sem citar quem seria o responsável por realizar o deslocamento desassistido de milhares de nordestinos para o Rio de Janeiro – possivelmente porque o jornal *Unitário* pertencia aos Diários Associados e estava bastante alinhado com as propostas governamentais –, a reportagem evidenciava como estes sujeitos perambulavam pelas ruas da cidade, sem qualquer auxílio, engrossando o número de pedintes e “necessitados”. Teriam saído todos da Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, sendo transportados em navios e aviões para aquela região do Sudeste? Provavelmente a maioria das pessoas que estava se movimentando pela urbe naquele período tivesse feito a travessia pelo projeto denominado “Operação Flagelados”, tendo em vista que o periódico citou um plano de deslocamento em massa dos indivíduos, no qual foi realizado apressadamente. Este tipo de crítica da imprensa será recorrente, como veremos posteriormente.

No mesmo dia que o jornal *Unitário*, no Ceará, publicava uma edição com possíveis críticas ao projeto “Operação Flagelados”, no Rio de Janeiro o periódico *Correio da Manhã*, em edição do dia 19 de dezembro de 1958, anunciava as ações benéficas deste projeto:

segundo o técnico do INIC, que esteve há pouco em Fortaleza, Belém, Manaus e Santarém, a Operação Flagelados constitui um esforço conjunto do INIC,

Ministério da Viação e Obras Públicas, Aeronáutica, Exército e Marinha, tendo como objetivo um escoamento a curto prazo dos 12 000 migrantes que se encontravam alojados na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza. Tal esforço conta com a participação dos navios de guerra Ary Parreiras e Soares Dutra, bem como do navio Itanajé da Costeira, de caminhões do Exército e aviões da FAB. A Operação teve início há 15 dias atrás, quando o navio Almirante Alexandrino transportando para o Rio (Ilha de Flores), destinados ao Paraná e Goiás 600 migrantes. Logo em seguida, chegaram a Fortaleza os primeiros aviões, que transportaram, até o dia de hoje, cerca de 360 pessoas para Brasília e Anápolis. Concomitantemente fez o Ary Parreiras duas viagens a Belém; a primeira transportando 792 e o segundo 1.012 migrantes. Na mesma época, o navio Itanajé recebeu 800 migrantes, que deverão chegar hoje a Santarém (Correio da manhã..., 19/12/1958, p.3).

Nesta reportagem, o técnico do INIC esclareceu as mudanças que o projeto inicial sofreu, iniciando-se o “escoamento” dos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas pela região Sudeste e Centro Oeste, como explicamos anteriormente. Mas a imensa maioria dos migrantes se deslocava em direção à Amazônia. A partir de um levantamento realizado no abrigo federal no final de novembro, estimava-se que das 12 mil pessoas, “cerca de 10 000, 80% portanto, desejam ir para a Amazônia”. Somente para a região de Santarém, no Pará, os navios da Marinha de Guerra e Itanajé realizaram “mais duas viagens, cada uma transportando cerca de 1.000 migrantes” (Correio da manhã..., 19/12/1958, p.3). Havia, contudo, um problema com relação a esta massiva migração para a região amazônica: a colocação nos seringais e em outros espaços de trabalho.

Os jornais que circulavam nas paragens amazônicas também noticiavam os percalços envolvendo a migração forçada dos sertanejos para aquela região. O *Jornal do Comércio* (Amazonas), por exemplo, publicou uma reportagem no dia 16 de janeiro de 1959, sobre a saga de migração de 960 nordestinos que saíram de Fortaleza no navio “Cuiabá” e haviam aportado na cidade de Manaus no dia 15 de janeiro, sendo todos alojados na Hospedaria Eduardo Ribeiro. Antes de chegarem àquele município, porém, vivenciaram problemas no trajeto, no qual “registraram-se 9 mortes, sendo 8 crianças e um adulto de 60 anos, vítimas de sarampo e febre”. Mas, se por um lado o falecimento desses sujeitos e, sobretudo, das crianças era naturalizado – seguindo a perspectiva da transição demográfica –, os nascimentos durante essas viagens também eram comuns, pois na travessia houve “ainda, três nascimentos, tendo uma senhora abortado uma criança do sexo feminino, exatamente quando o navio se aproximava de Manaus” (Quase mil..., 16/01/1959, p.6).

O *Jornal do Comércio* noticiava ainda que com a chegada desses 960 nordestinos a Hospedaria Eduardo Ribeiro havia excedido sua capacidade de acolhimento, “criando sérios

problemas à sua administração que, entretanto, conseguiu acomodar todos, embora sem conforto” (Quase mil..., 16/01/1959, p.6). A perspectiva do jornal era amenizar a situação de calamidade vivenciada no abrigo federal em Manaus, tendo em vista que pertencia ao grupo Diários Associados. Em outros periódicos, contudo, encontramos críticas ferrenhas contra a “Operação Flagelados” e as ações dos governantes na região amazônica.

Na *Revista Maquis*, publicada no dia 25 de abril de 1959, o governador do estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, em represália à mensagem presidencial de Juscelino Kubitschek (JK), cedeu uma entrevista ao periódico. Sua indignação estava relacionada à afirmativa do presidente que foi publicada pelo Congresso Nacional em 15 de março, no qual declarou que o aeroporto de Manaus havia sido concluído, assim como a usina termelétrica. Além disso, JK afirmou que a capital amazonense era abastecida por gêneros alimentícios da Colônia Boa Vista e os portos de Itacoatiara e Parintins estavam em fase de conclusão. Ações que o então governador alegou que eram mentirosas.

De acordo com a *Revista Maquis*, o governador Mestrinho enviou ainda um telegrama ao presidente JK “denunciando a situação em que se encontram os 840 flagelados na hospedaria ‘Eduardo Ribeiro’ do INIC”. Documento que não chegou a ser entregue ao presidente da República, pois foi considerado “áspero e enérgico”. O chefe da Casa Militar, general Nelson de Melo, “achou-o impróprio e respondeu ao governador que a mensagem não chegara ao destinatário por ser inconveniente”. Com a recusa, Gilberto Mestrinho enviou outro telegrama à Casa Militar, afirmando que “ninguém gosta de ouvir a verdade [...]” (Governador..., 25/01/1959, p.9).

No periódico *O Jornal*, na edição do dia 08 de abril, há uma reportagem sobre esse telegrama, cujo título era “Falta de civilidade”. Tal alcunha foi atribuída devido ao linguajar utilizado na correspondência, considerado de uma “indecente vulgaridade”. Informaram ainda, tal como a revista, que

o chefe da Casa Militar da Presidência devolveu ao governador Gilberto Mestrinho o telegrama que endereçara ao chefe do Estado, considerando impróprio entregar-lhes o documento, tal a maneira por que o autor o redigira (Falta de civilidade..., 08/04/1959, p.4).

O jornal alertava que a atitude do governador nada afetava o presidente JK, pois esta ausência de civilidade “só contra o próprio governador se volta, pois demonstra como lhe falta preparação psicológica e educação para o alto cargo que está exercendo”. De acordo com o periódico suas ações não eram compatíveis com um representante de um partido populista –

o PTB, partido ao qual pertencia –, que deveria ser de “gentileza e educação no comércio com os outros homens” (Falta de civilidade..., 08/04/1959, p.4).

As falas do governador Gilberto Mestrinho, que foram consideradas vulgares, foram publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*, em 14 de abril de 1959. Uma parte do seu discurso tratava sobre a problemática da imigração:

vi a miséria dos imigrantes e a irresponsabilidade do INIC. Sei do esbanjamento das fortunas que se tem feito no Sul do país à custa de imigração e colonização. Conheço, em minúcias e pessoalmente os integrantes do grupo Waider, da Progresso Rural, a quem o governo da União deu Cr\$ 300 milhões para cuidar do problema das colônias, e o pessoal fugiu para Paris. São essas coisas que o general Nelson de Melo não quer que se diga ao presidente da República. Retratei a situação dos imigrantes em um telegrama sincero. A desoladora situação da hospedaria está aí, para quem quizer ver. Fique o general certo: não mentirei mesmo que seja para agradar ao presidente (Correio da manhã..., 14/04/1959).

Sem citar a “Operação Flagelados”, o governador Mestrinho fez ferrenhas críticas à atuação do INIC no deslocamento de milhares de nordestinos para a região amazônica nos primeiros meses de 1959, superlotando a hospedaria Eduardo Ribeiro em Manaus. Situação, que de acordo com o governante, já havia sido notificada ao chefe da nação. Condenava também a atuação do órgão de imigração na região sul do país, tendo em vista o alto investimento governamental nas colônias e as acusações de desvio de recursos. Apesar de não termos encontrado informações precisas sobre o que seria o grupo Waider, acreditamos que tenha ligação com o projeto de colonização e encaminhamento de trabalhadores nacionais e estrangeiros para os cafezais na região do Paraná.

Além do governador do Amazonas, outros sujeitos, sobretudo, atrelados à imprensa denunciaram a saída maciça e desorganizada de milhares de trabalhadores nordestinos, da cidade de Fortaleza entre os últimos meses de 1958 e o início de 1959, em direção a diversas paragens do Brasil. Uma das principais vozes de protesto era o jornal *Voz Operária*, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e publicado no Rio de Janeiro.

Em 17 de janeiro de 1959, o periódico *Voz Operária* publicou uma longa matéria expondo os percalços vivenciados pelos nordestinos, tanto na Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza), como nas cidades do interior cearense, de São Paulo e nos rincões amazônicos. A reportagem, realizada pelo jornalista Annibal Bonavides, iniciava-se com a seguinte manchete: “Por trás da Pomposa ‘Operação Flagelados’ há um crime do Governo”. O delito, de acordo com o periódico, teria sido transportar aproximadamente onze mil retirantes “às pressas, em

aviões da FAB, navios da Lóide e da Marinha de Guerra, e em caminhões fretados pelo governo federal, para portos distantes da Amazônia, do Brasil Central e do sul do país”. O motivo para essa urgência no deslocamento seria solucionar o “problema social” que estes migrantes pobres representavam, podendo ser um “perigo latente para a segurança das instituições” (Por trás..., 17/01/1959, p.5).

O temor era que esses onze mil retirantes pudessem se revoltar, como concretamente ocorreu em algumas ocasiões na Hospedaria Getúlio Vargas durante o ano de 1958, sendo necessário realizar o deslocamento em massa desses migrantes rapidamente. Na concepção do jornalista Bonavides, esse “êxodo improvisado e em tempo record” lembrava a “batalha da borracha, ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial, “quando milhares de cearenses foram sacudidos criminosamente nas selvas do extremo-norte”. Assim,

como na “batalha da borracha”, também na “operação flagelados” os cearenses são conduzidos para lugares bem distantes e lá abandonados à sua própria sorte. Notícias procedentes de Santarém e de Manaus, trazidas por pessoas chegadas recentemente a Fortaleza, dizem que numerosas famílias de emigrantes já andam pelas ruas das cidades, pedindo esmola. Isto significa que a única preocupação dos promotores da “operação flagelados” consiste apenas em organizar a retirada em massa, não havendo, porém, recepção e encaminhamento nos locais de destino (Por trás..., 17/01/1959, p.5).

Uma das principais queixas do jornalista era o abandono sofrido pelos trabalhadores nordestinos que eram forçados a migrarem pela “Operação Flagelados”, tal como havia ocorrido nos anos de 1940 quando milhares de sertanejos foram encaminhados para a Amazônia no interregno da Segunda Guerra Mundial, não havendo uma preocupação dos agentes do poder com a seleção daqueles que iriam trabalhar nos seringais, assim como em quais locais seriam alocados. Além do descaso com o destino final dos retirantes, a movimentação desses retirantes pelas ruas das cidades causava pânico nas elites locais e nos governantes, como observamos a partir da fala do governador do Amazonas.

Como seria possível solucionar esse problema relacionado ao deslocamento desorganizado e irresponsável dos nordestinos para os rincões amazônicos? A solução apontada pelo jornal *Voz Operária* seria a aplicação “honestas das verbas federais” em obras assistencialistas aos “irmãos flagelados”, sendo este dinheiro fiscalizado pelo governo federal para impedir roubos e desvios. Além disso, deveria haver o “pagamento de salários dignos aos trabalhadores”, assim como “assistência sanitária e hospitalar nos locais de serviços e da planificação das obras de emergência a fim de que as mesmas possam resultar no próprio desenvolvimento da economia regional [...]” (Por trás..., 17/01/1959, p.5). Na perspectiva do

jornal ligado ao PCB, somente com mudanças significativas nas condições de trabalho dos nordestinos essa migração forçada e em massa se cessaria.

Na data da publicação da matéria do jornalista Annibal Bonavides, dia 17 de janeiro de 1959, o jornal *Diário da Noite* (São Paulo) – pertencente ao grupo Diários Associados que apoiava as ações do governo federal – publicou também uma longa reportagem condenando a “Operação Flagelados”, cujo título era “Flagelados Nordestinos viajam como animais para a Amazônia”. A publicação havia sido realizada em lócus, ou seja, na cidade de Belém/PA pelos enviados especiais Pery Augusto e Wilson Guerra, sendo entrevistado o funcionário do INIC, Walter Orlando Negrão do Maranhão, cuja palavras foram as seguintes “se o governo federal se decidisse a manter os nordestinos em seus lugares de origem, dando-lhes toda a assistência – alimentação, vestuário e casa – gastaria muito menos do que vem despendendo com as viagens para a Amazônia” (Flagelados..., 17/01/1959, p.16).

Apesar do respectivo periódico pertencer a um grupo que apoiava os planos do presidente JK, o mesmo fez duras críticas às ações governamentais, apoiando-se, sobretudo, no depoimento do funcionário do INIC que administrava a Hospedaria Tapanã, em Belém. Naquele recinto de hospedagem, os repórteres Pery Augusto e Wilson Guerra, acompanharam o desembarque de 1.600 sertanejos que partiram de Fortaleza em direção à capital paraense no navio Itanajé, que havia aportado recentemente na cidade. Relataram que “só nessa viagem em virtude das péssimas condições de saúde em que viajaram e, sobretudo, em face da falta de assistência morreram nada menos de seis crianças: cinco a bordo e uma ao desembarcar no cais do porto da capital paraense” (Flagelados..., 17/01/1959, p.16). Um relato em torno da mortalidade, sobretudo, infantil que tornou-se corriqueiro durante as grandes secas da década de 1950 (1951-53 e 1958).

Na concepção dos jornalistas este desembarque, assim como toda essa operação para deslocar milhares de pessoas para diversas regiões do país, era “um crime inominável” e por diversas razões.

Crime por se fazer o deslocamento de uma região para outra sem qualquer estágio para a adaptação. Crime pela falta de assistência. É crime sobretudo pela inconcebível falta de critério na seleção dos imigrantes. Em média o nordestino (é estatística oficial), quando imigra conduz mulher e cinco filhos. Vimos nas hospedarias de Belém, o caboclo João Batista Pereira, natural de Icó (Ceará), cuja família era constituída de mulher e doze filhos, todos menores sendo o mais velho de 14 anos. Um homem com tão grande carga não há seringalista que o queira em seu sítio pois só pode dar prejuízo. Está fadado a ficar mofando nas infectas hospedarias, sem qualquer possibilidade de colocação e sem direito – isso é de estarrecer – à passagem de regresso (Flagelados..., 17/01/1959, p.16).

A ausência de critérios para a seleção dos sertanejos que iriam para a região amazônica, como é perceptível nas fontes citadas, era uma das principais reclamações e uma constante preocupação, pois sem um período de treinamento e de adaptação muitos eram aqueles que desistiram do trabalho no seringal e buscavam retornar ao Nordeste. Um desejo que muitos deles, porém, não concretizavam, pois morriam pela floresta amazônica sem conseguir regressar para suas localidades. Outro problema apontado pelos jornalistas Pery Augusto e Wilson Guerra era o tamanho da prole dos nordestinos que se alistaram na Hospedaria Tapanã, que dificultava a colocação nos seringais.

Quanto maior fosse esse tempo de espera nas hospedarias federais (Getulio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro), maiores eram as possibilidades destes nordestinos contraírem alguma doença nas dependências dos abrigos (algo que discutimos amplamente nos capítulos anteriores) ou buscarem exercer alguma atividade nas cidades que se encontravam, para obter qualquer remuneração. O jornal *Diário da Noite* apontava que essa necessidade de movimentar-se pelas ruas da urbe em busca de trabalho fazia-se obrigatória quando a permanência nas respectivas hospedaria era impedida, devido a ínfima verba “per capita” destinada

a cada pessoa por dia, não vai além da insignificante quantia de Cr\$ 16.90 (dezesesseis cruzeiros e noventa centavos). Qualquer imigrante estrangeiro estagiando na ilha de Flores, só com o almoço gasta duas vezes mais. Daí porque hoje em dia as ruas de Belém e de Manaus estão povoadas de mendigos, oferecendo um triste e comovente espetáculo (Flagelados..., 17/01/1959, p.16).

A comparação entre o tratamento dispensado aos imigrantes estrangeiros alocados na Hospedaria da Ilha de Flores (Rio de Janeiro) com os migrantes nacionais abrigados nas hospedarias federais localizadas no Norte e no Nordeste era bastante pertinente. A partir de relatos de outros sujeitos, inclusive de brasileiros que estiveram na ilha de Flores nos anos de 1950, como, por exemplo, o cearense Francisco Filho - que chegou naquele espaço em 1958 -, havia uma farta alimentação para as pessoas que estavam alistadas. Em depoimento à equipe de entrevistadores do Centro de Memória da ilha de Flores afirmou que:

olha, o café normalmente começava, eu acho que, por volta de seis e meia, sete horas e ia até umas oito horas, mais ou menos, o café da manhã. Aí o almoço começava onze horas e ia até eu acho que umas 13... eu acho que até um pouco mais. [...] Impressionante a quantidade de comida que se manuseia num refeitório para atender três mil pessoas! Olha é muita coisa! E aquilo funciona quase que vinte e quatro horas por dia, entendeu? Por que você faz o pré-preparo de uma comida, faz a comida, já tem que estar fazendo o pré-preparo e aquele negócio... então tinha movimento o dia inteiro. Aí eu acredito

que o almoço tinha uma extensão, eu acho que de onze até uma, uma e meia, sei lá, uma coisa assim do gênero e o jantar era de cinco horas até umas seis e meia, por aí... sete horas. Mas era farto, qualidade a gente notava assim... porque era... o ambiente era limpo. É aquilo que eu falo, aquele refeitório era lavado todos os dias de manhã, no almoço... pós-almoço e pós-jantar, ele não dormia sujo, era lavado todos os dias. [...]. E fato: porque a turma que gostava de comer bastante, comia bem (Francisco Tavares..., 2015).

Assim, enquanto havia diversos relatos de escassez extrema de gêneros alimentícios nas hospedarias geridas pelo INIC em Belém, Manaus e, sobretudo, Fortaleza, o que se propagava sobre a Hospedaria da Ilha de Flores era que havia organização, estrutura física para acolher os imigrantes estrangeiros e os migrantes nacionais e fartura de alimentos. Vale ressaltar que o jornal *Diário da Noite*, publicado em São Paulo, não foi o único periódico a criticar essa disparidade de investimento do INIC entre suas hospedarias federais. O mesmo jornal, mas que circulava na cidade do Rio de Janeiro, publicou na edição do dia 24 de fevereiro de 1959 uma reportagem no qual se afirmava que

enquanto na ilha das Flores agasalha imigrantes ricos, protegidos pelas autoridades governamentais, os nossos imigrantes estão aí, aos olhos de todos, abandonados, reduzidos ao mais triste espetáculo de miséria, como se não tivessem direito de viver em seu próprio país (Continua..., 24/02/1959, p.6).

Este mesmo periódico trouxe diversas outras informações sobre o “drama angustioso dos Nordestinos” que migravam pela “Operação Flagelados”. O repórter responsável pela matéria, Evaristo Cardoso, encontrava-se em Belém e relatou suas impressões sobre a situação dos nordestinos na capital paraense, tecendo graves críticas à atuação do INIC. Sua escrita apontava inicialmente para as péssimas condições durante a travessia das pessoas entre as terras nordestinas e a região amazônica, afirmando que estas eram entulhadas nos navios e seguiam para destinos ignorados. Além disso, afirmava que “cada navio que aporta ao cais de Belém traz uma carga diferente, trapos humanos, famintos, esqueléticos, que são espalhados no asfalto, como se fossem uma ‘carga perigosa’” (Continua..., 24/02/1959, p.6).

A travessia desorganizada e forçada dos nordestinos, saindo da Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza para diversas regiões do Brasil na infame “Operação Flagelados”, efetivamente era uma tentativa de desalojar uma multidão da capital cearense, considerada perigosa e que poderia a qualquer instante cometer saques, realizar motins, entre outras ações de massa. Com isso, o jornal *Diário da Noite* alertava que para os agentes do INIC o mais importante era transferi-los para outros espaços no menor tempo possível, mesmo que isso

significasse abandoná-los à própria sorte, como é possível compreender a partir do trecho abaixo:

não há ordem e nem endereço certo para a colocação desses infelizes, que a seca tornam mais infelizes ainda. Com uma ficha na mão, são elas autênticas ‘cartas de prego’. Ficam ao leio, em promiscuidade, guardando outro transporte para leva-los pelo Amazonas acima. Para onde vão? Ninguém responde certo. As autoridades imigratórias sacodem os ombros e apontam uma solução sempre desumana. Superlotam os porões de outros navios e acreditam cumprir seu dever. Vão os pobres imigrantes nordestinos para rumo ignorado (Continua..., 24/02/1959, p.6).

O abandono dos nordestinos nos locais para os quais eram deslocados era denunciado constantemente pela imprensa nacional. Além disso, o repórter Evaristo Cardoso, correspondente do jornal *Diário da Noite*, relatava que o prefeito da cidade de Santarém (Pará) havia enviado uma declaração formal ao Serviço de Navegação na Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP) informando “que não permitirá mais a atracação de nenhum dos seus navios, para evitar que flagelados nordestinos ali desembarquem”. Sua atitude era considerada pela reportagem como autoritária, tendo em vista que não teria competência para tomar a respectiva decisão. A fala de Cardoso colocava em xeque as ações do próprio INIC e seu projeto de deslocamento em massa dos migrantes, pois “onde estão os planos de amparo aos pobres nordestinos, que aqui chegam aos montes, sem local definido de permanência?” Chegou à conclusão que havia

apenas descaso, desinteresse das autoridades em dar ao flagelado nordestino a atenção que ele merece, protegendo-o contra maiores infelicidades, sobretudo as crianças, que mais sofrem. Mal alimentados, não são mais do que párias abandonados pelos seus próprios irmãos (Continua..., 24/02/1959, p.6).

A reportagem de Evaristo Cardoso não foi a única a se contrapor ao projeto “Operação Flagelados”, encontrando-se oposição ao deslocamento em massa dos nordestinos até mesmo entre os apoiadores do governo federal, como foi o caso do periódico *Diário da Noite* (Rio de Janeiro), que pertencia ao grupo dos Diários Associados. Críticas que eram justificadas, pois concretizar a travessia de aproximadamente 10 mil migrantes em um curto período, para diversas regiões do país, exigiria uma organização extrema, com apoio logístico de diversas instituições, tanto em Fortaleza como nos locais para os quais estavam sendo deslocados. O que ocorreu, porém, foi o inverso, pois as pessoas ao chegarem aos seus destinos, aguardavam dias e/ou meses por uma colocação nos seringais, cafezais ou em qualquer outra

atividade, recorrendo muitos à mendicância para poder sobreviver.

Apesar dos percalços relacionados à travessia e à chegada dos migrantes aos destinos para o qual se deslocavam, um dos objetivos da “Operação Flagelados” foi alcançado, a Hospedaria Getúlio Vargas foi esvaziada e a *carga perigosa* transferida para outros locais. No início do mês de fevereiro, o jornal *O Povo* noticiava que a previsão era que a “Hospedaria ficará sem albergados este mês”. Com o deslocamento de 1.500 pessoas no mês de janeiro para diversos estados pelo navio “Itanajé” e com a travessia de 200 migrantes para a cidade de Manaus no dia 04 de fevereiro, através da embarcação “Almirante Alexandrino”, acreditava-se que no decorrer desse mês o abrigo federal estaria “completamente sem albergados e, para isto, o INIC está desenvolvendo todos os esforços” (*O Povo...*, 05/02/1959).

Os tais esforços do INIC que o jornal cearense mencionava era encaminhar para a região norte durante o mês de fevereiro, através do navio Itanajé, “mais 3.000 flagelados, em duas viagens que farão a despedida do barco nesse mister”. A última viagem, prevista para o final daquele mês, seria realizada pela respectiva embarcação e “prevê-se que a Hospedaria ficará completamente desabitada” (*O Povo...*, 05/02/1959). A mesma dedicação do Instituto de Imigração no deslocamento em massa de Fortaleza não era observada com relação à colocação de trabalho dos nordestinos nos locais para os quais migravam, que, de acordo com alguns periódicos, eram abandonados à própria sorte.

Apesar das expectativas dos agentes da migração a respeito do esvaziamento da Hospedaria Getúlio Vargas naquele mês de fevereiro, encontravam-se ainda no abrigo federal no dia 20 de fevereiro aproximadamente 3 mil pessoas, que aguardavam navios para partirem para a região norte do país. A quantidade de abrigados, embora estivesse acima da capacidade máxima da hospedaria (1.200 pessoas), aparentemente não incomodava mais o delegado do INIC, Marcelino Ferreira, pois este relatou à reportagem do jornal *Unitário* que “tem sido insignificante o número de sertanejos chegados nos últimos dias aquele estabelecimento a procura de embarque” (*Unitário...*, 20/02/1959).

Mas o número exorbitante de migrantes naquele período na Hospedaria Getúlio Vargas se comparado ao colossal quantitativo de 10 mil sujeitos que estiveram abrigados no ano de 1958 poderia ser considerado baixo. Três mil pessoas que, mesmo tendo a oportunidade de retornar ao interior do Ceará, preferiram partir em direção à Amazônia, sobretudo, porque “venderam os bens que possuíam e acham arriscado se sujeitarem outra vez, em seus municípios de origem à angustiante incerteza do inverno” (*Unitário...*, 20/02/1959).

Com base no argumento acima, alguns migrantes se justificaram ao repórter do jornal *Correio do Ceará*, Bruno Maia, que no dia 13 de fevereiro compareceu à Hospedaria

Getúlio Vargas na companhia do fotógrafo Geraldo Oliveira para entrevistar os abrigados e registrar a situação dos mesmos naquele espaço. A manchete da reportagem evidenciava qual era o desejo daqueles sujeitos que ainda encontravam-se na hospedaria, a migração: “o inverno não chegou com força capaz de reter no Ceará os flagelados da Hospedaria: calor, moscas e um só pensamento: Amazonas!” (O inverno..., 14/02/1959).

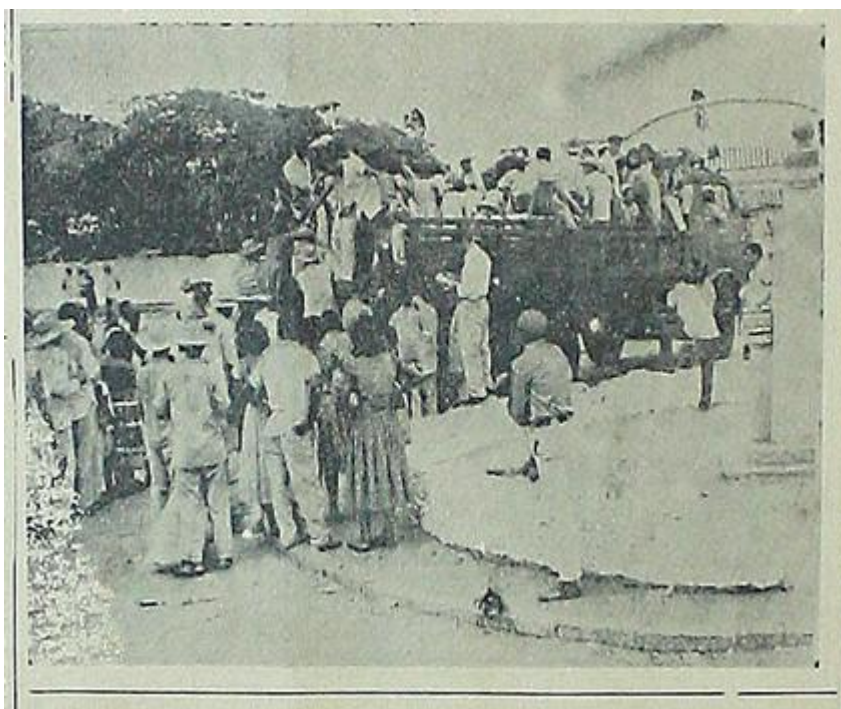
O repórter iniciou sua longa matéria afirmando que os abrigados, mesmo tendo vivenciado momentos de tristeza na hospedaria, “palco imenso de tantas dores e desesperos, de gente morrendo de fome, e doenças e de angústias”, apresentavam um semblante de felicidade com a partida para os rincões amazônicos. Além disso, informava que os

flagelados formavam filas em frente a um caminhão, onde eram empilhados como sardinhas. Aberta a parte traseira da carroceria, iam subindo, alvoroçados, para os veículos, ajudados por dois funcionários robustos, homens e mulheres, jovens e velhos, meninos, senhoras grávidas e até criancinhas de peito.

Aonde ia aquela gente satisfeita e esperançosa? Regressar, talvez, aos lares queridos, no interior, depois do exílio forçado pela seca - pensaria, à primeira vista, o observador lírico...Enganos dos enganos. O rumo era outro bem diferente. De todos os lábios partia um só brado: - Vamos para a Amazônia! (O inverno..., 14/02/1959).

Essa retirada desordenada em caminhões - registrada pelo fotógrafo Geraldo Oliveira, como é possível observar na imagem abaixo - que os levaria ao porto de Fortaleza era a primeira etapa dessa viagem em direção à Amazônia. Um deslocamento que levaria dias para ser finalizado, mas era desejado por muitos, de acordo com o periódico.

Figura 19. Fotografia do embarque dos retirantes em caminhões



Fonte: Jornal Correio do Ceará, 14/02/1959.

O repórter do jornal *Correio do Ceará*, ao presenciar o diálogo entre dois sertanejos na Hospedaria Getúlio Vargas sobre a preferência de muitos sujeitos pela migração para a região norte, publicizou a respectiva conversa:

que é que eu vou fazer no interior, meu amigo? - perguntava a outro, um dos pobres párias, na certeza embora de que não acharia resposta satisfatória. E ante o seu silêncio, o seu 'num sei, não' mudo, porém não menos expressivo: - Tudo o que eu tinha lá vendi. Arrasei-me com a seca. Não tenho mais nem um pedacinho de terra e ninguém me dá sementes. O jeito é sair daqui para a frente. Retroceder, ah, isso não (O inverno..., 14/02/1959).

A ausência de perspectivas, relacionadas, sobretudo, à inexistência de uma propriedade agrícola e de sementes para poder plantar, fazia com que estes sertanejos percebessem a migração como uma alternativa para melhorarem suas vidas. Outro motivo, contudo, fazia com que muitos tentassem migrar o mais rápido possível: a proliferação de diversas doenças nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, que sucumbia inúmeros sertanejos à morte. Assim, ocorreu com a jovem Rita Marques de Souza, de 17 anos, que no período em que esteve como abrigada na hospedaria perdeu a mãe, Maria Marques, “uma irmã de 21 anos de idade e dois irmãozinhos, um de três e outro de dois anos”. Diante da tragédia

familiar e com medo que o restante da família morresse estava “doida pra ir pro Amazonas” (O inverno..., 14/02/1959).

Muitos sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas optaram, porém, pelo retorno às suas localidades de origem no Ceará. Para estes a Rede de Viação Cearense colocou à disposição todas as composições que partiam da Estação Central, no centro de Fortaleza, “com destino a qualquer zona do Estado, leva atrelado, um carro, exclusivamente para o transporte de flagelados, que regressam aos lugares de origem”. De acordo com o jornal *O Povo*, alguns carros transportavam “mais de uma centena de pessoas sequiosas de voltar ao sertão”. Além disso,

o INIC está em entendimento com o DNOCS no sentido de conseguir um caminhão para uso, exclusivamente, na ‘operação-regresso’. Este veículo servirá às localidades onde não passam as linhas férreas (O Povo..., 05/02/1959).

Em mais uma operação, agora de regresso ao interior, o INIC propôs uma parceria com o DNOCS demonstrando a constante preocupação dos agentes do poder com a presença de tantos nordestinos na capital cearense. O periódico *O Povo*, em reportagem publicada no dia 28 de janeiro de 1959 informava, contudo, que a Hospedaria Getúlio Vargas determinou um critério para esse retorno:

só é fornecida passagem com a vacinação antivariólica, anti tífica a antiamarílica, visto ser grande os casos de doenças surgidos no albergue; e para os candidatos ao retorno não levem à epidemia no interior do Estado, onde, felizmente o mal não têm aparecido com caráter alarmante (O Povo..., 28/01/1959).

A proliferação de diversas doenças nas dependências da hospedaria federal em Fortaleza, assim como a grande mortalidade, eram razões significativas para que as pessoas buscassem fugir o mais rápido possível daquele local. Assim o fizeram 78 famílias, que se inscreveram na denominada “operação-regresso” para retornar ao interior cearense. As notícias relacionadas ao retorno das chuvas no Ceará, de acordo com o periódico cearense, incentivaram esse regresso.

As respectivas famílias retornaram para seus rincões de origem em caminhões do DNOCS, sendo distribuídos às mesmas “gêneros alimentícios, para sustento das famílias durante a viagem e enquanto se estabelecem”. Acreditava-se que estes cereais recebidos poderiam ser utilizados também no plantio. Mas os migrantes também tinham suas exigências

nesse processo de retorno, pois voltavam para suas localidades “sem meios para procederem ao trato da terra no caso de plantarem as sementes” e por isso exigiam dos agentes do poder “enxadas e instrumentos agrícolas”. O jornal *O Povo* informava ainda que

no sentido de promoverem a distribuição também de enxadas, a direção da Hospedaria está em entendimentos com o Fomento Agrícola Federal e, já se pensa que os que vão deixando a “Getúlio Vargas” poderão apanhar nas dependências do Fomento, no interior, os instrumentos a serem distribuídos; com a apresentação de um cartão que será distribuído pelo interior do INIC (O Povo..., 28/01/1959).

Outro periódico que evidenciou esse desejo dos sertanejos de retornarem para suas localidades de origem no interior munidos com sementes e enxadas foi o *Gazeta de Notícias*. Aliás, o respectivo jornal iniciou uma campanha no dia 07 de fevereiro de 1959, apelando para a caridade do fortalezense, com o intuito de obter inúmeros instrumentos de trabalho. Apenas uma semana após o início da “Campanha de Auxílio aos Flagelados”, o jornal anunciava que “recebendo quase que somente do povo, estamos com perto de 600 enxadas em nossas mãos” (Gazeta de notícias..., 15/02/1959).

Assim, após inúmeras viagens em direção a diversas regiões do país ou retornando ao interior cearense, mais de 10 mil pessoas foram desalojadas forçadamente da Hospedaria Getúlio Vargas em um curto período de tempo sem haver uma preocupação significativa dos agentes da migração com as condições de sobrevivência nos espaços para os quais foram deslocados. O que os interessava era livrar a cidade de Fortaleza daquela *carga perigosa*, não sendo cogitado, inclusive, utilizar esses sertanejos como mão de obra disponível e barata em obras na capital cearense, como, por exemplo, na limpeza de ruas. Pelo menos é isto que concluímos ao analisarmos os documentos disponíveis que tratam sobre essa “Operação Flagelados” e não se encontrar qualquer referência à possibilidade de ocupá-los em obras públicas ou privadas.

Vale ressaltar que após o mês de março de 1959 não encontramos nos periódicos mais citações à “Operação Flagelados”, sendo um indício que o propósito de esvaziar completamente o abrigo concretizou-se. Mas naquele ano as hospedarias federais do INIC - Getúlio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro - voltaram a ser alvo de análise no II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal/RN, entre os dias 24 e 26 de maio de 1959.

A proposta da Igreja Católica, coadunando com as ideias de outros sujeitos, tais como governantes, proprietários de terras e imprensa, era que a migração interna fosse cada vez mais fiscalizada e, sobretudo, cerceada construindo-se assim hospedarias em espaços rurais, ao

invés de abrigos nas capitais do Ceará, Pará e Amazonas. Com isso, objetivava-se amenizar os efeitos do grande deslocamento de nordestinos para as outras regiões do país, principalmente, durante a estiagem de 1958 que atingiu algumas localidades nordestinas.

O incentivo à migração maciça de nordestinos, através da “Operação Flagelados”, foi rapidamente esquecido, retornando-se ao discurso anterior ao período do deslocamento forçado de 1958, no qual diversos sujeitos afirmavam que o Nordeste ficaria sem trabalhadores disponíveis, havendo grande prejuízo para a produção agrícola e outros serviços. Assim, buscaremos debater sobre essas tentativas de cerceamento da migração interna nas próximas linhas.

5.2.1 Migração Interna: leis, discursos e outros dispositivos de cerceamento contra o deslocamento de nordestinos

Durante a seca que atingiu o Nordeste entre 1951 e 1953, o fluxo de nordestinos que partiram de suas localidades para outros rincões do país aumentou consideravelmente, principalmente em direção ao Sudeste. De acordo com o historiador Paulo Fontes, nos anos de 1950 o quantitativo de migrantes nordestinos em São Paulo ultrapassou o número de pessoas vindos do interior paulista, como já citamos anteriormente. No intuito de amenizar esse fluxo constante, os agentes do poder buscaram criar dispositivos para cercear ou amenizar a migração interna.

Entre 1951 e 1955 a revista *O Cruzeiro* lançou algumas reportagens evidenciando os percalços relacionados à migração de nordestinos para o Sudeste⁹³. Na matéria publicada pelo repórter Álvares da Silva em 12 de abril de 1952, além dos costumeiros aliciadores de trabalhadores - agentes das fazendas de São Paulo e Paraná, parentes que haviam migrado anteriormente para o Sudeste e Sul, o amigo que também emigrou anteriormente e retornava ao Nordeste anunciando maravilhas sobre a migração –, os motoristas dos pau-de-arara surgiam como “aliciadores de retirantes”.

Os motoristas dos caminhões pau-de-arara eram responsabilizados também pelo despovoamento do Nordeste, de acordo com a reportagem. Para impactar os leitores, Álvares

⁹³ A revista *O Cruzeiro* publicou reportagens a respeito da migração dos nordestinos para o Sudeste, sobretudo, em caminhões pau-de-arara nas edições de 14 de abril de 1951, 21 de abril de 1951, 12 de abril de 1952, 26 de abril de 1952 e 22 de outubro de 1955.

da Silva trouxe alguns números a respeito desse êxodo:

de março de 1950 a janeiro de 1951, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do seu posto de Teófilo Otoni, na Rio-Bahia, contou 31.750 emigrantes nordestinos, assim discriminados: 10.800 pernambucanos, 8.400 paraibanos, 4.800 baianos, 2.900 sergipanos, 2.200 cearenses, 2.400 alagoanos, 200 potiguares, 50 piauienses. Registrou-se, durante o mesmo espaço de tempo, um refluxo de 8.350. Quer dizer, no total, o desfalque da população do Norte foi de 23.400 habitantes (“Arigós”..., 12/04/1952, p. 80).

A precariedade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e sua ineficácia em fiscalizar as estradas no país eram apontadas como uma das causas desse aliciamento dos trabalhadores por estes motoristas, pois somente “em janeiro de 1952 o posto do DNER em Areal (115 km ao norte do Rio) contou 13.434 ‘arigós’ em paus-de-arara” (“Arigós”..., 12/04/1952, p. 80). Em reportagem publicada em 14 de abril de 1951, a revista *O Cruzeiro* salientava que esse tipo de transporte de passageiros era proibida pelo artigo 66 do Código Nacional de Trânsito de 1941, que

proíbe o transporte a veículos de carroceria aberta, sem portas de subida e descida, sem bancos, etc., enfim a caminhões de carga. Para a infração correspondente, prevê a multa de quinhentos cruzeiros. Não prevê nenhuma medida em caso de reincidência. Ora, tal despesa não chega a prejudicar os grandes lucros e os motoristas a pagam em cada viagem (A retirada da fome..., 14/04/1951, p. 22).

De acordo com a reportagem acima, alguns motoristas para não pagar as multas enfatizavam seus vínculos com políticos importantes de estados nordestinos, ameaçando os fiscais do DNER de lhes denunciarem. Para entender o porquê da continuidade desse meio de transporte, retornamos à matéria produzida por Álvares da Silva, publicada em 12 de abril de 1952:

para os proprietários de caminhão, transformá-lo em pau-de-arara é ótimo. Cobram de 600 a 700 cruzeiros. O pau-de-arara [...] tem geralmente 8 bancos para 6 passageiros cada. A lotação é, pois, de 48 passageiros. Como, porém, as famílias conduzem crianças, invariavelmente sem pagar (condição do contrato de viagem), a lotação do pau-de-arara quase sempre é superior a 60 pessoas. Em que triste estado viajam os retirantes! Alimentam-se em meia ração de farinha e rapadura, conduzem quase nenhum dinheiro - e apenas a esperança de melhorar logo de vida ao termo da longa viagem (“Arigós”..., 12/04/1952, p. 80).

A compensação financeira desses motoristas com as viagens dos nordestinos fez com que os mesmos protestassem em 1950, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, contra a imposição dos “postos rodoviários para não deixarem os caminhões dos retirantes”. De acordo com a reportagem da revista *O Cruzeiro*, essa medida não durou um dia, pois na cidade de Feira de Santana/BA seis motoristas “ameaçaram deixar os sertanejos ali mesmo, dizendo que a culpa cabia aos guardas”. Na iminência de ocorrer uma revolta generalizada, tendo em vista que

trezentos pessoas desesperadas já estavam a beira do motim, quando o Dr. Vasco Neto, então chefe do distrito [...] resolveu o caso da única maneira sensata: deu ordem para ordem prosseguir (A retirada da fome..., 14/04/1951, p. 22).

Mas em algumas raras ocasiões havia a prisão em flagrante desses motoristas que transportavam os trabalhadores, como ocorreu com Osvaldo Toscano Fonseca. O mesmo dirigia o veículo que saiu de Campina Grande/PB, trazendo 50 homens. Ao desembarcar no bairro do São Cristóvão no dia 10 de abril de 1951, na cidade do Rio de Janeiro, foi conduzido à delegacia, juntamente com o contratador dessas pessoas, Edmilson Alves Dias. Os mesmos informaram ao periódico *A Noite* que

mais dois caminhões estão sendo aguardados no Rio de Janeiro com cerca de cento e cinquenta passageiros, as autoridades estão de sobreaviso para tomar, sobre o fato, as medidas necessárias (Outra leva..11/04/1951).

Dessa forma, as autoridades policiais estavam cientes da movimentação desses sujeitos e executariam outras prisões. É importante ressaltar que o encarceramento, aparentemente, era reservado apenas para os condutores, pois o proprietário do caminhão que trouxe os paraibanos à capital carioca, José Figuerôa Amorim, não foi conduzido à delegacia do 16º distrito.

A discussão sobre a migração dos nordestinos pelo país foi realizada também nas páginas do periódico *A Noite*, que na edição do dia 04 de março de 1952 trouxe uma entrevista com o diretor do DNI, Costa Miranda. Este esclareceu que não havia nenhuma lei ou regulamento “que possa impedir o livre trânsito de um brasileiro no território nacional, nem

tampouco existe uma legislação nacional regulamentando os movimentos da nossa corrente migratória”. Além disso, alertou que o combate ao aliciamento dos trabalhadores nordestinos seria responsabilidade dos policiais e das “autoridades regionais”. O que caberia ao DNI seria agir em consonância com as “instruções governamentais” (O êxodo..., 04/03/1952, p.10).

A reportagem do jornal *A Noite* informava que, a partir de análises de estudiosos,

a solução para esse angustioso problema seria a aplicação do Código Nacional de Trânsito, o qual proíbe terminantemente o transporte humano em carros de carga pelas nossas rodovias. Dessa forma, fechadas as fronteiras estaduais ao tráfego dos nordestinos através de caminhões e com o controle, inclusive, nas barreiras dos diversos municípios, poder-se-ia por fim a essa corrente migratória que tanta controvérsia tem causado em nossos meios (O êxodo..., 04/03/1952, p.10).

Assim, o trânsito constante dos nordestinos para o Norte, Sul e Sudeste, fosse em caminhões pau-de-arara, em trens ou de navios, atrelado ao discurso de que o Nordeste ficaria despovoado, fomentou a promulgação de leis contra a migração interna. Assim, o fez o deputado federal pelo estado de São Paulo, Paulo Abreu - eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) -, que em 1952 organizou o projeto de Lei nº 1710/52, que “Regulariza e humaniza o êxodo das populações do Norte e do Nordeste brasileiro”, como está descrito abaixo:

Artº 1 - enquanto durar o êxodo das populações do norte e do nordeste brasileiro em demanda do sul, fica o Executivo autorizado a manter, sendo essa [...] subordinados ao Conselho Nacional de Imigração, postos especiais no norte e no sul do país, destinados a limitar, regularizar e prestar assistência e amparo educativo, sanitário e econômico de todos os que do norte e do nordeste migrarem para o sul.

Artº 2 - Aos postos se localizarão onde costumeiramente aflui maior número de interessados - saídas e entradas, início e término de itinerários.

Artº 3 - Aos postos do norte competirá tratar dos meios de fixação do homem no seu próprio Estado de origem, e, enquanto durar o êxodo, regulamentar a saída dos migrantes, em coordenação com os do sul que organizarão sua entrada e colocação, distribuindo-os pelos serviços agrícolas.

1º Todo e qualquer movimento migratório será fiscalizado e regulado pelos postos do norte, que darão “Salvo conduto ‘ad hoc’”, depois de estágio mínimo nunca inferior a quinze dias, imposto a quaisquer migrantes, fornecendo-lhes então meios de medicina curativa e preventiva, vestuário e transporte e alertando-lhes o ânimo com indispensáveis conhecimentos.

2º Em conexão com os do norte, os postos do sul receberão os migrantes, hospedá-los-ão e os encaminharão a trabalho previamente arranjado, assistindo-os até final estabilidade e adaptação nas regiões do sul (Projeto..., 1952).

O deputado federal buscava justificar a aprovação do projeto afirmando que a migração desordenada de migrantes nordestinos para as regiões Sul e Sudeste, sobretudo, São Paulo causava graves prejuízos para o Nordeste e para as regiões para onde migraram, pois “despovoava regiões permitindo o congestionamento das capitais, agrava a crise de alimentação, cria o desemprego [...]” (Projeto..., 1952). Poder-se-ia supor que essa justificativa teria sido arquitetada a partir da pressão de uma parcela dos eleitos do respectivo político ou devido a outras pessoas influentes, incomodadas com o aumento dessa migração e dos problemas sociais atribuídos à presença dos nordestinos na capital paulista. Por isso era importante mantê-los em suas localidades de origem, mas quando não fosse possível detê-los, que houvesse uma organização neste deslocamento.

O respectivo projeto de Paulo Abreu foi discutido no dia 04 de março de 1952 por seus colegas parlamentares, sendo a problemática do deslocamento em massa em caminhões pau-de-arara a principal pauta. Uma voz destoante foi do deputado federal João Agripino, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), partido historicamente adversário do presidente Getúlio Vargas. Na concepção do político da UDN, o grande problema com relação à migração dos nordestinos era a baixa remuneração recebida por estes, pois “se remunerar bem, de modo que possa o operário adquirir gêneros para sua alimentação e de sua família, não haverá êxodo” (Projeto..., 1952).

Apesar disso, o deputado federal João Agripino não citou um dos principais problemas dos trabalhadores do campo naquele período, a questão do acesso à propriedade da terra, que aumentava a leva de migrantes para a região Sudeste. A partir de dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950, sabemos que havia 33.161.506 pessoas morando no campo, que correspondia a 63,84% da população total. Mas milhares desses sujeitos não tinham direito à posse das propriedades rurais, sendo uma constante a exploração dos mesmos pelos latifundiários. Assim, a reforma agrária não se configurava como uma pauta dos políticos, sobretudo, ligados à elite brasileira.

De acordo com o jornal *O Povo*, em publicação de 11 e 12 de abril de 1964, o censo agrícola de 1960 havia determinado que no Ceará havia “122.834 estabelecimentos agrários”. Se compararmos os dados dessa pesquisa com os números divulgados sobre a década anterior, observamos que há um grande acréscimo na concentração fundiária no interior, tendo em vista que naquele ano de 1950 foram registrados “86.690” estabelecimentos (*O Povo*...11 e 12/04/1964). Assim, nesse recorte supracitado (entre os anos de 1950 e 1960), enquanto uma gama de sujeitos migraram para a cidade, aqueles que permaneciam no campo continuavam sem acesso à posse da terra, tendo em vista que as propriedades rurais continuavam nas mãos

de poucos e dividi-las era pauta política de poucos.

É importante ressaltar que o projeto do deputado federal Paulo Abreu, mesmo tendo uma boa aceitação entre seus pares, foi arquivado. Mas a problemática sobre a migração interna foi pauta também da Igreja Católica nesses anos de 1950. Em 1956, como salienta a historiadora Lara Ferreira (2016), a Igreja Católica estava preocupada com os trabalhadores do campo, dispersando-se com a migração para outras regiões, principalmente nos períodos de seca. Preocupação que foi colocada no I Encontro de Bispos do Nordeste, realizado na cidade de Campina Grande (PB), entre os dias 21 e 26 de maio de 1956, discutindo

não somente o amparo aos ‘retirantes’, ‘pobres de cristo’, mas também a influência que comunistas e outros ativistas políticos pudessem exercer sobre a população de migrantes (Ferreira, 2016, p. 35-36).

A solução apontada nesse congresso para evitar o êxodo seria investir em políticas públicas desenvolvimentistas, com construções espalhadas pelo interior do país. Vale ressaltar, porém, que a quantidade de vagas oferecidas pelo DNOCS, DNER e outras instituições federais e estaduais não era suficiente para absorver todos os trabalhadores desempregados, ficando muitos na expectativa de serem alistados pelo governo. Havia ainda aqueles que, mesmo empregados, não conseguiam alimentar seus familiares com o salário recebido ou com a alimentação distribuída. Certamente, a baixa remuneração nas propriedades rurais, assim como nas obras governamentais, funcionava como uma estratégia para segurar esses trabalhadores no campo, prendendo-os a atividades extenuantes e degradantes, ditadas pelos donos da terra.

O discurso sobre o cerceamento dos nordestinos retornou com o II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal/RN, entre os dias 24 e 26 de maio de 1959. De acordo com Souza, o principal argumento para a realização dessa reunião “era a necessidade de regular as discrepâncias entre o Nordeste e o Centro-sul do país” (Souza, 2023, p.302). Para amenizar essas desigualdades regionais, propuseram, entre outras soluções,

a elaboração imediata de um plano de trabalho que permita assegurar aos migrantes nordestinos uma assistência humana condigna, sobretudo aparelhando os postos de migração e modificando a orientação das hospedarias para que venham a cumprir adequadamente suas finalidades, uma vez que são ainda precárias as condições de assistência, em particular quanto ao problema de transporte e colocação (Rocha, 2016, p.312).

Com isso, a proposta dos religiosos era que houvesse mudanças com relação à migração interna, criando-se assim um plano de trabalho que garantisse assistência “em todas as fases do deslocamento e por todas as vias utilizadas”. Uma ideia propagandeada pelo INIC, junto às outras ações da instituição de migração interna, no final de 1958.

Além da temática voltada para a Migração Interna, as outras pautas discutidas em grupos de estudos no II Encontro de Bispos foram: Estrutura Agrária, Educação de Base e Promoção da Classe Operária, Agricultura e Abastecimento, Maternidade e Infância e Grupo do Cariri. Quanto à discussão sobre a reforma agrária, Souza afirma que “o papel e exemplo da Igreja no Nordeste, como a arquidiocese de Natal, vinha informando a CNBB sobre possibilidades de reformas mais profundas, com destaque a estrutura agrária brasileira” (Souza, 2022, p.307). Para a Igreja Católica estar à frente desse debate era de suma importância, tendo em vista que desde o ano de 1945, logo após o período de redemocratização, surgiram as Ligas Camponesas⁹⁴ pelo país, atreladas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo propósito era permitir a “mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil” (Azevedo, 1982, p.55).

A preocupação com o “desequilíbrio econômico da região” nordestina fez parte do discurso de Dom Hélder Câmara⁹⁵, na abertura do II Encontro de Bispos. Além disso, “o sacerdote afirmou que os bispos nordestinos complementam o planejamento da Operação Nordeste, dando-lhe ‘uma nota humana e cristã’” (Souza, 2022, p.309). Uma operação que foi lançada oficialmente em 17 de fevereiro de 1959, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.

Estiveram presentes parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e Dom Hélder Câmara, que se sentaram à mesa junto com o presidente Kubitschek e Celso Furtado. Nessa reunião, Furtado apresentou o relatório do GTDN. Com o título de ‘Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste’” (Souza, 2022, p.295).

No mesmo período que o Ceará vivenciava outra operação, cujo propósito era deslocar o excedente populacional na cidade de Fortaleza para diversas paragens do país, no Rio de Janeiro políticos, religiosos, técnicos e estudiosos propunham um plano para o

⁹⁴ A partir de 1947, com a ilegalidade do Partido Comunista, as Ligas Camponesas foram sufocadas, ressurgindo somente em 1955 no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Devido às limitações da escrita da tese, não será possível estender a discussão sobre a reforma agrária proposta pelas ligas. Para entender melhor sobre as respectivas Ligas Camponesas ver Azevedo (1982) e Montenegro (2003).

⁹⁵ O religioso cearense Helder Câmara no período da realização do II Encontro de Bispos do Nordeste exercia o cargo de bispo do Rio de Janeiro, sendo nomeado em 1952. Além disso, foi um dos responsáveis pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada em 1952.

desenvolvimento do Nordeste, tendo como parâmetro o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Dentro das políticas de metas⁹⁶ do governo Juscelino Kubitschek, Souza (2022) afirma que a “Operação Nordeste” seria a Meta 31.

Além disso, JK declarou que a “Operação Nordeste” seria “a réplica da Operação Pan-Americana⁹⁷”, está ultima criada com o intuito de combater as mazelas da pobreza em escala internacional.

A Operação Nordeste é a aplicação dos princípios de Operação Pan-Americana, por um país, dentro do seu próprio território. Realizando-a, demonstraremos às nobres Nações da América que somos capazes de fazer, dentro de casa, aquilo que almejamos, em escala maior, para o continente, conforme tivemos ocasião de expressar, quando dirigimos aos povos americanos o nosso apelo, em favor da luta em comum contra o subdesenvolvimento.[...] A Operação Nordeste não se deterá, como não se deterá a Operação Pan-Americana. [...] A primeira pretende redimir, no seio do Brasil, uma região que se empobreceu e que, entretanto, possui abundantes riquezas para dar à grande Pátria. A segunda almeja banir das Américas as penúrias e privações que desfiguram a personalidade humana e erguer, em todo o continente, uma civilização que honre a nossa época e os nossos povos (Kubitschek, 1959, p.138-139).

Tal discurso foi pronunciado por JK em 25 de abril de 1959, quando houve a instalação da sede do “Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) – criado a partir do próprio GTDN” (Laner; Faria, 2019, p.201). É importante ressaltar que o GTDN foi gerenciado pelo economista Celso Furtado⁹⁸, que em 1958 retornou ao Brasil após passar 10 anos na Inglaterra.

Na bagagem, além de trazer o livro “Formação Econômica do Brasil” – escrito durante sua estadia na Europa –, Celso Furtado trouxe uma vasta experiência na “teoria do

⁹⁶ Dentro da política nacional-desenvolvimentista adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), havia a proposta de desenvolver “50 anos em 5” e para isso implementou-se 30 metas, sendo as metas 1 a 5 voltadas para a produção de energia; as metas 6 a 12 para rede de transportes no país; as metas 13 a 18 para alimentação; as metas 19 a 29 para a indústria de base e a meta 30 para a educação básica. A meta síntese seria dedicada para a construção de Brasília.

⁹⁷ A Operação Pan-Americana surgiu após uma série de incidentes com o então presidente norte-americano Richard Nixon, que se encontrava em visita à Venezuela em 1958. Incentivado por um dos seus diplomatas, Juscelino Kubitschek escreveu uma carta para o presidente Nixon lamentando pelos fatos ocorridos e propondo um projeto, cujo objetivo fosse unir todos os países do continente americano. Tal projeto teria como foco o desenvolvimento social e econômico de toda a América, mas para isto seria necessário combater a pobreza, o subdesenvolvimento e demais problemas.

⁹⁸ O economista Celso Furtado foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL, entre 1949 e 1957, diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) durante o governo de JK, entre 1958 e 1959, e elaborou o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que deu lugar à criação da SUDENE.

desenvolvimento”, desenvolvida na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Criada em 1948 tinha o propósito de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Assim, “a experiência adquirida junto à Cepal – e o interesse pessoal pelo Nordeste, foi a oportunidade ideal para que Furtado fosse um ator de expressão na busca pelo desenvolvimento nordestino” (Souza, 2022, p.294).

Mas para obter êxito na empreitada de conseguir desenvolver o Nordeste, Furtado buscou aliança com outras instituições, sendo uma delas a Igreja Católica. Assim, durante o evento do II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado entre os dias 24 e 26 de maio de 1959, o economista ressaltou a importância da Igreja no sentido de convencer os investidores do setor privado a atuarem na região nordestina, argumentando que a responsabilidade sobre o desenvolvimento deste espaço não deveria se restringir somente ao setor público. Apesar da aparente parceria com os religiosos, Furtado foi sabatinado pelos bispos sobre a “Operação Nordeste” e, de acordo com o mesmo, o respectivo projeto “em nada se chocava com as ações empreendidas pela Igreja até então” (Souza, 2022, p.309).

Após três dias de debates e orações, os religiosos apresentaram a “Declaração dos Bispos do Nordeste”, sendo o projeto a “Operação Nordeste” parabenizado. No respectivo documento se enfatizava, entre diversos aspectos, a importância de se desenvolver a região nordestina através de uma assistência humanitária aos migrantes nordestinos, a partir da modificação das hospedarias federais existentes - como já evidenciamos acima - e concretizar a “reforma agrária”. Sobre este último ponto, algumas propostas direcionaram-se para a implantação de núcleos coloniais:

[...] b) exemplo do Poder Público de adoção de planos racionais relativos a terras de sua propriedade, mediante formas de colonização de tipo novo, em que atuem Grupos de Trabalho de que participem Órgãos como o M.A., o INIC, o DNOCS, o BMB, o SSR, e a ANCAR, e em que o objetivo também seja o gradativo acesso à propriedade por partes das famílias selecionadas. [...] d) em casos especiais, e tendo em vista ampliar e diversificar o parque de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da população nordestina ou visando a outros fins de interesse social, aquisição, pelo Poder Público, mediante preços justos, de terras da zona úmida ou valorizadas por obras dos Poderes Públicos, quando improdutivas ou utilizadas com exclusiva finalidade especulativa (Rocha, 2016, p.308).

A Igreja Católica propunha ainda que nesse debate sobre a “reforma agrária” se evitasse “paixão partidária, personalismos”, devendo haver estudos sobre a questão partindo da “Comissão Nacional de Política Agrária, deve ser confiado a grupo interpartidário

especialmente constituído para esse fim” (Rocha, 2016, p.308). Acreditamos que essa tentativa de manter a neutralidade tenha relação com as Ligas Camponesas, vinculadas desde a década de 1940 ao PCB.

Após o encontro dos bispos em Natal, algumas propostas foram acatadas, como, por exemplo, a ideia relacionada a criação de grupos de trabalho para transformar as hospedarias federais em hospedarias rurais. Assim, o projeto foi endossado pelo presidente Juscelino Kubitschek e publicado no diário oficial da União em 09 de julho de 1959 no qual se determinava-se que

Art. 1º Fica constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de projetar e executar a transformação das atuais hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus, em hospedarias de zona rural, sem prejuízo dos atuais programas de colonização.

Art. 2º O projeto a que se refere este decreto objetivará, inicialmente a substituição da Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, por outra em zona rural, mediante a aquisição de área de terras, onde seja possível a prática da agricultura irrigada, tendo em vista concorrer para o abastecimento daquela Capital, excluída a possibilidade de aproveitamento atual do Núcleo Colonial Pio XII (Diário..., 09/07/1959, p.15497).

No respectivo diário oficial determinava-se ainda que no prazo de 120 dias, a partir da publicação do decreto, o INIC deveria apresentar “à Presidência da República relatório sucinto e objetivo sobre o andamento dos trabalhos, dificuldades encontradas, bem como a medidas que se façam mister para a realização do projeto” (Diário..., 9/7/1959, p.15497).

Apesar do estabelecimento do prazo de 4 meses para o envio de relatório no qual constasse os avanços das atividades relacionadas à transformação das hospedarias federais, localizadas em grandes capitais, em abrigos de zonas rurais, não encontramos nenhuma outra referência a este projeto nos documentos até o mês de janeiro de 1960, ou seja, em um período bem posterior ao estabelecido pela publicação do decreto pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Outra resolução aceita após o II Encontro de Bispos do Nordeste foi a aprovação da Lei nº3.692, de 15 de dezembro de 1959, no qual determinava-se a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com o objetivo de promover e coordenar ações para o desenvolvimento da região nordestina, dispunha das seguintes finalidades:

a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que

lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor, e d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (Lei..., 15/12/1959).

É importante ressaltar que não havia na Lei nº3.692 que criou a Sudene, qualquer referência ao financiamento das hospedarias rurais ou dos núcleos coloniais - ideias projetadas concomitantemente àquele órgão durante o encontro dos bispos. Apesar do Ministério da Agricultura, responsável pela gerência do INIC, fazer parte do Conselho Deliberativo da Sudene, havia nos artigos do respectivo órgão somente um plano de emergência para combater os “efeitos das secas e socorro às populações atingidas, durante sua incidência, o qual será periodicamente revisto, de modo que possa ser aplicado imediatamente, sempre que fôr necessário” (Lei..., 15/12/1959).

No caso das hospedarias rurais, o financiamento e os estudos caberiam ao INIC, em parceria com o Departamento Nacional de Saúde; Departamento Nacional de Produção Vegetal; Departamento Nacional de Endemias Rurais; Serviço Social Rural; Serviço Especial de Saúde Pública; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Com a definição sobre o financiamento, o INIC preparou um “Plano piloto para hospedarias rurais”. Na longa reportagem do *Jornal do Comércio*, em edição de 03 de janeiro de 1960, determinava-se a “transformação das atuais hospedarias urbanas de Fortaleza, Belém e Manaus, em outras situadas na zona rural e objetivando preparar o migrante para a vida do campo [...]” (Plano piloto..., 03/01/1960, p.7). A justificativa para a implementação dessa mudança baseava-se nos dados apresentados pelo INIC a respeito do funcionamento das 3 hospedarias durante o ano de 1958.

De acordo com o periódico *Jornal do Comércio*, a quantidade de pessoas abrigadas nas hospedarias de Fortaleza, Belém e Manaus durante o ano de 1958 superou demasiadamente o quantitativo dos anos anteriores, como é possível observar pela tabela abaixo:

Tabela 2. Quantidade de migrantes nas hospedarias Getúlio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro

1955	1956	1957	1958
12.869	12.453	5.442	45.530

Fonte: *Jornal do Comércio*, 03/01/1960.

Somente a hospedaria da ilha de Flores não ultrapassou sua capacidade máxima. A Hospedaria Getúlio Vargas, localizada na capital cearense, foi a que recebeu o maior número de migrantes, “pois em determinada época alojou 12 mil migrantes”, sendo atendidos 31.137 sertanejos, num total de 1 milhão e seiscentos mil diárias (Plano piloto..., 03/01/1960, p.7).

A superlotação da Hospedaria Getúlio Vargas e o envolvimento dos abrigados em movimentos sociais, como discutido anteriormente, foi uma das razões para que os agentes do INIC organizassem uma força tarefa com o intuito de realizar o deslocamento imediato desses sujeitos para outras regiões do país, na denominada “Operação Flagelados”. Além disso, outro problema observado era o longo período de permanência dos migrantes naquele abrigo, em “média 50 dias em virtude das dificuldades de transporte”. Um tempo de espera extremamente extenso e penoso para as pessoas, havendo, por exemplo, apenas duas refeições para os abrigados. A situação de calamidade era semelhante na Hospedaria Tapanã, em Belém, pois com capacidade para abrigar 2000 mil migrantes, tinha alojado em 1958 9.009 pessoas, sendo a média de permanência de 20 dias.

A partir da reportagem do periódico *Jornal do Comércio*, sabemos que o tempo de espera na hospedaria Eduardo Ribeiro, localizada em Manaus, foi maior que das outras hospedarias federais. O espaço que poderia abrigar 400 pessoas e funcionava “como centro distribuidor encaminhando migrantes para o alto Amazonas”, alojou em 1958 “1.378 migrantes que lá permaneceram em média 77 dias. Tal circunstância ocorreu devido às dificuldades do transporte para o alto Amazonas”. Devido a isto,

evidenciou este fato mais que nunca, a necessidade da transformação da dita unidade em uma Hospedaria Rural, já tendo sido cogitado pelo INIC a sua localização em Cacau-Pireira, no Núcleo Colonial de Bela Vista” (Plano piloto..., 03/01/1960, p.7).

Assim, o projeto inicial anunciado no decreto do presidente Juscelino Kubitschek em julho de 1959, que determinava que a mudança das hospedarias urbanas para rurais se iniciasse pela Hospedaria Getúlio Vargas, foi alterado. O motivo seria o maior tempo que os nordestinos permaneciam nas dependências do abrigo em Manaus aguardando transporte. Período no qual muitos sujeitos evadiram-se do abrigo e para conseguir sobreviver mendigavam pelas ruas da capital, sendo uma constante preocupação para os governantes.

Ocupar essas pessoas que encontravam-se nas hospedarias era uma das preocupações daqueles que propuseram o projeto de construção dos abrigos rurais, pois dever-se-ia

oferecer ao trabalhador migrante uma assistência compatível com a dignidade humana devendo proporcionar-lhe, durante sua permanência, na hospedaria, uma ocupação útil, além do treinamento e orientação técnica a serem prestados pelos órgãos especializados, num amplo programa de valorização do homem (Plano Piloto..., 03/01/1960, p.7).

Na concepção dos agentes da migração, oferecer treinamento para a realização de uma atividade enquanto os nordestinos estivessem abrigados nas hospedarias os valorizaria. Além disso, projetava-se a criação de um espaço para a produção agrícola dentro desses abrigos rurais.

Deverão ser reservadas áreas para o plantio das principais culturas de subsistência do migrante, arroz, feijão, milho e mandioca. A finalidade principal destas plantações é a de ensinar o homem do campo a obter rendimentos econômicos destas culturas básicas (Plano Piloto..., 03/01/1960, p.7).

A perspectiva de treinamento dos migrantes, para que estes buscassem obter rendimentos com as culturas de subsistência, estava intrinsecamente relacionada à proposta dos núcleos coloniais, que, inclusive, eram citados no plano piloto das hospedarias rurais. Neste projeto estabeleceu-se que houvesse um “programa de seleção de colonos para os Núcleos Coloniais do INIC” (Plano piloto..., 03/01/1960, p.7). Aliás, no decreto presidencial de JK, de 09 de julho de 1959 já havia a ideia de transformar inicialmente a Hospedaria Getúlio Vargas em hospedaria rural, para que fosse possível abastecer a cidade de Fortaleza através de culturas irrigadas. O local para concretizar tal empreendimento estava em análise, mas havia a condição de não ser no núcleo colonial Pio XII.

A respeito desse núcleo, é importante salientar que localizava-se na cidade de Guaiúba, a 38 km de Fortaleza, e desde o ano de 1958 o INIC cogitava trazer imigrantes japoneses para trabalhar na região. Na reportagem do jornal *Unitário*, de 4 de fevereiro, afirmava-se que estava acertada “a vinda de famílias de agricultores japoneses para a colônia-piloto que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização irá instalar muito brevemente no vizinho município de Guaiúba” (Já assentada..., 04/02/1958, p.1). Apesar da expectativa, durante a seca de 1958 foram encaminhados para o núcleo outros sujeitos, como salienta a reportagem do periódico *Unitário*, publicada em 19 de novembro de 1958:

foram enviadas ontem a Guaiúba as dez primeiras famílias, selecionadas entre os retirantes da Hospedaria Getúlio Vargas, para compor um dos grupos iniciais de trabalho do 'Núcleo Colonial Pio XII', que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização manterá naquele município. Essa colônia de abastecimento de Fortaleza, cujos primeiros resultados são esperados para o primeiro trimestre do ano de 1959, recebeu a poucos dias o nome de Pio XII, como uma homenagem ao Papa falecido (Primeiras famílias..., 19/11/1958, p.1).

Anteriormente ao plano piloto das hospedarias rurais, famílias de trabalhadores migrantes foram selecionadas para o cultivo de gêneros no núcleo colonial Pio XII. Para além da expectativa de abastecer a cidade de Fortaleza, o envio dessas pessoas tinha o propósito de amenizar a situação de calamidade existente na Hospedaria Getúlio Vargas, que em novembro de 1958 encontrava-se com aproximadamente 12 mil pessoas em suas dependências e/ou arredores. Quantas dessas famílias permaneceram naquele espaço durante os anos seguintes? Não possuímos informações a esse respeito. O que sabemos é que em junho de 1960 havia 27 famílias, “sendo 18 nacionais e 9 de japoneses, num total de 191 pessoas [...]” (Núcleo agrícola..., 11/06/1960, p.7). Além disso, o periódico *Jornal do Comércio* afirmava que ali se cultivavam hortaliças, algodão, arroz, mandioca, feijão, entre outros gêneros alimentícios.

A vinda das primeiras famílias de japoneses ao núcleo colonial Pio XII ocorreu no mês de maio de 1960. Na matéria publicada pelo jornal *Diário de Pernambuco* há uma descrição dos trâmites dessa migração.

Nova leva de imigrantes japoneses - oito famílias, constituindo ao todo, 38 famílias - deverá chegar ao Recife no próximo dia 13, pelo navio 'Santos Maru'. Essa informação nos foi prestada, ontem, pelo sr. Akira Ohtani, concessionário da Imigração Japonesa, que veio ao Recife com o objetivo de receber esse novo grupo, destinado ao 'Núcleo Colonial Pio XII', de Fortaleza, e que constitui a primeira leva de imigrantes a ser colocada no Ceará. Os colonos trazem máquinas e instrumentos agrícolas para serem utilizadas nas plantações. De início, cultivarão hortaliças, devendo se dedicar, mais tarde, à avicultura (Oito famílias..., 11/05/1960, p.5).

A vinda desses trabalhadores japoneses, tal como nos núcleos coloniais na região norte, era percebida pelos agentes da migração como essencial para o desenvolvimento da agricultura no país. Além disso, os respectivos imigrantes eram considerados mão de obra qualificada, diferente da concepção que existia sobre os migrantes nacionais, que, além de serem taxados de ociosos e desqualificados, eram indesejados e forçados a partir caso

subvertessem a ordem social vigente e se envolvessem em movimentos sociais, como ocorreu, por exemplo, com muitos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas.

Quanto à qualificação dos trabalhadores abrigados na hospedaria de Fortaleza, houve a tentativa de qualificá-los através de treinamento na área automobilística. Assim propôs o chefe do Departamento de Migrações do INIC, Aníbal Teixeira - organizador da “Operação Flagelados” - em dezembro de 1958. Em entrevista cedida ao jornal *Correio da Manhã* afirmava que

tem o grupo de estudos da Indústria Automobilista, articulado com o SENAI, articulado com o SENAI, Ministério da Educação e INIC, um plano de treinamento intensivo do migrante que, em 3 meses seria preparado para as atividades de Metalurgia e Mecânica e se destinariam em número de 30.000 a cobrir o déficit de mão de obra semiqualeificada, que se verifica na indústria automobilística em outros setores industriais, objeto do plano de desenvolvimento econômico do governo (*Correio da Manhã*...19/12/1958, p.3).

O respectivo treinamento dos migrantes deslocados na “Operação Flagelados” nas indústrias automobilísticas não efetivou-se. O que acompanhamos pelos periódicos foi o descaso com o destino de quase todos aqueles que saíram da Hospedaria Getúlio Vargas, recorrendo muitos à mendicância para sobreviver. Por isso, era tão importante “evitar a ociosidade do migrante, em seu período de permanência”. Além disso, deveria haver aos migrantes “ensinamentos para que se possam dedicar, em condições mais favoráveis, as suas ocupações profissionais, depois de encaminhados” (Plano piloto..., 03/01/1960, p.7).

É importante ressaltar que, apesar das promessas em torno das melhorias para os migrantes, os estudos para a instalação da hospedaria experimental no estado do Amazonas tiveram início somente no mês de julho de 1959, quando uma comissão do INIC partiu para Manaus com o intuito de dialogar com outras entidades que deveriam colaborar com o empreendimento, tais como o Departamento Nacional de Saúde, de Endemias Rurais, entre outras. O periódico *Correio do Manhã* enfatizava que somente seriam implantadas hospedarias rurais no Ceará e no Pará caso houvesse sucesso na experimentação da hospedaria rural pioneira no Amazonas.

A proposta das hospedarias rurais, em suma, visava cercear o deslocamento dos nordestinos em direção às grandes capitais, tendo em vista que quanto maior o número de deslocados nas cidades maior era a preocupação dos agentes do poder com a presença desses sujeitos. Mas, tal como outros projetos, a transformação das hospedarias Getúlio Vargas,

Tapanã e Eduardo Ribeiro não se concretizou. A hospedaria federal localizada na cidade de Fortaleza, por exemplo, continuou com suas atividades, atendendo também os mendigos da cidade, até a década de 1970.

Esse debate em torno da transformação da Hospedaria Getúlio Vargas em abrigo para toda a população pobre na capital cearense (migrantes e moradores de rua), a priori, não será aprofundado na respectiva tese. Ressaltamos, contudo, que a pesquisadora Araújo (2000) realizou uma análise acurada sobre a mendicância no Ceará em sua pesquisa acadêmica, a partir de entrevistas com aqueles sujeitos que frequentavam o espaço da hospedaria federal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p.13).

Ao percorrer as dependências da antiga Hospedaria Getúlio Vargas em fins da década de 1990, enquanto realizava sua pesquisa de doutorado sobre a mendicância no Ceará – período no qual funcionava naquele espaço uma Unidade de Abrigo para a população em situação de rua de Fortaleza -, a socióloga Araújo evidenciava o quanto aquele abrigo estava desfigurado, pois “o prédio foi quase todo compartimentado e agora abriga outras atividades oficiais, como a Defesa Civil, o SOS Criança”, além do citado abrigo aos mendigos. “O resto são os velhos galpões em ruína” (Araújo, 2000, p.119). A antiga Hospedaria Getúlio Vargas havia se transformado, contudo, em um lugar de memória sobre a migração interna no país?

O espaço que outrora abrigou milhares de sertanejos entre as décadas de 1940 e 1970, pessoas que ansiavam por partir para outras regiões do país com passagens subsidiadas pelo governo federal, nos anos de 1990 não exercia mais a sua função original, que era acolher temporariamente os nordestinos em deslocamento para diversas localidades do Brasil e, sobretudo, para a Amazônia.

A respeito dessa intensa movimentação na Hospedaria Getúlio Vargas, poucos são os moradores da rua Olavo Bilac, no bairro São Gerardo (endereço do antigo abrigo federal) – alguns remissivos das primeiras décadas de funcionamento da hospedaria ou que cresceram ouvindo histórias sobre aquele espaço - que conhecem minimamente sobre o respectivo local e os percalços envolvendo os migrantes nordestinos na saga para migrar.

Possivelmente este esquecimento esteja atrelado à ausência de preservação deste lugar, pois houve uma completa descaracterização da hospedaria, restando poucos resquícios do prédio inaugurado em 1943, com expectativas de ser um modelo de organização. Restou a estrutura de um dos 8 galpões, usado pela escola estadual CEJA Paulo Freire como quadra esportiva e uma antiga placa de inauguração, fragmentada e remendada posteriormente, existente também na unidade escolar. Mas o busto do então presidente Getúlio Vargas que ficava junto à placa desapareceu – como é possível observar comparando as duas imagens abaixo –, em uma tentativa de desassociar o respectivo político daquele antigo espaço de acolhimento aos migrantes nacionais. Outra hipótese é que houve uma tentativa, por parte do

governo ditatorial no Brasil (1964-1985), de apagar locais que remetiam ao trabalhismo varguista.

Figura 20. Fotografia do busto de Getúlio Vargas na entrada da Hospedaria Getúlio Vargas, década de 1940



Fonte: BR RJCOC SP-02-TMP-AM-12

Figura 21. Fotografia da placa de inauguração da Hospedaria Getúlio Vargas, sem o busto de Getúlio Vargas, 2020



Fonte: Acervo pessoal.

Além da ausência da estrutura original, que dificultou a visualização da hospedaria de forma integral, outro obstáculo estava relacionado à carência de documentos que abordassem a presença dos migrantes nordestinos, assim como sobre suas experiências no abrigo federal de Fortaleza, tanto entre os idos de 1942 e 1945, no projeto de encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia, como durante os anos de 1951 e 1953 e, sobretudo, entre 1958 e 1959, período de maior incidência de nordestinos solicitando passagens para se deslocar no recinto de hospedagem. Não foi possível localizar no Arquivo Nacional a documentação referente ao Departamento Nacional de Imigração (DNI), responsável pela construção das hospedarias Getúlio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro, que se localizavam respectivamente em Fortaleza, Belém e Manaus.

Na tentativa de suprir essa carência de fontes oficiais que relataram sobre as experiências dos migrantes nordestinos nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas e a respeito da travessia até seus destinos – alguns desejados, outros impostos –, sobretudo durante os anos de 1950, recorreremos a outros documentos, como, por exemplo, os periódicos. Através dos jornais conseguimos debater sobre a participação dos migrantes nordestinos em movimentos sociais na cidade de Fortaleza, temática que se constitui em um dos principais pilares desta tese. Homens e mulheres que se aliaram a outros grupos sociais, tais como estudantes e operários, na luta por melhores condições de vida, como no caso da diminuição do valor do preço do pão e das passagens dos ônibus em 1958. Retirantes que organizavam passeatas cuja temática era a fome constante e alarmante dentro das dependências da hospedaria, no intuito de escancarar à elite da capital cearense quem eles existiam e lutavam, mesmo à revelia dos governantes. Ações que evidenciam um protagonismo, mesmo que precário e, às vezes, inconsciente, por parte dos abrigados na respectiva hospedaria.

Mas é importante salientar que não houve uma discussão sobre o cotidiano desses sertanejos dentro e fora da Hospedaria Getúlio Vargas, tendo em vista que não conseguimos acompanhar diariamente nos jornais o que acontecia a estes sujeitos em deslocamento. Os periódicos, normalmente, evidenciaram em suas páginas apenas os percalços vivenciados pelos mesmos, assim como o envolvimento dos migrantes em movimentos sociais e/ou o temor que a sociedade fortalezense sentia com a presença desta multidão na cidade. Não havendo, assim, um acompanhamento da rotina existente naquele abrigo. Além disso, optamos por não aprofundar diversas temáticas, como, por exemplo, a presença de organizações de caridade na hospedaria, devido às limitações de tempo e escrita da tese.

Nos jornais, mesmo diante da quase inexistência das falas dos retirantes, buscamos investigar dentro das entrelinhas das reportagens jornalísticas, carregadas de propósitos – para defender o projeto de migração e colonização do governo federal ou criticar as ações governamentais –, as ações destes sujeitos em deslocamento pelo território nacional. Uma migração constante que era questionada por diversos personagens e instituições, como no caso da tentativa de transformar as hospedarias federais em espaços rurais, cujo propósito era restringir a movimentação dos sertanejos pelo país. Buscava-se com esse cerceamento e circulação dos retirantes evitar o enfraquecimento das propriedades fundiárias e das práticas de exploração, pautado em um capitalismo periférico e desumano, na ausência de direitos trabalhistas, de acesso à posse da terra e de expectativas de uma vida mais digna. Além disso, construir-se espaços no campo evitaria a formação de movimentos sociais de reivindicação e resistência nas capitais, como evidenciamos nos últimos capítulos da tese.

Demonstramos, ainda, que este trabalho acadêmico visa, entre outros aspectos, contribuir para a ampliação do debate em torno da participação dos retirantes nestes movimentos de massa na área urbana, entre os idos da década de 1950, que reivindicavam melhorias no acesso à saúde, à educação, aos direitos trabalhistas, entre outras reivindicações. Ações que normalmente são associadas a outros grupos, como dos trabalhadores urbanos. Um debate que não se encerra com a finalização desta tese, apenas se inicia.

Em 1964, por exemplo, a Hospedaria Getúlio Vargas passou a ter um setor de colocação de trabalho para os retirantes que por ali estavam abrigados. De acordo com a reportagem do jornal *Gazeta de Notícias*, do dia 10 de maio daquele ano, havia sido “criado ali um novo setor que se encarrega de procurar emprego para os flagelados, com o fim de evitar a viagem de muitos”. Mas, apesar dos esforços da assistente social Eunirdes Silva para conseguir trabalho para os migrantes entre as 48 empresas visitadas, somente 2 sujeitos conseguiram se empregar (*Gazeta de notícias...*, 10/05/1964). Uma ação que, embora aparentemente fosse benéfica para os retirantes, visava efetivamente cercear a circulação constante dos nordestinos pelo Brasil, projeto que se assemelhava àquele existente na década anterior, quando políticos, entes governamentais e religiosos tentaram criar leis e organizar hospedarias rurais para limitar o deslocamento das pessoas.

Ao problematizar sobre as experiências desses sujeitos em deslocamento, sobretudo, entre os idos de 1951 e 1953 e, em especial, entre 1958 e 1959 nas hospedarias federais de Fortaleza, Belém e Manaus – Getúlio Vargas, Tapanã e Eduardo Ribeiro, respectivamente -, buscamos evidenciar que estes migrantes existiram e participaram de movimentos de luta, principalmente, na capital cearense, recorte espacial da respectiva tese. Por mais que estes espaços não tenham se transformado em lugares de memória⁹⁹ quando o assunto é a migração interna do país, como ocorreu com relação aos imigrantes estrangeiros e as hospedarias que os acolhiam, no caso a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e a Hospedaria da ilha de Flores, no Rio de Janeiro; pretendemos demonstrar que durante décadas, enquanto esperavam por comida, passagens e trabalho naqueles abrigos federais os retirantes interagiam com sujeitos em situações de vulnerabilidade semelhante, resistiam às imposições arbitrárias dos agentes governamentais, criavam laços de cumplicidade com outros migrantes diante das incertezas da partida e tinham esperança de partir rumo a uma vida mais digna.

⁹⁹ Além da descaracterização da Hospedaria Getúlio Vargas, há poucos documentos que retratam sobre as Hospedaria Tapanã e Hospedaria Eduardo Ribeiro, não havendo nem mesmo os poucos resquícios arquitetônicos que observamos na hospedaria de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

FONTES

Jornais e Revistas

AGITADORES infiltram-se entre os flagelados, insuflando-os ao saque. **Correio do Ceará**, Ceará, 22/04/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

ANTES do desfile militar foi realizada uma nova passeata da fome. **O Democrata**, Ceará, 08/09/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

“ARIGÓS” em paus-de-arara – a fuga da sêca e da miséria. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12/04/1952, p.80, ano XXIV, número 26. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ASSISTÊNCIA AOS FLAGELADOS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 02/02/1943, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A BATALHA DA BORRACHA. **Diários de Notícias**, Rio de Janeiro, de 06/07/1944, p. 23. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A FORTALEZA. **A Fortaleza**, Ceará, ano VIII, n.388, 06 de dezembro de 1958.

A HOSPEDARIA do Alagadiço negou abrigo a um soldado da borracha. **O Povo**, Ceará, 13/02/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

A LUTA contra a morte e a batalha da borracha. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 29/07/1944, p.3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A MANHÃ. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 02/08/1944, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A MULTIDÃO faminta revoltou-Se na Hospedaria ‘Getúlio Vargas’. **Diário da Noite**, São Paulo, 03/11/1958, p.20. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A MORTE e o Desespero Montaram seu Q.G na Hospedaria do I.N.I.C em Fortaleza”. **Semanário**, Rio de Janeiro, 29 de maio a 5 de junho de 1958, p. 5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOITE. **A Noite**, Rio de Janeiro, 21/08/1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOITE. **A Noite**, Rio de Janeiro, 25/08/1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A NOITE. **A Noite**, Rio de Janeiro, 29/08/1943a, p.3. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

A NOITE. **A Noite**, Rio de Janeiro, 29/08/1943b, p. 8 Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

A PARAÍBA recusa os gêneros deteriorados. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 11/01/1952, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A RETIRADA DA FOME. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1951, ano XXIII, número 26, p.22. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A SITUAÇÃO da hospedaria Getúlio Vargas – Já Não Há alimento para os flagelados. **O Povo**, Ceará, 31/08/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

A TRAGÉDIA sem fim dos nordestinos na Amazônia. **A Última Hora**, Rio de Janeiro, 26/12/1951, p.8. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CAMPOS de Concentração no Nordeste. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 17/08/1951, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CEARENSE. **Cearense**, Ceará, 12/01/1889. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

COMANDOS comunistas no Ceará. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31/03/1951, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição**, Ceará, 10/01/1889. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

CONTINUA a agitação comunista entre os flagelados cearenses. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30/03/1951, p.12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CONTINUA o drama angustioso dos nordestinos. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 24/02/1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DO CEARÁ. **Correio do Ceará**, Ceará, 16/12/1958. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14/02/1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13/01/1953. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18/03/1956, p.12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11/05/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19/12/1958, p.3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14/04/1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CRIADA a Comissão de Abastecimento do Nordeste. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04/11/1951, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DETERMINADOS o suprimimento da Hospedaria e o início de 3 açudes. **O Povo**, 12/09/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

DIÁRIO DA NOITE. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 11/06/1943, p.16. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DA NOITE. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 13/05/1958, p.5. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DA NOITE. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 19/11/1958, p.10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10/04/1953, p.4 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO POVO. **Diário do Povo**, Ceará, 17/07/1951. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

DIÁRIO DO POVO. **Diário do Povo**, Ceará, 22/01/1952. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

DIÁRIO DO POVO. **Diário do Povo**, Ceará, 31/01/1952. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

DIÁRIO DO POVO. **Diário do Povo**, Ceará, 03/12/1953. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

DRAMA HUMANO do derrotado exército da borracha. **Diário de Natal**, Rio Grande do Norte, 18/09/1949, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ELEMENTOS Indesejáveis atuando entre os flagelados da Hospedaria. **O Povo**, Ceará, 27/05/1958. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação Cearense de Imprensa.

ESTUDANTES e trabalhadores formam a onda de protesto contra a carestia. **Unitário**, Ceará, 15/11/1958, p. 1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

ESTUDANTES cearenses cancelaram a ‘Operação nº2’: reduzido à metade o aumento do pão e ônibus. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 21/11/1958, p. 10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

FALTA DE CIVILIDADE. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 08/04/1959, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

FALSO sargento da FAB vendia aos flagelados passagens aéreas para o Rio. **Unitário**, Ceará, 04/12/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

FLAGELADOS empreenderam ontem a “marcha da fome”. **Unitário**, Ceará, 01/11/1958, p.1.

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

FLAGELADOS nordestinos viajam como animais para a Amazônia. **Diário da Noite**, São Paulo, 17/01/1959, p.16. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

FORTALEZA praticamente sem transportes. **Unitário**, Ceará, 12/11/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

FORTALEZA à sombra das teias da Aranha Vermelha. **O Nordeste**, Ceará, 22/05/1958, p.1 e 5. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação Cearense de Imprensa.

FUGINDO DA SÊCA (de avião) 202 flagelados chegaram ao Rio a caminho do Paraná. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17/05/1958, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DO NORTE. **Gazeta do Norte**, Ceará, 8 de julho de 1889, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17/04/1953. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Gazeta de Notícias**, Ceará, 15/02/1959. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação de Imprensa do Ceará.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Gazeta de Notícias**, Ceará, 10/05/1964. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação de Imprensa do Ceará.

GOVERNADOR do Amazonas afirma: é mentirosa a mensagem presidencial. **Revista Maquis**, Rio de Janeiro, 25/04/1959, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GRAVÍSSIMA a situação do Ceará. **“Jornal Pequeno (PE): a verdade nua e crua”**, Pernambuco, 22/04/1953. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

HOSPEDARIA Getúlio Vargas em Fortaleza. **A Noite**, Rio de Janeiro, 06/10/1943a, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

HOSPEDARIA Getúlio Vargas em Fortaleza. **A Noite**, Rio de Janeiro, 06/10/1943b, p.3. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

IGREJA, hospital e campo de esporte na hospedaria de emigrantes do Alagadiço. **Unitário**, Ceará, 14/02/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

INÍCIO de quebra-quebra sufocado pela polícia. **Unitário**, Ceará, 11/11/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

JÁ ASSENTADA a vinda de famílias japonesas para a colônia agrícola. **Unitário**, Ceará, 04/02/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

JÁ DERRUBARAM 30 casas do povo do Coqueirinho! Inominável crime do Governo Stenio. **O Democrata**, Ceará, 08/12/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Jornal de Brasília**, Distrito Federal, 26/06/1988.

JORNAL DO BRASIL. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03/08/1958, p.7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31/10/1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública.

JORNAL DO BRASIL. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16/11/1958, p.5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública.

LANÇADA a pedra fundamental da hospedaria dos flagelados de fortaleza. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14/10/1942, p.10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LEVAS de flagelados invadem mercados e saqueiam feiras livres de Fortaleza. **Tribuna do Ceará**, Ceará, 22/04/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

MENINO flagelado estava morrendo de fome na Hospedaria do Alagadiço. **Unitário**, Ceará, 16/12/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

MORADORES coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza. **Portal G1/O Globo**, 18/10/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml>. Acesso: 10/01/2025.

MORREU de fome por não mais poder comer. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 12/03/1953, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

NORDESTINOS maltrapilhos entregues à própria sorte nas ruas do Rio. **Unitário**, Ceará, 19/12/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

NOVA passeata da Fome ontem nesta Capital. **O Povo**, Ceará, 08/09/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

NÃO FORAM entregues os donativos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21/05/1953, p.2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

NÚCLEO Agrícola Pio XII. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 11/06/1960, p.7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OITO FAMÍLIAS de Colonos Japoneses Esperadas Sexta-Feira Nesta Cidade. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 11/05/1960, p.5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ÔNIBUS em circulação depois das providências adotadas pelo Governo. **Unitário**, Ceará, 18/11/1958, p. 1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

OPERAÇÃO Flagelados (por mar) começará dia 6. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28/11/1958, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OPERÁRIOS E CAMPONESES debatem conjuntamente os seus problemas. **O Democrata**,

22/12/1953. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

OUTRA LEVA de trabalhadores aliciados. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11/04/1951. Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro.

O APELIDO É HOSPEDARIA, mas realmente se trata de um curral para gado humano. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, 13/11/1958, p.84-86. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O DEMOCRATA. **O Democrata**, Ceará, 01 de outubro de 1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O DEMOCRATA. **O Democrata**, Ceará, 20/01/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O DEMOCRATA. **O Democrata**, Ceará, 26/03/1954, p.1. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O DEMOCRATA. **O Democrata**, Ceará, 07/12/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O DEMOCRATA. **O Democrata**, Ceará, 15/12/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O DEMOCRATA. **O Democrata**, Ceará, 17/06/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará

O DIA. **O Dia**, Paraná, 11/12/1958, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ESTADO. **O Estado**, Ceará, 12/07/1958. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação Cearense de Imprensa.

O ESTADO. **O Estado**, Ceará, 22/07/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O “EXÉRCITO DA BORRACHA” nos sertões do Nordeste. **A Noite**, Rio de Janeiro, 21/05/1943, p.3 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ÊXODO dos nordestinos. **A Noite**, Rio de Janeiro, 04/03/1952, p. 10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O HOMEM que Fugiu da Seca. **O Estado**, Ceará, 23/08/1958. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação Cearense de Imprensa.

O INVERNO não chegou com força capaz de reter no Ceará os flagelados da Hospedaria: CALOR, MOSCAS E UM SÓ PENSAMENTO: AMAZONAS! **Correio do Ceará**, Ceará, 14/02/1959. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

O JORNAL. **O Jornal**, Ceará, 31/10/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O JORNAL. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 20/06/1943, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 03/07/1953, p.10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 12/03/1957, p.5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 03/06/1958, p.10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 26/04/1958, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital.

O JORNAL. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 05/11/1958, p.10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O NORDESTE. **O Nordeste**, Ceará, 03/05/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 02/01/ 1943. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 16/03/1943. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 24/07/1946. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 13/10/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 26/08/1953. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 11/01/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 07/12/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 02/05/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 02/05/1958, p.2. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 12/05/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 14/11/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 28/01/1959. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 05/02/1959. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

O POVO. **O Povo**, Ceará, 11 e 12/04/1964. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

PARQUE INFANTIL na hospedaria. **Unitário**, Ceará, 10/04/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

PLANO PILOTO para hospedarias rurais. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 03/01/1960, p.7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

POR TRÁS da pomposa “Operação Flagelados” há um crime do governo. **Voz Operária**, Rio

de Janeiro, 17/01/1959, p.5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PRIMEIRAS FAMÍLIAS para o núcleo colonial de Guaiuba. **Unitário**, Ceará, 19/11/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

PRINCÍPIO DE SAQUE ao Comércio de Fortaleza. **Tribuna do Ceará**, Ceará, 24/03/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

“QUADRO HORROROSO”. **Diário de Belém**, Pará, 21/02/1889, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

QUASE MIL nordestinos chegaram ontem pelo “Cuiabá” em busca de trabalho. **Jornal do Comércio**, Amazonas, 16/01/1959, p.6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

QUEBRA-QUEBRA paralisou a capital cearense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18/11/1958a, p.12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

QUEBRA-QUEBRA paralisou a capital cearense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18/11/1958b, p.21. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

REMESSA de gêneros, na próxima semana, para Estados do Nordeste. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15/11/1951, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

RESOLUÇÕES da primeira conferência dos trabalhadores agrícolas do Ceará. **O Democrata**, Ceará, 03/09/1953. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

RETIRANTES DESAPARECIDOS da Hospedaria. **O Povo**, Ceará, 28/03/1951. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

REVISTA A CENA Muda. **Revista A Cena Muda**, Rio de Janeiro, 01/04/1953, p. 25.

REVISTA CANCHA. **Revista Cancha**, Ceará, maio de 1943, p. 16. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Cx: 4. Doc: 23. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

REVISTA CARIOCA. **Revista Carioca**, Rio de Janeiro, 09/10/1943. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

REVISTA O CRUZEIRO. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 20/07/1946, p.16. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

REVISTA MOMENTO Feminino. **Revista Momento Feminino**, Rio de Janeiro, abril de 1954a, p.6.

REVISTA MOMENTO Feminino. **Revista Momento Feminino**, Rio de Janeiro, abril de 1954b, p.7.

REVISTA O OBSERVADOR Econômico e Financeiro. **Revista O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, maio de 1943a, nº 88, p.38. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

REVISTA O OBSERVADOR Financeiro e Econômico. **Revista O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, maio de 1943b, nº88, p.39. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

REVISTA O OBSERVADOR Financeiro e Econômico. **Revista O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, maio de 1943c, nº88, p.47. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

REVISTA O OBSERVADOR Econômico e Financeiro. **Revista O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, setembro de 1943, p. 48. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

REVOLTA na Hospedaria: administrador saiu escoltado e não pretende voltar. **Unitário**, Ceará, 03/05/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

SERÁ CRIADA a Comissão de Abastecimento do Nordeste. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27/10/1951, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SÉRIA advertência a atitude dos flagelados no mercado central. **Diário do Povo**, Ceará, 25/03/1958. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

SOFREM horrores os flagelados Cearenses. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 24/05/1958, p.10. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

TRABALHADORES da borracha ganham prêmios ao microfone. **Unitário**, Ceará, 23/03/1943, p.7. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

TRÊS CRIANÇAS Morreram de fome. **Tribuna do Ceará**, Ceará, 28/04/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 03/09/1951, p.6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 24/02/1953, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 02/03/1953, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 12/03/1953, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23/04/1953. Arquivo Público do Ceará.

UMA VERDADEIRA legião de FAMINTOS marchou, em passeata macabra sobre o Palácio da Luz. **Diário do Povo**, Ceará, 31/08/1951. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 13/02/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e

Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 14/02/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 21/03/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 15/04/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 17/06/1943. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 24/04/1953. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 29/04/1958. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 10/05/1958. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 07/11/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 09/11/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 13/11/1958, p.1. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

UNITÁRIO. **Unitário**, Ceará, 20/02/1959. Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

VEIO TARDE a Comissão. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 16/11/1951, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

VIVEU a hospedaria momentos de angústia, desespero e incerteza. **Gazeta de Notícias**, Ceará, 03/05/1958, p. 2. Gabinete de Leitura Plebeu. Associação Cearense de Imprensa.

Correspondências

CARTA DE ELCÍDIA Galvão. **Carta de Elcídia Galvão**, Porangabussu, 27/06/1943 – Fortaleza – CE. Acervo Regina Chabloz. MAUC/UFC.

CARTA DE MANOEL Francisco da Silva. **Carta de Manoel Francisco da Silva**, Fortaleza, 06/07/1943. Acervo Mauc/UFC.

CARTA DE NEUSA Garcia Correia de Sousa. **Carta de Neusa Garcia Correia de Souza pedindo emprego na Hospedaria Getúlio Vargas**, Fortaleza, 06/07/1944. Arquivo

Nacional. BR RJANRIO 35.0.PRO.12127.

CARTA DE NEUSA Garcia Correia de Sousa. **Carta de Neusa Garcia Correia de Souza pedindo emprego na Hospedaria Getúlio Vargas**, Fortaleza, 08/09/1944, p.3 Arquivo Nacional. BR RJANRIO 35.0.PRO.14916.

CARTA DO MINISTRO do Trabalho, Danton Coelho. **Carta do Ministro do Trabalho Danton Coelho**, Rio de Janeiro, enviada em 05/09/1951, s/p. GVc1951.09.05/4. CPDOC/FGV.

TELEGRAMA. **Telegrama enviado ao presidente Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, em 31/08/1951. Arquivo Nacional. BR.AN.RIO.35.0.BIL304.

Entrevistas

ANA CHÉLIDA dos Santos. **Entrevista de Ana Chélida dos Santos ao Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/ UERJ**, Rio de Janeiro, em 18/11/2017.

DEPOIMENTO de Paulo de Assis Ribeiro na CPI da Batalha da Borracha. **Diário da Assembleia**, n.4314, de 24/08/1946. Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública.

FRANCISCO TAVARES Filho. **Entrevista de Francisco Tavares Filho ao Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ**, Rio de Janeiro, em 25/08/2015.

JOÃO ALBERTO GURGEL. **Entrevista de João Aberto Gurgel**, realizada em 01/02/1980, Rio de Janeiro, p.90-91. FGV/CPDOC – História Oral.

NUTRICIONISTA. **Nutricionista entrevistada** em 07/02/2009 por CIDRACK, Marlene Lopes. Visitadoras de Alimentação – Legado, p.61.

Documentos Oficiais

AGÊNCIA OFICIAL de colonização em São Paulo, 03/05/1878. **Núcleos Coloniais**, ordem 7215, Arquivo Público do Estado de S. Paulo.

AGÊNCIA OFICIAL de colonização em São Paulo, 20/06/1878. **Núcleos Coloniais**, ordem 7215, Arquivo Público do Estado de S. Paulo.

ANUÁRIO. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1958, IBGE, p.23.

ANUÁRIO. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1959, IBGE, p.39.

COLÔNIAS. **Colônias**, 27/09/1879. Arquivo Público do Estado de S. Paulo. Ordem 7.215, 26.5.78.

DIÁRIO. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 9/7/1959, p.15497.

DISCURSO. **Discurso do Rio Amazonas**, 10/10/1943, p.5. Disponível em:

<https://obrasraras.fcp.pa.gov.br>. Acesso: 20 de outubro de 2023.

ENCICLOPÉDIA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, 1958, p.319.

ESTUDO. **Estudo sobre a situação das hospedarias federais**, enviado ao Ministério do Trabalho, 1952. FGV c1952.00.00/13.

INSTRUÇÕES. **Instruções provisórias para organização de turmas e ordem de marcha**. Fortaleza, 13/02/1943. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_S7_0_TXT_CX004 PT005.

LEI. **Lei nº 1806**, de 06 de janeiro de 1953.

LEI. **Lei nº3.692**, de 15 de dezembro de 1959, que instituiu a criação da SUDENE.

MINISTÉRIO. **Ministério dos Negócios do Império**, 1879. Rio de Janeiro, Livro: 09. APEC.

MINISTÉRIO. **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, Fortaleza, 06/09/1944, p.6 Arquivo Nacional. BR RJANRIO 35.0.PRO.14916.

NOTA. **Nota comunicando que o Governador do Ceará procurou o Ministro do Trabalho**, Indústria e Comércio para informá-lo a respeito da tentativa de agitação promovida pelos retirantes que se encontram na Hospedaria Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1951. FGV c 1951.00.00/84.

OFÍCIO. **Ofício do ajudante da Inspectoria Geral das Terras e Colonização**, José Cupertino Coelho Cintra ao Presidente da Província de São Paulo. Rio de Janeiro, 26/10/1876. C07214, S. Manuscritos, T.I. Colônias, anos 1870-1877, caixa 3.

PROJETO. **Projeto de Lei nº 1710**, de 1952, publicado no Diário do Congresso Nacional de 05 de março de 1952.

REGIMENTO. **Regimento e Normas do Departamento de Mobilização**, 1943, p. 139-140. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_S7_0_TXT_CX004_PT006.

REGISTRO DE MINUTAS. **Registro de Minutas de ofícios da presidência da Província do Ceará**, 08/09/1877. Livro: 121B

RELATÓRIO. **Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa**, na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império Antônio Leoncio Vianna. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889, p. 102. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents.

RELATÓRIO CONFIDENCIAL. **Relatório Confidencial de Observação feito no Norte junto ao SEMTA**, produzido por Carlos José de Assis Ribeiro, em 08/04/1943a, p.5. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_S7_0_TXT_CX004 PT005.

RELATÓRIO CONFIDENCIAL. **Relatório Confidencial de Observação feito no Norte junto ao SEMTA**, produzido por Carlos José de Assis Ribeiro, em 08/04/1943b, p.11. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_S7_0_TXT_CX004 PT005.

RELATÓRIO. **Relatório dos Trabalhos realizados pela Comissão de Administração e Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia** – 1946a, p.13. Arquivo Nacional.

RELATÓRIO. **Relatório dos Trabalhos realizados pela Comissão de Administração e Encaminhamento dos Trabalhadores para a Amazônia**, 1946b, p.119. Arquivo Nacional.

RELATÓRIO. **Relatório do acidente de São Francisco**, em 25/07/1943, p.81. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_S7_CX004_PT004_d0001de0001.pdf.

RELATÓRIO. **Relatório do Instituto Nacional de Imigração e Colonização**, 1957a, p. 210. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional BRAN, RIO57, CX13, PT1.

RELATÓRIO. **Relatório do Instituto Nacional de Imigração e Colonização**, 1957b, p. 219. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional BRAN, RIO57, CX13, PT1.

RELATÓRIO. **Relatório do Instituto Nacional de Imigração e Colonização**, 1957c, p.221 e 222. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional BRAN, RIO57, CX13, PT1.

RELATÓRIO. **Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina**, julho de 1943, p.219. Arquivo Nacional - BRBR_RJANRIO_S7_CX004_PT006_d0001de0001.pdf.

RELATÓRIO. **Relatório do Serviço de Alimentação**, realizado pela nutricionista Maria Novais. Fortaleza, 20/08/1943. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_S7_0_TXT_CX004_PT006.

RELATÓRIO DO SESP. **Relatório do Sesp sobre a assistência médica existente no hospital do Alagadiço**, 18/09/1944, p.2. BR RJCOC SP-02-TMP-AM.

RELATÓRIO GERAL. **Relatório Geral da viagem Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-São Luís**, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1944, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de Mobilização, p. 177-178. Arquivo Nacional - BRBR_RJANRIO_S7_CX004_PT006_d0001de0001.pdf.

RELATÓRIO GERAL. **Relatório Geral da viagem Fortaleza-Sobral-Tianguá-Teresina-São Luís**, efetuada no período de 24 de junho a 11 de julho de 1944, pelos doutores Fausto Pereira Guimarães e Jayme Lins de Almeida, do Departamento de Mobilização, p. 183. Arquivo Nacional - BRBR_RJANRIO_S7_CX004_PT006_d0001de0001.pdf

Fotografias, Desenhos e Mapas

ARQUIVO. **Arquivo particular de Sidney Barata de Aguiar**, com passaportes.

CONSTRUÇÃO. **Construção do Pouso do Prado**. Foto Aba-Filme, Fortaleza, 1943. MAUC/UFC.

ASPECTOS. **Aspectos de instalações e atividades do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no Ceará**. 1943. GC foto 822, FGV/CPDOC.

DESENHO. **Desenho sobre cartão**, 1943. CHABLOZ, Jean- Pierre. 16 x 16 cm.

FOTOGRAFIA. **Fotografia do hospital do Alagadiço**, p.2. Relatório do SESP sobre a assistência médica no hospital do Alagadiço. BR RJCOC SP-02-TMP-AM-1.

FOTOGRAFIA. **Fotografia do busto de Getúlio Vargas na entrada da Hospedaria Getúlio Vargas**. Dossiê 12 – Assistência Médica aos Imigrantes da Hospedaria de Alagadiço em Fortaleza. BR RJCOC SP-02-TMP-AM-12.

FOTOGRAFIA. **Fotografia da placa de inauguração da Hospedaria Getúlio Vargas**, sem o busto de Getúlio Vargas, 2020. Acervo pessoal.

FOTO. **Foto de Desembarque de Imigrantes**. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.

FOTO. **Foto sobre a Pádua da Fome dos Imigrantes da Hospedaria Getúlio Vargas**, 1951. FGV foto 231.

MAPAS. **Mapas do movimento da hospedaria da capital**, 1878. Núcleos Coloniais, ordem 7215. APESP.

MAPA. **Mapa da Bacia Amazônica**, 2024. Disponível: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br>. Acesso: 10/01/2025.

MAPA. **Mapa da cidade de Fortaleza**, 2022. Disponível em: <https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso: 20/09/2022.

Documentários

DOCUMENTÁRIO. **Documentário “Soldados da Borracha”**. Ano: 2009. Direção e Roteiro: César Gareia Lima. Produção: Susanna Lira, Luciana Freitas e Clarice Tenório. Apoio: IPHAN/CNFCP.

Sites

<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-cearenses-em-sao-paulo-no-seculo-xix>. Acesso: 28/09/2024.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Sidney Barata de. **Arigós, jabá e o caso da carne verde: vivências populares na cidade de Manaus (1939-1949)**. 2012. 105 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual do Amazonas, 2012.

AMORIM, Helder Remigio de. **“Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro**. 2016. 265 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

AMORIM, Helder Remigio de. **Em tempos de guerra: Josué de Castro e as políticas públicas de alimentação no Estado Novo**. Revista Clio: Revista de Pesquisa Histórica, jan.-jun/2007.

ARAÚJO, Maria Celina de. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

ARAÚJO, Maria Celina de. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

ARAÚJO, Cosma Silva. **Os significados do “quebra-pau da Pacheco” nas narrativas orais dos trabalhadores migrantes da construção de Brasília, 1959**. 2018. 190 f. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2018.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Imprensa e Fotografia: Imagens de Pobreza no Ceará entre final do século XIX e início do século XX**. Projeto História, São Paulo, (24), jun. 2002.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. 2013. 255 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2013.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Ida ao Inferno Verde: experiências da migração de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942-1945)**. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2005.

BARCELOS, Janaina. **O uso da fotografia pela imprensa**. Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

BARREIRA, Luciano. **Os cassacos**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.

BARROS, Vilarin Barbosa. **Escrituras nas veredas da memória: deslocamentos, emoções, gênero e radicalização (imigrante nordestino – SP, 1972-2009)**. 2024. 309 f. Tese (Doutorado

em História) – Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2024.

BARROS, Vilarin Barbosa. **Nos rastros de uma migração Quixadá (CE) – São Paulo:** representações, memórias e sensibilidades (1973-2001). 2011. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. **Migrantes no Brasil na segunda metade do século XIX.** Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu: ABEP, 2000, vol.1, p. 1-24.

BASTOS, José Romário R. **Vida, Trabalho e Luta:** Camponeses no Ceará na segunda metade do século XX. In: IV Conferência Internacional Greve e Conflitos Sociais, 2018, São Paulo. Greves e Conflitos Sociais. São Paulo: EdUSP, 2018. p. 1-15.

BASTOS, José Romário Rodrigues. **Combater por justiça e direitos:** história da luta pela terra no Ceará (1950-1964). 2021. 327 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **SESP/FSESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991/– 2º ed.** Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1996.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos Sociais no campo no Ceará (1950- 1990).** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** um pouco-antes e além-depois. Editora Umberto Calderano, Manaus, 1977.

CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas:** o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas:** experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários da Seca:** arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 352 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso:** a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). 2011. 244f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Jáder de. **Aldeota**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **A cristalização de uma cultura de migração no cotidiano de indivíduos, famílias e jovens interioranos do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), Fortaleza, tomo CXI, Ano CXI, v.111, 1997.

CEARÁ. **As migrações para Fortaleza**. Fortaleza: Secretária de Administração/Imprensa Oficial, 1967.

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHAVES, José Olivenor Souza Chaves. **Atravessando os sertões: memórias de velhas e velhos camponeses do Baixo Jaguaribe-Ce**. 2002. 338 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. VIDAL, Laurent. **Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil**. Revista História, Ciências e Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, jun/2013, p.1-23.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Visitadoras de Alimentação: legado da Escola Agnes June**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CONDURU, Roberto. **Vital Brazil**. Editora: COSAC & NAIFY, São Paulo, 2000.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”**: Biografia sociológica de uma transição de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Tuylla Rayane Tavares da. **De Flagelados da Seca a Soldados da Borracha: Sertanejos Potiguaros nos Sertões Amazônicos (1942-1946)**. 2021. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Programa de Pós-graduação em História dos Sertões, 2021.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na Luta Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950). 2016. 240 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. 411 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2002.

FREITAS, Norma Sueli Semião. **Os “Soldados de Cristo”**: Igreja e Migração para a Amazônia em Tempos de Guerra (1942-1943). 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Arroz e feijão, discos e livros**: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967). 2012. 262 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia, 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força** – História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

GIRÃO, Valdelice. **A emigração cearense no governo de Caio Prado (1888-1889)**. Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Fortaleza, 1990, vol. 104, p. 99-105.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração**: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944). 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Alisson. **O Trabalhador Gráfico**. Fortaleza: UFC, 2002.

GONÇALVES, Paulo César. **Migração e mão de obra** – retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cidadania e exclusão social**: a história dos soldados da borracha em questão. Revista de História Trajetos, UFC, Fortaleza, vol. 1, nº2, 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: histórias da migração nordestina para a Amazônia. 1999. 310 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 1999.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. A hospedaria Central. A ilha das Flores como ante-sala do paraíso. In: HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (orgs.). **Deslocamentos & histórias**. Os portugueses. Bauru: Edusc, 2008, p. 59-73.

KUBITSCHKE, J. **Discursos**: proferidos no mandato presidencial, 1959, p.138-139. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1906). 2006. 346 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2006.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira Lima. **Soldados da Borracha**: das vivências do passado às lutas contemporâneas. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2013.

LIMA, Viviane. **Agenciamento e Agenciadores da Emigração**: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 41, abr. 2010.

LINEBAUGH, Peter. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIRA, Augusto César Gomes de; Paulo Raphael Pires Feldhues. **Entre o desenvolvimentismo e a fome**: percursos da ASCOFAM no Nordeste dos anos JK. *Revista de História Regional*, 2018.

LIRA, Augusto César Gomes de. **Da Fome à Estética**: Itinerário Cinematográfico da ASCOFAM e o Nordeste do Brasil. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

LOURENÇO NETO, Sydenham. **Modernização, crise e protesto popular**: a questão do abastecimento nos anos 50. XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

MACHADO, Raquel. **A Transição Demográfica no Brasil**: suas implicações sociais e econômicas no início do século XXI. 2008. 63 f. Monografia em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. **Trajetórias sertanejas**: agenciamento, conflito e migração no Rio Grande do Norte (1877 a 1904). 337 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História Social,

Fortaleza, 2020.

MACIEL, Carolina Maria Abreu. **Ser estudante na Fortaleza de 1945-1963:** a construção de um perfil estudantil através dos discursos e das práticas cotidianas. 2017. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial.** 2ª ed. Rio Branco: Edufac, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Ouro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MELLO, Alcino Teixeira de. **Nordestinos na Amazônia.** Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MENDONÇA, Valmiki. **Tapaná** – a Hospedaria do diabo. Imprensa Oficial do Estado do Pará, Belém, 1983.

MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações e Mobilidades: repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. *In:* TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da C.; BAENINGER. **Migrações:** implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.21-40.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.

MENEZES, Patrícia. **Fortaleza de Ônibus:** Quebra-quebra, lock out e liberação na construção do serviço do transporte coletivo de passageiros entre 1945 e 1960. 2009. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2009.

MIRANDA, Gabriela Alves. **Selecionar, cuidar e encaminhar:** os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v.16, nº3, 2021.

MIRANDA, Gabriela Alves. **Doutores da Batalha da Borracha:** os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o Recrutamento de Trabalhadores para os Seringais em Tempo de Guerra. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2013.

MONTEIRO, Renata Felipe. **Um Monumento ao Sertão:** ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906). 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O tempo da**

experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.241-272.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta:** as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annalume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Ideias e ideais de juventude em Fortaleza nos idos de 1930 e 1940.** VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Andantes de Novos Rumos:** a vinda de migrantes para fazendas de café paulistas em 1878. Revista Brasileira de História, volume 17, nº 34, São Paulo, 1997.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia.** 2010. 345f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

NETO, Edgar Braga. **Emigração Cearense entre 1888 e 1915:** sentidos, controle e configuração social dos migrantes. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Grupiaras e Monchões** – garimpos e cidades de povoamento do leste do Mato Grosso – primeira metade do século vinte. 1996. 325 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a Seca:** políticas emergenciais na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21, nº40, p.107-131, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. **Camponeses e Comunistas:** Diálogos Possíveis (Ceará, 1947-1953). Revista Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 2020, volume 60.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral dos Bárbaros:** os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). Revista Brasileira de História, São Paulo, v.15, nº 29, 1995.

NORA, Pierre. **Entre memória e história.** A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco da Silva. **As Histórias que a Vovó Contava:** narrativas de vida e promoção da saúde mental em um grupo de idosos. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, José Iranilson Bezerra de. **Mãos para São Paulo:** emigração cearense no

Governo Caio Prado (1888-1889). Anais XII Semana de História da FECLESC, 2016.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. **A Marcha sobre Fortaleza (1962)**. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Natal, 2013.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAULA, Reverson, Nascimento. **Fortaleza em cotidiano**: a instalação da base militar norte-americana e a alteração da rotina em terras alencarinas (1943-1945). XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia, 1832.

POLLACK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, 1992.

POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo (15), abril de 1997.

QUEZADO, Ana Leopoldina Macedo. **Fortaleza nos primeiros tempos da TV – Cotidiano, Memória e Cultura (1958-1965)**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2007.

RAMALHO, Braúlio. **O Centro Estudantal Cearense**. Revista do Instituto do Ceará – ANO CXII – 1998.

RAMBO, Marcos Alberto. **O Estatuto do Trabalhador Rural (1963)**: lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil. III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução: Anne-Marie Milon de Oliveira. Revista Brasileira de Educação, v.15, n.45, set/dez, 2010.

REZNIK, Luís. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Hospedarias de Imigrantes nas Américas**: a criação da hospedaria da ilha de Flores. Revista História (São Paulo), v.33, n.1, jun-jul, 2014.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da memória**: narrativas da seca no Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará** – isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROCHA, Dom Jaime Vieira. **Anais** – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande/PB, EDUEPB, 2016.

RODRIGUES, Francisco Magnel Carvalho. **Seca, deslocamentos e serviços de emergência:** a experiência dos trabalhadores da construção do açude Araras (1951- 1958). 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2020.

RUDÉ, George. **A multidão na história:** estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, Amanda Pereira. **Selecionar, Controlar e Distribuir:** o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a política imigratória brasileira (1952-1955). 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

SANTOS, Bárbara Cacao dos. **“Trabalhadores cearenses, uni-vos”!:** o pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Mestrado em História, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. **Imigração e Colonização no limiar da República:** considerações sobre o processo de implantação dos núcleos coloniais ao Nordeste do Pará. IV Congresso Internacional de História – cultura, sociedade e poder, Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, 2014.

SANTOS, Jovelina Silva. **Em campo contra o inimigo vermelho:** a Igreja Católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. Saeculum: Revista de História. João Pessoa, jan/jun. 2012.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará:** “Instruindo, educando, orientando e moralizando” (1915-1963). 2004. 267 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós- Graduação em História Social, Fortaleza, 2004.

SANTOS, Lidia Noemia Silva dos. **Sonhos dourados:** juventudes na imprensa fortalezense da década de 1950. 2005. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Mestrado em História Social, Fortaleza, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno:** elemento constitutivo da condição de imigrante. Travessia. Revista do Migrante, São Paulo, nº especial, jan. 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração:** ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas:** "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, n. 40, p. 115-135, 2007.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.217-240.

SCOTT, James C. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa.** Tradução: Marilda A. Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, volume 21, nº01, p.10-31, jan./jun.2002.

SCOTT, James C. **Exploração normal, exploração normal.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Mâcedo e. **Paisagens do Consumo:** Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

SILVA, Henrique Mendonça da Silva. **Narrativas de Refugiados que passaram pela Hospedaria da ilha de Flores:** Traçando Diálogos entre Espaço e a Memória. X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política, Recife, 2010.

SILVA, José Borzachiello da. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho. **OS PAUS DE ARARA:** a migração de nordestinos na década de 1950, sob o olhar das fotorreportagens da revista O Cruzeiro. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, vol. 40, jul-dez, 2022.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros.** Editora Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Campo e Palavras-** dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964. 2005. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2005.

SOUZA, Ramon Felipe. **Fé, Foice, Facão e Fuzil:** Igreja Católica, Desenvolvimento e Saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964). 2022. 367 f. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora

UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Mateus Barradas. **Conflitos Religiosos em torno da instalação dos Protestantes Luteranos em Nova Friburgo nas primeiras décadas do século XIX**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2018.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, Nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2016.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 3ª edição, 2003.

VIANA, João Paulo Teixeira; SILVA NETO, Damião Ferreira da. **Desenvolvimento Regional do Nordeste: um olhar sobre o GTDN; Impressões e Contribuições**. I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade e III de Diversidade do Semiário. Campina Grande, 2019.

VIDAL, Laurent. **Magazão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2008.

WILLIAN, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henrique Brito – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.